

WALTER DE ASSIS ALVES

SÓ NOSSA LUTA MESMO!
SOCIEDADE E REIVINDICAÇÕES NO BAIRRO MORADA DO SOL E
INDAIATUBA–SP, 1980-2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2019

WALTER DE ASSIS ALVES

SÓ NOSSA LUTA MESMO!
SOCIEDADE E REIVINDICAÇÕES NO BAIRRO MORADA DO SOL E
INDAIATUBA-SP, 1980-2010

Dissertação apresentada como requisito para a realização da defesa de tese no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais. Orientador: Paulo Roberto de Almeida. Ano de ingresso no curso: 2015. Matrícula n. 11513HIS021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A474s Alves, Walter de Assis, 1974-
2019 Só nossa luta mesmo! Sociedade e reivindicações no bairro Morada
do Sol em Indaiatuba - SP, 1980-2010 [recurso eletrônico] / Walter de
Assis Alves. - 2019.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.605>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. 2. História social. 3. Indaiatuba (SP) - História. I.
Almeida, Paulo Roberto de, 1961- (Orient.) II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ATA DE DEFESA

| | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em: | História | | | | |
| Defesa de: | Tese Doutorado, número 99, PPGHI | | | | |
| Data: | Vinte e sete de março de dois mil e dezenove | Hora de início: | 13:30 | Hora de encerramento: | 16:10 |
| Matrícula do Discente: | 11513HIS021 | | | | |
| Nome do Discente: | Walter de Assis Alves | | | | |
| Título do Trabalho: | SÓ NOSSA LUTA MESMO! SOCIEDADE E REIVINDICAÇÕES NO BAIRRO MORADA DO SOL EM INDAIATUBA-SP, 1980-2010 | | | | |
| Área de concentração: | História Social | | | | |
| Linha de pesquisa: | Trabalho e Movimentos Sociais | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | OLHARES SOBRE A CIDADE: CULTURAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS | | | | |

Reuniu-se no Anfiteatro/sala 1H48, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: [Moacir de Goes / FATEC](#) ; [Rinaldo José Varussa / Unioeste](#) ; [Sírely Cristina Oliveira / IFTM](#) ; [Sérgio Paulo Morais / PPGHI/UFU](#) ; [Paulo Roberto de Almeida / UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Paulo Roberto de Almeida, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovado\(a\).](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutor](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Almeida, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/03/2019, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Morais, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/03/2019, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **SÍRLEY CRISTINA OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 27/03/2019, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rinaldo José Varussa, Usuário Externo**, em 27/03/2019, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moacir de Góes, Usuário Externo**, em 27/03/2019, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1107154** e o código CRC **87506164**.

A minha mãe
Aparecida Silvério Alves

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grato às pessoas que colaboraram cedendo seus depoimentos, contando-me suas histórias, abrindo os portões de parte do passado de Indaiatuba para esse “forasteiro” disposto a vasculhar suas memórias e trazê-las para o presente em forma de texto. À Ana Maria Postigo Volpiano, Antônio Carlos Gomes da Silva, Guilherme Padetti, Hermínia Raquel da Silva, Joaquim Tomás da Silva, Hélio Alves Ribeiro, Manoel Agostinho dos Santos, Oscar Carlos Luvizzoto, Rogério Antônio da Rocha, Teresa Ehmke e Maria Helena Palazzin; vocês são os reais protagonistas da história que percorre as páginas deste trabalho. Obrigado por colaborarem.

Agradeço também os funcionários do Arquivo Público da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba e Lucidalva, da Paróquia Santo Antônio.

Deixo aqui minha gratidão e reconhecimento à Prof^a Dr^a Janaína Ferreira da Silva e Prof^a Dr^a Célia Rocha Calvo, que aceitaram o convite para participar da banca de exame de qualificação e apontaram importantes considerações teórico-metodológicas à pesquisa. Nesse mesmo sentido de colaboração agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, que em suas disciplinas promoveram amplos debates, fundamentais para a composição de meu estudo.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Almeida toda minha gratidão, por assumir a orientação desta pesquisa, dispor de seu tempo e comprometer-se em socializar conhecimentos relevantes para nortear o andamento e resultado deste trabalho. Antecipo aqui minha gratidão aos membros da Banca Examinadora que certamente fecharão o ciclo de colaborações e com suas considerações permitirão o início de uma nova etapa intelectual em minha vida.

Referencio os colegas do Programa que adicionaram companheirismo e ajudaram a “cavar” momentos de distração em meio à árdua busca pelo conhecimento, camaradas Auricharme Cardoso, Hermano Medeiros e João Bosco Ferreira Brandão. Agradeço a Luiz Carlos, Marcos Rogério, Elias Manoel e Michael Alves que entre financiamento, hospedagem e transporte, colocaram um pouco mais de brandura nessa intensa jornada.

Por fim, obrigado Valéria, João Eduardo e Valentina Moraes pelo apoio no momento da estruturação do projeto que levou à escrita desta tese.

A todos vocês, obrigado!

RESUMO

O eixo da pesquisa é a análise das inter-relações e posicionamentos sociais experimentados por homens e mulheres ocupantes da cidade de Indaiatuba, situada na região metropolitana de Campinas, interior do estado de São Paulo. A temática insere nas transformações das estruturas econômicas, políticas e sociais projetadas em meio ao processo de crescimento da cidade, dinâmica que foi estimulada a partir de meados da década de 1970 mediante políticas de desenvolvimento planejadas na esfera estadual, com propósito de orientar a reestruturação metropolitana da cidade de São Paulo. Conjuntura que favoreceu a criação de planos municipais de desenvolvimento em Indaiatuba, permitindo a intensificação de seu processo de industrialização, bem como a abertura de loteamentos populares destinados a acomodar a aglomeração de famílias em busca de trabalho, tal como o loteamento Jardim Morada do Sol aberto em princípio dos anos de 1980. É neste cenário que as práticas dos grupos que compõem o quadro de moradores da cidade foram reelaboradas, circunstância que demanda leitura crítica de seus desdobramentos, fundamentados na urdidura nos modos de vivência gestados a partir da expansão de sua demografia. O processo histórico em Indaiatuba no transcorrer das décadas posteriores ao impulso populacional, será composto pela conjugação de relações estabelecidas no encadeamento de determinadas tensões entre esferas sociais compostas por antigos e novos moradores, é a partir do encontro entre realidades diversas que a cidade se moverá ordenada em espaços capazes de atribuírem novos ritmos e significados à urbanidade, assim, seus bairros, praças, igrejas e ruas experimentarão maior fluidez de circulação de pessoas, convertendo-se em lugares de aproximação e interação, bem como de confrontos e de relações divergentes entre sujeitos com trajetórias e experiências das mais diversas.

Palavras-chave: cidade, bairro, cotidiano, memória, história social.

ABSTRACT

The focus of this research is the analysis of interrelationships and social positioning experienced by men and women who are citizens of the city of Indaiatuba located in the metropolitan region of Campinas, in the interior of the state of São Paulo. The issue input the structural economics, political and social transformations designed in the middle of the process of the city's growth, a dynamic that was stimulated from the mid-1970s through development policies planned at the state level, with the guiding purpose of the metropolitan restructuring in the city of São Paulo. The scenario enhanced the creation of municipal development plans in Indaiatuba, allowing the intensification of its industrialization process, just as the opening of popular allotments meant to accommodate the agglomeration of families in their search of work, such as Jardim Morada do Sol in the earlier 1980s. It is also in this scenario that groups' practices who are part of the population in the city were reworked, a circumstance that demanded a critical reading of its unfolding, grounded on the spinning in the modes of daily living created by the expansion of its demography. The historical process in Indaiatuba during the decades after the population boost, it will be composed by the conjugation of established relationships in the chain of certain tensions among social spheres formed by old and new citizens, it is from the gathering between various realities that the city will move structured in spaces capable of accrediting new rhythms and meanings to urbanity, thus their neighborhoods, squares, churches and streets will experience a larger flow of people circulation, turning into places of approach and interaction, as well as confrontations and divergent relations between subjects with journeys and the most diverse experiences.

Keywords: city, neighborhood, daily life, memory, social history.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO..... | 02 |
| CAPÍTULO I | |
| DEBATE SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E OCUPAÇÃO URBANA NOS ANOS 1980: UM BALANÇO NECESSÁRIO..... | 13 |
| 1.1. Dois textos, um caminho: o refazer da trajetória historiográfica nos estudos em História Social no Brasil..... | 13 |
| 1.2. As ciências humanas no plural: determinações significativas sobre o método em História Social..... | 34 |
| CAPÍTULO II | |
| POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM INDAIATUBA..... | 58 |
| 2.1 Política de desconcentração industrial de São Paulo e distribuição das atividades econômicas no espaço do estado..... | 58 |
| 2.2 Significados e interpretações de um lugar em transformação..... | 76 |
| CAPÍTULO III | |
| PRÁTICAS DE MORAR: ESTRANHAMENTO E SOLIDARIEDADE NA OCUPAÇÃO DO JARDIM MORADA DO SOL..... | 99 |
| 3.1 Trajetórias e ritmos temporais, impulsos e deslocamentos em direção à cidade..... | 99 |
| 3.2 Práticas cotidianas, solidariedade e estranhamento no bairro..... | 128 |
| 3.3 Sensibilidades e experiências de articulações coletivas em diálogo com o poder público..... | 147 |
| CAPÍTULO IV | |
| O OUTRO LADO DA ESFERA SOCIAL: GRUPOS DE VIVÊNCIA, PERTENCIMENTO E PROTAGONISMO NO JARDIM MORADA DO SOL..... | 155 |
| 4.1 O bairro do Outro Lado: interpretações e reelaborações cotidianas..... | 155 |
| 4.2 Grupos de vivência, a casa: espaço privado feito coletivo..... | 174 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 203 |
| REFERÊNCIAS..... | 213 |

APRESENTAÇÃO

A escrita deste trabalho tem por demarcação as experiências geradas na cidade e definidas em sua pluralidade de sentidos, permitindo avançar sua conceituação normatizadora disposta em projetos urbanos que buscam estruturar a ocupação de seus espaços. Sem renunciar a relevância técnica, o esforço empreendido aqui se fundamenta no princípio básico de Marcel Roncayolo, que sugere desprender do expediente formalista e vê a cidade como lugar de manifestação das liberdades, de práticas reais com participação efetiva dos cidadãos, descrita em uma dicotomia de planificação, programação e ordenamento, versus criação, identidade e movimento.¹

A apropriação dos espaços da cidade, sua identificação e análise, foram orientadas na composição do cotidiano, conjuntura que incorpora elementos correspondentes à esfera pública e privada, determinadas entre a autonomia das vivências e os ajustes institucionalizados. Assim, para isso, fez-se necessário pensar a cidade como cenário que desdobra em resposta a substancialidade de usos dos lugares. Ao mesmo tempo, as relações cotidianas foram fundamentadas por meio de problematizações amparadas no viés analítico de Michel de Certeau, que as têm por práticas microbianas, singulares e plurais, contradição entre o modo coletivo da gestão e o modo individual de reapropriação dos espaços em que se tecem as condições determinantes da vida social ativa.²

Do mesmo modo, o estudo das práticas cotidianas foi assegurado por força da colaboração teórica de Maria Izilda Matos, que vê neste aporte metodológico a possibilidade de explorar experiências e aspirações de homens e mulheres cuja identidade é frequentemente ignorada. Para a autora, a abordagem analítica do cotidiano tem revelado um universo de tensões e movimentos com potencialidade de confrontos e resistência ao processo de dominação, onde as mudanças são vivenciadas e tecidas em diferentes dimensões realizadas na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.³

O manejo analítico das transformações ocorridas em Indaiatuba encontra-se catalogado entre os anos finais de 1970 e os anos de 1980, todavia, tempo histórico

¹ RONCAYOLO, Marcel. "Cidade". In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8. Região. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 396-487.

² CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 175.

³ MATOS, Maria Izilda S. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002, p. 24-26.

fluente, permitindo possíveis recuos para reaver as precedentes movimentações sociais e políticas da cidade, do mesmo modo, a trajetória que conduziu esse estudo admitiu, numa leitura histórica processual, o avanço em busca dos efeitos que a intensificação do movimento de pessoas produziu em Indaiatuba. Portanto, a delimitação temporal da pesquisa é recoberta parcialmente em dimensões que a partir de uma centralidade pode dilatar tanto em sentido de recuo, quanto de avanço nesse tempo, resultando em processo histórico trazido por homens e mulheres e exposto como instituição construída na realidade social, que é analisada aqui a partir de quatro perspectivas complementares.

Primeiramente, no que refere a observação de Julio Aróstegui, o homem participa ativamente do tempo da natureza e faz deste uma construção própria que é mensurada em mudança frente à duração, tempo representa mudança conforme uma cadência do anterior ao posterior.⁴ Por conseguinte, Jacques Le Goff, em seu estudo sobre a distinção passado/presente como algo existente na consciência coletiva, social e histórica, aponta ser a cronologia essencial para o sentido moderno e histórico do passado, pois a história é mudança orientada e nela existem formas diferentes de sentido de passado.⁵ De sua parte, Paul Ricoeur, em análise sobre o tempo histórico, pontua que a instituição do tempo está representada pela ação de uma entidade mais considerável, o *tempo mítico*. O tempo mítico se apresenta como capacitado a ir além da sombra projetada sobre o plano da prática historiadora pelos tempos do vivido e cósmico, levando-nos a alcançar um ponto fundamental da problemática do tempo, onde este exercício de análise ainda pode abarcar toda a realidade humana.⁶

Estruturado nas perspectivas sobre o tempo histórico, ao construir o estudo a partir de documentação vasta, esta não permitiu nenhuma espécie de apego a uma das orientações ou concessão que viesse atenuar o esforço de análise sem prejudicar os resultados propostos, uma vez que trata-se de contexto histórico dotado de intensas transformações que irromperam pesadamente sobre a placidez de um cotidiano, fazendo com que seus interpretes sociais passassem a receber um turbilhão de novas informações, atingindo antigos moradores do lugar quanto os que estavam chegando, deste modo é indispensável a compreensão das estruturas que receberam o impacto das mudanças inseridas em um movimento temporal complexo suscetível de ser percebido

⁴ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 288.

⁵ LE GOFF, J. Passado/presente. In: _____. *Sobre História*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994, p.218.

⁶ RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: _____. *Tempo e Narrativa*. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1997, vol. 3, p. 179-216.

segundo o modo que seus protagonistas/interlocutores incorporaram e decifraram suas funções nesta conjuntura histórica.

Ancorado nestas conceptualizações do tempo, a demarcação do estudo tem por desfecho o percurso metodológico de Reinhart Koselleck, posicionado na premissa de que a história é sustentada por distintas camadas de tempo que determinam diferentes aproximações metodológicas e, por sua vez exigem do historiador, conforme avançam os resultados das investigações, a utilização de variados meios de averiguação. O contexto em que os acontecimentos estão organizados pode ser pensado como inserido em um quadro cronológico natural, postulado metodológico da narrativa histórica, termo em que os elementos que constituem os eventos se apresentam segmentados, por isso, necessitando da noção de que:

A unidade de sentido que faz dos diferentes acontecimentos um evento é composta de um mínimo de ‘antes’ e ‘depois’. As circunstâncias ao longo das quais se dá um evento, seu antes e seu depois, podem ser entendidas; sua consistência permanece, entretanto, presa a sucessão temporal. Mesmo a intersubjetividade de uma conjuntura de eventos deve, enquanto os atores a realizam, manter-se aderida ao esquema das sequências temporais.⁷

Se a experiência que constitui o evento está inserida na sucessão temporal e pode ser inteligível para seus participantes, o antes e o depois constituem o horizonte de sentido trazido na narrativa daqueles que participam da construção histórica, esse anterior e posterior formam elementos com precisão cronológica mais significativa na descrição de estados e situações de curto prazo, podendo ser percebidos em fenômenos estruturais que precedem e integram certos eventos momentâneos que, mesmo não modificando diretamente as estruturas, são pressupostos de ações políticas, de forças produtivas e relações de produção que sofrem variações em longo prazo.⁸ Pensar os pressupostos políticos no interior da pluralidade de movimentos históricos articulados as estruturas a serem descritas, assim como, aos eventos passíveis de serem narrados, permite a temática proposta assentar em bases temporais que tais eventos são gestados, percorrendo os acontecimentos antecedentes que determinarão a concretização dos fatos, manifestação de toda a ação transformadora. Neste sentido, deve-se considerar a particularidade da produção desses eventos em suas variadas dimensões e aspectos históricos.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 134.

⁸ Ibidem, p. 135-145.

O que pretendo colocar em evidência são as relações cotidianas verificadas e demonstrar a extensão e complexidade que elas ocupam no interior das esferas sociais, econômicas e políticas de Indaiatuba, expostas de modo a motivar o observador a adentrar a órbita em que encontram os grupos que compartilham interesses diversos e, em seu interior contemplar suas potencialidades, problematizar seus projetos hegemônicos⁹ - considerando tanto a capacidade de penetração social, econômica e política -, bem como os resultados obtidos por eles. Diante disso, a escrita da tese se move em harmonia com as linguagens trazidas no *corpus* documental, de modo a comportar a construção da análise em conformidade com os significados que tais expressões representaram para quem vivenciou a ocasião de sua formulação, buscando extrair o sentido e extensão que tais pulsações subjetivas alcançaram ao penetrar a esfera dos fatos.

A temática consiste em pensar parte da realidade indaiatubana - contextualizada em recorte temporal que toma fração significativa para explicar as expansões econômica, demográfica e dilatação de seu território - trazida a partir de perspectiva que inverte o olhar habitual lançado pelos grupos tidos por tradicionais moradores, tal como de instituições de ordenamento e produção dos espaços, elegendo o bairro como lugar de abertura para a interpretação da cidade, suas práticas determinadas na participação efetiva dos cidadãos comuns, trabalhadores de fábricas, comerciantes, estudantes e senhoras donas de casa; que ora se colocam em movimento e assumem protagonismo na construção política e econômica dos espaços, recusando a ocultação de suas memórias frente às histórias selecionadas nos círculos elitistas e institucionalizados, visto que a cidade é um sistema que adquire sentido de acordo com a posição assumida por cada agente em relação aos demais, como ajuíza Bernard Lepetit¹⁰, ocorrendo daí a responsabilidade em perceber em seus ocupantes a complexa variação na interpretação e uso do lugar.

⁹ Conforme a retórica analítica de Raymond Williams que, ao debruçar sobre este conceito marxista, a partir dos estudos gramscianos, compreende esse conceito como relações de dominação e subordinação segundo configurações assumidas como consciência prática, como saturação efetiva do processo da vida, não somente de suas atividades políticas, econômicas e sociais manifesta, senão, toda a essência das identidades e relações vividas em profundidade, constituídas em corpos experimentados como práticas e expectativas relacionadas com a formação social e cultural. Visto que, hegemonia abrange o conceito de cultura como “processo total”, considerado como vívida dominação e subordinação de grupos particulares, por sua vez, inseridos na área total da vida. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 2000, p. 129-134.

¹⁰ LEPETIT, Bernard. A cidade moderna na França. Ensaio de história imediata. In: _____. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp. 2000, p. 84.

Para permitir a aproximação com a realidade que compõe o quadro dos acontecimentos em Indaiatuba sem omitir os diversos olhares lançados sobre ela, fez-se necessário um recuo até a gênese da reformulação da produção historiográfica em História Social no Brasil, alicerçada nos anos de 1970 e 1980, partindo de lugar privilegiado em que a construção do saber histórico social foi ação necessária para quem ambicionava conduzir uma problematização sistemática com potencial para recompor o cotidiano vivido por homens e mulheres em Indaiatuba, sem perder de vista suas subjetividades em diálogo constante com as transformações marcadas no lugar. Proposta levada no primeiro capítulo da tese, momento em que retomo parte dos estudos sociológicos e historiográficos que integraram importantes matrizes teórico-metodológicas, por estarem seus autores inseridos no núcleo das transformações políticas e lutas sociais que instigaram indagações sobre a necessidade de repensar as condições sociais que passaram a ser experimentadas no país.

Os estudos que estimularam o debate apresentado no primeiro capítulo foram a introdução da coletânea de textos *Outras Histórias: memórias e linguagens*¹¹, ensaio coletivo apresentado por Heloisa Faria Cruz, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury; e o texto *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*¹², obra que reuniu a socióloga e historiadora Maria Célia Paoli, e os sociólogos Eder Sader e Vera Silva Telles do Departamento de Ciências Sociais da USP. Produzidos em períodos distintos, ambos textos procuram enfatizar a necessidade de reforma no método de análise e explicação sobre as relações travadas pelas classes trabalhadoras. A proposta de retomar tal perspectiva foi fundada na possibilidade de assegurar maior contorno analítico sobre o protagonismo dos trabalhadores enquanto sujeitos políticos, tema que foi bem acolhido e exigiu grande demanda de estudo nos anos de 1980, e atualmente perde sua organicidade e sofre releituras e fragmentações de perspectivas, influenciadas por tendências e disputas acadêmicas que priorizam em demasia autores revestidos em suposta sofisticação e erudição teórica, trazidas com *status* de estudos revisionistas moldados excessivamente numa espécie de devoção a

¹¹ Esta coletânea de estudos compreende resultado do projeto *Cultura, trabalho e cidades: muitas memórias, outras histórias*, e reuniu, entre outros, historiadores do Núcleo de Estudos Cultura, Trabalho e Cidade, da PUC-SP; e da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, da UFU. Cf. CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara A. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A. & MACIEL, Laura A. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006, p. 09-21.

¹² SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera. (1983), "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". In: *Revista Brasileira de História. A luta trabalhadores!* São Paulo, vol. 3, nº6. p. 129 - 149, 1983

métodos estrangeiros, bem como a produção de textos direcionados ao “mercado intelectual” estrangeiro, negligenciando autores nacionais por referência, subtraindo a possibilidade de afirmação de uma produção historiográfica que dê sustentação a uma realidade nacional particular.

No segundo capítulo, a construção deste trabalho percorre determinadas expectativas econômicas pensadas enquanto programas de governo, configuradas em projetos apresentados pelo governador do estado de São Paulo e lançados a partir de 1976, por meio de programa como a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo, destinado a orientar a redistribuição das atividades econômicas no espaço do estado, criando, dessa forma, a possibilidade de desenvolvimento entre as diversas regiões que compõem o território, com expectativa de progresso e expansão da vida econômica para o interior, atenuando o peso demográfico das regiões metropolitanas ao mesmo tempo em que ampliam as populações das cidades interioranas com programas/projetos de habitação, como igualmente exposto na Política Habitacional do Estado de São Paulo.

Por conseguinte, a apreciação exposta no segundo capítulo prima por estabelecer diálogo entre estes projetos de reestruturação urbana do governo de São Paulo, suas perspectivas contingenciais, juntamente com as disposições que se abrem no cenário político e econômico da Indaiatuba de finais dos anos de 1970, expresso na expectativa de desenvolvimento da cidade, amparada em raízes que vão do Plano Integrado de Desenvolvimento produzido em 1968, passando pela instituição em 1978 do Fundo de Melhoramentos Urbanos de Indaiatuba, e, por fim, em agosto de 1979 é promovido o Programa de Desenvolvimento Econômico-Social e Comunitário do Município; ambos os programas municipais foram criados - um antes e dois posteriores aos programas estaduais acima citados - para dar suporte infraestrutural que induza a realização de futuro progresso material à cidade.

Foi notável constatar a intensificação da disputa por poder político e econômico em Indaiatuba a partir de finais de 1970. Ao medir força e trocar insultos através da imprensa local, políticos terminaram por construir material abundante que contribuiu para elucidar as maneiras como tais disputas foram enunciadas, cuja colaboração vem categoricamente enriquecer e diversificar a produção e interpretação dos espaços delineados em seu contorno material, além de identificar os múltiplos extratos sociais, as relações de força, as camadas de poder em disputa, seus ganhos e perdas. A tese propôs acentuar os resultados de carácter prático compartilhados por parte da

coletividade inserida no conjunto das relações construídas, que por sua vez demarcam seu percurso de articulações configuradas em uma cidade tida como polo industrial, dotada de grande concentração demográfica.

Nesse viés, o manejo do poder público se mostrará ávido pelas oportunidades e vantagens que serão produzidas a partir da ampliação demográfica local, reveladas na expansão sistemática das políticas habitacionais geradas com o redimensionamento e aceleração econômica da cidade, sustentáculo da estruturação de disputas apresentadas no interior desse “jogo”, categoria articulada ao contexto da alteração nas práticas de ordem comunitária fundadas no quadro de alargamento dos artifícios de defesa de interesses populares.

Os grupos em estágio formador de suas consciências anunciadas no modo como norteiam relações em tensão plena de luta, resistência à manutenção ou condicionamento a determinados elementos hegemônicos, podem ser percebidos assentados em dados bairros da cidade, lugares em que as manifestações, mesmo cerceadas pelo poder público, não deixaram de expor seus elementos mais ativos. Passagem apresentada no terceiro capítulo da tese, cimentada em meio ao conjunto das ocupações e definições dos lugares da cidade, revelando contornos territoriais demarcados e corporificados em zonas habitacionais distintas: de um lado a zona sul, região recentemente ocupada em grande parte por famílias de operários, conduzidas à Indaiatuba em busca de emprego e do desejo de conquistar moradia própria, de outro a zona norte, formada por bairros mais antigos e áreas de habitação nobre.

Nas características daqueles que passaram a ocupar a zona sul da cidade, ressalto o predomínio de sujeitos que possuem como trajetórias de vida variedade de práticas experimentadas no interlúdio de suas lutas, da saída do local de origem à constituição de residência em Indaiatuba. Assim, homens e mulheres passam a tomar lugar no interior das mudanças que lentamente refazem a cidade em via da lógica de desigualdade social, percebida nas condições de vida oferecidas e articuladas diretamente em espaços segmentados *“entre populações e lugares, entre um pedaço e outro da cidade, entre o lugar e a totalidade da cidade, entre a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida”*, bem como reitera Dirce Koga.¹³

¹³ KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortes, 2003, p. 55.

As estratégias de luta por espaços que venham a servir como ferramenta de mobilização frente às mudanças, começaram a ser gestadas a partir do momento em que se teve início a ocupação das regiões direcionadas a construção de moradias populares no Sul de Indaiatuba¹⁴, nesta conjuntura o Jardim Morada do Sol ocupa papel relevante na cidade por concentrar número elevado de lotes e atrair fluxo considerável de moradores. Em vista disso, pessoas que habitam o lugar passam a articular práticas de interação face às difíceis condições determinadas em seu cotidiano, temática apresentada no quarto movimento da tese como promotora de apropriada elaboração cultural das necessidades, lavradas em meio às formas de existência trazidas ou adquiridas, conforme foram assentando os mecanismos de convivência existentes no interior do bairro e espaços da cidade, elementos que aos poucos motivaram o emergir de outras linguagens e táticas de convívio, uma vez que estas enunciam contornos de identificação entre os novos sujeitos sociais e moradores antigos dos bairros pobres.

No transcorrer das páginas desse texto redimensiona-se o olhar sobre Indaiatuba, resultante do posicionamento e das referências construídas pelos atores sociais que circulam de parte a parte entre bairros periféricos e região central, é a partir do bairro Jardim Morada do Sol que são estabelecidos os relatos acerca da cidade, procurando contrapor as arraigadas perspectivas narrativas apresentadas nas obras literárias referentes ao passado deste lugar¹⁵, em hipótese, entendidas como instrumentos que sustentam e transferem valores culturais, experimentados e tidos por representativos para identificar e aproximar pessoas descendentes e representantes das famílias de moradores antigos da cidade, refazendo um passado fracionado que ignora a figura do outro na totalidade do quadro que é a cidade.

¹⁴ O bairro Jardim Morada do Sol foi loteado no início da década de 1980 e apresentava, segundo pesquisa feita no ano 2000, a quantia de 8.842 moradias. ALVES, Adriana Corrêa. *Qualidade de vida e processos sócio socioambientais em Indaiatuba-SP. Estudo de caso do bairro Jardim morada do sol*. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003, p. 66.

¹⁵ Os livros sobre Indaiatuba catalogados somam treze títulos, publicados entre os anos de 1998 e 2009. Esses livros foram escritos por agentes posicionados como cronistas e memorialistas, suas obras compartilham experiências vividas e retratam a existência de monumentos erguidos no passado da cidade. Seguem os títulos publicados que versam sobre Indaiatuba: *Reminiscências de Indaiatuba*, escrito por Antônio Zoppi; *Recordações de um clarinetista*, que retrata a vida de Nabor Pires Camargo; *Elzira na ribalta da vida*, de Elzira Ferrarezzi Carotti; *Fragmentos da memória*, composto por Henrique Ifanger; *O ofício de compartilhar histórias*, registros de fatos conduzidos pela jornalista Ana Lígia Scachetti; *A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária*, de Nilson Cardoso de Carvalho; *Um olhar sobre Indaiatuba*, *Um olhar sobre Indaiatuba II* e *Um olhar infantil sobre Indaiatuba*, livros com autores diversos; *Malungo*, do professor de história Aparecido Messias Paula Leite de Barros; *O crime do posso*, da historiadora Eliana Belo Souza; *Cronologia Indaiatubana*, do memorialista Nilson Cardoso de Carvalho e *Nos tempos do Bar Rex*, obra de Antônio da Cunha Penna.

Dentre os títulos, chama a atenção o livro *Um olhar sobre Indaiatuba*¹⁶ publicado em 2006, essa obra é uma compilação selecionada de 116 textos produzidos por 88 autores, uma legítima ode às famílias tradicionais presentes na cidade, em momento algum se menciona os novos moradores, sua presença é silenciada nas páginas deste estereotipado e dos demais livros produzidos e financiadas com verba do poder público municipal. Em vista disso, falar sobre e ouvir a periferia indaiatubana é por si só, e fora de qualquer parcialidade, contrastar determinada perspectiva estanque sobre o passado do lugar, numa análise meticulosa e mais flexível, ao mesmo tempo a urdidura de tais perspectivas podem representar uma justaposição de fatos que dão um sentido menos particionado e mais abrangente da realidade local.

Ao registrar parte do passado conduzido por vias tematicamente selecionadas, entendo que a apropriação e manipulação deste passado têm como propósito reiterar o atributo de herdeiros dos valores considerados tradicionais, a catalogação desta produção literária, do mesmo modo, demonstra certo fundamento que ultrapassa suas temáticas, uma vez que os treze títulos encontrados foram publicados com incentivo da mesma instituição, a *Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*¹⁷ e parte do acervo foi organizado na coleção intitulada *Crônicas Indaiatubanas*.

A propósito da compilação e reinterpretação dos eventos por determinado grupo como exigência operativa de autoridade sobre a consciência de um passado experimentado, a intenção em eleger parte da memória por meio de registros de cronistas e memorialistas estimula sua leitura tanto textual, quanto extratextual, circunstância que torna profícuo buscar na memória dos moradores da região periférica da cidade um sentido de existência coletiva que desconponha o propósito de apropriação de parte do quadro de representações da história local e quebre a substância que fundamenta essa convicção de tradição seletiva, de passado intencionalmente organizado, conduzido como

¹⁶ Esta obra concede seu título ao da tese, seu sentido original *Um olhar sobre Indaiatuba* é acrescido/parafraseado com a determinante e pronome demonstrativo *Outro*, que também é transferido do título do artigo do cronista Antônio Zoppi, *O bairro Santa Cruz ou “do Outro Lado”*, aspas do autor, publicado em 1955 na Gazeta de Indaiatuba, neste último, a palavra *Outro* traz o sentido de diferenciação e exclusão, desse modo, procuro no título da tese atribuir uma novo tratamento interpretativo/explicativo ao contexto em que tais títulos foram produzidos, dando uma nova abordagem ao sentido da história de Indaiatuba contada por seus pares de origens lidas como tradicionais. Cf. ZOPPI, Antônio. *Reminiscências de Indaiatuba*. Indaiatuba SP: Fundação pró-Memória de Indaiatuba, 1998, p.33. (*Crônicas Indaiatubanas*, v.1).

¹⁷ A fundação foi constituída em 1994 a partir de um movimento popular de representantes de famílias antigas da cidade, que tiveram por finalidade lutar contra a proposta de demolir o Casarão do Pau Preto, sede da fazenda cafeeira da família Bicudo, construído aproximadamente na década de 1810. Em meio à luta pela conservação de parte da memória local essas pessoas tiveram a ideia de criar uma instituição voltada para a preservação do patrimônio histórico da cidade. PREFEITURA Municipal de Indaiatuba - Secretaria Municipal de Administração. *A Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*. Disponível em: <<http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/>>. Acesso em 16/04/2012.

utensílio apropriado para firmar determinada coesão interna de grupo e, por sua vez, diferenciá-la socioculturalmente frente a outros grupos.

Desse modo, outra história sobre Indaiatuba é evidenciada, uma história como processo, feita de experiências compartilhadas, sejam elas de interação ou conflito, todavia, reais em sua pluralidade de movimentos, numa tentativa de democratização da história, utopia do método, na perspectiva de Michel Tiebitsch, contrária às instituições e disposta a devolver a palavra ao povo, permitindo contar a história daqueles que foram excluídos da escrita, do concebido, impondo-se por verdadeiro frente ao artificial que é sustentado por projetos maniqueístas contraditórios, evidenciando uma história pautada na observação participante¹⁸, não lacunar e, efetivamente, moldada no uso da palavra, dos relatos diversos e experiências até então conservadas na memória, apelo a vivência e a objetividade dos sujeitos históricos atuantes com protagonismo, a expressão verdadeira dos modos de experimentar a vida e seus significados demonstrados por meio dos fatos, como bem pontuou Alessandro Portelli, “*A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo a argumento, o fim mesmo do discurso.*”¹⁹

A compreensão dos momentos de formação, representação e interpretação dos novos lugares estabelecidos em Indaiatuba, pede a demarcação de traços distintivos dos grupos que circulam por seus espaços. Para tanto, reconheço a coexistência nesses ambientes de diversas manifestações culturais peculiares que envolvem variados estratos sociais sensivelmente interligados, visto que, essas manifestações culturais ocorrem por meio de linguagens diversas que não são reveladas de forma estática, com fronteiras legitimamente demarcadas, e sim com grupos sociais compartilhando de modo articulado suas diversas linguagens. Temática que por hora completa num último capítulo o debate aqui apresentado e põe em tese a questão do encontro entre culturas que, em plano analítico idealista, pode vir a mostrar-se como ambiente conflitante, alimentado por divergência de valores, porém ao buscar maior aproximação do cenário em que as diferenças entre grupos sociais diversos apresentam mais intensas, outras nuances emergem como ferramentas apropriadas para oferecer suporte a indagações que vão mais à frente da leitura unidimensional e permite alcançar os extremos nos quais os conflitos

¹⁸ TIEBITSCH, Michel. A fundação epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: MORAES, Marieta. (Org.) *História Oral*. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 25.

¹⁹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narrações, interpretações e significados nas memórias e nas fontes orais. In: TEMPO. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 1996, p. 60.

tendem a encontrar seus limites, estimulando tensões capazes de reordenar a configuração, bem como o sentido interpretativo dos espaços da cidade.

CAPÍTULO I

DEBATE SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E OCUPAÇÃO URBANA NOS ANOS 1980: UM BALANÇO NECESSÁRIO

muitas vezes é mais importante saber que outras coisas estão sendo ditas do que saber o que está sendo dito, de modo convencional, a respeito da cidade. ²⁰

1.1. Dois textos, um caminho: o refazer da trajetória historiográfica nos estudos em História Social no Brasil.

Os anos finais de 1970 anunciaram grande mobilidade de pessoas em direção a Indaiatuba, atraídas por oferta de terrenos baratos e demanda de trabalho gerado por fábricas que são instaladas na cidade. Esses acontecimentos aproximaram moradores antigos de grupos recém-chegados, forjando contornos de interações em complexa teia de relações que podem ser explicadas enquanto dimensões²¹ sociais diversas, inseridas em um conjunto de transformações que ultrapassam os limites da municipalidade e englobam contextos históricos mais amplos, com origem nas mudanças estruturais advindas da redistribuição industrial da cidade de São Paulo em direção ao interior do estado, processo que fica evidente na formatação da região metropolitana de Campinas. Esta cidade, ao receber intenso estímulo industrial vindo da capital paulista gera a dilatação do volume demográfico em inúmeras cidades que orbitam em seu entorno²², impondo intensas modificações em suas “vocações” produtivas, responsáveis por redefinirem as atividades econômicas, práticas políticas, assim como o cotidiano de seus moradores, motivo este que é gerador de alterações na configuração das estruturas e forças sociais em Indaiatuba, cidade que compõem o quadro metropolitano

²⁰ WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo, Cia das Letras, 1989, p. 386.

²¹ Uma vez que, segundo Pierre Bourdieu, essas dimensões são pensadas como composto por campos de forças objetivas impostas aos agentes como princípio de construção dos espaços sociais, propriedades atuantes expressas por diferentes condições de poder ou de capital e pela posição que determinados agentes ocupam na distribuição destes poderes, atuantes nos diferentes campos, sobretudo no capital cultural, no capital simbólico e no campo econômico que tende a impor sua estrutura aos demais campos. BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 133-161.

²² A Região Metropolitana de Campinas foi criada em 2000 e é integrada por vinte municípios, sendo eles: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. É a segunda maior do Estado de São Paulo em população, com mais de 3,1 milhões de habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2016, e gera 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Indicadores Região Metropolitana de Campinas, SP*. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>>. Acesso em 15 de ago. 2017.

campineiro; isto posto, o aporte metodológico para análise de suas transformações é determinado sobre terreno da História Social, nos múltiplos significados constituídos no espaço urbano, fundamentação delineada com a finalidade de conduzir a interpretação do quadro histórico em que desdobra o ambiente de circulação e vivência na cidade.

A análise que antecede as prováveis consequências da descentralização industrial da capital paulista, com parte de seu parque fabril direcionado ao interior do estado, foi tecida pelo economista Paul Singer em 1968. No estudo *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* Singer enfatiza que a dilatação do núcleo industrial de São Paulo ocorreria por meio da ferrovia Santos-Jundiaí e da construção e ampliação da malha rodoviária estadual; dessa maneira, a expansão da economia industrial no estado penetraria o interior alcançando também Campinas e suas cidades satélites.²³ Todavia, a saída de indústrias provenientes da cidade de São Paulo para outras regiões do estado não aconteceu de modo funcional e constante, o processo industrial paulista traz em seu bojo algumas manifestações históricas que são amplas e complexas. Por certo, tem-se no entremeio dos anos de 1970 e 1980 o reordenamento acelerado da cidade de São Paulo, resultado da implantação do plano de desconcentração da produção industrial da capital paulistana, circunstância que envolve expressiva redistribuição dos investimentos e que foram pautadas na proposta de divisão territorial do trabalho, articulados por dados técnicos e políticos bem elaborados, fatores determinantes para a instalação de fábricas no interior.

O processo assinalado por Paul Singer tem suas raízes no choque do petróleo e crise do fordismo acentuados na década de 1970, momento que sinalizou a redução gradativa de um regime de acumulação produtiva autocentrada e, em seu interior, emergiu a orientação prática de descentralização produtiva, contexto entremeado por novas formas de organização de produção, mudanças tecnológicas, declínio de atividades econômicas e, segundo arguição do cientista político e sociólogo Leôncio Rodrigues, manifesto na esfera social por grande mudança na composição da força de trabalho, visto que tal mobilização de plantas fabris exhibia, dentre outros aspectos, o esforço em escapar das áreas de concentração operária. A transferência, ou ameaça de transferência das fábricas, naquele momento, consistiu poderoso instrumento do patronato para contenção das reivindicações trabalhistas, uma vez que a dispersão industrial e desconcentração de trabalhadores por unidade de produção não significou a

²³ SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 69-71.

divisão da unidade de comando empresarial; assim, trabalhadores em grupos cada vez mais segmentados, passaram a enfrentar uma administração empresarial dotada de campanhas antissindicais mais agressivas em seus comandos e estratégias.²⁴

Contudo, o esforço patronal para imobilizar ações dos trabalhadores não pode ser pensado como procedimento isolado, fechado puramente nas estratégias empresariais de contenção das ações operárias, antes de tudo, os aspectos da vida dos trabalhadores, o contexto em que são definidas suas relações, assim como as trajetórias históricas percorridas pelos variados sujeitos devem ser postas em relevo de forma a dar maior visibilidade ao processo em sua totalidade, evitando negligenciar o papel daqueles homens e mulheres que realizaram ações no interior desse quadro, argumento que estimula o recuo e apreciação de parte dos eventos que marcaram essa ocasião.

A leitura apresentada tanto por Paul Singer, quanto por Leôncio Rodrigues contribui para esboçar as mudanças que levaram a descentralização da produção industrial de São Paulo, mas pouco diz em termos de explicação sobre as novas configurações sociais e subjetividades que emergiram naquele cenário, tal e qual, lutas estudantis, movimentos por direitos civis, lutas de trabalhadores precários, movimentos de usuários de transporte coletivos e movimentos de mulheres, etc. No plano de elaboração do método que viabilizasse formular meu objeto de pesquisa, no sentido de permitir acentuada descrição das operações sociais que compõem parte do processo das transformações sucedidas no ambiente de reestruturação metropolitana de São Paulo - ou seja, análise que prioriza as relações sociais assentadas na realidade da cidade de Indaiatuba em contexto de finais de 1970 e meados dos anos de 1980 -, foi-se delineando fecundo material teórico que norteou a problematização do tema e, conforme avançava o contato com o material acessível, algumas obras despertaram interesses e me levaram a uma via de questionamentos acerca do percurso de construção do saber histórico fundamentado no interior da História Social brasileira.

Dessa maneira, a análise dos eventos que tomam forma no transcorrer dessas páginas encontra-se inserida em momento banhado por intensas mudanças de ordem social e política, que exigiram ajustes metodológicos apropriados para cobrir sua verificação. Foi a necessidade de operacionalizar os conceitos aplicados na tese que induziram ao contato com frutífero material teórico produzido por pesquisadores brasileiros que se mostraram preocupados em expandir os caminhos dos estudos sobre a

²⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp, 1999, p. 169-180.

sociedade brasileira naquele momento, por isso, dispostos a formatar novos paradigmas que libertassem a leitura da realidade social em evidência dos liames das interpretações abstratas trazidas na noção de consciência de classe, por exemplo. Inquietação que não exprime privilégio dos estudiosos nacionais, visto tratar de pulsação histórica alimentada no quadro geral das crises econômicas pós-fordista. Richard Evans acentua bem a importância que é o repensar dos pressupostos interpretativos a partir do cenário de transformações que adentraram nos anos de 1980 e chegam aos nossos dias, ele afirma

A rápida mudança social e econômica estava a minar muitas das premissas que serviram de base ao trabalho de uma geração de historiadores. Declínio da classe trabalhadora industrial e a emergência de uma sociedade pós-industrial, ameaça de degradação ambiental punha em questão a fé dos teorizadores da modernização nos benefícios do livre crescimento industrial.²⁵

A necessidade de elaborar novos métodos analíticos está associada à razão que levou ao colapso das grandes narrativas e teorias teleológicas assegurando o reestabelecimento dos seres humanos e suas subjetividades no compasso da escrita da história. Para Evans, foi neste andamento que os historiadores começaram novamente a escrever sobre pessoas, em sentido próprio, sobre os humildes e comuns, as ditas figuras obscuras da história, aqueles tidos como perdedores e espectadores do processo de mudança histórica.²⁶ Chama atenção também a inquietação de Evans quanto a importância e responsabilidade no manejo sistemático do método selecionado para atribuir suporte ao diálogo com as estruturas sociais em sua totalidade, freando o entusiasmo em querer abraçar desatadamente as categorias genéricas do saber histórico que pululam as produções acadêmicas em nosso tempo.

Em vista disso, tem no percurso dinâmico da construção do método historiográfico uma constelação de padrões e ênfases teóricas que, no transcorrer dos anos, foram agregadas ao quadro da construção do saber com forte tendência a estabelecer propostas conceituais maniqueístas, da mesma maneira que manifestas relações de poder. Cenário avaliado por Durval Muniz²⁷ como produção nutrida por dicotomias irreconciliáveis, resultado de dogmatismo que acredita ser uma dada

²⁵ EVANS, Richard J. Prólogo: Que é a História? – Hoje. p. 17-37. In: CANNADINE, David – *Que é a História Hoje?* Lisboa: Gradiva, 2006, p. 23.

²⁶ Ibidem.

²⁷ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006.

corrente ou campo historiográfico, possuidor de domínios para fornecer acesso ao que é essencial e importante conhecer sobre o passado, recusando as múltiplas variáveis das ciências humanas em seus objetos e abordagens, sua sensibilidade em manter o sentido do conjunto dos fatos²⁸; fatos estes não conceituados por meio de categorias e tendências reducionistas, classista, militante reivindicatório, ofertadas sob signo de aparato historiográfico inovador, mas sim ordenado com finalidade de imprimir maior suporte aos desafios colocados pelas transformações da sociedade, sem pender para as determinantes e importância dos eventos históricos separadamente em esferas bem cimentadas, ignorando que “*todas as relações sociais são possíveis porque são mediadas pela comunicação que, mesmo em suas formas mais rudimentares, já são simbólicas, portanto, culturais.*”²⁹

Dois textos foram essenciais para orientar a proposta de refazer o caminho trilhado pela produção historiográfica que fundamentou os estudos em História Social no Brasil. Primeiro, a introdução da coletânea de textos *Outras Histórias: memórias e linguagens*.³⁰ Esse ensaio coletivo apresentado por Heloisa Faria Cruz, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury, pontua reconhecer a importância dos debates intelectuais nomeadamente no enfoque do saber histórico³¹ articulado a outras vertentes de estudos das humanidades³², diálogo fundamentado na relevância em reavaliar os referenciais teóricos e metodológicos, bem como incorporar novas premissas ao debate, o que leva o grupo a optar por definir uma História Social preocupada em analisar os modos de vida e produção de sentidos no interior do campo privilegiado da Cultura.³³ Por seu turno, postura marcante e influência para a definição dos critérios e problematizações que tomam corpo nesta tese e reafirmam a importância de retomar parte dos estudos sociológicos e historiográficos que, em intensa articulação, foram

²⁸ Ibidem, p. 206-207.

²⁹ Ibidem, p. 209.

³⁰ CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara A, op. cit., p. 09-21.

³¹ Cf. FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: perspectivas de investigação. *Projeto História 4, História e Historiografia, contribuições ao debate*. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História, PUC/SP/EDUC, p. 21-41, jun. 1985; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Transgressão tem cara de criança: o espaço social da infância em Ana Maria Machado. *Projeto História 14*, São Paulo, EDUC, p. 145-160, 1997.

³² Cf. SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CHAUI, Marilena. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: DEPARTAMENTO de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de São Paulo: *O direito a memória, patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992; ROLNICK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação urbana e territórios na cidade de São Paulo*, São Paulo: Studio Nobel, 1997; ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas – Transformações nos espaços públicos*, Campinas, SP: EdUnicamp/São Paulo: Imesp, 2000.

³³ CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara A, op. cit., p. 10-12.

produzidos no interior do ciclo das transformações políticas e lutas sociais, das manifestações que sublinharam a necessidade de repensar a própria noção de classe enquanto conceito interpretativo das novas condições sociais experimentadas no país, conjuntura que levou a incorporação de outras categorias de trabalhadores nos estudos das diversas ciências humanas, ampliando a visibilidade de suas lutas para além daquelas que se constituíam nos espaços da fábrica.³⁴

A necessidade de superação em relação aos resultados das produções acadêmicas correntes, e a inquietação frente à história contada por grande parte dos historiadores à sociedade foi que impeliu a busca e demarcação de outra proposta de História Social, que toma como norte a pluralidade de memórias e linguagens direcionadas a temáticas do trabalho tanto na cidade, quanto no campo.³⁵ No percurso da pesquisa e escrita da tese compreendi que tais aflições mostraram profundamente enleadas a sentimentos e desconfortos que, em outro momento, estimularam a aproximação entre pesquisadores preocupados em reavaliar o solo em que assentava o debate acadêmico das ciências humanas, daí os subsídios que me levaram a dar início às escavações em busca de parte importante das reflexões que outrora foram produzidas neste campo de estudos, e percorreram investigações em diálogo vivo com a movimentação política do período. Prática intelectual advinda do esforço de evitar engessar análises em conceituações e paradigmas complexos em demasia, quando não, abstratos e deslocados da realidade brasileira, por isso, suscetíveis de esterilizarem os parâmetros interpretativos da realidade histórica estabelecida pelas manifestações dos sujeitos.

Os questionamentos levantados na introdução da coletânea *Outras Histórias: memórias e linguagens*, assim como os textos que compõem o corpo do estudo me levaram a retomar a resenha intitulada *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*³⁶, que anteriormente havia apontado o caráter e ordem do debate movimentando no campo sociológico em diálogo profícuo com a história, evidenciando a necessidade de redimensionar o eixo de observação e questionamentos sobre as possíveis explicações acerca da natureza e comportamento de trabalhadores, suas determinações e significados. Desta maneira, a produção intelectual

³⁴ Ibidem, p. 13.

³⁵ Ibidem, p. 10.

³⁶ Produção que, no calor dos eventos e indagações acerca das transformações socioeconômicas oitentistas, reuniu em convenção a socióloga e historiadora Maria Célia Paoli, e os sociólogos Eder Sader e Vera Silva Telles do Departamento de Ciências Sociais da USP. SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera, op. cit., 1983.

em ciências sociais, a princípio fincada em eixo analítico que tendia a negatizar a classe operária, fundamentada em certa conjuntura em que nem o trabalho industrial, sequer a condição operária eram percebidas positivamente, fechando o núcleo de observação em um trabalhador sem qualquer noção de consciência coletiva, assinalando a intensa individualidade do sujeito amarrada a instrumentalização individualizante do sindicato, da empresa e da própria vida operária; ou seja, o desenho de uma classe trabalhadora que rejeita as determinantes sociais e políticas do trabalho industrial e ausente de qualquer projeto de ação coletiva³⁷, curvatura teórica que expande nos anos de 1970 e depois perde fôlego, contraposta a outra vertente de produção intelectual mais preocupada em estabelecer parâmetros assentado na contingência de alcançar maior penetração interpretativa das manifestações históricas, atentando para questões do passado a partir dos aspectos sociais, da natureza particular de homens e mulheres, das relações construídas em seus espaços de circulação e produção de atividades humanas, seus modos de vivência.

Acentuando a relevância argumentativa dos dois grupos de intelectuais que, em momentos distintos, porém convergentes e articulados, demonstraram preocupação em reavaliar seus pressupostos teórico-metodológicos, com finalidade de possibilitar maior aproximação às experiências sociais vivenciadas por trabalhadores em suas diversas esferas da vida cotidiana. O primeiro grupo procurou abrir diálogo com problematizações que vigoraram nos anos de 1980, percurso intelectual que retoma parte da produção do saber preocupado em denodar as amarras dicotômicas da atual produção historiográfica, marcando como objeto de estudo a compreensão das várias experiências e tessituras da vida na composição da sociedade. O segundo grupo, em seu tempo, procurou decompor a leitura estanque e abstrata de consciência de classe inaugurada nos estudos de Juarez Brandão Lopes³⁸, partindo de novas abordagens sobre sociedade e trabalho apresentadas por Francisco Weffort em estudo acerca das greves de Osasco e Contagem ocorridas em 1968, publicado nos *Cadernos CEBRAP* de 1972. Momento em que esse autor propõe demolir as determinações estruturais produzidas na sociologia tradicional referentes a condição operária que, por sua vez, posicionava a ação da classe trabalhadora como mera figuração das possibilidades prontamente

³⁷ Ibidem, p. 139.

³⁸ Juarez Brandão Lopes escreveu: *Os ajustamentos do trabalhador a indústria: mobilidade social e motivação*, datada de 1960, trabalho entendido como precursor nos estudos sociológicos que procurando se apresentar renovadores, porém terminou por engessar os trabalhadores e introduzir a classe operária em negativo. Ibidem, p. 136.

estabelecidas nas estruturas. Segundo os autores de *Pensando a Classe Operária*, Weffort demonstra, por contradição, a ação política como prática de elaboração coletiva, trazendo a noção de conjuntura enquanto fundamento da imagem de classe atuante em determinado momento histórico³⁹, deste feito, inaugurando novo campo de reflexão sobre a qualidade de vida e trabalho no interior do debate intelectual brasileiro.

Ao analisar as greves Francisco Weffort apresenta o movimento operário não no predicado de dependente da história da sociedade, firmado na ênfase das condições externas com sua dinâmica vista sempre como reflexo direto das determinações estruturais, sejam de ordem econômica ou social⁴⁰, o autor preocupa em recuar nos anos antecedentes às greves e exhibe as vicissitudes de seus desdobramentos internos, trajetória que articula as atividades sindicais às novas organizações de bairros, movimentos de estudantes e da Igreja; conjugada as dimensões de um processo global de transformações na indústria, na vida urbana e condição operária. Leitura que exhibe um novo tipo social dotado - em seu espontaneísmo tencionando para uma concepção que simboliza uma organização política que eles não tinham - de novas condições de existência⁴¹, assinaladas por protagonismo que permite aos sujeitos, indo do setor de ponta do operariado ao movimento estudantil, conduzirem suas próprias histórias, fazendo valer seus interesses por seus próprios meios, destarte, capazes de influir sobre a sociedade.⁴² Problemática que abre a possibilidade de promover inflexões na contingência analítica da historiografia social, bem como pode ser percebida na proposta da *Revista Brasileira de História* que, em seu terceiro ano de existência e sexto número, sublinha por seus editores tratar-se de nova forma/fase de escrita e publicações sobre história; e mais, seu título instigante já evidencia o momento histórico dessa curvatura metodológica: *A'lucta, trabalhadores!*

Assim como a problemática dos historiadores do Projeto *Cultura, trabalho e cidades*, surge pressionada pela conjuntura das lutas sociais e a aspiração em enfatizar os fios que ligam as práticas e cotidiano sociais às linhas mais amplas desse processo de luta⁴³, as observações feitas em 1983 pelos pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais da USP, nascem da proeminência de entender as transformações nas práticas sociais que tomam contornos em novos temas e colocam no “*centro da reflexão o*

³⁹ Ibidem, p. 147.

⁴⁰ WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. In: *Cadernos CEBRAP*, n. 5, 1972, p. 89.

⁴¹ Ibidem, p. 56.

⁴² Ibidem, p. 87.

⁴³ CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara A. op. cit., p. 14.

*problema da emergência dos trabalhadores enquanto sujeitos políticos*⁴⁴; visto que, foi a partir da greve de 1978⁴⁵ que os trabalhadores brasileiros efetivamente passaram a ser percebidos por outras características que apontam sua participação ativa no cenário político do país, demonstrando sinais de vida própria, condição que impôs a releitura de seus significados e protagonismos sociais, “*buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social.*”⁴⁶ Indagações que são alçadas em meio a poeira da leitura estanque de subordinação de trabalhadores ao Estado e às determinações estruturais da industrialização brasileira, fomentando novos olhares para os movimentos sociais e redimensionando a produção intelectual sobre o tema, na ânsia de captar nas experiências de trabalhadores a inteligibilidade de suas práticas, rompendo decididamente com a produção intelectual precedente e colocando em relevo a noção de *sujeito*.⁴⁷

A importância em repensar o método sociológico, inquietação presente nas páginas do texto de Eder Sader e parceria, como já sugerido, ultrapassam as fronteiras de áreas de estudo específicas no quadro das ciências humanas, conjectura que pode ser delineada a partir das observações antes feitas por Francisco Iglésias, destacado historiador brasileiro que percorreu com sua produção intelectual - fincado em temáticas de política econômica e industrialização - os anos preambulares do redimensionamento das análises sobre condições de trabalho no Brasil; seu ensaio move no campo da teoria da história sob título: *A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade*, e expõe conteúdo que tem como propósito avaliar a contribuição de disciplinas de outras áreas do pensamento científico das ciências humanas para a composição da historiografia, articulação considerada responsável por atribuir potência analítica ao processo social por meio da evolução de seus métodos e mecanismos, em diálogos com novas tecnologias tais como gravações e filmagens.

⁴⁴ SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera, op. cit., p. 130.

⁴⁵ As greves de Contagem e Osasco que fazem parte do estudo de Francisco Weffort avaliado como movimento analítico inovador para o campo das ciências sociais, ocorreram em 1968, já as greves de 1978 são vistas como espaço de movimentação histórica efetiva para o florescimento dos trabalhadores na condição de sujeitos sociais protagonistas em suas diversas necessidades e aspirações. As duas greves mesmo aproximadas enquanto movimentos de ação social, apresentam determinado hiato em seu interlúdio, visto que, após as greves de 1968 foi decretado o Ato Institucional Número Cinco, tido por mais duro de todos os Atos Institucionais, emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em dezembro daquele ano. Desse modo, arrefecendo tanto os ânimos das mobilizações sociais de trabalhadores, quanto das análises sobre eles.

⁴⁶ SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera, op. cit., p. 130.

⁴⁷ Ibidem.

Esse autor vê neste diferencial a possibilidade de captação da natureza da história, feita pela documentação, por comprovação de afirmativas e não por hipóteses ou sofisticações retóricas que não priorizam o real e seus elementos concretos, e sim que possa revelar o sentido de mudança, de processo, recusando a produção histórica que não perceber o novo e as marcas das diversas temporalidades presentes em suas estruturas.⁴⁸ Francisco Iglésias, de ângulo privilegiado, tece novos olhares para a realidade da produção acadêmica brasileira, possui sensibilidade e tino intelectual para, sem recusar a primazia do produto, perceber o momento de inquietação manifesta na necessidade de cruzar a fronteira de uma historiografia tradicional em grande parte repetitiva, com autores acomodados em copiar outros até nos erros, fazendo raro o título que sobressaia em interpretação e originalidade.⁴⁹

Ora tecendo duras críticas, ora demonstrando apreço ao novo historiador, seus argumentos vêm no sentido de orientar esses profissionais, visto que o historiador tem em sua natureza profissional a capacidade de captar mudanças⁵⁰, portanto, cabe o uso inteligente de instrumentos teóricos da filosofia, sociologia, etc., que venham contribuir para o redimensionamento das perspectivas históricas, na abrangência da compreensão do social como totalidade.⁵¹ A preocupação do autor em afirmar que determinadas ciências sociais apresentam alta força sedutora, por suas teorias, resultados e técnicas de trabalho capazes de darem respostas a questões concretas e apresentarem modelos de expressão com rigor objetivo, assenta-se no campo da História Social, no horizonte das novas abordagens que vêm se desenhando nas profundas mudanças sociais e políticas de finais dos anos 1970. O que impulsiona as práticas acadêmicas a aplicar-se em espiral, mantendo a curva plana das ciências sociais girando em torno do ponto central dos acontecimentos, e dele afastando ou se aproximando segundo suas determinações conceituais, isto é, qualquer que seja a área de estudo em ciências humanas, ela acentua sua análise nos processos históricos.

A apreensão de Iglésias, compartilhada pelo texto coletivo da Eder Sader e grupo, se estabelece na esfera da Revista Brasileira de História, ambos publicados em 1983. Há interpretações atuais que apontam esses dois números da Revista como ponto

⁴⁸ IGLÉSIAS, Francisco. A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, vol. 3, n. 5, p. 129-141, 1983.

⁴⁹ Ibidem, p. 138.

⁵⁰ Ibidem, p. 135.

⁵¹ Ibidem, p. 139.

nodal de sua curvatura para o avanço metodológico da História Social⁵², eu diria que o nascimento da Revista Nacional de História em si é a viga mestra dessa proposta renovadora, sua criação data de 1981, nesse ano o Simpósio Nacional de História aconteceu na capital da Paraíba, João Pessoa; naquela ocasião, Déa Ribeiro Fenelon⁵³ apresentou conferência intitulada *A formação do profissional de história e a realidade do ensino*, o texto fruto dessa conferência foi posteriormente publicado na Revista Projeto História da PUC-SP em 1982, e nele Déa Fenelon traça um diagnóstico do quadro das ciências humanas como significativamente dividida e hierarquizada em compartimentos estanques, em que a história, no bojo desse engessamento metodológico, ficou incumbida *stricto sensu* do estudo sobre o passado, realizando assim as ciências humanas, no nível da abstração, a separação daquilo que é indivisível e complexo à totalidade do social. Déa Fenelon segue com sua crítica disposta a abrir espaço para novos referenciais históricos:

Nesta produção, a existência concreta, a base real e material sobre a qual se constrói o todo social não aparece. O conhecimento não é visto como uma atividade social e a ciência assim produzida torna-se autônoma, mesmo porque acaba sendo fruto de um esforço de reafirmação da neutralidade e da isenção de pressupostos ou de concepções, que de acordo com seus adeptos somente atrapalhariam a compreensão do real. Ainda que contestada, revista, reformulada esta concepção busca sua hegemonia na maneira de fazer e produzir a ciência e, muitas vezes, consegue se manter, principalmente na Universidade e em especial em nossa disciplina, a História.⁵⁴

Esse esforço em manter a neutralidade vem no sentido de crer que a introdução de determinantes sociais levaria ao reconhecimento de elementos e acessórios ao corpo das ciências humanas, por sua vez, amarradas a uma visão fragmentada e, ainda que buscando sua estruturação teórica de base mais sofisticada, termina por gerar novas subdivisões em político, econômico e cultural. Permanecendo a atribuição de historiador entregue a análise modelar, a compilação de fatos documentalmente comprovados e obrigados a organizá-los conceitual ou cronologicamente.⁵⁵ Déa Fenelon

⁵² Cf. SANTOS, Wagner G. A Revista Brasileira de História - RBH e a (re)definição dos lugares de produção da historiografia nacional na década de 1980. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. v. Único. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421778_ARQUIVO_TEXTOPARAOXXVIIIIMPOSIONACIONALDEHISTORIA.pdf> Acesso em: 06 de julho 2018.

⁵³ Que anos depois assumiria a diretoria da ANPUH, biênio 1983/1985, e que em 1986 organizará o número onze da Revista, tido como emblemático por apresentar textos que recebem forte influência da História Social Inglesa - o que já vinha acontecendo desde o número seis, por vias dos textos de Peter Linebaugh, e de Edgar de Decca - e da Nova História Cultural Francesa.

⁵⁴ FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 2, p. 7-19, 1982, p. 8.

⁵⁵ Ibidem, p. 9.

segue enfática a necessidade de recomposição do social em sua totalidade, propondo a libertação das amarras da objetivação e neutralidade científica, assim como de sua fidelidade à verdade absoluta, à tradição e centralidade do saber, distante do social, desarticulado, passivo e despolitizado. O que propõe é entrar em contradição com essa teoria e método cientificamente encastelados, pois para Déa Fenelon, pouco se consegue com esta postura deslocando lentamente no interior do processo de conhecimento, dissociando nossa existência enquanto sujeitos históricos, negando a realidade, o papel social do historiador. Inverso a isso, para compreendermos e fazer compreender o que é ser historiador

[...] é preciso recuperar também o próprio sentido de uma concepção global das ciências da sociedade. O enfoque diverso, ou a abordagem de ângulo diferenciado, não exprime nenhum pesquisador ou cientista social do abandono do processo concreto e antecipado para fundamentar suas análises. Ou corremos o risco de fundamentar e elaborar nossa produção sobre reflexões abstratas que não contribuirão para o esclarecimento do concreto e do processo histórico.⁵⁶

A proposta de novas abordagens científicas no interior do quadro historiográfico, como exposto, recebe impulso a partir dos acontecimentos de 1968 e da necessidade de encontrar critérios para sua interpretação. Ao recorrer a uma obra que conforme a materialização do projeto de renovação nas formalizações e problematizações de pesquisa - em meio a esses anos de intensos questionamentos e abertura de novos paradigmas no seio do ambiente acadêmico, com posicionamento sensível as movimentações políticas do presente -, o trabalho que me vem às mãos, e que pode dialogar com essa marcação renovadora da história é o livro *O silêncio dos vencidos*, de Edgar de Decca, publicado em 1981 e proveniente de sua tese defendida em 1979. Dois motivos colocam esse texto no debate. Primeiro, por trazer como proposta a curvatura revisionista da historiografia, buscando nos organismos interpretativos da história sobre e posteriores à Revolução de 1930; a postura analítica que colabora para explicar parte da delimitação estratégica do pensamento intelectual que vigorou nos anos que sucederam 1964, enquadrando “*numa mesma dimensão de vencidos a classe operária e os projetos políticos dos intelectuais*”⁵⁷, uma vez que, após 1930, a produção em história em boa medida foi mantida no limite das abstrações, homogeneizando o sentido de classes sociais interpretadas mais em suas similitudes centradas no voluntarismo de classes, como um campo de vencidos formado por intelectuais estéreis e proletários

⁵⁶ Ibidem, p. 18.

⁵⁷ DE DECCA, Edgard Salvatore. *O silêncio dos vencidos*, 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 32.

amorfos, que em seus contrastes nega a práxis diferenciada de uma sociedade historicamente formada, fazendo o discurso acadêmico desprover de uma reflexão sobre seus próprios desdobramentos. Segundo, e que torna mais instigante esse trabalho, a explicação de que a possível abertura nesta vertente de produção intelectual se dá menos a uma reflexão sobre seus próprios objetos de discurso, e mais pelo irrompimento na cena do social de vozes operárias; expondo tanto a prática discursiva na qual tiveram envolvidos por muito tempo o saber histórico, quanto colocando em vidência outra leitura da própria história das classes dominantes.⁵⁸

Edgar de Decca aponta o ano de 1968 como dramático momento em que os intelectuais souberam ouvir os ecos das primeiras vozes operárias antes silenciadas, porém sequencialmente colocados em compasso de espera, não mais de repouso ou conformismo,

Subitamente a classe operária começou a invadir esses discursos e surpreendentemente aparecia atuante, combativa, caminhando sobre seus próprios pés. Reconhecia-se, paulatinamente, uma *práxis* proletária, e os vários momentos dessas ocorrências, tanto na atualidade como no passado, começaram a penetrar no âmbito da produção universitária.⁵⁹

Por fim, em nota de rodapé, De Decca também aponta o estudo sobre Contagem e Osasco como gênese da produção acadêmica que reivindicava a presença operária como práxis, momento em que o passado, as lutas, a existência cotidiana, o universo cultural de trabalhadores repentinamente invadem o campo de produção intelectual e fala-se, até, de uma memória da classe operária, demonstrando a intensidade como as relações travadas nos espaços da vida de pessoas comuns invadem a cena dos estudos sobre sociedade.⁶⁰ Lajeando sua análise em conformidade com bases fincadas no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, obra que sustenta sua perspectiva de contradiscurso ao discurso intelectual dominante pós Revolução de 1930, assim como apresentando um viés leninista e luxemburguista, a tese de De Decca converte em baliza para a formatação da nova característica intelectual que, em estágio de renovação, abre canais para a definição das temáticas sobre a classe operária e sobretudo para a formatação da nova História Social.

Antes de entrar no mérito das produções historiográficas oitentista representadas nas publicações da Revista Brasileira de História, devo buscar o impulso nos estudos

⁵⁸ Ibidem, p. 34.

⁵⁹ Ibidem, p. 36.

⁶⁰ Ibidem, p. 36.

sobre a vida dos trabalhadores, seu cotidiano, suas pulsações políticas e culturais, no âmbito da produção das ciências sociais. Para tanto, não posso deixar de pontuar que além da importância do estudo sobre Contagem e Osasco desenvolvido por Weffort, para o avanço nos estudos sociais, ou *O Silêncio dos Vencidos* como marcação dos estudos em História Social, há que se alçar a presença marcante de Marilena Chauí, tanto nos bastidores da produção acadêmica, circulando pelos diversos campos das ciências sociais na condição de orientadora, ou participante em bancas de defesa de teses que incorporam temáticas relacionadas aos trabalhadores e seus modos de vida, igualmente, no corpo das análises produzindo textos, não menos acentuados, sobre as relações das classes sociais e seus embates. Marilena Chauí ocupa lugar na banca de defesa, tanto quanto na escrita da introdução do livro de De Decca - assim como na composição da introdução dos livros de outros pesquisadores dos quais esteve envolvida intelectualmente -, em seu texto *História a Contrapelo*, tão debatido quanto a tese em que é introito, a filósofa, posicionada no interior dos eventos que marcam as transformações cotidianas das classes trabalhadoras, vai tecendo pontuações de método que contribuem para leitura dessas mudanças.

De Decca, vai de 1979 a 1930 na condição de historiador, e atenta para o desconforto e estranhamento que causa em seus pares quando se abre propostas de aventurar por temas de pesquisa fincados na atualidade, ou busque aproximação com engajamento político; considerando lugar comum entre historiadores a ideia de objetividade científica como questão de distanciamento entre sujeito e objeto “*engajar-se ou sujar as mãos na atualidade não só desprestigia como também desvaloriza aquilo que conhecemos como o métier do historiador*”⁶¹, fato que impõe normas de exteriorização da práxis como fundamento básico, prática tida por acessível somente ao intelectual, pontuando ser de sociólogos e politicólogos o privilégio dos estudos atuais, situação que, a seu ver, pouco a pouco pode ser alterada pela presença dos trabalhadores na cena política dos últimos anos.⁶² Já Marilena Chauí se posiciona sensível ao condicionamento metodológico definido por área do saber ou enquadramento temporal, e mantém a centralidade de sua leitura da tese com marcação interpretativa posicionada no cenário dos movimentos ocorridos no ano de sua produção, a autora imprime enfoque analítico acrescido de pegadas que possibilitam aberturas plurais nos estudos sobre sociedades com os sujeitos compondo relações historicamente produzidas por

⁶¹ Ibidem, p. 42.

⁶² Ibidem, p. 43.

meio de experiências diversas advindas dos espaços e movimentações geradas em seu entorno, essa universalidade do sujeito é que possibilita a participação política da classe trabalhadora mais que estrita participação forjada no enfrentamento em sua totalidade com uma luta de classes perpetrada em campo de batalha constante em todas as suas esferas.⁶³ Marilena Chauí é “cabeça de ponte” nas várias frentes das reformulações interpretativas do fazer-se da classe operária, simultâneo a ocasião em que passa a ganhar espaço no país os conceitos e pressupostos teóricos originários dos historiadores sociais ingleses, fazendo alargar consideravelmente as possibilidades práticas de pesquisa.

Há a partir dos primeiros anos de 1980 um grande impulso de renovação nas formas de operacionalizar os conceitos e métodos no quadro da historiografia brasileira, a marcação dos estudos com aporte na história social inglesa - articulados aos estudos de Michel Foucault, Walter Benjamin, Michel Certeau entre outros - é um dos pontos que retomo para que seja avaliada com prudência. Reputar esse movimento de aprimoramento do método em História Social como estritamente ancorada na história social inglesa é, antes de tudo, ocultar todo um percurso de construção do pensamento dado pela história e sociologia brasileira em diálogo com as movimentações políticas que tomaram corpo nos anos posteriores a 1968. As novas abordagens trazidas na Revista Brasileira de História a partir de seu número seis exibe a finalidade de colocar em pauta a transição no interior da produção acadêmica, isso tem sido alvo de polêmicas em que os textos publicados na Revista são denunciados por uso indiscriminado e apropriação das obras e pensamento dos teóricos estrangeiros⁶⁴, em outro caso, a concepção de que os anos 1980 apresentaram, juntamente com a ampliação dos estudos sobre o trabalho, intensa fragmentação desses estudos com o descaso ao uso sistemático dos teóricos e os estudos mais empíricos, formatando recortes cada vez menores e restritos ao estudo de bairros, cidades e empresas, posicionamento tido por crise da pesquisa em História Social⁶⁵, de modo geral as críticas existentes fundamentam na avaliação de haver ambiguidade na utilização do pensamento de Michel Foucault e Thompson de modo indivisível, feito sem maiores preocupações quanto a incompatibilidades teóricas e metodológicas existente entre

⁶³ Ibidem, p. 26.

⁶⁴ Cf. SANTOS, Wagner Geminiano. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. In: *Revista de Teoria da História*. UFG, Ano 3, Número 7, p. 128-155, 2012; ALBUQUERQUE, op. cit., p. 194.

⁶⁵ Cf. MATIAS, Lilian de Souza Lima. Reflexões sobre os caminhos da história social do trabalho e o conceito de classe trabalhadora. In: *Espaço Plural*, nº 34, p. 37-55, 2016.

autores.⁶⁶ Tais juízos ignoram todo um percurso de sua produção, preocupado em assinalar as relações culturais e sociais com base em formalizações e problematizações de pesquisas que teve por finalidade apresentar novas abordagens e evidências sobre a vida em sociedade.

Também outras leituras feitas, uma no período em que ocorreu essa redefinição no campo de estudo da História Social, e a seguinte ancorada mais em nossos dias, ambas com diagnóstico mais largos do caminho percorrido pelos estudos sobre sociedade. Ao definir temas de estudos objetivados como novos, agrupam-se perante esse rótulo uma variedade de preocupações, tendências e investigações que, pelo viés crítico de Frances Rocha, mesmo ao colocar em diálogo autores com orientações divergentes e até conflitantes, permanece as análises no campo genérico dos movimentos sociais⁶⁷, destarte, o que podemos considerar por novidade comum consiste no aspecto da prática histórica abrir novas frentes de estudos orientados para as camadas populares antes relegadas, e não fechados nas classes ditas fundamentais; daí a abertura de novos horizontes analíticos a partir de questões recentes que terminam por abalar fortemente os alicerces de antigas convicções e se empenham em recuperar o lugar da pesquisa histórica e não aprofundar sua nebulosidade, buscando por novas fontes, recuperando as esquecidas e relendo as já exploradas, bem como redefinindo as relações de pesquisa com a teoria.⁶⁸ Ademais, o uso de autores estrangeiros naquele momento diferencia das tendências atuais de suposta sofisticação e erudição das pesquisas em história, que se firma segundo traços estritos de métodos importados, assim como da

⁶⁶ Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. Tese de Doutorado (Orientador: Hélio Rebello Cardoso Junior), UNESP/Assis. 2014; NICALAZZI, F. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.101-138, jan./dez. 2004.

⁶⁷ Jurandir Malerba ajuda nessa fundamentação ao trazer uma estimativa de que nos anos de 1980 a predominância de estudos em torno de movimentos sociais, do mundo do trabalho, operários e escravidão, ficando apenas 5% fechado nos chamados “novo temas” sobre bruxaria, sexualidade, corpo, loucura, demonstrando, por exemplo, ocorrer sim um grande redimensionamento das pesquisas em função da presença teórica de Foucault e Thompson, ocasionando efetivo divórcio entre historiadores especializados em econômico, social ou demográfico, e os historiadores preocupados com as novas temáticas capitaneadas pela história das mentalidades das resistências e do cotidiano, abolindo uma história estrutural em pró da leitura social em sua totalidade. (MALERBA, Jurandir. Notas à Margem: A crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. In: _____. *Textos de História. Memória, Identidade e Historiografia*, vol. 10, n. 1/2, p. 181-213, 2002, p. 198-199). Essas novas tendências em parte foram responsáveis pela intensificação da fragmentação nos estudos historiográficos futuros, mas seria exagero apontar que ocorreu uso negativamente indiscriminado de Foucault e Thompson apresentados nos estudos publicados na Revista durante seus primeiros volumes.

⁶⁸ ROCHA, Frances. Algumas notas sobre a polêmica entre novos e velhos temas da história. In: *Projeto História 4, História e Historiografia, contribuições ao debate*. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História, PUC/SP/EDUC, p. 15-19, jun. 1985.

escrita de textos direcionados ao “mercado intelectual” estrangeiro. Durval Muniz certifica essa tendência pontuando que são estratégias comuns entre nós negligenciar autores nacionais por referência, como se nada foi escrito ou tivesse relevância em certos campos de pesquisa no país, estabelecendo diálogo apenas com autores internacionais, “*num claro desejo de se colocar como interlocutor neste debate fora de nossas fronteiras nacionais e de não destacar o trabalho de seus interlocutores ou de seus colegas*”.⁶⁹

A intensificação das especializações classificatórias e as paixões arreadas pela produção e renovação historiográfica, o que por vezes dificulta traçar uma linha identitária e evolutiva de uma possível história da historiografia brasileira, ou simplesmente se colocar como pesquisador no interior de uma pluralidade de nichos intelectuais com suas demarcações dotadas de extrema rigidez, se bem agregado, imprimindo a imagem de que seus pares habitam um limitado e confortável espaço dotado de todas as condições necessárias para que seu organismo consiga procriar e sobreviver, suscitaram, desde o princípio, obstáculos ao alargamento do *locus* interpretativo em História Social condição que foi problematizada por Déa Ribeiro Fenelon, em sua comunicação apresentada no VI Encontro Estadual de História de Minas Gerais, em Belo Horizonte, sobre o tema “*Movimentos Sociais e Força de trabalho*”⁷⁰ em que advertia para o desafio em lidar com a diversidade de concepções do fazer histórico, incorporando a vida e a produção acadêmica do conhecimento; situação que exige constante repensar das convicções de toda ordem, muitas vezes problematizações recapeadas instintivamente esgrimindo achados ou questionamentos aos suportes documentais, mas arreadas às reestruturações dos pressupostos teóricos, regados por incompreensões formalistas, competição miúda, agressivas e desqualificadoras, em favor da unidade frente a pluralidade, muitas das vezes resumindo em alimentar puras questões de prestígio pessoal.⁷¹ Acrescenta Déa Fenelon:

Cresce-se pouco quando em contato com outro tipo de produção ou posição diferente da nossa, conseguimos apenas desqualificá-la como não tendo as qualidades exigidas por nosso modelo de vida ou de trabalho intelectual. Isso nos desobriga de pensar outras possibilidades históricas, inseridas no real, tanto quanto as nossas e, ainda mais, impede o diálogo porque não reconhece

⁶⁹ ALBUQUERQUE JR., op. cit., p. 195

⁷⁰ Texto anteriormente publicado em História & Perspectivas número seis de 1992. FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan/jun. 2009.

⁷¹ Ibidem, p. 31.

o outro como sujeito possível de um conhecimento diferente, mas, de forma nenhuma, menos válido.⁷²

Desse feito, as práticas sociais e significados culturais no interior das estruturas socioeconômicas, evidenciadas nas atividades sindicais como representação legítima de certa autonomia e cultura de solidariedade nos locais de trabalho, demonstram o afunilamento de suas matrizes de estudos sobre as relações de trabalho e trabalhadores, privilegiando análises que assentam sobre temas referentes aos operários de grandes fábricas e sindicalmente organizados, possuidores de uma suposta consciência de classe efetiva. É justamente na contramão desse discurso categórico que a palestrante, lá em 1988, ressalta com grande salto indutivo a preocupação em libertar a História Social da estrita e exclusiva vinculação com a história sindical do movimento operário de tradição revolucionária, situação que terminou por ocultar as experiências dos diversos grupos formadores da classe operária,

Em princípio por colocar muita ênfase na questão da presença ou ausência da consciência de classe na formação do proletariado. [...] configurou-se o mito da historiografia de identificar fortemente o proletariado com o imigrante e daí a perda de outros elementos da formação do mercado de trabalho assalariado urbano. Agravando tais omissões, o viés da adesão a uma forte linha de determinismo e de acompanhamento da ideia de progresso, no caminho da formação social e da classe, impediu uma leitura mais abrangente e flexível do passado.⁷³

Recusando a noção de trabalhadores enquanto homens e mulheres que também produzem relações e experiências de organização coletiva fora do universo fabril, ofuscando a imagem de que a identificação como operários não separa de suas conformidades enquanto moradores de bairros, de vizinhança, de compadreado, das afinidades travadas também nos ambientes públicos das festas e dos espaços religiosos, etc., para além dos sindicatos e lutas puramente políticas/ideológicas - se fechando em análise que engessa o debate a partir dos feitos de em certa camada aristocrática do operariado especializado, como bem definiu Eric Hobsbawm⁷⁴ -, visto que existem lugares e as relações projetadas pela fábrica não correspondem à totalidade da vida, ou à totalidade dos trabalhadores, coexistem com os sindicatos e as lutas políticas ideológicas outras formas de relações elaboradas, que Eder Sader chama de elaboração cultural das necessidades, e são partilhadas em diferentes movimentos sociais inseridos no conjunto das práticas que podem ser identificadas também nas lutas pela obtenção de

⁷² Ibidem, p. 31-32.

⁷³ Ibidem, p. 37.

⁷⁴ ROBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 304.

bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de produção que, por sua vez, compõem uma pluralidade de significados que orientam os tipos de ações para alcançar os materiais simbólicos que reivindicam⁷⁵. Exercício analítico que exige maior abrangência na elaboração dos conceitos e interpretação dos sentidos que dão origem a existência dessas necessidades, portanto, dos diversos lugares e temporalidades nas quais possivelmente elas são culturalmente elaboradas.

Eu diria que a chave para entender as transformações causadas pelo novo perfil de trabalhador urbano estaria, antes de tudo, no impacto dos movimentos sociais e no sentido que os próprios sujeitos dão a essas novas práticas no curso da constituição de suas experiências, interesses e vontades próprias, visibilidades que devem ser observadas em suas gestações e não a partir de definições prévias, e aí me atenho a Eder Sader, se a proposta é deduzir orientações e comportamentos a partir das condições objetivas dadas, movem os atores sociais sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades “*Quem pretende captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza.*”⁷⁶ Talvez, se partirmos desse lugar de leitura do processo, podemos entender que não se está a formatar recortes cada vez menores e restritos ao estudo de bairros, cidades e empresas, e que isso não representa uma crise da pesquisa sobre a História Social, são as experiências de novos sujeitos e lugares políticos que os definem, não estruturas previamente elaboradas e institucionalmente estabelecidas.

O rigor interpretativo das relações de trabalho que pende mais para certa normatização de classe, ao esforçar em definir as condições de existência no interior das relações de trabalho partindo em escala decrescente, do trabalhador tecnicamente qualificado para o sem qualificação específica, tolhe parte importante das articulações dos grupos e sua transitoriedade enquanto trabalhador; aceno dado por Thompson no tão referenciado fragmento do prefácio da *Formação da classe operária inglesa*, quando escreve “*não vejo a classe como ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente.*”⁷⁷ Ou quando diz, “*os historiadores também se ocupam, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões [...] Nossa preocupação mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-*

⁷⁵ SADER, op. cit., 1988, p. 43.

⁷⁶ Ibidem, p. 42.

⁷⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, vol. I. 2º ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 9.

relação é, inclusive, objeto de nossa investigação.”⁷⁸ Essa inter-relação desaparece, ou é a fábrica do operário projetado técnica e politicamente, ou é a fábrica do sujeito atribuído por desqualificado, renunciando assim a coexistência orgânica em plena formação e coloca as relações entre trabalhadores ocultando a emergência de novas configurações que também são articuladas no interior das culturas e tradições de luta, noção de sujeito coletivo no sentido de uma coletividade onde são elaboradas identidades e organizam práticas, retomando Eder Sader, tratar-se de sujeitos no plural, cujas identidades resultam de suas interações e processos de reconhecimento recíprocos, em que as composições de grupo são mutáveis e intercambiáveis, o autor afirma ser as posições dos diferentes sujeitos definidos desiguais e hierarquizáveis resultado dos acontecimentos e não antecedentes a eles, e “*a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro de várias estratégias.*”⁷⁹ Portanto, não cabe aqui a pretensão de cunhar atribuições aos sujeitos de modo a categorizá-los para, a partir daí chegar a determinados termos, visto que, “*A pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão.*”⁸⁰

Ainda, pensar no campo da História Social é buscar no sentido de classes a dinâmica de suas contradições, compartilhamento de experiências e interesses comuns versus interesses que os diferem ou se opõem⁸¹, relações que são constantemente passíveis de ocorrerem no interior das práticas de qualquer grupo de trabalhadores, tanto aqueles posicionados no mais alto grau técnico ou de organização política, quanto nas vivências e experiências extra fábrica ou fora das estruturas dos sindicatos. Eric Hobsbawm em sua passagem pelo Brasil, em 1988, colocou em pauta as indagações sobre as premissas, o desenvolvimento e os impasses dos historiadores, sobretudo aqueles que adotando as perspectivas da História Social - que ele chamou de história das sociedades -, mostram preocupados em refutarem formas de ortodoxia, de esquematismos, por conseguinte, empenhados em defenderem o convívio entre diferentes concepções do social, de modo algum uma História Social como outra

⁷⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 15.

⁷⁹ SADER, op. cit., 1988, p. 55.

⁸⁰ Ibidem, p. 198.

⁸¹ THOMPSON, E. P., op. cit., 1987, p. 10.

especialização no corpo histórico ou qualquer História Social hifenizada.⁸² Por fim, Déa Fenelon já havia apontado de modo incisivo esse inconveniente ao pontilhar os caminhos futuros da História Social em momento de expansão de seus debates, foi ali naqueles 1980 que a diversificação dos parâmetros teóricos, a expansão dos programas de pós-graduação juntamente com as agitações políticas das classes sociais e Estado, jogaram sob a mesa incertezas, angústias, limites e desafios para pensar o fazer-se da produção do conhecimento no país; a autora sugeriu como possibilidade de introdução de novos paradigmas,

[...] ainda dentro desta linha de trabalho, a preocupação de acompanhar as realizações apenas das lideranças e dos segmentos ativistas do proletariado, obscureceu o exame da vivência de outros homens, mulheres e crianças e negligenciou forças culturais importantes incluindo-se aí a vida em família, os hábitos e costumes sociais dos diversos segmentos da população, a religiosidade e seu peso na formação das tradições, as festividades populares, as experiências, enfim, do viver no campo e na cidade em uma época de transformação e, sobretudo, os momentos mais importantes da configuração do se definir a dominação social e seus desdobramentos, em construir outros elementos do viver, seja em hábitos de morar, de se alimentar, se divertir e expressar suas peculiaridades, para construir novas estratégias de governo dos indivíduos, na formação do homem dócil e domesticado necessário ao mundo moderno, agora como fruto da racionalidade capitalista.⁸³

Retorno a Eder Sader e seus colegas de departamento, suas atribuições expressas no texto para a Revista Brasileira de História em seu sexto número, assim como no grupo de Heloisa Faria Cruz, formado pelos pesquisadores do projeto *Cultura, trabalho e cidades: muitas memórias, outras histórias*, resultante da produção coletiva *Outras Histórias: memórias e linguagens*, ambos, cada um a seu tempo, comprometidos em fazer avançar propostas como as apresentadas por Déa Fenelon na busca de explicações necessárias para as movimentações que ocorriam no âmbito do pensamento histórico naqueles primeiros anos de 1980. Os espaços de debates acadêmicos desdobravam em meio às questões que se levantavam no seio das movimentações políticas do período, eram tempos de efetivação dos cursos de pós-graduação em história no país, com cinco doutorados e dezesseis mestrados⁸⁴; novas propostas acadêmicas despontavam, as possibilidades de aglutinarem reflexões soavam mais renovadoras que expeliam e geravam conflitos no interior dos ambientes de debate.

⁸² Cf. ERIC, Hobsbawm em entrevista à Paulo Sérgio Pinheiro. O Estado de São Paulo. *Caderno 2*, 12/06/1988; HOBBSAWM, Eric. "From Social History to the History of Society". In: Daedalus. Winter, 1971. *Apud* FENELON, Déa Ribeiro, op. cit., 2009, p. 35-36.

⁸³ FENELON, Déa Ribeiro, op. cit., 2009, p. 37.

⁸⁴ MALERBA, op. cit., p. 198.

Essa atmosfera foi de grande vulto para definir as marcações e perspectivas teórico-metodológicas que levaram a escrita desta tese, sinto confiante para pontuar que o retorno ao texto *Pensando a classe operária*, juntamente com a introdução da coletânea de artigos *Outras Histórias*, causou-me a súbita inspiração para fazer a leitura mais circunstancial do transcorrer entre os anos que moveram as propostas de um grupo de pesquisadores a outro, na escrita de seus textos; desse modo me assentando no interior de um percurso intelectual representativo, tanto para a abertura de novos olhares sobre a prática e conhecimento histórico social, bem como de grandes transformações sociopolíticas para as classes trabalhadoras, circunstância que favoreceu sobremaneira a superação de múltiplos entraves que tomam corpo no percurso da pesquisa e escrita da tese.

1.2. As ciências humanas no plural: determinações significativas sobre o método em História Social

Já está posto o papel de relevância da sociologia em abrir frestas que lançaram clareza acerca dos estudos sobre sociedade e trabalho no país, nenhum autor ou obra referida desprezaram tal urdidura, relação por vezes até acentuada como escassa⁸⁵, do mesmo modo escassa ainda é/foi o diálogo entre historiadores. Ao iniciar a coleta de textos que nutriram as novas abordagens sobre sociedade, me pareceu pertinente retroceder ao núcleo de suas produções e percorrer a trilha das articulações de pesquisas e problematizações temáticas no seio da sociologia, a fim de alargar minha leitura da correspondência entre os estudos de sociedades nas ciências humanas, no sentido mesmo de desviar de uma leitura residual, estreita; buscando maior abrangência nas abordagens sobre as relações sociais no corpo de minha pesquisa e fundamentar o assentamento do estudo no campo da História Social em seus aspectos gerais.

Em vista desse momento de transformações na sociedade brasileira e que teve seus reflexos de acordo com a ótica de novas abordagens nas ciências humanas, a marginalidade emerge como um dos conceitos relacionados aos estudos sobre sociedade e relações urbanas que necessitavam de explicações, Isto posto, dois resultados de pesquisa sobre o tema surgem no quadro da sociologia praticamente ao mesmo tempo, o trabalho de Manoel Berlink⁸⁶ - regresso dos Estados Unidos e pouco tempo depois

⁸⁵ FENELON, Déa Ribeiro, op. cit., 2009, p. 30.

⁸⁶ BERLINK, Manoel T. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. São Paulo: Vozes, 1975. (Coleção sociologia brasileira, v.1).

participante da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP - *Marginalidade Social e relações de classe em São Paulo*, publicado em 1975; e a dissertação de mestrado de Maria Célia Paoli, intitulado *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*, estudo defendido em 1972 e publicado em 1974. A publicação da dissertação de Paoli demonstra a importância do debate sobre marginalidade e pobreza naquele momento, o interessante é que os dois trabalhos seguem percursos de abordagens com representativas diferenças.

Sem grande aprofundamento no trabalho de Berlink, compreendo um apanhado analítico que está preocupado em esmiuçar a universalidade do conceito de marginalidade e contornar com fartos dados estatísticos a expansão capitalista e da pobreza na São Paulo do pós-guerra de 1945. Por outro lado, a pesquisa de Maria Célia Paoli, como o título sugere, tem por referência pesquisa de caso na área residencial operária Vicente de Carvalho, aglomerado urbano de Guarujá em São Paulo, lugar possuído por expressivo contingente de mão de obra marginalizada marcada pela falta de ampliação das oportunidades capitalistas, grupo que é definido como nova classe social no interior do proletariado.⁸⁷ Nesta perspectiva desponta o olhar investigativo dotado de sensibilidade necessária para perceber a pluralidade social existente nos espaços proletários, sendo o marginal - salvo o enquadramento ideológico popular que o caricaturiza por criatura degenerada, um migrante urbanizado⁸⁸ -, no olhar investigativo de Maria Célia Paoli, designado por sujeitos pertencentes a grupos sociais que não pertencem a unidade do conjunto social, flutuando em um vazio politicamente normativo, mas dotados de potencialidades transformadoras das estruturas sociais, tanto quanto têm sua mão de obra regularmente explorada, uma vez que considerado o modo de sua exposição frente às classes dominantes.⁸⁹

De início Maria Célia Paoli procura romper com a leitura de luta de classe homogeneamente cerrada, em sua análise evidencia as distinções e contradições internas do proletariado, expõe sua complexidade enquanto coletividade e, em seguida, posiciona-os como sujeitos múltiplos cravados no mesmo lado da esfera histórica de lutas de classes; conjuntamente, o que desponta como revigorador em seu método é a maneira que utiliza o recurso da oralidade na pesquisa, para tanto, a socióloga afirma a importância de “*apanhar os modos de consciência particulares dos agentes envolvidos*

⁸⁷ PAOLI, Maria C. *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo, Pioneira, 1974, p. 11.

⁸⁸ Ibidem, p. 18.

⁸⁹ Ibidem, p. 26.

no processo, que traduzem as atitudes, as significações, e as práticas reais vividas pelos grupos sociais definidas e configuradas em universos simbólicos de representações significativas.”⁹⁰ Ou seja, absorve bem a ideia de grupos no interior da classe, assim como a noção de universo simbólico, pontuando solidamente a cultura como expressão ideológica atrelada ao econômico e político, manifestos em estruturas distintas de significações. Suas problematizações atribuem à noção de cultura determinado nível de complexidade ao reiterar o papel de mecanismo e instância de mediação⁹¹ institucional, com forte tendência a legitimar-se na condição de universo simbólico comum, que substancialmente formulado, é a tentativa de imposição hegemônica de cultura⁹², mesmo assim, incapacitado de constituir sistema harmônico sólido, visto que a realidade social é produto contínuo das relações sociais antagônicas, pois *“Em uma sociedade de classes, por trás da integração ideológica pretendida por uma cultura normativa oficial, há necessariamente a irredutibilidade de suas próprias contradições, que se refletem também na internalização tensa do mundo objetivamente tenso.”*⁹³

Isto posto, é no interior da normatização que emerge a autonomia relativa do campo de carência, sustentada por um estoque simbólico análogo a privação objetiva dos sujeitos, e mais, reiterando a relação de identidade que os unem⁹⁴; destarte, a

⁹⁰ Ibidem, p. 31.

⁹¹ Ibidem, p. 32.

⁹² Maria Célia Paoli trabalha com o conceito de cultura no interior da tradição marxista frankfurtiana, associado ao conceito de ideologia, expressando que o método se faz no diálogo com as movimentações históricas, a forma que apresenta o sentido de dominação cultural por meio das instituições me leva a Raymond Williams que compreende esse movimento entre cultura e ideologia, partindo também da escola de Frankfurt e somando o conceito de hegemonia em Gramsci, ampliando assim a noção de relações de dominação com caráter hegemônico, para Williams conceito que integra e ultrapassa em todos os sentidos os dois conceitos anteriormente citados, que é a subordinação segundo configurações assumidas como consciência prática, como saturação efetiva do processo da vida, não somente de suas atividades políticas, econômicas e sociais manifestas, senão, toda a essência das identidades e relações vividas em profundidade, constituídas em corpos experimentados como práticas e expectativas relacionadas com a formação social e cultural. Visto que, hegemonia abrange o conceito de cultura como *“processo total”*, e ideologia, expressão e projeção de determinado interesse de classe, considerado como vívida dominação e subordinação de grupos particulares, por sua vez, inseridos na área total da vida. (WILLIAMS, op. cit., 2000, p. 129-134). Essa acepção se encontra nas condições sociais e materiais incorporadas nas tradições e práticas populares dos grupos específicos, gerando em seu interior, um campo de luta cultural em suas muitas formas, expressos em uma tensão contínua entre a *“cultura popular”* e a *“cultura dominante”*. HALL Stuart. Cultura popular e identidades. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 240-24.

⁹³ PAOLI, op. cit., p. 35.

⁹⁴ Argumento semelhante ao que moveu Edgar de Decca em sua releitura das interpretações históricas edificadas pós 1930, ao procurar questionar e entender como o silêncio dos sujeitos que viveram aqueles anos foi produzido, como o proletariado foi derrotado não somente na luta política, *“mas também suprimido pela visão ideológica constituída pelo exercício de dominação”* do aparelho ideológico de dominação do Estado que se *“produz dissimulando suas próprias dimensões históricas [...] momento mesmo da ideologia*

identidade de classe não é privilégio dos grupos de trabalhadores institucionalmente explorados e estruturalmente organizados, a pobreza gera um estoque simbólico pobre, no sentido de compreensão orgânica de sua condição, os sujeitos não atuam passivamente no interior dos limites do campo de carência, aceitam-na na medida das possibilidades de sua superação⁹⁵, portanto, as relações existentes no âmbito da pobreza não podem ser integralmente manipuladas por ideologias advindas de forças do poder corporativo, as relações de classe e suas configurações históricas é que, em último caso, determinam ou possibilitam a sustentação de um universo ideológico concreto, porém, a manutenção deste universo depende fortemente dos fatores que estão relacionados no campo próprio das concepções e perspectivas geradas na experiência dos indivíduos.

A autora fecha a explanação demarcando a interpretação e reestruturação do comportamento dos sujeitos de sua investigação, enquanto processo com passado incorporado de múltiplas formas em ações concretas; assim como, tais ações permitem a constituição de um horizonte histórico real e possibilitam ao pesquisador ampla visão da vinculação dos sujeitos ao sistema produtivo em variadas etapas de suas vidas.⁹⁶ A autora expõe a cultura no conjunto das relações socioeconômicas e enfatiza o pendular da mediação cultural dando circularidade às ações dos sujeitos, indo de sua dependência estrutural à sua autonomia relativa. Estamos em 1972, percorrendo campo conceitual em conformidade com a ótica sociológica brasileira ancorada entre Adorno, Marcuse, Bourdieu e Webber, bem como Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni e Lucio Kowarick, com interlocuções abertas com a história social inglesa via textos de Eric Hobsbawm e, o que é notável, para acentuar a concepção de integração teórica entre arenas do saber humano, Maria Célia Paoli dialoga com Richard Hoggart, em *As utilizações da cultura, aspectos da vida e da classe trabalhadora*⁹⁷, produção de vanguarda nos estudos da história social inglesa com assentada presença no campo cultural, que chega acanhadamente ao nosso ambiente acadêmico via Editorial Presença de Lisboa.

que dissimula no exercício da dominação de classe o processo histórico que efetivou os vencedores da luta política e suprimiu nos discursos a experiência dos dominados”. DE DECCA, op. cit., 69-70.

⁹⁵ PAOLI, op. cit., p. 129.

⁹⁶ PAOLI, op. cit., p. 39.

⁹⁷ Hoggart participou na formação da *New Left Review*, juntamente com Raymond Williams e E. P. Thompson. Colaborando imensamente com a renovação crítica das ciências sociais e humanas, sua análise se pauta nas modificações ocorridas na cultura de classe operária em suas correlações com a sociedade e o poder, dando abertura às novas abordagens de investigações. (HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Ed, Presença, 1973). Entre seus pares, Hoggart ocupa certa aura de esquecimento, mesmo que suas formulações ainda ecoem nas leituras críticas sobre sociedade e cultura.

Os pressupostos filosóficos e sociológicos fundamentados na realidade socioeconômica e política brasileira ocupam papel pertinente enquanto gênese das disposições teóricas que foram significativas para a formatação metodológica do que veio a se tornar a História Social que manejamos hoje. Assim como as greves de 1968 assentam ponto de vista nodal para os estudos acadêmicos em início dos anos 1970 via análise de Francisco Weffort. Outro estudo expressivo para a abertura de novos paradigmas foi a *Crítica a razão dualista* de Francisco Oliveira, publicado pela primeira vez também em 1972, no segundo número da revista Cadernos CEBRAP. É notável que o interlúdio entre as décadas de 1970 e 1980 foi intenso para os desdobramentos do mundo acadêmico nas ciências humanas, com viés nas relações entre posições estruturais de classe e enfoque na atuação histórica que resulta dessas posições⁹⁸, gestadas no interior da expansão do modo de produção capitalista. Francisco de Oliveira vai retomar o movimento do capital industrial no país com ênfase na montagem do aparato que sustentará a exploração do trabalho com baixo custo, o autor é contundente ao considerar que

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compartilhar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suportou a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo **preserva** o potencial de acumulação liberado **exclusivamente** para os fins de expansão do próprio novo.⁹⁹

Situação paradoxal que define bem a particularidade da superfície em que o desenvolvimento industrial e urbano assentara; a expansão acelerada do capital industrial faz uso de um modelo gerador de alta taxa de exploração do trabalho, necessária para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho; nesta conjuntura as cidades que receberão impulso industrial foram desenvolvendo um perfil de relações urbanizadas dispersas pelos espaços, formando setores suburbanos precários com bolsões de subsistência, e mesmo que os sujeitos inseridos nesse universo construam uma complexa economia alternativa - a edificação coletiva de moradias, instalação de hortas e criações de animais em fundo de quintal, por exemplo - ela não vai conseguir integrar todas suas necessidades básicas, visto que à medida que a

⁹⁸ MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.], *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977, p. 21.

⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. 4 ed. Petrópolis, SP: Vozes/CEBRAP, 1981, p. 36. (grifo do autor).

industrialização avança, o custo da força de trabalho começa a ter componentes cada vez mais urbano difíceis de serem reproduzidos autonomamente, como o transporte urbano, a utilização da energia elétrica, educação e saúde, o que gera uma nova camada de custos de reprodução da força de trabalho que também foi industrializada, transformada em mercadoria.¹⁰⁰

A proposta de analisar essas articulações por meio do enquadramento da História Social exige mais abrangência conceitual e alargamento do sentido de classe, ultrapassando a ideia de relações de trabalho e consciência de classe; pensar as disputas pela aquisição desses produtos coloca ênfase nas relações e experiências populares desenvolvidas fora das fábricas que em seu interior, sem negar as relações de produção e sua vinculação orgânica com os diversos recursos que compõem a vida; visto que, a força de produção e a vida dos sujeitos mercantilizam, e esse mercado da vida se dá em meio a situações de precarização, pobreza e resistência, luta por direitos e justiça social nos espaços das políticas públicas, assim como as articulações gestadas em meio às práticas alternativas de sobrevivência, práticas religiosas e de recreação: como os campeonatos de futebol e as festas populares; todos esses tópicos vão forçar o redimensionamento dos olhares para além dos galpões de fábrica ou sindicatos, dando visibilidade as representações de homens e mulheres gestadas nos espaços da cidade. Por conseguinte, outros objetos de pesquisa e debates sobre as relações sociais vão se pronunciando nos espaços acadêmicos e passam a ganhar lugar em publicações coletivas, escassas naqueles tempos, mas que ampliam consideravelmente os embates e diálogos entre pesquisadores de diversas áreas da construção do pensamento social.

O Centro de Estudo da Cultura Contemporânea, CEDEC, encabeçado por José Álvaro Moisés, Marilena Chauí e Paulo Sérgio Pinheiro, será um desses espaços abertos para agregar pesquisadores de diversas instituições e perspectivas teóricas, promovendo publicações periódicas de trabalhos recentes sobre questões atinentes as transformações e movimentações sociais ocorridas no país; preocupados de imediato, em seu primeiro número - fruto dos debates apresentados na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, em 1976 -, a colocar novas propostas metodológicas em pauta, dentre eles a ideia de elitismo acima de sua percepção ideológica burguesa, segundo Francisco Weffort, um elitismo de cunho acadêmico tem afetado, sobretudo a teoria social, mais uma vez afirmando o sentido de espontaneidade das classes

¹⁰⁰ Ibidem, p. 44-57.

populares a partir de visão negativista que coloca as ações coletivas como desorganizadas, explosão ou instinto de massa; julgamento entendido por incapacitado e vazio de conteúdo mental para compreender as movimentações sociais em suas formas próprias de ação, álibi daqueles que creem iluminados e procuram encobrir sua ignorância sobre os movimentos populares e justificar sua presunção de saber global sobre a sociedade, comportamento racional que impede “*a criação de uma história social e de escrever uma história política que teve sempre a ‘virtude’ de ‘esquecer’ os movimentos populares*”¹⁰¹, conclui Weffort. Percebe-se a circularidade nas ciências humanas, disposta a eliminar os ranços diversos que engessam as modalidades do saber e fazer avançar suas análises, os textos do CEDEC trazem essa proposta da interpretação das questões sociais assentadas também no horizonte histórico.

No mesmo volume proêmio da coleção de publicações do CEDEC, fica para Francisco de Oliveira a incumbência em elucidar a questão das lutas de classe vista à sombra de aspectos das relações sociais tecidas nos espaços urbanos. Anteriormente em sua crítica a leitura dualista da luta de classes, Francisco Oliveira chamou para o debate a precarização e pobreza, assim como a resistência, a luta por direitos e justiça social no âmbito das políticas públicas, dessa maneira, promovendo uma curvatura extremamente significativa às análises sociais, pois colocou na atmosfera dos conflitos sociais a presença do Estado atrelado a burguesia, e na relação Estado/burguesia o autor procura elucidar o caráter que essa presença confere ao conflito social em ampla escala, abolindo a leitura que posiciona em campos extremos da esfera do conflito social apenas a burguesia em geral contra o proletário, reposicionando como complexo o conjunto das classes sociais urbanas desprovidas do monopólio dos meio de produção e suas relações com o Estado.¹⁰² Para o autor, os espaços urbanos podem ser definidos em uma característica comum: “*Não há praticamente qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente **num problema urbano** ou num problema que explode como urbano.*”¹⁰³ Visto que, a urbanização da economia e da sociedade em todas as esferas da vida nacional nada mais é que a extensão das relações de produção capitalista, responsável por ampliar os espaços de conflito de classe colocando no centro das contradições o próprio Estado, por conseguinte, a dialética da produção ampliada do

¹⁰¹ WEFFORT, Francisco. Apresentação. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.], *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977, p. 21.

¹⁰² OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classe. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.], *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977, p. 67.

¹⁰³ Ibidem, p. 68. (grifo do autor).

capital confere nova qualidade aos atores econômicos, políticos e sociais; redefinindo as formas de conflito em que as classes sociais já não dirigem ao Estado peticionando, dirigem-se contra o Estado.¹⁰⁴

Ao redimensionar a estrutura conceitual para um campo mais vasto e complexo de análise, outros matizes metodológicos foram necessariamente inseridos no debate de tal modo que as diferenças entre o pensar crítico, que se detém no saber do/sobre o aparelho social, e as representações ideológicas que é a representação do/sobre o ser social, passaram a ser evidenciadas com maior profundidade no ambiente do lócus interpretativo sobre as relações sociais¹⁰⁵, avançando na análise de classe por via da leitura construída pela própria classe na representação recíproca e contraditória de si mesma e das outras classes, tanto durante o processo histórico, do mesmo modo, tal como lhes aparece.¹⁰⁶ Não bastava advogar a favor da renovação do viés analítico sobre o papel social no espaço urbano em sua complexidade, coube a Marilena Chauí o esforço intelectual de extrair definitivamente a postura normativa que insistia em manter a singularidade dos sujeitos, quando muito, perante veredas sinuosas do imediatismo da experiência que, apoiada nos pressupostos marxistas, definiu a individualidade não estritamente como forma de desigualdade e sim pura questão de diferença; visto que as classes sociais em suas *desigualdades* são a maneira que aparecem e, em suas *diferenças*, o modo real de seu organismo, forjado por meio de processo interno de constituição de uma forma social determinada, porquanto “*é o modo de constituição das relações sociais que engendra, reproduz e conserva a diferenciação interna, necessária a manutenção do sistema capitalista.*”¹⁰⁷

A partir deste ponto delinea-se com maior visibilidade a conexão entre os saberes das ciências humanas. No interior dos espaços de produção dos estudos em história, a tese de livre docência defendida em 1975 por Boris Fausto pode ser apontada como demarcação nos avanços para definir os pressupostos metodológicos da História Social no país. Publicado em 1977, com o título *Trabalho urbano e conflito social*, a tese traz bem marcada a proposta de traçar a análise ao abrigo de pilares da história social inglesa, partindo de uma citação exaustiva de E. P. Thompson em sua introdução

¹⁰⁴ Ibidem, p. 74-75.

¹⁰⁵ CHAUI, Marilena. Apresentação. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria S. C. (Orgs.) *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978a, p. 16, (Série CEDEC/Paz e Terra, v. 3).

¹⁰⁶ CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria S. C. (Orgs.) *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978b, p. 30. (Série CEDEC/Paz e Terra, v. 3).

¹⁰⁷ Ibidem, p. 25.

à nomeação de subtítulo por *A formação da classe operária*, tonificando os pressupostos revelados por Marilena Chauí na definição das diferenças como internalização de uma forma - ideológica - social determinada. Boris Fausto, já na primeira página de seu escrito justifica “*O estudo de um grupo social, nas suas grandes linhas, diz respeito a condições materiais de existência e à mentalidade coletiva, que ganha forma em uma ideologia, em comportamentos e atitudes.*”¹⁰⁸ Por qual razão o trabalho de Boris Fausto é relevante para pensar a articulação entre sociologia e história e o avanço da História Social a partir do momento de estruturação de seu trabalho? Primeiro que o autor aponta a orientação e direta inspiração em Francisco Weffort para a obtenção do resultado, Weffort é quem apresenta a proposta da renovação metodológica, já falado aqui; segundo que a montagem de uma banca de defesa se apresenta multidisciplinar com Leôncio Martins Rodrigues, Candido Procópio Ferreira de Camargo, Michel Debrun e Vicente Mota Rangel, que são, por vezes, parte do grupo de intelectuais que Weffort usa como paradigma para a construção de sua crítica, ou seja, tanto Weffort quanto Boris Fausto se projetam do interior de uma tradição para buscar pela renovação, isso dá a eles o poder da avaliação crítica.

De modo geral a escrita do trabalho de Boris Fausto circula entre explicações sobre as dificuldades de organização do trabalho no campo, as condições posteriores de oferta de trabalho e composição técnica desses trabalhadores na cidade; vai ao conceito de espontaneísmo da classe operária, ensaia um delineamento mais intrincado do termo ao propor sair da ideia fixa de inexistência de organização política popular¹⁰⁹; por ter como centralidade analítica as mobilizações sociais das camadas de trabalhadores organizados, o autor pincela a expressão sem grande pretensão, mesmo sob orientação de Francisco Weffort que via as classes trabalhadoras como novo tipo social conjugado em suas várias dimensões e criticava o espontaneísmo por definidor de um aspecto desqualificador da ação. O avanço no sentido de penetrar o conceito é feito por José Álvaro Moisés¹¹⁰, quando avalia as práticas de quebra-quebra na condição de protesto urbano; ao estabelecer uma fronteira para a espontaneidade como forma e canal de manifestação inesperada, muitas delas realizadas fora da tutela sindical e de difícil compreensão tanto pela esquerda quanto pela direita, não devendo assim ser pensada

¹⁰⁸ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. 4ª ed., São Paulo: Difel, 1986, p. 5. (grifo meu).

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ MOISÉS, José Álvaro. Protesto Urbano e política: o quebra-quebra de 1947. p. 50-64. In: JACOBI, Pedro. [et al.] *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ CEDEC, 1982, p. 51. (Coleção Paz e Terra/CEDEC, v. 5).

puramente como ausência de uma adequada orientação política. Sem desqualificar o direcionamento político como fundamental, o autor imprime a emergência de novas pautas de comportamento político que, mesmo sem organização institucional estabelecida, pode possuir orientação definida em face de uma situação concreta, desse modo, capazes de imprimir um rumo a novos acontecimentos. Nessa acepção, a espontaneidade pode ser problematizada no sentido de uma situação que ainda não estabeleceu critérios de organização em relação a seus fins, evitando impelir uma leitura que assevera o esvaziamento político de fração significativa das ações populares.

É importante ressaltar que estamos transitando em meio a um momento de gestação dos estudos em História Social, de modo semelhante, as outras áreas das ciências humanas enfrentaram/enfrentam expressivas curvaturas em seus balizamentos metodológicos. Procurei até aqui pontuar a evolução do pensamento social compelido pelas reações da própria sociedade frente às transformações históricas que estão ocorrendo em seu tempo, tomada por grande diligência em evitar perseguir com um intrincado obscurantismo teórico às bordas da produção do saber. O estudo histórico ainda dará alguns passos à frente para expelir a poeira do tradicionalismo inaugurado na década de 1960, e reestruturar o estatuto conferido às práticas do proletariado na instituição de suas condições de existência, questão levantada por Eder Sader e grupo¹¹¹ ao pensar a classe operária, uma vez que, como demonstrado acima, entre referências à Hobsbawm e Thompson e definições metodológicas amparadas em Weffort, Boris Fausto deixa claro não ter fugido a regra e considera confortante trilhar seu estudo sobre a classe operária em torno de Azis Simão, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues¹¹², grupo de intelectuais que estarão ante julgamento pós proposta da reforma epistemológica oitentista.

O lugar em que o calor dos debates trará em seu bojo a atitude de recompor, na condição de nova, a História Social brasileira, é a Revista Brasileira de História que surge desprendida dos entraves de antigas convicções, uma vez que boa parte dos artigos publicados na Revista são produções derivadas de pesquisas recentes de mestrado ou doutorado, mais em conformidade com seu tempo e apartados do eixo tradicionalista, preocupadas em trazerem perspectivas e abordagens renovadoras. Uma última produção do Centro de Estudo da Cultura Contemporânea, CEDEC, merece menção aqui antes de colocar em diálogo os principais números da Revista Brasileira de

¹¹¹ SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera, op. cit., p. 131.

¹¹² FAUSTO, Boris, op. cit., p. 9.

História em suas mais fecundas formulações para a solidificação dos estudos em História Social. O caderno intitulado *Cidade, Povo e Poder* vem com a proposta de apresentar pesquisas recentes inseridas no terreno das emergências das classes sociais, pontuando sua organização e consciência forjadas no interior de suas condições materiais de existência ou reprodução da força de trabalho. Já exposto a reconfiguração da ideia de conflito de classe pelo viés de Francisco Oliveira e Marilena Chauí, cabe agora retomar José Álvaro Moisés em *O Estado, as Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais*, terminantemente é colocado em pauta a prática de manifestação coletiva fora da esfera sindical institucionalizada, contudo, formalmente reunidos em associações diversas, o que também pressupõe organização; mesmo que, em boa medida ou rigorosamente, desvinculado da luta contra o patrão na fábrica e orientado contra o Estado efetivado no poder político local, ou seja, ultrapassando suas dimensões econômicas e corporativas e atingindo a política.

Neste aspecto, José Álvaro Moisés demonstra que a demarcação do campo de ação popular no plano do Estado, determina aos movimentos urbanos sua politização “*pois ingressam, inexoravelmente, no terreno onde incidem e se confrontam os diversos blocos de interesses que se constituem em torno da questão urbana.*”¹¹³ Assim, contemplando a mobilização popular em todos os domínios da cidade, revelando a presença dos sujeitos sociais em seu caminhar pelos espaços diversos que compõem o traçado urbano; pensado no campo metodológico é a pura compreensão das relações de trabalho com nível de exigência mais intrincada que o espectro do confronto dualista: patrão/empregado, estrangeiro/brasileiro, formal/informal, técnico/desqualificado; variável interpretativa que permite identificar claramente um espaço social em movimento, histórico por natureza. Torna-se mais difícil capturar as cenas históricas desses sujeitos em sua dinâmica cotidiana, mas dá ao método um conforto, diria, quase lírico. Se agora está mais complexo visualizar os movimentos de trabalhadores em seus espaços constituídos, dando quase uma impressão de sinuosidade total da presença humana nos lugares da cidade, o autor esclarece que embora ocupem no cenário urbano um protagonismo subalterno em variados níveis: relações de produção, superposição imediata de seus interesses como consumidores da cidade; longe de ocultar o conteúdo social inerente às contradições urbanas - se fechadas como individual no plano de sua

¹¹³ MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. p. 14-29. In: JACOBI, Pedro [et al.]. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1982, p. 23. (Coleção Paz e Terra/CEDEC, v. 5).

busca por espaço no mercado de trabalho -, sua diversidade social permite a emergência de uma unidade - as manifestações coletivas - face ao antagonismo que tratavam de golpear com suas reivindicações, qual seja, o Estado. Certos movimentos de reivindicação apresentam um padrão de acúmulo de experiências que mesmo limitada, são satisfatoriamente consistentes para a inserção e percepção dos setores populares na vida política da cidade.¹¹⁴

Eliana Regina Dutra, ao preparar artigo para publicação no número dez da Revista Brasileira de História, pontua tratar-se de uma parte de sua dissertação de mestrado escrita em 1980 para defesa em Ciências Políticas, para Eliana ao estruturar seu texto foi grande a tentação que teve em reescrevê-lo “*tendo em vista as múltiplas possibilidades de análise abertas por uma ‘nova’ historiografia do movimento operário consolidada nos últimos anos.*”¹¹⁵ Provavelmente a autora faz menção ao movimento de mudança inaugurado e amplamente divulgado na própria Revista a partir de seu número seis, assim como a curvatura teórica impulsionada pela historiografia social inglesa bem marcada na Revista por meio do texto *Todas as Montanhas Atlânticas Estremecem*, em que Peter Linebaugh pontua a não territorialidade das contradições e lutas sociais tidas por universais em William Blake, do qual o pensamento de Thompson e Hobsbawm descende diretamente.¹¹⁶ Seguindo essa mesma frente teórica, Edgar de Decca, vai à gênese da economia política, passando pelo taylorismo até Roberto Simonsen, para avaliar a mudança de percepção da questão do trabalho na sociedade burguesa, reduzindo a leitura do trabalho à dimensão econômica e, a partir desse pressuposto, avalia os fatores que levaram ao esvaziamento do conteúdo político das primeiras movimentações da classe trabalhadora, colocando, por exemplo, os movimentos de quebra de máquinas - da Inglaterra - em nível de agentes pré-políticos, fator que no Brasil é apontando como proposta de asseverar o sentido de espontaneísmo das ações de contestação dos trabalhadores.

De Decca procura colocar em reflexão a perspectiva da industrialização como campo cultural de determinada sociedade, assentada no saber sobre a questão da fábrica, bem como a efetivação de métodos coercitivos para imposição deste diretamente sobre a organização da vida e trabalho na sociedade; assim, a formulação do tema da

¹¹⁴ Ibidem, p. 20-29.

¹¹⁵ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Apontamentos sobre uma experiência de luta operária na Zona da Mata de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História, Produção & Transgressões*. v. 5, n. 10, p. 54-98. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, mar./ago. 1985, p. 54.

¹¹⁶ LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremecem. In: *Revista Brasileira de História*. v. 3, n. 6, p. 7-46, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1983.

industrialização e a subsequente organização de um campo cultural e repressivo não são tomadas por resultado do desenvolvimento de forças produtivas e sim representam o movimento cotidiano de uma luta e de um conflito instituído pela própria fábrica, tanto dentro como fora dela, ou seja, os mecanismos de hegemonia não são abstrações técnicas da economia política implantadas na sociedade plenamente industrializada, se faz no processo ativo das lutas.¹¹⁷ O trabalhador urbano é tido por classe perigosa, sua presença no trabalho, ou fora dele, acarreta desconforto e perigo de uma iminente contestação social, por isso a personagem incômoda do proletariado começa a ser minuciosamente estudada dentro de suas casas, na rua e nos espaços da fábrica¹¹⁸, e não foram os sociólogos ou historiadores os primeiros a mapearem seu cotidiano, diz respeito a leitura feita pela economia política burguesa ou a ela atrelada. Por fim, o autor busca em Thompson várias vezes a afirmação de que as primeiras reações de trabalhadores de modo algum podem ser pensadas como reação cega do trabalhador, sua natureza deve ser observada como política, uma vez que tais ações mesmo presas a uma tradição ulterior a fábrica, desaguam em propostas práticas completamente novas.¹¹⁹

Se a indústria produz campo cultural hegemônico e emprega esse saber diretamente sobre a organização da vida do trabalho na sociedade, a resistência a essa hegemonia também acontece dentro e fora da fábrica, tem-se então uma politização do cotidiano: dentro da fábrica a resistência do trabalhador ocorre no movimento de perda do controle sobre o processo de produção e, fora dela, pela organização política dos industriais, pela ação dos reformadores sociais e repressão policial; então, para não retroceder a análise dualista das relações classistas, e extrair dessa relação a presença do Estado, vale ressaltar que a ideia de organização dos trabalhadores compreende também o controle político institucionalizado, daí a possibilidade de intervenção burguesa fora da fábrica, via políticas públicas permeadas por suas contradições entre o papel interlocutor de demandas e o agente indutor da normatização geral da sociedade.

O número oito/nove da Revista Brasileira de História, sob título *Cultura & Cidades*, apresentado como temática de grande interesse de pesquisadores, traz como proposta a efetiva aproximação dos espaços das grandes cidades via comportamento de populares, normatizações e disciplina urbana. A produção historiográfica a partir desta raia, demonstra consolidar suas reformuladas abordagens e a Revista assume

¹¹⁷ DE DECCA, Edgar Salvatori. A ciência da produção: fábrica e despolitização. In: *Revista Brasileira de História*. v. 3, n. 6, p. 7-46, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1983, p 48.

¹¹⁸ Ibidem, p. 72.

¹¹⁹ Ibidem, p. 76.

definitivamente o papel de divulgador dessa nova proposta, assegurando a mediação teórica inglesa para o enriquecimento da produção nacional. Neste sentido, abre a publicação o texto de Robert Storch, primeiramente publicado em língua portuguesa, *O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana*, seguindo a tradição da história social inglesa, coloca em debate a redefinição da ordem urbana e disciplina social do início do século XIX. Por meio da reforma policial na Inglaterra, o autor redesenha o temor frente a ameaça de desordem que as classes pobres urbanas incutiam no cotidiano vitoriano, pontuando que, além dos movimentos industriais e políticos, os hábitos populares também irradiam pânico e risco à própria estabilidade social. Pautado nos comportamentos tradicionais da sociedade pobre e nos rituais de controle social existentes no país até aquele momento, a introdução de novas práticas de policiamento e disciplina urbana leva o poder municipal ou estatal a tocar diretamente em aspectos-chaves da vida diária, fazendo emergir confrontos contínuos contra costumes locais, valores culturais que se estendiam por décadas.¹²⁰

Dois textos que seguem essa mesma vertente e somam à renovação metodológica da História Social são os artigos de Maria Stella Bresciani que marcados, um, pelos teóricos ingleses, outro, trazendo Hannah Arendt ao debate, ambos amarrando sua temática em chão Britânico do século XIX - algumas pontuações sobre a França aparecem como quadro comparativo e para dar um sentido mais plural à pesquisa. O primeiro texto *Metrópoles: as faces do mostro urbano*, como o título aponta, estrutura-se no conceito de metrópole¹²¹ e percorre diversas percepções contraditórias existentes nos espaços da cidade, privilegiando a observação sobre as diversas práticas disciplinadoras em ambiente de pobreza. A autora ao migrar sua análise integralmente para solo europeu esquadrinha, em um primeiro momento, textos da literatura inglesa movendo-se entre Wordsworth, Thomas Carlyle, Edmund Burke, Charles Dickens e James Greenwood, etc., percurso temático e analítico fundamentado no que Raymond Williams e E. P. Thompson haviam feito em seus trabalhos consagrados. No primeiro

¹²⁰ STORCH Robert D. *O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana*. In: *Revista Brasileira de História. Cultura & Cidades*. v. nº 8/9, p. 7-33, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, set. 1984/abr. 1985.

¹²¹ Raymond Williams define metrópole cindindo as cidades do século XIX no contexto de seu desenvolvimento histórico funcional, sendo consideradas metropolitanas as cidades da Europa Ocidental e América do Norte, com seus Estados desenvolvidos e industrializados, centros de poder econômico, político e cultural; em contraste com as cidades intermediárias e dos Estados subdesenvolvidos, agrícolas e subindustrializados. O autor coloca a Inglaterra e seu percurso histórico de desenvolvimento como modelo do que vem acontecendo no mundo, sob a égide do imperialismo ocidental. Cf. WILLIAMS, Raymond. *A cidade e o futuro; A nova metrópole*. p. 366-386. In: _____. *Campo e cidade, na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

texto a dimensão do alcance da tradição da *New Left Review*, pressuporia até em demasia, naquele momento, porém a autora ao empreender esse mergulho na realidade metropolitana vitoriana, passando por *Tempo, Disciplina de Trabalho e o Capitalismo Industrial* e *A Formação da Classe Operária Inglesa*, avança consideravelmente na leitura das relações sociais do trabalho assinalando suas perdas em vários níveis: do tempo exteriorizado, mecânico e economicamente administrado, desfazendo o ajuste entre o ritmo do mundo físico e as atividades humanas; também a unidade do homem com seu trabalho e pontuado como lesão à organicidade da vida, enfatiza a impessoalidade do trabalho impulsionado pela força do mercado e, por último, o desenraizamento do homem ao ser jogado em ambiente estranho, a cidade e a fábrica, lugares “*onde acumulam-se homens despojados de parte de sua humanidade; em suma, lugar onde a subordinação da vida a imperativos exteriores ao homem se encontra levada às últimas consequências* .”¹²²

Inclinada sobre fontes produzidas por homens letrados que, mais à frente de suas retóricas poéticas, lançam olhares de observação, de fascínio e medo, em avaliação sistemática daquela nova realidade social, Maria Stella Bresciani alcança tino técnico no que vai tomando corpo como proposta metodológica basilar do campo historiográfico brasileiro, pautados em uma linguagem sobre o trabalho e a cidade até então mais comum à sociologia. O fragmento de texto citado abaixo marca o lugar de partida para essa nova perspectiva de verificação com potencial crítico transformador:

O olhar analítico e classificador procura imobilizar em momentos sucessivos de avaliação tudo aquilo que vê em constante movimento e que precisa permanecer em contínua movimentação. O fluxo ininterrupto dos homens no trabalho, dos homens se deslocando pelas ruas, dos homens ocasionalmente fora do trabalho, dos homens que tiram seu sustento trabalhando nas ruas, dos homens que vagam recusando-se a trabalhar, dos homens que se mantêm através de expedientes pouco confessáveis, tudo é submetido a esse olhar avaliador. A cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida a semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção.¹²³

Até aqui temos as bases de seu método, ficou claro que o trabalho de Bresciani não é uma ode à *New Left Review*, tampouco um exercício de reescrita sobre um tema. Salvo a penetração social inglesa em seu texto, o que pode ser percebido é que a autora vai ao núcleo dos temas dessa nova história social para entender o olhar que suas fontes

¹²² BRESCIANI, Maria Stella, Metrôpoles: as faces do mostro urbano (as cidades no século XIX). In: *Revista Brasileira de História. Cultura & Cidades*. v. nº 8/9, p. 35-68, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, set. 1984/abr. 1985, p. 39.

¹²³ Ibidem, p. 39.

lançavam sobre o que é novo naquela realidade social, se Weffort avançou consideravelmente em nossa metodologia social pós greves de 1968 por ter a capacidade de avaliar o processo através do olhar de seus interlocutores - se tratando de sociologia e sua liberdade de percorrer com análises em tempo corrente -; a história, como a autora salienta, além do afastamento temporal precisou de uma outra distância, a intelectual, para poder buscar uma avaliação sensível e sistemática do que aconteceu naqueles anos iniciais do século XIX vitoriano - sem recusa ao olhar dos próprios sujeitos praticantes -, daí o fator fundamental da busca em Williams e Thompson - que por sua vez foram na literatura - novos tipos de fontes e abordagens que permitirão o exercício de empregar como conexão ao passado um observador atento que esteja posicionado se não fora, ao menos interposto à linha de confronto Estado/burguesia *versus* proletariado; desse lugar, outras significações que possivelmente não poderiam ser reconhecidas em si mesmas, mas somente por seus efeitos e articulação de relações imediatas, poderão ser problematizadas na observação das práticas entre sujeitos que dão vida aos lugares tecidos em múltiplos aspectos, cujos percursos e projetos variados são efetivados em sociedades plurais.

Deste ponto podemos abrir diálogo com seu outro texto: *Lógica e Dissonância - Sociedade de Trabalho* que seguindo a mesma temática do artigo anterior, propõe aprofundamento na questão do movimento da moralização burguesa e regulamentação da vida e do trabalho. Maria Stella Bresciani executa neste trabalho movimentos metodológicos adicionais, a autora realça o pensamento científico social ao abrigo da lente de filantropos, médicos sanitaristas e jornalistas, vistos como marco inicial do pensamento nas ciências sociais e responsáveis por fornecer relatos minuciosos sobre o cotidiano dos pobres nas grandes cidades industriais de início do século XIX, com teor familiar ao discurso repressivo da lei, tais olhares são direcionados a manutenção e controle das atividades dos homens. A autora procura privilegiar o discurso da ciência - a palavra útil -, em detrimento do discurso político - a palavra livre -; visto que, o discurso científico apresenta comprometido com a verdade objetiva e incrédulo a vontade de um mundo comum, e direciona sua observação à razão técnica materializada na máquina, organismo agressivo ao próprio homem; avançando a leitura da economia política que estabelece as relações como lugar fixo dotado de normas e regras mínimas de convivência entre homens proprietários e trabalhadores, discurso posteriormente normatizado na abstrata noção de força de trabalho. Ao percorrer o desenvolvimento dos discursos e práticas de normatização, entre desenvolvimento de leis e avaliações da

economia política, submetendo homens à rígida disciplina do trabalho assalariado que em início do século XIX ainda não encontrava completamente moralizados, a autora abre a partir desse limite uma nova fresta analítica, a da busca por normatização do homem pobre fora da fábrica.¹²⁴

Até aqui, o estudo de Maria Stella Bresciani se move de modo renovador para a historiografia brasileira, sob broquel teórico da filosofia e sociologia. Como já apontado, se em meados dos anos de 1970 encontrávamos sociólogos e filósofos dialogando abertamente com as bases da história social inglesa, na construção de suas análises sobre as relações sociais posteriores a greves de 1968, nos anos 1980 chega às mãos dos historiadores autores tidos por pilares para uma nova abordagem do social; o que demonstra mais uma vez como foi pendular a formatação da epistemologia das ciências humanas brasileiras, renovadoras e frutíferas na passagem dos 1970 para os 1980. Bresciani formata sua leitura com bases no imaginário vitoriano sobre a vida dos pobres e a necessidade de contenção do perigo da vida cotidiana da pobreza, o discurso político e científico vão no sentido de bloquear toda uma estrutura cultural e forçar a introdução de novos comportamentos na sociedade proletária urbana de início do século XIX, e é neste percurso que a autora constrói diálogo com Hanna Arendt - principalmente no capítulo dois *A Esfera Pública e Privada*, do livro *A Condição Humana*¹²⁵ -, para tecer maior aproximação com a noção do espaço público, pois será Arendt quem fornecerá subsídios teóricos para a análise das estruturas públicas mediante descrições apresentadas na política moderna, em que se tem por função da sociedade a ideia de que a ação, o discurso e o pensamento são estruturas assentadas no interesse social, uma vez que “*a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesses ‘coletivos’ formando uma sociedade em que os interesses privados assumem importância pública.*”¹²⁶ É também Hannah Arendt quem instiga a busca histórica pelas práticas de normatização da vida privada/pública, ao colocar em pauta

¹²⁴ BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância, sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Revista Brasileira de História. Sociedade e trabalho na história*. v. 6, n. 11, p. 7-44, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, set. 1985/fev. 1986.

¹²⁵ Hannah Arendt, passou a ser debatida com maior frequência nos espaços acadêmicos por mão de Marilena Chauí e Claude Lefort, que veio ao Brasil por várias vezes, principalmente nos anos mais duros do regime militar, contexto em que Bresciani escreveu seus textos aqui apresentados. HUMANIDADES em Diálogo. Entrevista Vera Telles - Revista Humanidades em Diálogo - Parte I. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M4-EQ-jCokY>>. Acesso em: 28 de julho de 2018.

¹²⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 45

Um fator decisivo é que a sociedade em todos os seus níveis, excluía possibilidade de ação que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los ‘comportarem-se’, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.¹²⁷

Aspas da autora, o fazê-los comportarem-se é a marca fundamental que levará a indagações históricas das mais variadas, levantando assim a procura por novos olhares para velhos problemas, induzindo pesquisadores a irem ao encontro daqueles profissionais que foram responsáveis pela árdua tarefa de localizar as diversões dos trabalhadores e moralizá-las, a irem à busca das causas frequentes dos surtos e epidemias que assolavam as aglomerações urbanas, a enxergarem os maus tratos sofridos por mulheres e crianças nos espaços insalubres das fábricas, a denunciarem a sujeira, humidade e a má estrutura de amontoado de casas com mínimas, por vezes sem nenhuma estrutura para a habitação humana¹²⁸, etc. Ao possibilitarem a sociólogos, historiadores - e todos aqueles que proporem olhar para o passado e para a vida das massas de desprivilegiados amontoadas em cidades, sujeitas a brutais supressões das ínfimas condições humanas -, desnudarem parte do cotidiano dos habitantes das grandes cidades industriais, advém, à Maria Stella Bresciani, por exemplo, o império de tecer tais considerações sobre a cidade e seus habitantes:

A higienização dos bairros operários, a vigilância das suas casas e de seus hábitos, a edificação da família nuclear enclausurada no lar, protegida da presença de pessoas estranhas; o trabalhador constante e dedicado na fábrica, na mina, nas docas, etc.; um percurso da casa ao trabalho, e vice-versa, sem interrupções no bar e no cabaré; o tempo de folga bem utilizado nos afazeres domésticos, nos esportes saudáveis, na Igreja, na escola dominical... Tal é a projeção do fantástico trabalhador infatigável requerido pelo sistema produtivo ininterrupto na sociedade do trabalho. Com certeza esse projeto de formar homens totalmente previsíveis chocou-se com a experiência e concepção de vida operária.¹²⁹

É nessa imprevisibilidade dos homens e mulheres que a História Social ganhará fôlego para não produzir uma história previsível, cabem aqui os questionamentos: seria ato de heresia intelectual não ser devotado somente a um autor? Será que a incompatibilidade dos autores deve ser levada mais à risca e colocada no centro do debate ao executar uma pesquisa em história? Ao invés de extrair deles potência intelectual para remover antigas rusgas oxidadas nas abordagens das ciências humanas. Ignorar a possibilidade de adentrar as festas, as feiras, os bares, pubs e cabarés, e poder

¹²⁷ Ibidem, p. 50.

¹²⁸ BRESCIANI, 1986, op. cit.

¹²⁹ Ibidem, p.30.

concluir que, mesmo com a intenção política de intervenção restritiva, os inveterados hábitos permanecem, para o desagrado das pessoas polidas¹³⁰, e para agrado dos historiadores sociais; assim, a fábrica e suas estritas relações demarcadas no quadrante econômico, social ou demográfico deixaram de ser as fronteiras de suas análises.

O que parece ser argumento atual, o juízo de que vivemos a certeza da apropriação e uso indiscriminado de determinadas linhas de pensamento - ou área do conhecimento - para pensar as relações sociais, é algo supositivo, tendencioso e discrepante para o método, tal perspectiva termina por colaborar imensamente para enrijecer a disposição em formatar camadas categorizadas da história; o posicionamento metodológico deve ser medido não a partir do que acha determinado grupo específico de intelectuais no limite de seu recorte temático; como vimos, há tempos esses questionamentos foram trazidos ao debate, avaliados, e de lá pra cá algumas conclusões foram tiradas para que, ao menos, atenuasse os espíritos mais exaltados. Como negar que os textos de Maria Stella Bresciani são contributos ao avanço da historiografia, que seu método apresenta rigidez de análise, por usar Hanna Arendt, Michel Foucault e E.P. Thompson na mesma pesquisa? O uso de determinados teóricos ou áreas do pensamento para o desenvolvimento de uma temática de pesquisa precisa de uma escala modelar de avaliação? Ou necessita mais do bom senso intelectual de seu praticante, assim como de sua habilidade em discorrer sobre seu tema de pesquisa. Há muitas polêmicas no pensar as polaridades da produção intelectual nas ciências sociais, Dorval Muniz foi bastante compassivo ao discutir tais abordagens, para ele, que reconhece a existência das diferenças entre a história social e a história cultural, por exemplo, essa diferença está apenas no enfoque,

[...] quanto aos elementos que são privilegiados no momento de se recortar o campo histórico, quanto aos objetos e aos problemas selecionados. Mas não existem diferenças de fundo, estas dicotomias que destinariam uns ao paraíso e os outros às fogueiras do inferno. Tanto fazemos uma história social da cultura, quanto uma história cultural da sociedade, embora, apenas privilegiemos dados elementos no momento de definirmos nossos objetos de pesquisa, o que não nos fazem melhores ou piores do que os outros. Não consigo imaginar como um historiador cultural possa abrir mão da ideia de sociedade e como um historiador social possa não tratar de elementos culturais.¹³¹

É alento receber uma orientação neste sentido, ainda mais em via da escrita de tese, bem como é incentivador para alçar proposta de pesquisa em História Social, pois

¹³⁰ Ibidem, p.31.

¹³¹ ALBUQUERQUE JR, op. cit., p. 203.

aqui reside esse debate. Minha tese apresenta como proposta o estudo de uma cidade em estágio de desenvolvimento industrial, demarcada a partir do olhar dos moradores de bairros periféricos em constante cruzamento com as demais esferas que compõem a sociedade do lugar. Como poderia levar as linhas desse texto em diálogo com grupo específico dessa sociedade? Ou apenas um tipo de fonte, ou fechado em estrita abordagem temática? Como pensar os moradores do bairro a partir da perspectiva econômica? Sabendo tratar de econômico na sociedade.

Conforme dito, parece assunto novo a tensão gerada em torno das categorizações paradigmáticas da história, Déa Ribeiro Fenelon, em setembro de 1984, em conferência no Encontro Regional de História, núcleo da ANPUH de São Paulo; naquele momento, suas primeiras palavras foram pronunciadas enquanto orientação à superação dos limites e compartimentos metodológicos existentes no exercício do conhecimento sobre a realidade, prática que para a palestrante tem levado vários historiadores a dedicarem a temas que exigem a compreensão dos nexos e das relações sociais enleadas nas formas de expressão das atividades humanas em todas as suas manifestações¹³², impossível alcançar essa perspectiva emoldurando o tema em social, político ou econômico, isso é fato, para os mais radicais defensores do particionamento metodológico e temático as palavras de Déa Fenelon soam heterodoxas, mas são renovadoras para os historiadores preocupados mais em trazer as sensibilidades presentes nas relações entre homens e mulheres em determinado lugar e tempo, são propostas necessárias para alcançar o sentido histórico das vidas em todos os seus momentos e lugares. Sua conferência foi publicada um ano depois na Revista Projeto História número quatro, edição da PUC de Campinas, em seu texto a historiadora argumenta que na situação em que encontra o debate sobre o significado da dominação social, da luta de classe e da constituição do poder, em suas diversas manifestações no âmbito da sociedade, fica difícil aceitar qualquer separação que queira estabelecer entre as esferas da constituição do social, ou mesmo a tentativa de buscar estas especificidades, como forma de melhor compreender estas instâncias, mesmo que se diga que a separação só estabelece na análise.¹³³

Sua proposta vem no sentido de determinar a já discutida totalidade dos fatos humanos, e o que demonstra ainda mais a atualidade de suas ponderações é que ela orienta-se na questão do Trabalho e da Cultura no interior da História Social e mais

¹³² FENELON, op. cit., 1985, p. 22.

¹³³ Ibidem.

uma vez - a autora contata Joseph Fontana, historiador - acentua que, acima de qualquer compartimentação, para enriquecer o debate está à colaboração das abordagens de outras disciplinas, sobretudo das ciências sociais, e isso não vem à historiografia no sentido de um caleidoscópio de aspectos diversos, mas para centrar todas as diversidades em torno do que é fundamental, os mecanismos de exploração social para além das regulamentações institucionais, englobando todas as dimensões da vida¹³⁴, para isso, se faz necessário romper com as leituras amarradas em categorias-chave, a autora refaz o caminho reestruturando a ideia do social numa perspectiva de ampliação do campo de investigação, primeiro, em abordagem da História do Trabalho e da Cultura, ela salienta que é necessário o alargamento da visão sobre o vínculo entre a exploração e a dominação, depois, dirigindo à Marilena Chauí, assinala a compreensão de que outros movimentos sociais e populares encontram-se no caminho da construção de um contra-poder popular; não significando, portanto, a recusa ao movimento operário como tal, mas preocupado em reconhecer o social em sua diversidade, sabendo reconhecer as lutas reais dos trabalhadores, seus conteúdos e direções, ou seja, suas lutas não apenas fincadas no âmbito das organizações oficiais, incluindo assim a apreensão de que toda gama de lutas e de movimentos sociais podem ser vistos como expressão de uma luta de trabalhadores para se constituírem em novos sujeitos políticos.

Por fim, Déa Fenelon busca redimensionar a lógica da política na história social dissolvendo a subordinação do social ao político¹³⁵, não no sentido de diminuir a preponderância do político, mas sim ampliando a sua noção, definindo-o enquanto todo o espaço da luta de classe, ultrapassando seu sentido estritamente institucional, formalizado nos limites da presença ou da ação do Estado. Reconfigurando seu sentido na perspectiva da multiplicidade de poderes contidos nas estratégias de controle da força de trabalho¹³⁶, neste sentido conclui:

Portanto, pensar estas formas de articulação assinaladas em termos de um campo teórico, significa abranger todo o campo de luta de classes com toda a multiplicidade de formas e instâncias que ela comporta. Significa ver desde a luta política visível organizada e institucionalizadora destas classes, através de associações, sindicatos e partidos, até as lutas específicas de diferentes setores em vários momentos, para incluir também as formas ‘surdas’ de resistência e as estratégias ocultas de subordinação e controle. Passa por ver o embate entre capital e trabalho de seus agentes, pelas relações e articulações

¹³⁴ Ibidem, p. 23.

¹³⁵ Ibidem, p. 24-26.

¹³⁶ Ibidem, p. 28.

das classes com o Estado e pelas iniciativas que o mesmo assume no desenvolvimento do processo, sob a forma de políticas ou mesmo de práticas de controle. Passa por incorporar à análise histórica as estratégias e formas de poder gestadas fora do aparelho do Estado. Passa por buscar compreender entre cotidiano da experiência de lutas. Passa por uma compreensão de que afinal, história é política.¹³⁷

Dessa forma, essa fração de texto de Déa Fenelon transita em meio as definições políticas, não no trato de um sentido prévio de política, mas do fazer-se enquanto sujeitos que atuam politicamente, realçando a presença do Estado na atmosfera dos conflitos sociais, daí, em diálogo com a perspectiva crítica do texto *Pensando a Classe Operária: os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico*, é inegável que, o percurso de estruturação das novas abordagens de pesquisa em História Social naqueles anos de 1980 exigiu mais do que hoje demanda o bom senso intelectual para desviar de certas categorias-chave - terminologia da autora - para que possa alcançar a interpretação coerente dos fatos enquanto resultado de práticas inseridas no campo da cultura como totalidade da vida, terreno de reflexão em que estão posicionados os autores da coletânea de textos *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. Toda tensão que alimentou o tema da conferência de Déa Fenelon naquele momento se apresenta como proposta para assentar os liames de uma perspectiva de estudo em via de ser consolidada, considerando que a autora estava naquele momento na condição de diretora da ANPUH, sua palestra em São Paulo aparece como componente de uma dianteira nos avanços do pensamento crítico transformador, de Weffort passando por Francisco de Oliveira, que procuram colocar o trabalhador no debate político; do mesmo modo, De Decca, em que o político é firmado no espaço de análise das relações sociais; ou então Maria Célia Paoli, que traz a cultura enquanto expressão ideológica atrelada a economia e a política, ou mesmo Marilena Chauí e Maria Stella Bresciani que buscam em Arendt a noção de espaço público e traz as relações reais em seus desdobramentos econômicos, sociais e culturais pontuando o protagonismo e legitimidade histórica das classes menos favorecidas; ou seja, o que se tem é um percurso de amplo e profícuo debate sobre a história da sociedade brasileira, seu avanço é viabilizado em virtude de que a prática de pesquisa em ciência social está respaldada na própria história, as análises constituíram nas camadas dos acontecimentos, permitindo aos pesquisadores da História Social absorver parte considerável das abordagens teórico metodológicas da sociologia/filosofia e fazer avançar seus pressupostos, concepções, métodos e teorias.

¹³⁷ Ibidem, p. 28.

Assim como a obra de Edgar de Decca, *O Silêncio dos Vencidos*, apresenta as potencialidades analíticas emergentes que definirão as abordagens e temáticas nos anos de 1980, o trabalho de Eder Sader *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, trouxe, no interior do campo da sociologia, o vigor das perspectivas teóricas que, se não fecha um ciclo de expansão nas pesquisas em ciências humanas, dá a ela uma definição de rigor e fineza muitas vezes contestada pelas tendências historiográficas pós virada dos anos de 1980, deixando a impressão de que se trata de uma História Social que existiu, mas não é isso, o que aqueles anos vivenciaram foi uma nova configuração das classes populares, formas diferenciadas de expressão que remetiam a diferentes histórias e experiências¹³⁸, como bem definiu Eder Sader. Portanto, tomei a liberdade, na construção da introdução dessa tese, de ousar refazer parte do percurso metodológico e teórico que levou ao alargamento das problematizações nos estudos sobre sociedade, proposta que nasceu da necessidade de pensar as relações de classe em sua larga dimensão determinada nos espaços de poder, e deste, às assimilações e reinterpretações dos sujeitos históricos que os vivenciaram como relações gestadas nos espaços da cidade, avaliadas a partir de um prisma em via de mão dupla, sem negligenciar o protagonismo de seus ocupantes: a trajetória e posição ocupada por cada sujeito, seus mecanismos de organização e estratégias de mediar interesses frente aos interesses de políticos e governantes; as diversas estruturas de socialização e interação solidária: associações de moradores, clube de mães, grupos de vivência; bem como apreender as ocupações dos espaços públicos enquanto lugares em que a interação transcorre de modo complexo e contraditório, fazendo das ruas, igrejas e praças ambientes de circulação, celebração e também de debates políticos, uma vez que, os indivíduos caminhamantes manifestam em todos os domínios da vida.

Foi a partir do diálogo entre as ciências humanas em dois momentos significativos de retomada da reflexão sobre seus paradigmas, que encontrei fundamentação para o manejo de meu tema de pesquisa, trazido no empenho em entendê-lo conforme parâmetros que transponham a apreciação característica que toma a cidade como formada por espaços autônomos, privados, desatados dos laços e interesses que dão a ela *status* de espaço público, enquanto político, econômico e cultural efetivamente multifacetado; sem arquear em demasia para hipotéticas vias de conformidade com o pensamento urbanístico tecnicista, mantendo um ressoar

¹³⁸ SADER, op. cit., 1988, p. 312.

flexionável que alcance em proporções regulares ambas variáveis, segundo o compasso definido por mediação da natureza humana e suas manifestações históricas, que são compostas por um mosaico de experiências dialeticamente estruturadas em sistemas e modos de vida que são conflituosos, contraditórios e irregulares em sua gênese; dessa forma, coerente com a proposta de análise cravada nos estados sociais e “*identidade de interesses*”¹³⁹ de grupos e classes sociais, inseridas em plano impulsionador das mobilizações e organizações que impeliram à politização do cotidiano de homens e mulheres que, por sua vez, servindo-me aqui de mais uma proposição thompsoniana, formaram a si mesmos tanto quanto foram formados.¹⁴⁰

¹³⁹ THOMPSON, op. cit., 1988, p. 17.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 18.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EM INDAIATUBA

A cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória.¹⁴¹

2.1 Política de desconcentração industrial de São Paulo e distribuição das atividades econômicas no espaço do estado

O governador do estado de São Paulo, engenheiro Paulo Egydio Martins, lançou em 1976 o programa intitulado Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo, projeto coordenado pela Secretaria de Economia e Planejamento, articulado ao Instituto de Planejamento Econômico e Social, bem como a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana. A proposta do programa consiste, segundo o secretário de economia e planejamento do estado, arquiteto Jorge Wilhelm, em orientar e induzir a redistribuição das atividades econômicas no espaço do estado, considerada como possibilidade de tornar mais adequada a ocupação do território em uma esfera que contemple o trinômio homem-economia-espaço, os objetivos dessa política estruturam em: “*I - recuperar a qualidade de vida na região metropolitana de São Paulo e seu entorno. II - diminuir as diferenças de oportunidades e desenvolvimento entre as diversas regiões do Estado.*”¹⁴²

Este projeto, segundo a lógica de seus idealizadores, dispõe sobre facilidades progressivas para a expansão da vida econômica dirigida ao interior, sanando assim o problema de inchaço das regiões metropolitanas e, ao mesmo tempo, o esvaziamento das pequenas cidades, situações identificadas como responsáveis pelos problemas enfrentados na rede urbana do estado. No quadro desse programa político estruturador de desenvolvimento urbano e regional do estado de São Paulo, destacam alguns programas de ação relevantes, quais sejam: a Política de Desconcentração e Descentralização Industrial, tida por política indutora do processo de desenvolvimento

¹⁴¹ HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 134.

¹⁴² WILHEIM, Jorge. Apresentação. In: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: SEP/IPEA/CNPU, 1976, s/p.

paulista para o interior viabilizando o desenvolvimento urbano regional¹⁴³; o Programa das Cidades Pequenas e o Programa Estadual de Habitação, este último parte do projeto nomeado Política Habitacional do Estado de São Paulo.¹⁴⁴

A análise destas iniciativas permite acesso e maior visibilidade acerca dos cenários político e econômico em que assentam as transformações experimentadas por Indaiatuba entre os anos finais de 1970 e meados de 1980, bem como confere fundamentos para a compreensão dos acontecimentos manifestos, em sua essência, as novas relações sociais que passaram a integrar o cotidiano da cidade nos anos posteriores a 1980. Segundo o modelo de identificação de funções urbanas em rede elaborado pela Política de Desenvolvimento Urbano e Regional, compreende-se que Indaiatuba corresponde ao perfil de cidade que tendeu a sofrer crescimento socioeconômico espontâneo¹⁴⁵, por encontrar inserida em campo de desenvolvimento causado mediante sistema estabelecido de modo integrado com bom nível de desenvolvimento industrial e de serviços formado por cidades possuidoras de funções complementares entre si, facilitadas pela acessibilidade existente por estarem próximas dos eixos rodoviários¹⁴⁶, panorama que encerra algumas cidades no círculo da atual Região Metropolitana de Campinas, tidas por Área de Controle pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento e inclinadas a absorver o potencial de crescimento da capital experimentando ciclos de estímulo industrial e demográfico¹⁴⁷, impondo intensas e, diria, tensas mudanças em suas “vocações” produtivas, responsáveis por alterar suas

¹⁴³ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: SEP/IPEA/CNPU, 1976, p. 9.

¹⁴⁴ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento. *Política Habitacional do Estado de São Paulo*. Elaborado em conjunto com a Secretaria de Negócios Metropolitanos, Secretaria dos Negócios do Interior e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, 1975.

¹⁴⁵ O crescimento de Indaiatuba entre os anos de 1950 e 1960 permite posicioná-la no quadro das cidades que receberam impulso de crescimento espontâneo, segundo modelo avaliativo da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo, visto que, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado, entre esses anos a cidade salta de uma população na casa dos 11.253 para 19.414 habitantes, expandindo sua demografia em 1964 para 22.928 habitantes. Neste mesmo período o setor industrial vai de 9 para 49 plantas fabris com mais de cinco empregados. O valor da população industrial, segundo Plano Diretor de 1968, cresceu em termos reais 962, 7% no período entre os anos de 1950-1960, com média de crescimento anual de 26,5% entre esses anos. A partir da década de 1960 acentua-se a diversificação da produção industrial com fábricas de micro tratores, motores a diesel, equipamentos para indústria de tinturaria, agulhas e outros, todas essas fábricas sediadas na cidade de São Paulo. PREFEITURA de Indaiatuba. *Plano de desenvolvimento integrado: estudo preliminar*. SD Consultoria de planejamento Ltda. 1968, São Paulo, p. 03-10.

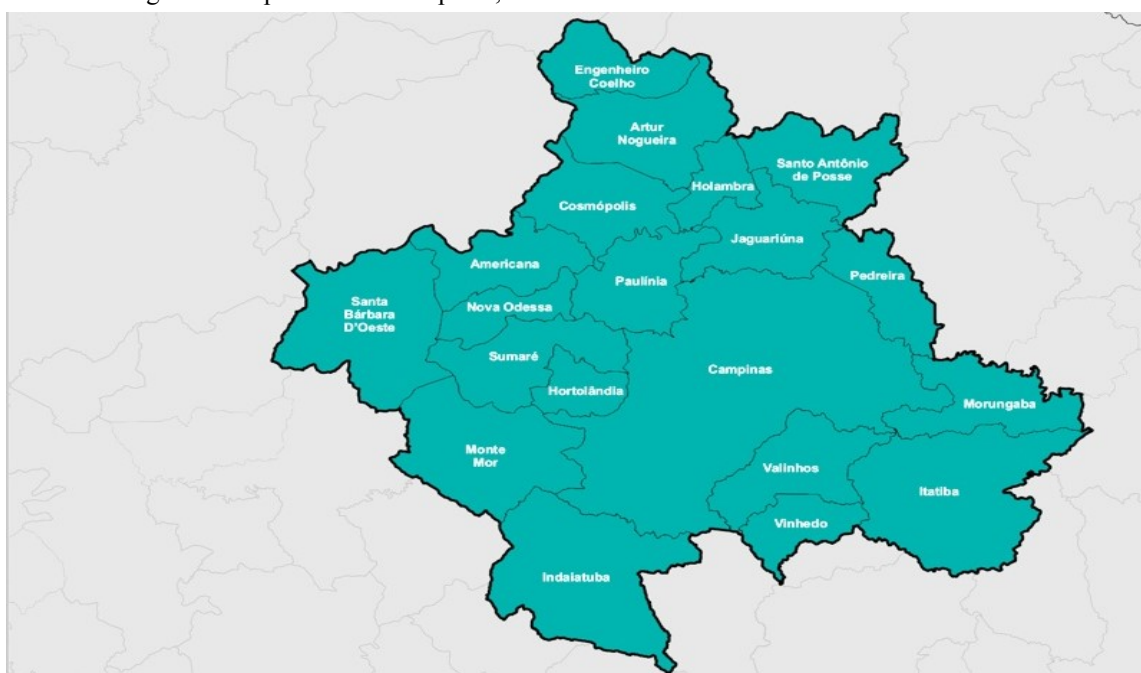
¹⁴⁶ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*, op. cit., p. 15.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 16-18.

atividades econômicas, as práticas políticas, do mesmo modo que o cotidiano de seus moradores.

Como a pesquisa está estabelecida no panorama e contexto histórico da hoje denominada Região Metropolitana de Campinas, cabe destacar que, antes dessa demarcação ser institucionalizada, as cidades já se encontravam em área definida por Macro Metrópole¹⁴⁸ o que coloca várias cidades na órbita metropolitana da cidade de São Paulo, isto posto, o crescimento espontâneo terminava por induzir seus administradores à conservação de certa autonomia política, recebendo com maus olhos a possível hierarquização fora do fluxo de relações administrativas via capital/município, nesse contexto do projeto governamental de incentivo à expansão econômica para o interior, a ideia de junção de várias cidades conforme tutela definida por região não ocorrerá sem oposição e resistência. O programa de desconcentração da zona metropolitana de São Paulo foi estímulo à abertura da convenção para juntar em torno de Campinas uma congregação de cidades que, de certo modo, encontravam economicamente interligadas, como ilustrado no mapa apresentado abaixo.

MAPA 1. Região Metropolitana de Campinas, 2017.



Fonte: EMLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A.

Essa proposta tornar-se-á efetiva no ano 2000. Porém, vale observar que entre a proposta de levar desenvolvimento econômico ao interior do estado ofertada pela

¹⁴⁸ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*, op. cit., p. 14.

Secretaria de Economia e Planejamento e a efetiva coligação de cidades, momentos de tensão política tomarão corpo no contexto das municipalidades envolvidas no processo. O prospecto urbanístico de Indaiatuba presente no Plano de Desenvolvimento Integrado de 1968 teve coordenação de Jorge Wilhelm, na época ocupante da pasta de Secretário de Economia e Planejamento de São Paulo, conjuntura que demonstra a aproximação entre instituições e programas de desenvolvimento na esfera estadual e municipal, e mais, a conceituação de município em crescimento socioeconômico espontâneo é presente tanto no programa da Política de Desenvolvimento Urbano subscrito por Wilhelm, como também no diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado que é definidor do caráter desenvolvimentista de Indaiatuba¹⁴⁹, portanto, esse plano diretor posiciona Indaiatuba no mesmo fluxo de atração de fábricas para a região campineira¹⁵⁰, não dependente dele. Quando em 1980 o deputado federal Carlos Nelson Bueno tenta por meio de Projeto Lei romper a linha do referencial de autonomia administrativa gozada pelos governos e promover a junção de quatorze municípios sob tutela regional de Campinas, a recusa vai ser expressiva entre prefeitos e técnicos urbanistas das cidades que apresentavam maior possibilidade de expansão industrial naquele momento; na singularidade indaiatubana, o prefeito vê esse projeto como ameaçador ao diálogo proveitoso já travado com Governo do estado rejeitando a possibilidade de uma instituição intermediária para isso.¹⁵¹

O estudo apresentado nas linhas desse texto perpassa a extensão da trama política que marcou a efetiva institucionalização da Região Metropolitana de Campinas, Indaiatuba é uma das cidades que compõe esse sistema urbano¹⁵², em vista disso cabe analisar as iminentes manifestações que estimularam as múltiplas relações compreendidas no devenir dessa cidade, sem ignorar que sua história articula-se a toda complexidade, contradições e disputas que percorreram a estruturação dos projetos de organização urbana que foram manejados por diretrizes e programas estratégicos advindos de instâncias administrativas do Estado, foi na reestruturação econômica de São Paulo a partir dos projetos de 1976 que intensificou o estímulo a efetiva integração

¹⁴⁹ PREFEITURA de Indaiatuba. *Plano de desenvolvimento integrado: estudo preliminar*, op. cit., p. IX.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 10.

¹⁵¹ CLAIN Ferrari diz não a Carlos Nelson Bueno. *Tribuna de Indaiá*, n. 1133, ano XXIV, 08 de jun. 1980.

¹⁵² A cidade opera o terceiro maior Produto Interno Bruto da região com 12.058.634,00, ficando atrás somente de Campinas que tem seu PIB calculado em 57.673.309,00 e Paulínia que na segunda posição apresenta um PIB de 14.655.384,00. Valores apresentados com estimativa em mil reais, elaboradas pela Emplasa no ano de 2017 com base em dados levantados pelo IBGE em 2014. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano, op. cit.

entre cidades com tamanho e funções econômicas diferenciadas, determinando o sentido de rede urbana organizada por manipulação estratégica governamental. O argumento apresentado no documento Política de Desenvolvimento Urbano e Regional procura destacar a configuração do sistema urbano atrelado aos agenciamentos econômicos em cidades predispostas ao desenvolvimento, se não, adverte o programa, qual seria o significado das economias de aglomeração? Com base neste argumento as abordagens promovidas na/sobre as cidades têm por obrigação permanecer sempre estratégica em escala global, com papel bem definido neste processo.¹⁵³

As diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional têm por mote o ajuste acelerado nas funções das cidades à economia totalizante, colocando em outros planos as realizações de projetos setoriais autônomos - o alojamento das camadas de populações pobres condicionadas por variações sociais impostas por esse programa, por exemplo -, impondo ao sistema urbano a conjugação de suas potências de maneira a integrar em rede uma diversidade de realidades mediadas nos projetos de planificação das atividades econômicas. Ao que tudo indica, capazes de garantir equilíbrio entre seus desempenhos programados a partir de uma centralidade, expandindo a política de desenvolvimento urbano e regional no interior das instâncias da economia global. Veja bem, a proposta procura integrar a redistribuição de funções produtivas industriais com as fundiárias, mantidas por deliberação de certa hierarquia que submete as segundas - fundiárias – conforme determinações de interesses das primeiras - industriais. Neste caso cabe indagar: o sistema urbano tende a responder as solicitações feitas pela economia? A princípio, no âmbito institucional que comporta o programa do Governo paulista, importa compreender o conceito de sistema urbano presente no discurso tecnocrata, integrado à complexidade de acontecimentos e experiências¹⁵⁴ que compõem

¹⁵³ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*. op. cit., p. 6.

¹⁵⁴ O termo experiência é tratado aqui a partir do panorama conceitual de E. P. Thompson que propõe o diálogo com a evidência empírica ligado à produção do conhecimento, abertura à compreensão de que homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo como sujeitos históricos, de modo a experimentar suas situações e relações produtivas determinadas por necessidades e interesses, como antagonismos, e em seguida tais experiências são tratadas em sua consciência e cultura das mais *complexas maneiras* (THOMPSON, op. cit., 1981, p. 12-17; 188-190). Complemento a compreensão do conceito e seu manejo com a avaliação feita por Reinhart Koselleck que, ao estudar as relações de reciprocidade entre as dimensões de tempo passado e futuro analisado sobre a extensão do tempo presente. O autor enfatiza o espaço de experiência enquanto campo de pesquisa próprio da materialidade dos eventos. Por sua vez, posicionados como tempo histórico entre experiência e expectativa, categorias conceituais dissimétricas que, enriquecidas em seu conteúdo, dirigem as ações sociais e políticas em dimensões equivalentes de espaço e tempo histórico. Constituindo experiência cotidiana, tempo objetivo que flui continuamente no espaço, tornando-se *realidades passadas*, (KOSSELLECK, op. cit., p. 305-311) que são, por sua vez, aquelas *complexas maneiras* que E. P. Thompson

o que vem a ser entendido por realidade urbana, deste modo valorizando não somente os blocos históricos que abrangem o capital político, industrial e fundiário - sustentadores da regulamentação metropolitana da cidade de São Paulo, por sua vez, em acordo com a expansão das cidades em seu entorno e da mesma forma as cidades do interior do estado -, mas também ampliando o cenário analítico para as variações temporais ocorridas no mesmo plano que se inserem as relações institucionalizadas estabelecidas.

As considerações a serem feitas a respeito do quadro conjuntural da reestruturação urbana proposta no programa paulista de 1976, demanda menção à observação de Raquel Rolnik, coerente com as relações construídas no interior dos mercados fundiários, para a urbanista trata-se “*não apenas de uma nova política habitacional, mas de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com impactos profundos no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos.*”¹⁵⁵ Por outro lado, é importante expor as características do programa Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo, sem perder de vista que consiste em documento institucional apresentado na qualidade de plano, neste sentido figuram propostas, não se trata de algo efetivo em seus desdobramentos, tem-se um programa estruturado em momento imperativo para estimular o desenvolvimento econômico nacional por meio da aceleração tardia da industrialização do país, proposta implantada por um Governo autoritário responsável por bloquear avanços significativos no campo social, uma vez que poderiam ser obtidas melhorias sociais enquanto subprodutos do rápido processo de modernização econômica; ao contrário, neste período consolidou no país uma das sociedades mais desiguais do mundo.¹⁵⁶

Por essa via a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional procurou adaptar as propostas presentes no II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, posto em vigor entre 1975 e 1979, ocasião em que o Governo de Ernesto Geisel buscou contornar com audacioso programa de investimento público a instabilidade econômica nacional e a reversão do ciclo expansivo que ocorreram nos anos anteriores a 1974. Nesta conjuntura, segundo Jorge Mattoso “*é retomada a discussão sobre os caminhos e*

atribui às ações vividas pelos sujeitos. Portanto o conceito de experiência constitui a superfície em que se assenta minha análise, visto que, são as realidades passadas em sua complexidade, capazes de forjar experiências que emergem nos espaços de ação de homens e mulheres que ocupam um lugar comum, neste caso, os espaços da cidade que formam a partir dos planos urbanísticos instituídos.

¹⁵⁵ ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 29.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 267.

alternativas para a economia e sociedade brasileira interrompida quando do golpe militar de 1964.”¹⁵⁷ Contudo, o parecer vem revestido da imposição de um plano de estabilização movido por reformas conservadoras de acentuado caráter concentrador do desenvolvimento, determinado a preparar uma nova fase do desenvolvimento nacional em circunstância de ampliação da concentração de renda e das desigualdades sociais.¹⁵⁸

Na esfera estadual com a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional, o governo do estado de São Paulo procurou priorizar a contenção da expansão metropolitana da capital à guisa de induzir a descentralização das atividades produtivas industriais e direcioná-las às cidades de médio porte com mais de 50 mil habitantes, com perfis que atendessem ao processo de desenvolvimento proposto nos planos apresentados. Destarte, as cidades contempladas receberiam suporte para planejamento e reforço de infraestrutura urbana, entre outros tópicos seu objetivo era diminuir os desequilíbrios regionais existentes no estado.¹⁵⁹ A instituição de um sistema de cidades dotadas de plantas industriais e de maior dinâmica de serviços orientados, é apresentada no projeto como mecanismo facilitador para a circulação de capital e capacitado a proporcionar rendimento adequado aos investimentos empreendidos tanto no plano governamental quanto privado.¹⁶⁰

Na conjuntura destes programas governamentais, a princípio Indaiatuba dá sinais de possuir as requisições determinadas. A expectativa de desenvolvimento da cidade tem suas raízes na elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento de 1968, neste documento o aspecto econômico da cidade como dotada de tradição na produção agrícola é pontuado como passado “*A sua primeira atividade econômica foi agrícola [...] até a década de 1930. A partir daí começou a surgir suas primeiras indústrias.*”¹⁶¹ O plano de desenvolvimento do município visava preparar a cidade com maior disposição para receber investimentos, saindo de um quadro de nove fábricas de pequeno porte em 1950 para atingir a soma de quarenta e nove estabelecimentos fabris em 1960, acontecimento apontado pelo documento municipal como surto industrial: “O

¹⁵⁷ MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Scritta, 1995, p. 125

¹⁵⁸ Ibidem, p. 125-133.

¹⁵⁹ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional, op. cit., p. 8-10.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 11.

¹⁶¹ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. *Plano de Desenvolvimento Integrado. Estudo Preliminar*, op. cit., 1968, p. 4.

*surto industrial [sic] dos últimos dez anos, pode ser explicado como decorrência da expansão industrial experimentada pelo município de Campinas no mesmo período.”*¹⁶²

Considerada como possuidora de um parque industrial, o documento exhibe como bem supridos os equipamentos básicos para acolher a demanda industrial existente na cidade, como exemplo a oferta de terrenos em áreas devolutas que poderiam ser vendidos ou doados para possíveis candidatos a instalarem suas plantas fabris na cidade, disponibilidade de mão de obra qualificada em escolas técnicas da cidade de Itu, bem como abastecida de água, esgoto, energia elétrica e transporte necessário, também é declarada possuidora de ramais de estradas que a liga diretamente à Campinas, São Paulo e Salto, do mesmo modo o ramal da Estrada de Ferro Sorocabana é exposto como ociosa com baixo uso de sua potencialidade para o escoamento de produção e recebimento de matéria prima.¹⁶³ Tais evidências aparecem como estímulo a um futuro aproveitamento de seus suportes estruturais já instaurados, evitando, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado, desperdício de investimentos. Diante disso, a cidade em um momento contempla junto à expectativa do Estado a criação de novas políticas econômicas que contemplem maior territorialidade e possa assim abranger regiões que apresentem ampla demanda por trabalho e renda, seguidamente acena para que o poder público e iniciativa privada local criem programas que venham a admiti-los no circuito industrial brasileiro. O Plano Integrado de Desenvolvimento foi instituído em meio às tensões econômicas que passaram a ser anunciadas em finais de 1960, acentuando-se na década seguinte mediante programas econômicos que influenciaram as tendências de investimentos para o interior do estado, conjuntura que impulsionou o crescimento de Indaiatuba.

A composição das transformações ocorridas após o período em que foi necessário reelaborar as estratégias de desenvolvimento econômico e urbano - seja no âmbito Federal com o II Plano Nacional de Desenvolvimento ou na esfera estadual com a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional - resultou na vinculação das intenções e ações dos grupos que operam na municipalidade das propostas nacionais vigentes. Nesta conjuntura a Política de Desenvolvimento projetada pelo Governo de São Paulo indica que a relação estabelecida entre Estado e capital é à base de uma política urbana, tal argumento é sustentado na tese de que as regiões em estágio de crescimento econômico e demográfico têm desempenhado papel de absorção do

¹⁶² Ibidem, p. 10.

¹⁶³ Ibidem, p. 11.

potencial de crescimento metropolitano de forma natural, função prontamente inserida nas estruturas de redes urbanas do estado de São Paulo. Em 1976, período de estruturação da Política de Desenvolvimento, já era marcante o ritmo de crescimento desse sistema de cidades integradas, apresentando significativo desenvolvimento industrial e de serviços que sustentavam as expectativas apresentadas pelos estudos urbanos tecnicistas, para os analistas do Governo,

Nestes sistemas integrados de cidades, observam-se complementariedades de funções, ou seja, cada cidade contém praticamente todas as funções urbanas compatíveis com sua dimensão, dispondo das demais cidades da região [...] Este conjunto de cidades também apresentam, em face da posição espacial relativamente próxima à metrópole, condições de absorver parte de seu esforço de descentralização, sobretudo por dispor de estruturas urbanas já desenvolvidas como demonstram suas funções regionais.¹⁶⁴

Portanto, por estarem dispostas em blocos que exibem determinada dinâmica de desenvolvimento e são portadoras de potencial para absorver a descentralização econômica da cidade de São Paulo, exigem-se destas cidades programas capazes de sustentarem determinada dilatação territorial com eficiência em assimilar e administrar seu crescimento.¹⁶⁵ Constituído no interior deste quadro, é lançado em 18 de dezembro de 1978 perante Lei n. 1.659, a resolução municipal para criação do programa municipal denominado Fundo de Melhoramentos Urbanos de Indaiatuba, destinado a realizações de atividades que contemplem avanços nas áreas econômica, social e comunitária, segundo a Lei, fica mediante responsabilidade da entidade:

- I - Promover estudos e projetos, relacionados com o desenvolvimento econômico-social e urbanístico do Município;
- II - Incumbir-se da supervisão e fiscalização de obras e serviços públicos, quando tais obras e serviços forem delegados;
- III - Organizar pesquisa e cadastramento de dados, relativos às atividades de administração públicas em geral, direta ou indireta, nos âmbitos federal, estadual ou municipal;
- IV - Planejar, promover e adotar medidas de incentivo à indústria e turismo no município;
- V - Criar, implantar e administrar direta ou indiretamente sociedade beneficente de assistência social.¹⁶⁶

Estes cinco pontos formatados na Lei foram regulamentadas em 14 de fevereiro de 1979 no Decreto n. 1.900 que dispõe sobre a criação do Fundo de Melhoramentos, ação que promoveu a abertura do programa de desenvolvimento municipal respondendo

¹⁶⁴ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*. p. 9. op. cit., p. 16.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Lei Municipal n. 1.659, 18 dez. 1978.

ao prazo estipulado de sessenta dias para entrar em vigor.¹⁶⁷ A instauração do Fundo se apresenta como instituição de apoio para sistematização e acumulação de recursos que venham atender ao Programa de Desenvolvimento Econômico-Social e Comunitário do Município que, por sua vez, tem como objetivo a administração, supervisão, fiscalização e controle de obras de infraestrutura indispensáveis e consideradas de ordem extraordinária para o desenvolvimento da cidade, tais como pavimentação, ligações de água e instalações de esgoto, abrangendo responsabilidades que posteriormente foram atribuídas por meio do § 1º do Decreto n. 1980 aprovado em 24 de agosto de 1979, cujo conteúdo define em nove pontos os serviços a serem prestados pelo Fundo:

- I - Estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira para execução das obras de pavimentação e demais serviços complementares de infraestrutura;
- II - Elaboração de Plano de Obras para execução da pavimentação em todas as vias do município carente desses melhoramentos, tomando-se por base os estudos de viabilidade
- III - Projetos topográficos de altimetria e planimetria cadastral das vias que receberão melhoramentos;
- IV - Projetos e estudos de galerias para captação de águas pluviais, quando necessárias;
- V - Elaboração de especificações técnicas e orçamentos detalhados das obras, com os respectivos planos de rateios entre os proprietários dos imóveis beneficiados;
- VI - Efetuar a contatação com todos os proprietários a serem beneficiados, a fim de atualização de cadastro para efeito de elaboração de contratos de adesão;
- VII - Promover a contratação de obras junto aos proprietários visando a obtenção do maior número de optantes e a escolha de planos de pagamento;
- VIII - Elaboração do Cadastro dos imóveis beneficiados;
- IX – Todos os demais serviços necessários, indispensáveis e relativos.¹⁶⁸

A proposta definida nos nove pontos consta da montagem de projetos e levantamento orçamentário para execução de obras, assim como escolha de áreas urbanas a serem contempladas com as melhorias. Por sugestão do decreto o Fundo de Melhoramentos Urbanos será amparado por meio de receita advinda de participação dos grupos envolvidos e provido pelos benefícios trazidos à cidade. Uma parcela dos gastos com planejamento e execução de obras destinadas às necessidades urbanas, segundo o Decreto, serão arrecadadas por meio de divisão das despesas em parte proporcionais entre os proprietários de imóveis alcançados pelos melhoramentos de infraestrutura. Outra quantia da verba deve ser levantada com um investimento público inicial no valor de cinco milhões de cruzeiros, se necessário, com direitos de abertura de créditos

¹⁶⁷ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Decreto Municipal n. 1.900, 14 fev. 1979.

¹⁶⁸ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Decreto Municipal n. 1.980, 24 ago. 1979.

adicionais para serem aplicados nas execuções de suas propostas.¹⁶⁹ Fica a terceira parte da arrecadação mediante responsabilidade das empreiteiras contratadas para execução das obras, sendo obrigadas a repassarem para o conselho de administração do Fundo de Melhoramentos Urbanos de Indaiatuba¹⁷⁰ 20% do valor correspondente a obra contratada, como justificativa de ressarcimento pelos serviços prestados pelo Fundo a essas empresas.¹⁷¹

Ao instituir o Fundo de Melhoramentos Urbanos, Indaiatuba cria estratégias administrativas capazes de atender as determinações que envolvem o plano estadual cunhado pela Política de Desenvolvimento Urbano e Regional. Se até 1979 a cidade se apresentava como pretendente à inserção em um programa complexo de desenvolvimento industrial implantado pelo governo do estado de São Paulo, a partir desse ano fica evidente que os esforços municipais têm suas propostas assentadas em diretrizes governamentais que visam integrar seus esforços de desenvolvimento municipal aos projetos do Estado. O Fundo de Melhoramentos Urbanos, ao concentrar esforços para organizar as ações de investimento em infraestrutura na cidade, dá os primeiros passos na definição das prioridades que ocuparão a pauta municipal nos próximos anos. Fica claro também que tais ajustes tendem a integrar parte dos estratos sociais da cidade, se por um lado o corpo administrativo da entidade traz integrantes das famílias tradicionais locais¹⁷², também cobra de seus munícipes participação nas despesas com melhorias urbanas, arquitetando por meio de rateios as futuras melhorias a serem implementadas na cidade. Certamente tais melhorias direcionam a atender a regiões privilegiadas da cidade, respondendo as expectativas do governo estadual que

¹⁶⁹ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Lei Municipal n. 1.659, op. cit.

¹⁷⁰ Para administrar o programa foi instaurado um Conselho de Administração composto por membros representantes da camada política e econômica do município, escolhidos e aprovado pela Câmara Municipal para gestão de dois anos, sem ônus para os cofres do município. Desta maneira, tal investida institucional passa a ter a responsabilidade de elaborar Planos de Obras que sustentem as expectativas de instauração de infraestrutura urbana na cidade. O primeiro conselho foi formado por Manoel Moreira de Araújo Filho, presidente; Heitor Caetano Mantoanelli, tesoureiro; e para secretária foi nomeada Maria Eliane Barnabé. PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Decreto Municipal n. 1.924, 23 abr. 1979.

¹⁷¹ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Decreto Municipal n. 1.980, op. cit.

¹⁷² Como exemplo da concentração de poderes em mãos de pessoas que comportam a mesma esfera de interesses econômicos e políticos em Indaiatuba, tem-se a nomeação como secretária do corpo administrativo do Fundo de Melhoramentos Maria Eliane Barnabé, representante de uma família de latifundiários de Indaiatuba proprietários da Fazenda Engenho d'Água, dotada de 360 alqueires de terra que foram repassada para o município na década de 1960 por Ario Barnabé no contexto da gestão do Prefeito, e seu genro Odilon Ferreira, entre abril de 1962 e dezembro de 1963. Posteriormente transformada em loteamentos destinados ao Parque Industrial, em 1974; e a formação do Jardim Morada do Sol, em 1980, entre outros. BONACHELA, Aydil Pinesi. A fazenda que virou cidade. In: PREFEITURA Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória. *Um olhar sobre Indaiatuba*. Itu, SP: Otonni Editora, 2006, p. 63-64.

no momento de estipular o quadro de diretrizes para garantir a intervenção pública/privada nessas áreas de controle, exige em um de seus tópicos:

b) preparar as cidades potencialmente beneficiárias do esforço de desconcentração industrial para a instalação de novas atividades econômicas e novos contingentes populacionais, dotando-as de infraestrutura econômica e dos equipamentos e serviços urbanos de alta qualidade, bem como de facilidades de transportes e comunicação que ponha os serviços de cada cidade a disposição das demais. A maior interação das cidades que compõem sistemas integrados de cidades ampliará, em cada localidade, o grau de oportunidade, tanto para as atividades econômicas, como para a população.¹⁷³

Para tanto, a requisição de obras de infraestruturas em algumas cidades destinadas a absorver parte da disposição do desenvolvimento da metrópole, impõe a montagem de suporte de equipamentos e serviços culturais - esportivo, recreativo - destinados a sustentar a expectativa habitacional de contingente populacional, segundo o documento, de alta renda. Orienta-se também na organização de redes urbanas hierarquizadas a montagem de estruturas que coloquem em diálogo todo o sistema de cidades, com funções que se complementam e garantam a seus habitantes o desfrute de maior diversidade de equipamentos oferecidos por uma moderna economia de mercado.¹⁷⁴ Ao propor a instalação de suporte de equipamentos e serviços, o documento é enfático em sua postura isotópica enquanto ordem espacial consumada e racionalizada pelo Estado, tal recursos propõem suprir necessidades urbanas de uma população definida como de alta renda, deste modo, o planejamento norteia o atendimento a expectativas que reforçam as relações de privilégio e domínio de classe¹⁷⁵, sinalizando antes mesmo de sua articulação prática, a sustentação de determinada polarização, estipulando escalas de investimento dispostos segundo perfis de grupos de pessoas que supostamente passarão a compor a nova realidade a ser concebida a partir da instauração da política urbana do governo de São Paulo.

David Harvey chama a atenção para essa prática de condução direcionada dos investimentos urbanos ao apontar que:

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como o que aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana [...].¹⁷⁶

¹⁷³ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*, op. cit., p. 24.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 24.

¹⁷⁵ HARVEY, op. cit., p. 18.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 46.

Nestas circunstâncias o Estado tende a mobilizar programas que devem representar os interesses de ordem pública enquanto instâncias atreladas ao capital empresarial, urdindo uma perspectiva que vai orientar seus planejamentos urbanos em termos de iniciativas lucrativas, conjuntura que estimula governos municipais a abandonarem a visão pública administrativista predominantemente dos anos 1960 e inclinarem-se à ação empreendedora contextualizada nos anos de 1970 e 1980, como demonstra Raquel Rolnik:

De um lado as cidades foram envolvidas por um ambiente geoeconômico marcado por caos monetário, movimentos especulativos do capital financeiro, estratégias globais de localização de corporações multinacionais e intensificação da competição entre localidades. Ao mesmo tempo, o retraimento dos regimes de bem-estar e de transferências intergovernamentais impôs limites ao financiamento das políticas urbanas.¹⁷⁷

Os argumentos apresentados pelos autores demonstram a extensão alcançada por essa nova conjuntura agressiva que procura integrar os programas regionais em uma órbita econômica homogeneizada pela lógica da especulação financeira, que visa “atenuar as diferenças regionais” habilitando as cidades à ampliarem as oportunidades para extração de lucro, mesmo que tal investida comprometa as políticas urbanas regionais que, em grande medida limitadas pelo poder público, migram das pautas dos governos municipais para as estratégias de exploração de mercado de capital. Neste sentido, os apontamentos que amparam o programa da Política Habitacional do Estado de São Paulo criada para atender as expectativas de ordenamento de suas cidades, revelam como esse programa integra a proposta de reestruturação metropolitana amparada pela Política de Desenvolvimento Urbano. O projeto habitacional em uma leitura tecnocrata apresenta enquanto estratégia de ação governamental a prestação de serviços à população, tido como um dos níveis de prioridade e expresso por *Filosofia de ação*, “a Política Habitacional engloba, em primeiro Lugar, a sistematização, consolidação e otimização de todas as soluções habitacionais existentes.”¹⁷⁸

A proposta neste caso é a execução de mecanismos operativos para que a estrutura urbana acompanhe as estratégias de desenvolvimento e ocupação dos espaços no interior do estado, definidos por polos secundários que garantam a

¹⁷⁷ ROLNIK, op. cit., p. 225.

¹⁷⁸ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento. *Política Habitacional do Estado de São Paulo*, op. cit., p. 18

efetivação da política de descentralização¹⁷⁹ já discutidas em tópicos acima. O programa se mostra coerente, segundo a lógica do discurso competente, e de início enumera as possíveis dificuldades que poderão ser encontradas para condução dos projetos: a elevação do custo da construção em relação com a evolução salarial, por exemplo, tem demonstrado barreira para que famílias de trabalhadores pobres tenham acesso à casa própria, do mesmo modo a incapacidade da política habitacional sustentar as relações com seu público alvo, haja vista que, por vezes, estes não garantem o compromisso com o pagamento dos parcelamentos gerando grande evasão e, no mesmo quadro, é acentuada a dificuldade de a política habitacional atender as necessidades de grupos de famílias que ocupam habitações precárias e encontram em condições de subemprego ou desemprego, por fim é assinalado como relevante o problema do custo de habitação e o preço do terreno¹⁸⁰, ponto que será discutido neste tópico e que corresponde a um dos maiores obstáculos para o acesso a moradia no estado de São Paulo de meados da década de 1970, em razão de considerar que mesmo com o II PND incluindo em suas propostas de reforma financeira a criação do Sistema Nacional de Habitação e o BNH, o que sucedeu na esfera dos financiamentos públicos para habitação foi que:

80% dos empréstimos do BNH foram canalizados para as camadas de renda média e alta, ao mesmo tempo que naufragavam os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. As pessoas com até 4 salários mínimos constituem 55% da demanda habitacional, ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro de Habitação destinaram-se em sua maior parte a famílias com rendimento superior a 12 salários mínimos.¹⁸¹

Estes dados apresentados por Lucio Kowarick vem contrariar a tese presente nas propostas das reformas conservadoras tanto do II PND quanto da Política Habitacional do Estado de São Paulo, com elementos questionadores sobre as ações governamentais destinadas a política habitacional, abrem-se frestas que possibilitam o diálogo com lugares¹⁸² e acontecimentos que exibirão resultados práticos ocasionados por

¹⁷⁹ Ibidem, p. 17.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ KOWARICK, Lúcio. A lógica da Desordem. In: CAMARGO, Cândido Procópio F. [et al.] *São Paulo 1975 - crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1981, p. 59.

¹⁸² Assento minha interpretação do conceito de lugar a partir de Ester Limonad e Rainer Randolph, pesquisadores sobre cidade e o urbanismo. Estes pesquisadores fundamentam seu trabalho em teses da área de Geografia e colaboram para a compreensão dos lugares como porções do espaço onde se desenvolvem relacionamentos entre pessoas e natureza, conduzidas pelo propósito de manutenção da sobrevivência material, essência das ações e práticas dos homens que, por sua vez, propiciaram o surgimento nestes locais de pontos de concentração e encontro de condições gerais e particulares que marcam e caracterizam esses locais como particulares, específicos; tornando-os, assim, lugares socialmente construídos. LIMONAD, E; RANDOLPH,

imperativos oferecidos pelo Estado a fim de dinamizar a economia nacional em direção à sustentação da lógica desenvolvimentista de padrão industrial, tecnológica e de consumo.

Uma das preocupações presente na política habitacional é a necessidade de transferir a execução das ações para órgãos locais e da iniciativa privada. Neste ponto é que torna evidente o afastamento do projeto da conjuntura em que assentam os problemas que se pretende sanar, a Política Habitacional do Estado de São Paulo diz pretender “*distinguir o direito de morar, a ser garantido pela sociedade*”¹⁸³, distinguir é diferenciar, separar, discriminar; aqui dois pontos são fundamentais para pensar como esse plano reflete a realidade das famílias de trabalhadores que imigraram para Indaiatuba inseridas neste contexto de reestruturação metropolitana. O governo tenciona a transferência de parte do peso demográfico de São Paulo ao redirecionar o fluxo migratório para o interior do estado por meio de uma redistribuição populacional, entretanto, como vimos, há um limite das ações institucionais neste processo enquanto centralidade da aplicação das ações do poder público à sociedade; conforme seguem os passos em direção à realização dos projetos e ocorrem as distribuições das atividades entre órgãos políticos locais e iniciativa privada, é que adentramos a realidade do cotidiano de Indaiatuba e abrimos diálogos com as diversas peculiaridades que dinamizam e eclipsam os resultados práticos do plano de Política Habitacional e da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo.

Para iniciar o debate no interior da realidade política, econômica e social de Indaiatuba, cabe problematizar a notória *Filosofia de ação* da Política Habitacional, o texto diz assumir o enfoque a partir do foco do usufrutuário, entretanto:

Esse enfoque constitui uma inovação, na medida em que permite ao próprio morador da cidade decidir, de acordo com suas próprias expectativas e conhecimento individual de suas possibilidades, onde e como morar, isto é, entrega ao usuário o direito de opção entre um elenco de modalidades de atendimento.¹⁸⁴

Bem, neste caso o trabalhador é mantido em sua condição capital, pois decidir onde e como morar compreende parte das expectativas de sujeitos desprovidos de condições financeiras e de moradia estáveis e, o programa, conforme acima citado, traz o argumento de que tal política habitacional engloba a “*sistematização, consolidação e*

R. Cidade e lugar, sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, [online]. n. 5, p. 9-22, maio 2002.

¹⁸³ Ibidem, p. 18.

¹⁸⁴ Ibidem.

otimização de *todas as soluções habitacionais existentes*.¹⁸⁵ Numa leitura rasa do programa por ele mesmo entende-se e pode ser deduzido que seu sucesso foi afiançado em todas as circunstâncias existentes num grau de sistematização, consolidação e otimização considerável. Mas ao ganhar o oceano da realidade no entremeio às propostas lavradas no planejamento e sua provável execução, uma diversidade de intensões foram forjando novos contornos aos planos institucionais, no mais, o discurso tecnocrata desobriga a problematizar os casos em suas especificidades práticas, o que diminui intensamente a possibilidade de tal plano urbano responder as necessidades reais estabelecidas no cotidiano da cidade.

A análise em perspectiva crítica a propósito do papel do Estado na abertura de espaços urbanos para habitação popular, demonstra que esta criação revela-se calcada na busca de condições gerais para ancorar a reprodução da força de trabalho em condições de intensa exploração e agregação de valor que atenda aos interesses do capital, bem como exhibe o economista Milton de Abreu Campanário¹⁸⁶, assegurando ser este processo sustentado com a apropriação dos benefícios “*mediadas pelas relações de propriedade privada da terra*”¹⁸⁷, sem está relação o caminho para a moradia somente pode vir a acontecer pela apropriação ilegal do terreno. Logo, fica impreciso cogitar que num quadro real o morador, trabalhador pobre, possa decidir onde e como morar, considerando que a apropriação social da terra nas cidades é dominada pelos interesses dos “latifundiários urbanos”, uma vez que

[...] é a distribuição do preço da terra na cidade que determina onde as classes sociais têm de se localizar, é o dinheiro que o trabalhador pode dispende em habitação o que efetivamente estabelece no mercado o nível de preços da terra em cada zona da cidade. Portanto, entre a estrutura de renda da terra na cidade e o valor da força de trabalho, existe uma relação dinâmica que, certamente, escapa, se vista do ponto de vista estatístico.¹⁸⁸

A relação dinâmica que se faz turva no interior das estruturas estatísticas, aquilo que nos escapa e interessa, presente no majoritário que os números evidenciam, como assinala Mercedes Vilanova “*imprescindível para matizar as diferenças e chegar a contemplar os pequenos - que é sempre o interessante*.”¹⁸⁹ O norte por detrás dos olhares técnicos, racionais, que constituem o instrumento que impulsionará a

¹⁸⁵ Ibidem. (Grifo meu).

¹⁸⁶ CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. O Mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHE, Paulo J. *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984, p. 14.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 24.

¹⁸⁹ VILANOVA, Mercedes. *Pensar a subjetividade – Estatística e fontes orais*. In: MORAES, Marieta (org.), CPDOC/FGV, Rio de Janeiro: Diadorin, 1994, p. 52.

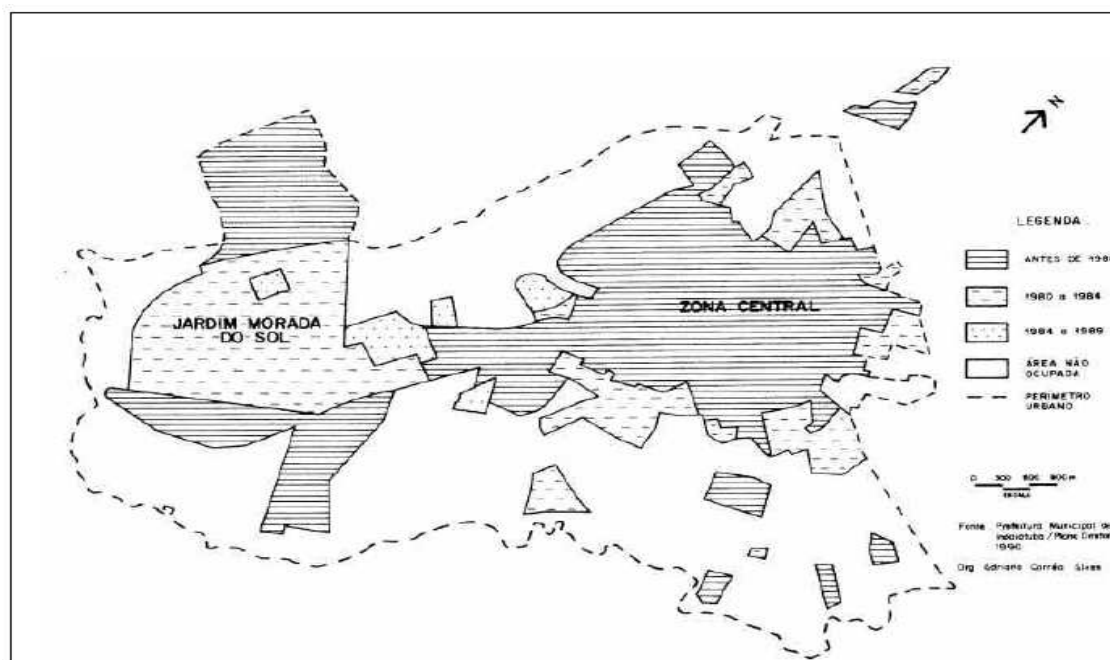
análise da recomposição da trajetória inserida no percurso que vai do projeto à sua execução, efetivado em resultados práticos alcançados, permite a aproximação da política habitacional e de desenvolvimento urbano e regional - promovido pelo governo do estado de São Paulo entre 1975/1976 -, para com parte da trama que compõe a conjuntura assentada em transformações ocorridas no cotidiano de milhares de moradores da cidade de Indaiatuba, considerando que esta cidade integra o circuito das cidades que foram impactadas por essas políticas e demonstra em sua peculiaridade uma intensa reelaboração de suas práticas e representações, visto que o jogo político e econômico ocupa papel substancial neste momento com suas articulações inseridas no quadro proposto pelo crescimento demográfico que a cidade passa a receber logo após o planejamento de reestruturação metropolitana do governo do estado de São Paulo.¹⁹⁰

O mapa abaixo representa a dilatação urbana da cidade de Indaiatuba anterior à década de 1980 até finais do ano de 1989, e colabora para complementar a análise dos números que mostram o processo de alargamento do espaço urbano. Estes fatores numéricos apresentados, nas palavras de Mercedes Vilanova, instigam a “*calcular os coeficientes de relação que nos apontam as relações invisíveis entre variáveis, o que até agora não era possível obter.*”¹⁹¹ Em seus desdobramentos a intensificação demográfica e, por conseguinte de moradias, movem e instigam a busca por compreensão dessas relações invisíveis que os números apontam mais não explicitam e, para dar início à recomposição da trama que envolve esses fatos, cabe indagar sobre a maneira como as camadas políticas e empresariais se deslocam no interior dessa conjuntura e quais estratégias de ação foram articuladas em busca de espaços e melhores posicionamentos para absorver o impacto de tal dinâmica.

¹⁹⁰ No período entre as décadas de 1970 e 1980, Indaiatuba salta da casa de 30.537 para 56.243 habitantes; duplicando sua população na década seguinte, com 100.948 em 1991; dobrando novamente sua demografia no transcorrer das duas décadas ulteriores, apresentando uma dilatação que alcança a casa de 201.619 pessoas em início da década de 2010 (IBGE. *População Residente e domicílio. CENSO DEMOGRÁFICO 1970/2010. População residente e domicílios 1980 – 2010*. IBGE. São Paulo. Indaiatuba. Infográficos: evolução populacional e pirâmide etária. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352050&search=sao-paulo|indaiatuba>>. Acesso em: 02 nov. 2017.); e posteriormente chegando a população de 235.367 já em 2016 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Indicadores Região Metropolitana de Campinas*, SP, op. cit.). No transitar desses anos o número de domicílios na cidade saltam de 6422 em 1970 para 61333 habitações em 2010 (IBGE. *População Residente e domicílio. CENSO DEMOGRÁFICO 1970/2010*, op. cit.).

¹⁹¹ VILA NOVA, op. cit., p. 52.

MAPA 2. Evolução histórica da ocupação urbana de Indaiatuba e localização do Jardim Morada do Sol. Antes de 1980 até 1989.



Fonte: ALVES, Adriana Corrêa. ALVES, Adriana Corrêa.¹⁹²

Bem como analisado até aqui, o Governo prima pela transferência de parte da responsabilidade de execução do programa para órgãos locais e da iniciativa privada. Partindo desta conjectura cabe averiguar como foram conduzidas as ações públicas em Indaiatuba de modo a contemplar mudanças em via econômica, política e fundiária urbana, conforme figura nas linhas do programa apresentado. Também vale ponderar sobre os comportamentos, as manobras e atos de incrementos governamentais emergentes neste período no espaço regional, impulsionados por agitado reordenamento urbano metropolitano da cidade de São Paulo e, neste quadro, pensar as práticas e experiências cotidianas experimentadas em Indaiatuba enquanto suscetíveis de estarem conjugadas a essas transformações que passaram a congregar o programa em suas três instâncias acima citadas. Ademais, cabe salientar que se tem em estudo um processo de extrema complexidade que de modo algum se permite emoldurar em ambiente estanque, panorâmico e genérico, conforme subentende os argumentos estruturais do programa governamental aqui exposto.

O exercício de reconstrução crítica dos eventos que cobriram o cotidiano de Indaiatuba de muitas histórias, não ancora em fatores compostos segundo escalas de transformações que expõem determinada ordem de justaposição dos eventos, sejam eles

¹⁹² ALVES, op. cit., p. 64.

de relevância econômica, política ou social. O que procuro acentuar, com base na questão do método da economia política de Marx é que ao estudar os caminhos traçados pelas categorias econômicas, convém recordar que a sociedade burguesa moderna “*se encontra determinado na mentalidade quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem forma de vida, determinações de existência*”¹⁹³ que, de tal modo, devem ser tratadas como suscetíveis de análise. A perspectiva em que será conduzido o estudo, ainda segundo o método marxista, não possui como medida ter sua ação determinante no interior do quadro econômico; suas relações umas com as outras, a conexão orgânica no interior da sociedade¹⁹⁴ é que irão determinar a variabilidade temporal dos episódios apresentados nas linhas que dão forma a esse texto, fazendo relevante trazer para o debate questionamentos sobre como os sujeitos conduziram e interpretaram seus modos de existência e experiências acumuladas no interior das transformações ocorridas na cidade.

Assim, o tópico seguinte propõe revisitar as tramas econômicas e políticas que coexistiram no interior da onda migratória de trabalhadores e suas famílias para Indaiatuba, atraídas por oportunidades de emprego e moradia, alicerçado na edificação de fábricas e loteamentos na periferia da cidade. Em termos, os loteamentos estão intimamente relacionados às questões que fazem parte da reestruturação e regulamentação dos espaços da cidade, e são componentes do processo de constituição de projetos de política habitacional que irão tornar a aquisição do terreno realidade para muitas famílias de baixa renda, uma vez que o preço dos lotes fica economicamente acessível para grande quantidade de trabalhadores da cidade, região e também outros estados da federação, provocando um fluxo intenso de pessoas em direção à Indaiatuba em busca das oportunidades que a cidade passa a oferecer.

2.2 Significados e interpretações de um lugar em transformação

Indaiatuba até finais da década de 1970 possuía características de cidade interiorana com baixa densidade demográfica e habitada por famílias que, segundo olhar saudosista, eram possuidoras de papéis bem definidos e que foram assegurados por padrões compartilhados no seio de uma sociedade que nas duas décadas posteriores triplicou sua população. As transformações ocorridas em suas relações cotidianas

¹⁹³ MARX, Karl. Introdução à contribuição da economia política. In: _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 267.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 269.

promoveram uma diversidade de interpretações sobre o novo perfil adquirido, por vezes banhados em ressentimentos e contestações frente à fratura experimentada em sua ordem social anteriormente amparada em valores ritualísticos¹⁹⁵ estabelecidos como tradição. Um jornalista local define bem o aspecto como foram elaboradas as interpretações das mudanças a partir de representações, símbolos e valores trazidos em condições antagônicas frente às transições ocorridas na cidade. Jorge Ribeiro Neto clama:

Irreconhecível, a área central popularizou-se. Inadmissível, mas as praças mudaram radicalmente [...] Nada que não se constate em outras cidades do mesmo porte. Mas essa é Indaiatuba. O provincianismo resiste. É só ler a maioria dos jornais locais. Prevalece ainda, imbatível, a boa e velha Tribuna de Indaiá. Lá trabalhei e pude acompanhar, em posto privilegiado, a consolidação do processo de transição entre a verdadeira Indaiatuba e a cidade de hoje, ao mesmo tempo bela e assustadora. Eventos sociais revelam futilidade e os saudosistas criam redutos para manter viva a saudosa nostalgia. As famílias com raízes históricas mantêm fidelidade, embora cada vez mais filhos da terra estejam se destacando em outras plagas.¹⁹⁶

Várias são as expressões de pesar de uma população que estranha e resiste ao impulso das mudanças ocorridas nas formas de viver, sustentadas por um conjunto de transformações econômicas que acomete o cotidiano da cidade, mesmo a ideia de que a cidade enfrentaria intenso processo de transição já era sentido como intuição de um futuro que desponta no horizonte, por vezes, tido como algo um tanto quanto lesivo para o bem comum dos moradores antigos do lugar. Chama a atenção um texto publicado com data de 1975 e autoria de uma criança de 13 anos, A.N.C., estudante do ensino básico da Escola Estadual Dom José de Camargo Barros; o fragmento de memória é trazido como introdução no artigo intitulado “Indaiatuba” escrito pela memorialista Adriana Carvalho Koyama, segue o conteúdo,

O céu é muito azul. Precisamos conservá-lo o maior tempo possível assim. E aproveitar, não só o azul do céu como esse sol, essa calma e esse jeitinho tão especial que Indaiatuba tem para nos fazer viver bem, essa simplicidade e essa simpatia tão peculiares e que desaparecerão, com o crescimento exagerado que tornará a nossa querida ‘Terra dos Indaiás’ uma cidade industrial e sem personalidade.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Assento meu argumento com base nos valores manifestos nos rituais de que fala Roberto daMatta. Segundo ele os rituais servem para promover a identidade social e construir seu caráter, por meio dele podem-se atualizar estruturas de autoridade. O domínio do ritual pode ser interpretado como “uma região privilegiada para se penetrar no coração de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores [...] ele surge como uma área crítica para se penetrar na ideologia e valores de uma determinada formação social”. DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 29-32.

¹⁹⁶ NETO, Jorge Ribeiro da Silva. Saudades de Indaiatuba. In: INDAIATUBA (SP). Prefeitura Municipal. Fundação Pró-Memória. *Um Olhar Sobre Indaiatuba*. Itu, SP: Ottoni Editora, 2006. p. 165.

¹⁹⁷ KOYAMA, Adriana Carvalho. Indaiatuba. In: INDAIATUBA (SP). Prefeitura Municipal. Fundação Pró-Memória. *Um Olhar Sobre Indaiatuba*. Itu, SP: Ottoni Editora, 2006. p. 23.

Fração de texto explorado com teor que vai do sentimento idílico “*o azul do céu com esse sol, essa calma*”, inclinando para o desalento “*desaparecerão, com o crescimento exagerado que tornará a nossa querida*”¹⁹⁸ e ancorado em olhar ingênuo de uma criança. Um jornalista local, segundo ele com posto privilegiado no jornal Tribuna de Indaiá e um estudante do ensino básico possuidor mais de entusiasmo que conhecimento em relação ao assunto que aborda, ambos compartilham pontos de vista que referenciam o avanço de fábricas sob a cidade como acontecimento danoso, que traria consequências desagradáveis para aqueles que são estimulados a manutenção de uma postura provinciana estabelecida enquanto identidade. Tais práticas intrincam-se acondicionadas por mudanças que vão chegando e tecendo outros tipos de relações, por vezes de difícil interpretação para algumas pessoas ou grupos e, em outras situações conduzidas como processo integrado ao quadro de disputas políticas e econômicas do lugar, concebidas em perspectivas rivais e antagônicas manifestas nas emergentes relações de força que determinarão os episódios históricos vinculados ao trato das questões públicas experimentadas.

Estes fragmentos de memória externam os significados que moradores antigos da cidade passaram a construir a respeito das mudanças sentidas por eles no transcorrer dos anos, é perceptível o modo como o processo de interação social dá abertura à construção de representações articuladas mesmo que deslocadas em temporalidades distintas e elaboradas em ambientes diferenciados. O primeiro fragmento de texto datado de 2006 expõe a memória sobre as mudanças ocorridas na cidade por meio de ponto de vista autorizado por certo grupo que percorreu os anos de tensão trazidos à Indaiatuba em um percurso de trinta anos de história, sequência de tempo que tem como portal o lugar em que assenta a expectativa de uma criança sobre o futuro da cidade, longe de ser um presságio o que percebo é que o sentimento demonstrado por A.N.C. representa mais que apenas uma manifestação particular de criança, há de considerar que o ambiente em que o estudante redige sua imagem da cidade é a escola, espaço natural também para a gestação de ideias, elaboração de consciências e legitimação de condutas subordinadas a representações construídas por grupos ou partidos.

Assim, a apuração de tais interpretações enquanto concepções de grupos e sociedades são também ocorrências políticas, sendo assim, essas perspectivas requerem explicações sobre como transcorreram tais fatos e em que ambiente foram produzidas

¹⁹⁸ Ibidem.

suas interpretações, é necessário problematizar as conjunturas ordenadoras dos eventos que, por sua vez, influenciaram a produção de ideias sobre estes, dirigido questões a uma diversidade de instituições e pessoas autorizadas a formatá-las como verdade a ponto de tocar até mesmo a sensibilidade de uma criança no banco de escola. Sabemos que toda característica da construção discursiva ocupa papel determinado inserido em um campo de criatividade ideológica com formas próprias de orientação para a realidade vivida, como assinala Mikhail Bakhtin, “*e refrata a realidade a sua própria maneira.*”¹⁹⁹ Logo, posso considerar que ambos olhares sustentam as bases de um mesmo pilar ideológico radicado no imaginário do grupo de moradores tidos por tradicionais da cidade.

O estímulo econômico e político experimentado por Indaiatuba teve seus desdobramentos registrados de variadas formas, a apreciação desses eventos foram formatadas e expressas em jornais, livros e depoimentos por aqueles que viveram ou sobre tais ouviram falar. Debruçar-me sobre essas informações como tarefa de compilador seria mero empréstimo de elementos e ideias, o que instiga e determina este trabalho são as leituras possíveis, as análises assentadas em ações que nos proporcionarão diversas frentes de interpretação, por conseguinte, complementares enquanto ferramentas de recomposição dos eventos que cobriram os espíritos de dúvidas, tensões, paixões e sonhos levados a cabo em razão da força e necessidade de existir em meio aos acontecimentos de mudança trazidos para o cotidiano da cidade.

Para entender as dimensões tomadas por comportamentos inseridos em um quadro econômico e político levado por representações historicamente manifestas na realidade indaiatubana, tomo por norte a gestão administrativa que deu abertura para a prática de uso e monopólio das estruturas de poder político em benefício de um novo bloco histórico que despontou no interior das disputas pelo poder local²⁰⁰ a partir do ano

¹⁹⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 33.

²⁰⁰ A mudança no quadro do poder em Indaiatuba é apresentada no livro de Ana Scachetti que, como o título “*Clain e Tonins dividiram poder na década de 1980*”, faz uma descrição dos governos que percorreram as décadas antecedentes aos anos de 1980. Com base em sua descrição cronológica pode ser estruturado duas fases distintas, porém complementares, da política indaiatubana. Primeiro momento, entre 1964 a 1969 tem-se a gestão de Mário Romeu Zerbini, vice-prefeito que assume provisoriamente substituindo o prefeito cassado pela ditadura militar, Ivan Corrêa de Toledo (PDC); de 1969 a 1973 Araldo Candello (Arena) toma frente a prefeitura, e Zerbini retorna à direção política da cidade como prefeito eleito entre 1973 a 1977, fechando o ciclo de administração municipal do chamado grupo político tradicional. Em segundo momento, surge no contexto político a figura de Clain Ferrari eleito prefeito pelo MDB em 1977, tendo por vice Flávio Tonin; em 1983 assume a prefeitura sob legenda do PMDB o irmão de Flávio Tonin, José Carlos Tonin; Clain Ferrari volta ao governo municipal em 1989; no ano de 1992 é a vez de Flávio Tonin ser o prefeito de Indaiatuba, substituído por Reinado Nogueira Lopes Cruz em 1997. Assim, pode-se considerar que acentuou uma transição política para uma nova conjuntura que emerge com a eleição de Clain Ferri para prefeito em 1977 e, a partir desse ano, Clain e representantes da família Tonin irão comandar alternadamente a administração municipal até a entrada dos anos de 1990.

de 1977, ocasião em que vigoravam novas propostas assentadas a partir do II PND. Neste contexto Clain Ferrari desponta no cenário político e com o passar dos anos vai-se construindo a sombra de sua imagem figura icônica, as transformações ocorridas na cidade por vezes são retratadas como o antes e o depois da gestão de Clain, em entrevista ao *Jornal Morada do Sol* o ex-prefeito sustentou tal juízo ao afirmar que suas ações na esfera da política habitacional foram um “*divisor de águas*”²⁰¹ para a história da cidade, discurso que é digerido e assimilado por parte dos populares como verdade.

Esta interpretação dos fatos está associada ao modo como Clain Ferrari promoveu o manejo do poder público nos dias de seus mandatos, definidos por eventos que estão intimamente enredados a ampliação do parque industrial, por sua vez, impulsionador da aceleração demográfica e dilatação da área urbana da cidade, mudanças que foram habilmente ligadas à sua figura tanto por ele mesmo, quanto por aqueles que procuram construir imagem pública atrelada a seu legado administrativo. Segundo depoimento de Clain Ferrari, ao fazer uso do poder público impediu que empresários alemães loteassem a região Sul da cidade para a implantação de chácaras e condomínios de luxo e transformou o local em área de habitação popular com loteamento dos bairros Jardim Morada do Sol, Oliveira Camargo e Parque das Nações; espaços que em princípio foram ocupados por famílias de trabalhadores em sua maioria migrantes trazidos por ele e seu amigo paranaense Argemiro Gomes. Com intenção de imprimir tom fabuloso a sua narrativa o ex-prefeito pontua que ele e o amigo utilizaram uma Kombi para o transporte das primeiras famílias de trabalhadores que “povoaram Indaiatuba”, com o intuito de atender a demanda das fábricas que foram instaladas na cidade.²⁰²

Ao tomar certa distância do calor das manifestações e representações que sustentam a imagem de Clain Ferrari, e aproximar das condições históricas objetivas determinantes para promover a interpretação dos significados preservados nos discursos trazidos, posso entender que ao negociar a abertura de loteamentos para a camada de trabalhadores assalariados em local que supostamente seria destinado a construção de condomínios de luxo, o prefeito priorizou em seu planejamento habitacional atender as demandas por assentamentos populares que começavam a despontar em razão da tensão

SCACHETTI, Ana Lígia. *O ofício de compartilhar histórias: história e memória de Indaiatuba sobre a perspectiva de uma periodista*. Indaiatuba, SP: Fundo Pró-Memória de Indaiatuba, 2001, p. 77-82.

²⁰¹ TELLI, Luciene. Recontando a História do Morada do Sol. *Jornal Morada do Sol*. Indaiatuba, 01 mai. 2004, p. 9.

²⁰² Ibidem.

geoeconômica causada a partir dos programas de reestruturação metropolitana da cidade de São Paulo.

As transformações iniciadas nos anos pós 1976 ocorreram em ambiente de industrialização tardia, visto desta forma é válido considerar que entre as vantagens competitivas disponibilizadas pelo Estado para atrair investimentos industriais, a precariedade da manutenção das condições materiais de reprodução da força de trabalho ocupa posição estratégica. Ao liberar parte das obrigações com infraestrutura urbana e construção de casas, o governo diminui as obrigações municipais e flexibiliza sua presença nas demandas sociais, admitindo investimentos em infraestrutura urbana por etapas após a ocupação dos bairros e expansão da economia local. Deste feito a implantação de espaços de moradia para atender a classe operária acompanha o quadro de manobras para atração de investimentos industriais às cidades, veremos que as propostas municipais aqui em análise se sustentam sobremaneira nessa mobilização de expedientes institucionais destinados a fundação de complexos habitacionais populares.

TABELA 1. Relação de loteamentos inscritos e aprovados em Indaiatuba, 1975 - 1995

| LOTEAMENTOS | PROPRIETÁRIOS | DATA DE APROVAÇÃO | N. DE LOTES | ÁREA TOTAL (M2) |
|--|--|-------------------|-------------|-----------------|
| Jd. dos Amarais | Sinezio Martini/Leonel José Magnusson/Edmur José Belluomini/Gustavo Homero Steffen Tomei | 04.1975 | | 46.992,00 |
| Helvetia Polo Country | Imobiliária e Agrícola Helvetia Ltda. | 04.1975 | 73 chácaras | 718.813,00 |
| Ch. Sta. Thereza | Antônio Botelho Aranha e outros/Imob. Helvetia Ltda. | 04.1975 | 18 chácaras | 250.280,00 |
| Ch. Ingá | Adelino Augusto do Nascimento | 04.1975 | 14 chácaras | 89.299,726 |
| Colinas do Monastério de Itaici. Gleba I | Companhia Syntron de Empreendimentos Comerciais | 08.1975 | 193 lotes | 1.246580,00 |
| Jd. Dom Bosco | Luiz Emílio Bannwart Ferrão | 12.1975 | 84 lotes | 72.341,22 |
| Colinas do Monastério de Itaici. Gleba II | Companhia Syntron de Empreendimentos Comerciais | 01.1976 | 158 lotes | 1.054.766,00 |
| Lagos de Shanadu | Sonangle – Empreendimentos Agrícola e Imobiliário. Ltda. | 02.1976 | 222 lotes | 1.740.080,00 |
| Ch. Areal | Tamiji Nomura | 08.1976 | 20 lotes | 131.442,04 |
| Vale das Laranjeiras | Santa Carmen S/A Agr. Com. e Ind. | 09.1976 | 697 lotes | 3.259.258,55 |
| Colinas do Monastério de Itaici. Gleba III | Companhia Syntron de Empreendimentos Comerciais | 10.1976 | 606 lotes | 2.305.144,00 |
| Jd. São Luiz | Luiz Emilio Bannwart | 11.1976 | 93 lotes | 75.665,20 |
| Jd. Panorama | Antônio Carneiro de Albuquerque | 06.1977 | 11 lotes | 82.600,00 |
| Helvetia Country | Imobiliária e Agrícola Helvetia Ltda. | 05.1978 | 215 lotes | 497.966,00 |
| Jd. São Carlos | Fábio Ferraz Bicudo – Emp. Melhoramentos Imob. Constr. Indaiatuba Ltda. | 03.1978 | 44 lotes | 39.916,98 |
| Jd. Marina | Henrique Lopes Cruz e Norberto Milanesi – L&M Emp. Imob. Serviços de Construções Ltda. | 04.1978 | 103 lotes | 48.400,00 |
| Jd. Feres | Lorenzo Mazzamuto – Imob. Mazzamuto Ltda | 09.1978 | 75 lotes | 46.587,31 |
| N. Hab. Brig. Faria Lima | | 10.1978 | | 109.639,95 |
| Ch. Belvedere | Noemia Von Zuben Amstalden e outros | 12.1978 | 29 lotes | 188.580,00 |

| | | | | |
|---|--|---------|-------------|--------------|
| Jd. do Sol | Nosso Lar – Núcleos Hab. S/C Ltda. | 02.1979 | 658 lotes | 308.443,94 |
| Pq. Residencial Indaiá | Aurélio Trasferretti | 03.1979 | 358 lotes | 164.757,43 |
| Jd. Avaí | Granja Avaí Ltda. | 09.1979 | 118 lotes | 69.230,42 |
| Jd. Olinda | Bigua – Agropecuária Ltda. | 11.1979 | 144 lotes | 72.600,00 |
| Terras de Itaiç | 2 G Participações e Administração | 11.1979 | 1006 lotes | 1.782.568,19 |
| Ch. Videiras de Itaiç | Gianandrea Matarazzo | 12.1979 | 33 lotes | 276.302,50 |
| Pq. São Thomás Aquino | Luiz Emílio Bannwart | 04.1979 | 71 lotes | 35.321,49 |
| Alto da Colina | Empreendimentos Imobiliários São Gabriel Ltda. | 03.1980 | 57 lotes | 28.000,00 |
| Vila Ruz Peres | Nicolau Ruz Peres | 03.1980 | 143 lotes | 45.952,49 |
| Jd. Morada do Sol | Imobiliária Intermark Ltda/Só Lotes Emp. Imob. S/C Ltda. - Elias Jorge Nordi Jorge | 03.1980 | 7.908 lotes | 3.46.6654,76 |
| Vila Suíça | Bela Vista Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. | 09.1980 | 473 lotes | 234.702,00 |
| Solar do Itamaracá | Itamaracá Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 09.1980 | 178 lotes | 108.900,00 |
| Colinas de Indaiatuba I | Terra D'oro Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 12.1980 | 244 lotes | 449.534,00 |
| Pq. São Lourenço | São Lourenço Empreendimentos Imobiliários | 03.1981 | 424 lotes | 213.673,15 |
| Jd. Eldorado | Bela Vista Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. | 06.1981 | 295 lotes | 121.000,00 |
| Altos da Bela Vista | Bela Vista Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. | 07.1981 | 179 lotes | 287.314,68 |
| Colinas de Indaiatuba II | Terra D'oro Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. | 09.1981 | 72 chácaras | 111.217,35 |
| Jd. São Conrado | Amortex Ind. E Com. de Amortecedores | 02.1982 | 1.004 lotes | 405.711,51 |
| Vila Homero | Construtora PR Doro Ltda. | 04.1982 | 92 lotes | 51.333,00 |
| Jd. Oliveira Camargo | Fábio de Oliveira Camargo | 06.1982 | 739 lotes | 347.306,00 |
| Parque da Grama | Empreendimentos Grampark S/C Ltda. | 06.1982 | 50 lotes | 371.581,41 |
| Jd. São Paulo | Luiza Maria Clini e Pierluigi Clini | 08.1982 | 169 lotes | 84.017,70 |
| Portal do Morumbi | Imobiliária Rosa dos Ventos Ltda. | 11.1982 | 3.760 lotes | 1.752.080,00 |
| Jd. Morumbi | Mirante de Vendas Emp. Imob. S/C Ltda. | 01.1983 | 597 lotes | 260.000,00 |
| Jd. Itamaracá | Itamaracá Emp. Imob. Ltda. | 01.1983 | 449 lotes | 207.820,30 |
| Jd. Santiago | Anthero Joaquim Santiago | 01.1983 | 97 lotes | 63.652,78 |
| Jd. Primavera | Odilon Ferreira | 11.1984 | 200 lotes | 107.054,37 |
| Jd. das Esmeraldas | Aline Isabel Araújo | 05.1986 | 43 lotes | 72.600,00 |
| Jd. São Francisco | A.V.P. Imóveis Ltda. | 11.1986 | 227 lotes | 110.064,00 |
| D. Ind. Domingos Giomi | Imobiliária Rosa dos Ventos | | 43 lotes | 681.806,83 |
| Jd. Tancredo Neves | Prefeitura Municipal de Indaiatuba | 11.1987 | 533 lotes | 168.826,95 |
| Jd. Teotônio Vilela | Prefeitura Municipal de Indaiatuba | 1987 | 404 lotes | |
| Jd. Tropical | Primo Francisco Capovilla | 12.1987 | 223 lotes | 111.909,04 |
| Jd. Rémulo Zoppi | Prefeitura Municipal de Indaiatuba | 03.1988 | 555 lotes | 177.377,00 |
| Jd. Alice | F.B.L Empreendimentos S/C Ltda. | 10.1988 | 516 lotes | 263.415,17 |
| Jd. dos Laranjais | Andrade Gonçalves S/A | 10.1989 | 59 lotes | 291.876,63 |
| Jd. do Vale | Algiro Administração e Participação Ltda. | 12.1992 | 160 lotes | 66.974,00 |
| Jd. Adriana | Marcos Antonio Milani e Vitorio Pasqual Soldano | 04.1993 | 188 lotes | 90.386,00 |
| Resid. Park Avenida | Algiro Administração e Empreendimentos Ltda. | 02.1995 | 50 lotes | 31.284,58 |
| Jd. Recanto do Valle | Rojafe Empreendimentos S/C Ltda. | 09.1995 | 200 lotes | 86.287,13 |
| Jd. do Vale | José Luís Bicudo do Valle | 05.1996 | 220 lotes | 103.859,00 |
| Jd. Regina | Pau Preto Emp. Imob. S/C Ltda. – Reina Bicudo D. do Valle | 05.1996 | 990 lotes | 485.823,00 |
| Jd. Novo Horizonte | Asseplan Narezzi Emp. e Part. S/C Ltda. | 09.1995 | 102 lotes | 49.053,43 |
| Resid. Vila Inglesa | Andrade e Andrade Emp. Imob. Ltda. | 12.1995 | 36 lotes | 28.650,00 |
| <div>Área mínima 1.000,00 m2/5.000,00 m2</div> <div>Área mínima 150,00 m2/390,00 m2</div> <div>Loteamento cancelado</div> | | | | |

Fonte: Prefeitura Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Elaboração do autor.

A tabela apresentada traz dados que colaboram para a compreensão das informações que serão abordadas no decorrer do texto, no que se refere ao redimensionamento das políticas urbanas assentadas com a aceleração econômica da cidade. Em Indaiatuba, segundo Luciene Telli²⁰³ as ações de Clain Ferrari percorreram a ampliação do parque industrial, os loteamentos e a intermediação da migração de famílias para trabalharem em fábricas da cidade. Por essa via, ao recusar transformar a região norte da cidade em área nobre de habitação, o que limitaria as relações no perímetro da esfera de interesses financeiro-habitacional, a administração de Clain promoveu a aproximação das políticas habitacionais com o complexo imobiliário-financeiro-industrial que certamente corresponde à base das mudanças ocorridas, criando bairros populares que serviram de atração para uma densa camada de mão de obra destinada a sustentar a demanda por força de trabalho nas fábricas já estabelecidas, ou em via de serem instaladas na cidade.

Segundo a compilação de dados sobre a abertura de loteamentos apresentado na tabela acima, entre os anos de 1975 e 1977 transcorre nítido direcionamento no sentido de ocupar as áreas disponíveis na cidade com loteamentos destinados à formação de chácaras e condomínio de luxo, dos doze loteamentos abertos apenas dois foram destinados às camadas populares, permanecendo dez dos loteamentos com terrenos de medida mínima variada entre 1.000,00m² a 5.000,00m², fatores que definem o sentido de uso do espaço urbano e o perfil da clientela a que destinam os lotes. Neste aspecto, segundo Sidnei Raimundo et al, o crescimento econômico da cidade de São Paulo foi responsável por determinado crescimento dos empreendimentos imobiliários em áreas de turismo e veraneio, marcado pela associação da segunda residência com o turismo de fim de semana em localidades que posteriormente seriam nomeados como estâncias, situação que fez-se manifesta no imaginário local e nas articulações políticas de municípios que acreditavam possuir perfil que oportunizassem receber benefícios com o *status* e recursos públicos destinado a estruturação dos municípios destinados ao estabelecimento de estâncias turísticas.

Indaiatuba está posicionada no perímetro territorial em que assentaram algumas cidades denominadas estâncias turísticas, no conjunto de suas viabilidades de desenvolvimento, em certa medida coexistentes com as articulações e projetos de industrialização, apresenta-se a proposta de explorar seu potencial natural para lazer e

²⁰³ TELLI, op. cit.

turismo, circunstância que pode ser evidenciada em 1978 por meio de estudo publicado no jornal *Tribuna de Indaiá* por J. R. Guedes de Oliveira, em que ostenta com agudo teor pitoresco as supostas condições que elevariam a cidade ao rol das “*cidades de tratamento*” por contemplarem suas águas, ar e raios ultravioleta, o segundo posto em qualidade ficando atrás somente de uma cidade na Suíça.²⁰⁴ Porém, o Decreto Nº 11.022, um ano antes estabeleceu determinadas diretrizes para a criação das estâncias turísticas no estado²⁰⁵ frustrando a expectativa de elevar a cidade a condição de estância turística, uma vez que muitas das cidades postulantes desse *status* pautavam suas qualidades estritamente em conceituações de representatividade e ofertas de seus atrativos²⁰⁶, Motivo que provavelmente determinou a conversão do capital imobiliário investido²⁰⁷ e favoreceu o redimensionamento de sua política habitacional, visto que justamente no ano em que foi lançado o decreto é notável certa curvatura na dinâmica urbana de Indaiatuba, levando em direção a outras propostas de investimentos imobiliários, diminuindo claramente as áreas destinadas a chácaras e condomínios de luxo, alterando o perfil da região para atender a demanda das camadas de médio e baixo poder aquisitivo.

Para além dos planos e decretos criados pelo governo de São Paulo, os debates sobre descentralização municipal caracterizavam em sua maior parte por propostas isoladas, distante das realidades locais²⁰⁸, portanto, foram empregadas outras vias de possibilidades no contexto do reordenamento dos espaços das cidades, o que permitiu aos gestores municipais e investidores imobiliários tentarem variadas alternativas de políticas habitacionais colocadas em pauta. Mesmo que tenha sofrido impacto no domínio dos empreendimentos imobiliários, o que fica evidente na redefinição do programa urbano é a diversificação de investimentos com definitiva condução de suas expectativas para projetos de loteamentos destinados a instalação de fábricas e bairros populares. Em vista

²⁰⁴ OLIVEIRA, J.R. Guedes. Indaiatuba – Cidade Luz. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, n. 1.130, ano XXIV, 18 mai. 1980, n/p.

²⁰⁵ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 11.022, 28 dez. 1977. Regulamenta as disposições da Lei nº 1.457, de 11 de novembro de 1977, estabelecendo requisitos para a criação de estâncias turísticas. *Secretaria do Governo*, 28 dez. 1977.

²⁰⁶ RAIMUNDO, S.; ALMEIDA, M. V.; SOLHA, K. T. Análise da Cronologia de Criação das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo. In: VII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 20 e 21 de setembro de 2010. Universidade Anhembi Morumbi - UAM – São Paulo – S.P, 2010.

²⁰⁷ Considerando que dos dez loteamentos para ricos, apenas dois tem por proprietários investidores locais - somando os dois juntos 26 de 2.000 lotes abertos -, seis possuem como proprietários investidores da capital, dentre eles destacando a Companhia Syntron de Empreendimentos Comerciais, dois loteamentos são de empreendedores da cidade de Campinas e, por fim, um loteamento possui capital misto de propriedade local e da cidade de São Paulo.

²⁰⁸ SALGADO, Silvia R. C. Experiências municipais e desenvolvimento local. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, v. 10, n. 3, p. 48-52, jul./set. 1996, p. 49-50.

disso é que a pressão sobre demanda por habitações populares na região foi percebida e explorada econômica e politicamente de modo oportuno, considerado que até 1979 Indaiatuba teve somente dois loteamentos que chegaram a passar de duas centenas de unidades, a partir de 1980 começa a ser desenhado seu perfil urbano para os anos posteriores com a iniciativa do loteamento popular Jardim Morada do Sol que soma em sua totalidade 7.908 lotes, demonstrando claramente que o governo municipal entendeu e procurou extrair proveito dos planos que estavam em pauta nos programas políticos governamentais de desenvolvimento urbano e regional.

Vale ressaltar que durante os anos em que transcorreu o processo de redemocratização nacional a abertura de loteamentos populares terminara por alimentar novos jogos políticos eleitorais²⁰⁹, a viabilidade do redimensionamento das finalidades de uso dos espaços é articulada entre interesses eleitoreiros e especulação financeira, devendo ser apreciada enquanto estratégia para obtenção de vantagens pleiteadas entre grupos distintos e com subsídios de programas desenvolvidos tanto na esfera política quanto na econômica inserida no interior da ordem municipal, estadual e federal. A prática de estruturação dos espaços urbanos em sua particularidade histórica é formulada em ambiente carregado de disputas entre grupos que compõem o bloco histórico no poder, circunstância que pode ser percebida no contexto da sinuosa atividade de especulação imobiliária indaiatubana em início dos anos de 1980.

No quadro de análise das realizações políticas decorrentes do aumento e diversificação das atividades econômicas e sociais em Indaiatuba, cabe expor o debate gerado em torno do ato de rejeição na Câmara dos Vereadores do Projeto de Lei redigido pelo prefeito Clain Ferrari que consistia na venda de 448 lotes no Parque das Nações em início de setembro de 1980. A justificativa para a venda dos lotes era de que a prefeitura precisava enfrentar todas as despesas que a administração da cidade mantinha, a exemplo, o aumento no consumo de combustível gerado por força dos serviços e obras municipais; a venda dos lotes também viria a favorecer a continuidade nas obras da nova Câmara Municipal e do ginásio de esportes municipal. O projeto de Lei foi derrubado com apenas quatro votos a favor, sendo os vereadores que deram parecer favorável: Pedro Castilho, Maurilio Gonçalves Pinto, José Maria Wolf e Valfrido Carotti.²¹⁰ Após o indeferimento do Projeto de Lei a tensão aumentou nos corredores da prefeitura chegando a ponto de motivar ato de agressão física entre o

²⁰⁹ ROLNIK, op. cit., 319.

²¹⁰ CÂMARA rejeita venda de 448 lotes. *O Democrata*, Indaiatuba, n. 274, ano V, 06 set. 1980, n.p.

prefeito e o vereador da bancada adversária Caio da Costa Sampaio, responsável pela rejeição do projeto. Segundo matéria publicada no jornal *O Democrata* em 06 de setembro de 1980,

Cenas das mais violentas foram vistas na última terça feira no saguão defronte da Câmara Municipal. Segundo os comentários do vereador Caio da Costa Sampaio, enciumado com o bom relacionamento existente entre o prefeito e o vereador Castilho, iniciou uma guerra fria entre ambos, alicerçados pelos demais vereadores de sua bancada. E começou a espalhar notícias mal-intencionadas e sem fundamentos pela cidade [...] E daí chegaram a via de fatos com tapas entre si, empurrões e agressões. O vereador Pedro Castilho, quando soube do caso, lamentou que não tivesse visto 'in loco' o acontecimento e segundo ele demorou para acontecer e poderá se repetir com mais intensidade [...] Finalizando afirmou: 'Não entendo esses políticos. Não forcei-os a brigar com o prefeito, o direito que eu tenho em buscar soluções com o prefeito eles também tiveram e não souberam aproveitar.'²¹¹

Este evento revela parte dos bastidores do jogo político de Indaiatuba em início dos anos de 1980, período tenso para aqueles que encontram envolvidos nos embates pelo comando do processo de desenvolvimento da cidade. A palavra de ordem supostamente era lotear e os partidos no interior do jogo político possuíam as mesmas propostas e intenções, disputando agressivamente o favoritismo do prefeito e o direito sobre a direção dos empreendimentos imobiliários a serem disponibilizados.

Na ocasião relatada a situação torna-se pedregosa para o prefeito e seu grupo político, uma vez que o vereador Caio da Costa Sampaio adversário assumido de Clain Ferrari atuava na coligação do presidente da câmara Oswaldo Groff Júnior²¹², maioria na assembleia da Câmara e responsável pelo veto ao Projeto de Lei que possibilitaria liberar a venda de lotes da Prefeitura no bairro Parque das Nações, entretanto, em 25 de outubro de 1980 uma manobra do prefeito garante a aprovação da venda dos 448 lotes. Segundo matéria jornalística²¹³ o governo municipal entrou com decurso pedindo a anulação do veto da Câmara e venceu, seu argumento consistia no fato de que o presidente da Câmara Oswaldo Groff Júnior omitiu documento público ao engavetar o Projeto de Lei em 09 de setembro de 1980 um dia antes da plenária da Câmara reunir para entrar em votação, sendo avaliado somente no dia 15 de outubro quando recebe parecer desfavorável da comissão de vereadores. O documento apresenta o parecer da

²¹¹ BRIGA na Prefeitura. Vereador ofende e apanha do prefeito. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 275, ano IV, 13 set. 1980, n.p.

²¹² Oswaldo Groff Junior tem seu nome ligado a uma das imobiliárias da cidade, a Imobiliária Groff. Deste modo, suas ações contrárias a do governo municipal pode estar inserido no âmbito de disputas que ultrapassem os interesses públicos.

²¹³ DECURSO aprova lotes. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 281, ano V, 25 out. 1980, n.p.

Câmara com data de 01 de outubro de 1980 expondo assim a fraude, uma vez que, segundo o prefeito, se o Projeto de Lei tivesse sido assinado na data prevista teria entrado na sessão da Câmara do mesmo dia, fato que não ocorreu.

Com essa alegação a Câmara Municipal sanciona e aprova por decurso de prazo²¹⁴ a Lei n. 1810 de 22 de outubro de 1980, por essa via Clain Ferrari obtém permissão para prosseguir com a venda dos 448 lotes, realizando com este feito seu projeto de loteamento e instituindo seu poder no interior do debate político municipal, em outras palavras, calando os adversários políticos e fechando mais um episódio referente a expansão do traçado urbano de Indaiatuba. Todavia, não pondo fim ao drama, uma vez que em 08 de novembro de 1980 Clain Ferrari move mais uma peça no interior do jogo da política de habitação e colocando em votação Projeto de Lei para aprovação de um novo loteamento, desta vez a área será destinada a atender a população pobre trabalhadora de Indaiatuba:

O prefeito Dr. Clain Ferrari, enviou Projeto de Lei à Câmara Municipal para aprovação de loteamento destinados a construção de núcleos de casas populares [...] Neste loteamento, os lotes poderão ter as seguintes medidas: 7,00 metros de frente por 20,00 metros de frente aos fundos e área de 140,00m², área suficiente para a construção de uma casa popular que passa a ser assim considerar desde que tenha uma área construída não superior a 70 m² [...] Sobre-eleva acima de quaisquer outras considerações de ordem técnica, **o interesse social na aprovação da medida**, numa hora em que o preço da terra em Indaiatuba é elevado e a falta de moradia é uma realidade palpável, levando os proprietários a cobrarem aluguéis na base de Cr\$ 2,000,00 mensais por cômodo alugado.²¹⁵

Dessa forma as ações direcionadas a política habitacional seguem curso acelerado nas conferências políticas de Indaiatuba, vários são os artifícios utilizados pelo poder público para garantir a aprovação de projetos para abrirem novas áreas de habitação. Após aprovação de loteamento no Parque das Nações - que atende ao perfil de população provida de certo grau de poder aquisitivo - é discutida a proposta de outro loteamento, desta vez o artifício político procura incitar a população de baixa renda a pressionar aqueles vereadores de oposição, uma vez que a matéria divulgada na imprensa expõe o argumento de o interesse na aprovação do loteamento ser de pura

²¹⁴ É prática comum do governo municipal de Indaiatuba, utilizar mecanismos para aprovar projetos políticos por decurso de prazo - projetos de loteamento por exemplo. A jogada funciona mais ou menos assim: no dia da votação do projeto alguns vereadores faltam à plenária da Câmara esquivando-se dos debates e levando projetos a serem aprovados por decurso de prazo, na gaveta. PRESIDENTE da Câmara irritado desabafa. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 254, ano. IV, 19 abr. 1980, n.p. Cf. VEREADOR Castilho fala do “decurso de prazo”. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 301, ano VI, 04 abr. 1981, n.p.; PTB e o decurso de prazo. *O Democrata*, Indaiatuba, n. 302, ano. VI, 11 abr. 1981, n.p.

²¹⁵ PROJETO define loteamentos populares. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 283, ano V, 08 nov. 1980, n.p. (Grifo meu).

ordem social, desta maneira jogando a opinião pública contra qualquer tentativa política de veto do projeto.

Os debates públicos de finais de 1980 são reveladores para o entendimento do jogo de manipulação política no seio das determinações governamentais da cidade, demonstrando que as propostas tendem para disputas de interesses que transcendem as instâncias da administração municipal. Citando caso análogo, ao vetar dois projetos de vereadores, Clain Ferrari é conceituado por vitorioso frente aos políticos divergentes²¹⁶, em hipótese, não se trata apenas de suspensão de projeto político da oposição, mais afundo na apuração dos fatos o que ocorreu pressupõe veto do prefeito diante da objeção a dois de seus Projetos de Lei que já vigoravam: o primeiro procurava extinguir o Fundo de Melhoramentos Urbanos e o segundo trazia como proposta a alteração na denominação do Ginásio Municipal de Esportes²¹⁷ que ainda em construção objetivava levar o nome do prefeito.²¹⁸

É emblemático o aspecto como é conduzido o jogo político em Indaiatuba, dentre a infinidade de elementos culturais e políticos edificadores de olhares diversos sobre as relações econômicas e sociais travadas nos lugares que definem a cidade, chama atenção a forma como os espaços de luta são articulados. As intencionalidades emergem no interior das transformações e de maneira acelerada refazem os lugares, revelando mudanças nos modos como as pessoas pensam, falam ou escrevem sobre a cidade. Incitados mediante demanda por habitações populares geradora da valorização de terrenos e estímulo à especulação imobiliária, toma corpo no seio da intensa trama política a discussão sobre os artifícios em que se verifica a distribuição da fatia do mercado imobiliário local. Para além da postura de gestão pública, a matéria intitulada *Loteamento atinge candidatos do PMDB* publicada em 25 de julho de 1981 exhibe a postura daqueles políticos que estavam envolvidos no esquema dos loteamentos:

Parte da imprensa de Indaiatuba, que não pode criticar a atual administração, e que desta forma vem ‘fiscalizando’ a vida particular do prefeito, se dá ao luxo de ter somente como manchetes, as matérias sobre loteamentos. Mas não olham ao lado ... bem pertinho ... que **outros candidatos a prefeito também têm empresas imobiliárias**. E nós vamos mostrar isso. Não somos contra, não vamos acusar ninguém e não temos nada a ver com a vida

²¹⁶ PREFEITO obtém três vitórias na Câmara. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 286, ano V, 29 nov. 1980, n.p.

²¹⁷ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto n. 2.144, 25 de set. 1980.

²¹⁸ O Fundo de Melhoramentos Urbanos, se apresenta, como já discutido em páginas desse trabalho, um dos braços do governo municipal de controle e manutenção dos avanços urbanos da cidade, a nomenclatura do ginásio municipal de esportes será alterada no ano seguinte a saída de Clain Ferrari do cargo de Prefeito, segundo a Decreto número 2.632 de 28 de março de 1983, instituída pelo prefeito José Carlos Tonin. PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto n. 2.632, 28 mar. 1983.

particular de futuros candidatos. Mas dois dos candidatos do PMDB possui empresa imobiliária e o clichê mostra um deles. Queremos apenas mostrar ao povo que esses empreendimentos são especialmente para loteamentos [...] o clichê mostra que essa firma foi construída para loteamentos ‘presente’ e ‘futuros’.²¹⁹

A matéria destaca mais um capítulo da trama que se arrasta na imprensa de Indaiatuba desde 14 de dezembro de 1980, ocasião em que foi divulgada pelo jornal Tribuna de Indaiá a existência de Ação Popular contra a aquisição de noventa e três alqueires de terra pela prefeitura para loteamento na imediação do bairro Jardim Morada do Sol, ação indiciada por prática ilegal financiada por meio da administração municipal. A matéria jornalística apresenta certa carga de ousadia, o autor do texto na tentativa de defender a administração pública vigente expõe o cenário referente à prática de uso do poder público enquanto artifício para benefício próprio, em razão do argumento de defesa usar por justificativa a lógica de que a prática do bloco no poder correspondente ao que seus adversários políticos também desejam e cultivam, num estreito e estranho laço de convivência expressa em frases como: “*outros candidatos a prefeito também tem empresas imobiliárias*”, ou, “*não somos contra*” e “*Queremos mostrar ao povo que esses empreendimentos são especialmente para loteamentos.*”²²⁰ O teor das relações travadas no executivo municipal segue rigidamente a proposta de manutenção de interesses colocando os políticos locais enquanto pares na pauta do jogo de manipulação das questões relacionadas à esfera das políticas de habitação.²²¹

Antes disso, em 22 de março de 1980 outra matéria do referido jornal joga luz sobre atos que são cometidos no subterrâneo do poder público, ao apontar que engenheiros da prefeitura praticavam irregularidades técnicas e estavam sendo

²¹⁹LOTEAMENTO atinge candidatos do PMDB. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 317, ano V, 25 jul. 1981, n.p. (Grifo meu).

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Pude verificar que entre os anos de 1978 e 1982 existiam atuantes na cidade cinco empresas imobiliárias em domínio ou com nomes ligados a figura de políticos atuantes no município, elementos que colaboram para que possamos reafirmar o espírito de otimismo que a pulsação no ambiente econômico da cidade promoveu com as investidas de fábricas em direção à Indaiatuba. Constatei no contexto de controle e distribuição dos lotes ofertados as seguintes imobiliárias: Visão S/C Ltda. de Adilson Ferrari, parente do Prefeito Clain Ferrari; Pucinelli Imóveis, sob administração de Athayde Puccinelli, parente do vereador Joab Puccinelli (C.f. O DEMOCRATA, Indaiatuba, n. 257, ano IV, 10 mai. 1980, n.p.); Tonin - Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. (C.f. O DEMOCRATA, Indaiatuba, n. 317, ano V, 25 jul. 1981, n.p.) e Imobiliária e Administradora Toni S/C Ltda. (C.f. O DEMOCRATA, Indaiatuba, n. 194, ano IV, 24 fev. 1979, n.p.) de propriedade dos irmãos Flávio e Carlos Tonin - o primeiro foi vice-prefeito de Clain Ferrari no pleito de 1977 e prefeito eleito no ano de 1992, o segundo elegeu-se prefeito no ano de 1983, intermediado, neste tempo, por Clain Ferrari que retorna à administração de Indaiatuba em 1989; Imobiliária Groff, (C.f. TRIBUNA DE INDAIA. Indaiatuba, n. 1020, ano III, 19 mar. 1978, n.p.) se não do próprio, traz em sua nomenclatura o sobrenome do vereador Oswaldo Groff Júnior.

investigados pelo Conselho Regional de Engenharia Civil - CREA, por usarem o poder público em benefício próprio:

Segundo se sabe essas irregularidades são várias: aprovação de plantas dos próprios engenheiros, aprovação de loteamentos assinados por eles mesmos, serviços e levantamentos assinados por eles mesmos, tudo com suas assinaturas. Comenta-se ainda que quem ocupa cargo de diretor, ou seja, cargo de confiança dentro de uma Prefeitura, não é permitido esse tipo de trabalho comercial dentro da própria Prefeitura. Fala-se também que o Prefeito já tomou conhecimento destes fatos que foram acobertados e que podem prejudicar os engenheiros e a Prefeitura. E neste fato um engenheiro da Prefeitura está revoltado com o prefeito, pois esse não lhe deu a cobertura necessária. E por último, um engenheiro da Prefeitura que é parente de um engenheiro que está com seus trabalhos profissionais 'brecados' pelo prefeito foi comunicado de sua dispensa. Esse engenheiro de Campinas por sua vez, está sofrendo pressão do prefeito 'através de telefonemas e palavras de baixo calão'.²²²

Expressões como: “*Segundo se sabe*”, “*comenta-se*”, “*fala-se também*”²²³; torna claro que se trata de uma matéria de denúncia que recusa apresentar fundamento empírico considerando que não havia investigação institucional até aquele momento, como apresentado no título “*CREA pode investigar irregularidades*”²²⁴, ou seja, pode vir a ser, e nenhum nome é citado apenas o substantivo engenheiro é usado para sugerir o responsável pela prática ilícita que pode vir a “*prejudicar os engenheiros e a Prefeitura*”²²⁵, expressão de inquietação que demonstra o limite de alcance da perspectiva do poder público municipal frente ao desempenho de seu papel, em momento algum é verificado qualquer manifestação de preocupação com os válidos prejudicando, o povo indaiatubano.

A providência tomada pela prefeitura em relação à denúncia é esclarecida em matéria do mesmo caderno, desse modo vale considerar que as denúncias já vinham acontecendo, tendo em conta que por meio do Decreto n. 2.076 de março de 1980²²⁶ o prefeito em uma manobra política altera a composição da Comissão Permanente de Licitações, “exonerando” o engenheiro Manoel Moreira de Araújo Filho que em seguida é readmitido para assumir a pasta de diretor do departamento de finanças do município. Segundo o jornal o fato ocorreu depois da denúncia feita pelo vereador Pedro de Castilho, a matéria complementa que a saída de Manoel Moreira do cargo da Comissão foi “*Talvez, para não perder Moreira do cargo de diretor de finanças, o*

²²² CREA Pode Investigar irregularidades na Prefeitura. *O Democrata*, Indaiatuba, n. 250, ano IV, 22 mar. 1980, n.p.

²²³ Ibidem.

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, Decreto n. 2.076, 05 mar. 1980.

prefeito exonerou-o do cargo de presidente da Comissão de Licitações e Concorrência. E o sol mais uma vez é tapado pela peneira.”²²⁷ Tráfico de influências são apresentados por meio de distribuição de cargos de confiança de modo a manter atrelados interesses políticos e financeiros que alimentam o bloco econômico no domínio das fontes de benefícios proporcionadas pela demanda imobiliária crescente na cidade.

O uso do poder público na qualidade de ferramenta para manipular nichos de mercado é componente da natureza existente no jogo político, atitude que explicita parte das pretensões em jogo. Para finalizar a análise sobre a temática, vale ressaltar caso semelhante que contribui para reafirmar a tendência de conexão e articulação de intencionalidades entre camadas do poder público e privado na pauta da política urbana. Em setembro de 1984 foi elaborado um acordo entre a Prefeitura e a empresa Só Lotes Empreendimentos Imobiliários responsável por administrar o loteamento do bairro Jardim Morada do Sol, nesse acordo a prefeitura fica autorizada a receber por “doação” de bens móveis e imóveis,

[...] todos os lotes da Quadra 38 (trinta e oito) do Loteamento jardim Morada do Sol, em número de 12 (doze) e com área total de 3.138,97 m², e todos os lotes da Quadra 39 (trinta e nove) do mesmo loteamento, em número de 14 (quatorze), e com área total de 3.751,00 m², com as seguintes edificações: um casarão com 566,57 m², um galpão aberto com 372,37 m² e uma casa com 87,52 m².²²⁸

Na condição de transferência de obrigações assumidas pela loteadora, em permuta a prefeitura assegura a responsabilidade de executar obras de benfeitorias com construção de cinquenta mil metros lineares de guias pré-moldadas de concreto no loteamento do bairro, assim como a transferência de encargos com serviços de água e esgoto para a empresa pública Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, por fim o Artigo 03 do Decreto n. 2.081²²⁹ propõe “*cancelar todas as garantias para execução da infraestrutura no Jardim Morada do Sol, que tenha sido oferecida anteriormente pela empresa loteadora*”. Neste caso tais obrigações assumidas configuram-se na execução das seguintes exigências:

- I - promovam a inscrição do loteamento no Registro Imobiliário, na forma da legislação federal;
- II - instituem servidão das faixas que constituam vielas sanitárias;
- III - executem dentro de 36 (trinta e seis) meses, em todas as vias do loteamento:
 - a) colocação de 120.274/ml de guias e sarjetas;

²²⁷ CREA Pode Investigar irregularidades na Prefeitura, op. cit.

²²⁸ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Lei n. 2.071, 17 set. 1984.

²²⁹ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto n. 2.081, 19 mar. 1980

- b) a extensão de 39.771/ml de redes de água
- c) a extensão de 58.111/ml de redes de esgoto sanitários;
- d) a instalação de 1.705 braços de luz com conjunto de luminárias, no prazo de seis anos.²³⁰

O acerto travado entre Prefeitura Municipal de Indaiatuba e Só Lotes foi assinado pelo prefeito José Carlos Tonin e teve por testemunha o diretor do SAAE Wanderley Peres, esse acordo complementa a leitura de como foram conduzidos os termos das transações no jogo da política habitacional em Indaiatuba. Segundo o Decreto que aprovou o loteamento do Jardim Morada do Sol, parte das obrigações da loteadora já tinha prescrito na ocasião em que transcorreu a barganha, o que sustenta o prognóstico de haver íntima relação de cumplicidade entre as propostas do poder público de ampliação dos espaços de moradias para as camadas pobres da cidade e as iniciativas de geração de lucro pelas intermediadoras do acesso a esses bens imóveis. Nesta conjuntura abre-se o questionamento: entre expectativas inseridas na trama, a quem fere tais acordos? Neste quadro de intenções, Lucio Kowarick²³¹ em seu estudo contemporâneo aos acontecimentos aqui apresentados, define o mecanismo de participação pública na esfera imobiliária como sendo ação governamental restrita *“quase sempre a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor.”*²³²

Do mesmo modo como os apontamentos de Lúcio Kowarick sobre as práticas de exploração do uso do solo pelas camadas financeiras atreladas à política, outras análises podem ser balizadas para a compreensão do quadro das intencionalidades dos grupos hegemônicos presentes em Indaiatuba. Sergio de Azevedo procura em seu estudo demarcar as possibilidades de execução das políticas públicas para habitação popular, para o autor o setor imobiliário é tido como de promoção imobiliária e dividido em duas características, a separação entre produção e consumo que faz a habitação tornar-se

²³⁰ Ibidem.

²³¹ O texto foi escrito em 1976 em uma compilação de textos sobre a urbanização da cidade de São Paulo, chamado “São Paulo 1975 – crescimento e pobreza” coordenado pelo autor juntamente com Vinícius Caldeira Brant, realizado em parceria com a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, capítulo nomeado “Lógica da Desordem”, posteriormente publicado no livro “A espoliação urbana” do mesmo autor.

²³² KOWARICK, 1982, op. cit., p. 26.

mercadoria e o papel do incorporador imobiliário como figura distinta do proprietário do terreno, ambos alçando o uso do solo a condição de mercadoria.²³³

Diante disso, está ainda que implícito a necessidade de uma ação governamental de pleno apoio e conivente com os empreendimentos, a delegação do poder público quando da urgência de abertura de novas frentes habitacionais determinadas em razão da acelerada expansão industrial circunscreve em garantir a disponibilidade de força de trabalho em quantidade e baixo valor, bem como estratégia de manipulação de parques eleitorais, uma vez que as promoções habitacionais populares são fonte riquíssima de criação e preservação da popularidade dos políticos. Ademais, agenciamentos e atuações políticas não desprendem dos propósitos do incorporador imobiliário e por vezes interesses pessoais de prefeitos e vereadores, mesmo que podendo vir a proporcionar o acesso a terrenos populares o agenciamento governamental tende a privilegiar a atividade comercial de compra e venda de terreno ao invés de facilidades na aquisição dos lotes, incentivando a especulação imobiliária e aumentando consideravelmente o preço dos terrenos.²³⁴

Tais tópicos teorizados por Sergio de Azevedo servem de baliza para a verificação da trama apresentada, visto que se entende tratar de perspectiva que oferece subsídios para fazer avançar a análise da realidade exibida no debate político em torno do tema da expansão da malha urbana de Indaiatuba. A diversidade de medidas que podem ser exploradas a fim de tornar financeira e politicamente vantajosa a abertura de loteamentos ganha contornos complementares na busca de esclarecimento sobre a articulação de interesses direcionados a investimentos públicos a serviço da dinâmica de *valorização-especulação* do sistema *imobiliário-construtor*, como revelado por Lúcio Kowarick.

Com base nesse princípio posso trazer a conjuntura apresentada no interior da política habitacional indaiatubana e defini-la por ambiente de interação entre financeirização do solo e poder público, visto que aqui a prática de especulação coloca a administração municipal como facilitadora e agenciadora direta do processo de exploração latifundiária urbana. A promoção política é determinante para a abertura de frentes de participação econômica de pessoas e grupos financistas imobiliários, flertando abertamente com os mecanismos de rateio e monopólio das responsabilidades

²³³ AZEVEDO, Sérgio. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas, p. 67-114. In: DINIS, Eli (org.). *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 71-80.

²³⁴ Ibidem, p. 101-107.

para com as propostas de loteamentos a serem abertos via demanda por habitações populares, apresentadas como parte dos acordos firmados entre o poder público e indústrias a instaurarem na cidade. Pautam-se nas diretrizes da política de desenvolvimento urbano edificado pelo Estado, mas a partir do momento em que a fronteira entre planejamento e execução é traspassada, deste ponto para frente diversificam-se os programas de ação, as intenções e direções tomadas.

O aumento da demanda por moradia provocou a intensificação de loteamentos com propostas de preços destinados a vários perfis econômicos. A comparação entre os preços ofertados demonstra que as imobiliárias iniciaram a divulgação das ofertas de lotes no bairro Jardim Morada do Sol a partir de maio de 1980, a Imobiliária Visão S/C Ltda. de propriedade de Adilson Ferrari, parente do prefeito Clain Ferrari, comercializava lotes com medida de 250m² e preços de Cr\$ 25.000 mais 80 parcelas de Cr\$ 600,00, somando um valor total de Cr\$ 73.000, contando com distribuição de água como infraestrutura disponível.²³⁵ Por outro lado, lotes de mesmo tamanho dos vendidos no Morada do Sol eram ofertados no bairro Cidade Nova no valor de Cr\$ 250,000 contando com infraestrutura de guias de sarjeta, água e luz disponíveis.²³⁶

Pode-se considerar que os lotes apresentam preço atraente visto que o salário mínimo para o ano de 1980 correspondia a Cr\$ 4.149,60, assim o loteamento estabelece grande oportunidade para aquisição efetiva de terrenos por populações de trabalhadores assalariados. Por outro lado fica evidente que a política de oferta de áreas habitacionais em Indaiatuba segue a lógica da demarcação de fronteiras socioeconômicas por via do poder aquisitivo dos compradores de terra, garantindo a polarização entre aqueles que podem pagar por guias de sarjeta e fornecimento de energia elétrica e os trabalhadores assalariados que devem lutar para adquirir além do lote, as infraestruturas básicas que venham aliviar os desgastes advindos da luta cotidiana que a condição de vida em bairros pobres impõe a seus moradores. Em pesquisa realizada em princípios de 1980 na cidade de São Paulo sobre as relações existentes entre apropriação privada da terra e a segregação espacial, Milton de Abreu Campanário atenta para a importância dos equipamentos e serviços públicos para a reprodução das relações das classes trabalhadoras e conclui:

[...] a forma atual de suprir as comunidades de tais equipamentos e serviços traduz-se, imediatamente, numa altamente especializada divisão do espaço

²³⁵ IMOBILIARIA Visão S/C Ltda. *O Democrata*, Indaiatuba, n. 257, ano IV, 10 mai. 1980, n.p.

²³⁶ IMOBILIARIA Visão S/C Ltda. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 194, ano IV, 24 fev. 1979, n.p.

urbano que reserva suas unidades de reprodução pior equipadas justamente para aqueles que são menos favorecidos em seus rendimentos.²³⁷

Com base na demonstração apresentada sobre os valores dos terrenos ofertados, em diálogo com o argumento de Lúcio Kowarick, vale ressaltar que “*uma simples melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos*”²³⁸, ditando direções às populações da cidade para áreas reservadas segundo o padrão aquisitivo de cada um, demonstrando que o direito à cidade, como podemos observar sob a ótica crítico-interpretativa de David Harvey, encontra-se limitado a uma pequena elite com condições de formatar a cidade a partir de suas necessidades e desejos particulares.²³⁹ Os artifícios de condicionamento das populações urbanas em áreas preestabelecidas seguem a escala do poder aquisitivo de cada um, assim como a proposta de manter as populações pobres afastadas das regiões centrais da cidade e próximas aos parques industriais - área de trabalho de grande parcela dos moradores destes bairros -, evidencia na lógica da gestão pública, estratégias que sugerem facilitar o transitar das massas trabalhadoras até seu lugar de trabalho. Esta prática obriga moradores de bairros pobres a suportarem a falta de infraestrutura básica, excesso de poluição despejada pelas fábricas e exposição a determinado grau de violência gerada em regiões periféricas carentes de segurança pública. Em análise, são categorias que podem estar relacionadas à renúncia da administração pública em lidar com tais questões, supostamente por incapacidade de acompanhar a evolução demográfica da cidade ou por tática em transformar as necessidades de famílias de trabalhadores em projetos de monopólio e manutenção do poder.

O jornal Tribuna de Indaiá de 03 de julho de 1982 exhibe a tensão que passa a ocupar espaço nos diálogos entre políticos atrelados ao setor imobiliário e proprietários de imobiliárias. O empresário Elias Jorge proprietário da Só Lotes Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda., responsável por parte do loteamento do bairro Jardim Morada do Sol, ao efetuar a compra de tubulações para instalação das redes de distribuição de água terminou por motivar manifestação de contenda entre os grupos que compõem a elite administrativa local, por meio do jornal Tribuna de Indaiá o empresário adverte os moradores do bairro para ficarem atentos quanto as explorações políticas, “*pois acredita que algum vereador se aproveitará do momento e através de campanha política afirmará que é portador dos benefícios, o que é uma grande mentira pois a ‘Só*

²³⁷ CAMPANÁRIO, op. cit., p. 29.

²³⁸ KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979, p. 37.

²³⁹ HARVEY, op. cit., p. 63.

Lotes' que está realizando as obras."²⁴⁰ O investimento em infraestrutura ultrapassa o sentido de obrigação pública para ganhar contornos de ação sustentada por inclinações partidárias e empresariais que tratam a questão como realização particular em benefício de moradores de bairro pobre. Em hipótese, tal matéria tem por finalidade defender propósitos do grupo político ligado a figura de José Luiz Miranda, diretor do Jornal Tribuna de Indaiá e mantedor de determinada rivalidade com o prefeito Clain Ferrari e o Vereador Pedro Castilho.²⁴¹

Neste tópico as minúcias dos elementos que os textos jornalísticos esboçaram sobre parte do passado político e econômico de Indaiatuba permitiram revelar as intensões dos sujeitos sociais, evidenciadas em suas práticas articuladas nas diversas tramas históricas que ao serem apreciadas possibilitaram a tessitura de considerações sobre as razões pelas quais foram constituídas as várias vias de experiências geradoras de outros vários sentidos extraídos, imprimidos, reelaborados, expressos em procedimentos que edificaram formas de exploração, enfrentamentos, resistências, interesses, sobrevivências que foram experimentadas de maneira individual, por grupos ou comunidades, nas relações promovidas nos espaços da cidade e que serão esquadrinhadas nos capítulos seguintes deste trabalho. Para tanto, em partes apropriado da metodologia utilizada por Marilena Chauí que em outro contexto histórico conceituou a necessidade de conter o impulso de desqualificar determinadas produções ideológicas para poder compreendê-las historicamente, seduzindo-nos a busca por uma interpretação realista, qual seja, o confronto de textos com a realidade histórica em que foram produzidos, motivando a expectativa de verificar sua adequação ou inadequação recíprocas, uma vez que à realidade histórica cabe posição de marco para avaliação dos discursos, "*pois tal realidade (quando passada) é textual também*".²⁴² Como a realidade histórica possui a mesma dimensão discursiva que o objeto que se pretende investigar o

[...] confronto [entre ambos] não pode ter pretensões 'realistas', isto é, não pode pretender um encontro definitivo com os fatos que serviram de parâmetro para a interpretação e seu valor [...] será mais enriquecedor não tomar como critério a adequação ou inadequação entre o texto e o real, mas a representação do real veiculada pelo texto e, então, interpretar as diferenças e conflitos entre os documentos e segundo as representações que oferecem ao social, do político e da história e, conseqüentemente, segundo os destinatários

²⁴⁰ SÓ LOTES compra 50 mil manilhas para o Jardim Morada do sol. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, Ano XXVI, 03 jul. 1982.

²⁴¹ Pedro Castilho atuou como vereador pelo partido MDB de 1977 a 1983, foi presidente da Câmara dos Vereadores de Indaiatuba entre 1977-1978, "diretor industrial" do município em 1980 e diretor proprietário do jornal O Democrata.

²⁴² CHAUÍ, op. cit., 1978b, p. 34.

que elegem. Em suma, tomar como baliza a pergunta: a que classe o discurso se dirige? Afinal, são os homens que fazem a história, mesmo que não o saibam. Mas porque o fazem em condições determinadas [...].²⁴³

Evitar lançar-se na mesma direção que leva a exageros ou paixões cravadas no íntimo de quem escreveu, contou, ou de alguma forma deixou registros importantes para que fosse possível o debruçar sobre essas histórias, é o princípio para se tecer boa leitura a contrapelo dos fatos, buscar no *corpus* de discursos políticos, bem como dos eventos narrados, outras possibilidades interpretativas que não excluem as paixões derramadas sobre tal contexto, mas além destas conferem que intencionalidades são impulsionadas por motivos diversos que também são lugares históricos por natureza. Então cabe buscar os motivos, interpretá-los e a partir do interior de seu ambiente de produção propor vias de diálogo com a história contada, o que certamente tornar-se-á tal história mais complexa e interessante, furando o fino tecido da noção da história enquanto algo definido, engessado e em repouso, cotejando sua contínua elaboração.

O Jardim Morada do Sol em sua fundação, ainda possuidor de baixa densidade populacional, constituía espaço propício para alimentar uma diversidade de desejos que vão além daquele que nutre o espírito de homens e mulheres que buscam no bairro estabelecer morada. A exploração dos espaços de moradia como investimento econômico e de mercado eleitoral, a disposição em buscar por oportunidades vantajosas em função das transformações surgidas na cidade, foram apreendidas como componentes do entusiasmo que tomou forma no espírito de parte dos grupos que estavam posicionados no comando da administração municipal, a organização sustentada por operações especulativas e classificatórias, sua racionalização mitificada nos discursos estratégicos, funcionalista que privilegia o progresso, a Cidade-conceito, como bem avaliou Michel de Certeau.²⁴⁴

É o mesmo Certeau quem procura romper com essa noção ao demonstrar que ao abrigo do discurso que ideologiza a cidade, “*proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir.*”²⁴⁵ Em vista disso, além do levantamento analítico da forma como se arrastou o debate a propósito dos elementos de apropriação político-financeiro-imobiliário, do gerenciamento dos territórios a serem selecionados e distribuídos conforme perfil das demandas que foram surgindo no momento da

²⁴³ Ibidem.

²⁴⁴ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 174.

²⁴⁵ Ibidem.

instauração do bairro Jardim Morada do Sol e de outros adjacentes a este; cabe agora indagar sobre a maneira como as pessoas que chegaram à cidade em busca de trabalho e passaram a morar no bairro foram inseridas no quadro de tensão acentuado com o espectro desse novo e insólito lugar da cidade, como passaram a dialogar com as viabilidades apresentadas em seu interior. Estes homens e mulheres que foram chegando à Indaiatuba com o passar dos anos desenvolveram inclinações no trato de questões necessárias a manutenção de sua sobrevivência e de seus familiares, urdindo artifícios de defesa de seus interesses na luta por melhorias que pudessem atender as necessidades advindas no transcorrer de suas vivências cotidianas, existentes tanto nas relações travadas nos espaços do bairro quanto na condição de participante da vida pública da cidade.

CAPÍTULO III

PRÁTICAS DE MORAR: ESTRANHAMENTO E SOLIDARIEDADE NA OCUPAÇÃO DO JARDIM MORADA DO SOL

O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) do seu desenvolvimento.²⁴⁶

3.1 Trajetórias e ritmos temporais, impulsos e deslocamentos em direção à cidade

Estudar a ocupação do bairro Jardim Morada do Sol em Indaiatuba é pensar um lugar dotado de manifestações históricas complexas, de sonhos realizados e a realizarem, da compra de lotes comercializados em parcelas acessíveis aos que trabalham e ganham pouco, de casas a serem levantadas para abrigar vidas cansadas de andanças em busca de um lugar próprio, do bairro que nasce tímido do outro lado do córrego Barnabé e gradualmente torna-se grande e intenso, habitado por uma variedade de pessoas que não cessam de chegar trazendo na bagagem a esperança de dias melhores, sentimento que abriga o espírito e sustenta a caminhada em busca de melhores condições. O bairro, ponto de convergência para uma multidão de pessoas que possuem somente, ou um pouco mais que sua força de trabalho e vontade de viver, familiarizados e dispostos a enfrentamentos para poderem ter uma parcela de tudo que a cidade promove aos que nela habitam.

A dinâmica de reconfiguração metropolitana envolvendo a saída de investimentos industriais da capital paulista em direção ao interior é acompanhada de um fluxo de migração constituída por uma variada movimentação de pessoas em direção aos novos polos urbanos de atração. Alguns aspectos podem ser identificados na leitura dos tipos de sujeitos que são postos em trânsito, expelidos de alguns lugares e atraídos para outros, vivendo momentos de desesperança, incertezas e desejos de chegar ao final da trajetória que se apresenta por vezes interminável. Em um primeiro momento têm-se aqueles que deixaram a cidade de São Paulo levados pela necessidade de acompanhar o trânsito das empresas em que trabalham²⁴⁷ vários operários procedentes de migrações anteriores; outras mobilidades podem ser percebidas com a mudança de pessoas de cidades menores da região circunvizinha, atraídas à cidade contemplada com

²⁴⁶ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 63.

²⁴⁷ É o caso das já mencionadas 560 famílias de operários que vieram transferidas da cidade de São Paulo para Indaiatuba acompanhando a planta fabril da indústria automobilística Mercedes Benz.

instalação de plantas fabris e possuidora de maior oferta de empregos, por fim, consiste a fuga de trabalhadores de cidades mais distantes do polo de atração ou mesmo de outros estados da federação, por vezes abandonando a vida no campo e atraídos por notícias de abertura de frentes de trabalho que chegam via parentes e amigos que, por sua vez, já encontravam em correntes migratórias e possuíam maior conhecimento e resistência no trato com o impacto das transformações impostas pela circulação em busca de trabalho e melhores condições de vida, certamente por estarem inseridos há algum tempo em movimento de circulação ou mais próximos do influxo causado por essas transformações na reconfiguração dos espaços urbanos.

Se considerado os números que enunciam a evolução demográfica de Indaiatuba, despontando de 30.537 habitantes em 1970 para 147.050 no ano 2000²⁴⁸, podemos entender que ao experimentar o impulso de transformações econômicas vindo da capital em direção ao interior, a cidade converte-se em polo atrativo para homens e mulheres expostos à condição migrante. Essa forma de mobilização é explicada por Eder Sader sob dois vieses analíticos, em uma visão otimista é possível considerar que “*os migrantes estariam experimentando uma forma de progresso através da mobilidade social oferecida pela industrialização e pela urbanização*”²⁴⁹, por outro lado, neste cenário é assinalada a presença de determinados mecanismos de exclusão, desenraizamento, marginalização, que atingem aqueles trabalhadores pobres que chegam às regiões metropolitanas.²⁵⁰

Desse modo as articulações geradas no interior dos movimentos de migração de trabalhadores tende por vezes a dar forma a uma diversidade de rotas e expectativas, com origens diversas a serem conduzidas a um ponto de atração comum: a cidade em desenvolvimento. Emergem nestes lugares variadas práticas cotidianas inseridas em estruturas econômicas e políticas motivadoras da formação de novos sujeitos coletivos²⁵¹ que passam a identificarem-se em suas linguagens, temas e valores, nas características das ações que os movem; urdindo neste contexto novos tipos de trabalhadores moradores da periferia²⁵², interligados por relações dinâmicas, múltiplas e

²⁴⁸ ALVES, op. cit., p. 39.

²⁴⁹ SADER, op. cit., 1988, p. 89.

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ O uso da noção de sujeito coletivo por Eder Sader “*é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas [...] trata-se sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis.*” Ibidem, p. 55.

²⁵² Ibidem, p. 36-37.

tensas. Neste quadro social implica compreender a demarcação de fronteiras e distinção de seus limites, os posicionamentos a serem tomados pelos variados sujeitos envolvidos no processo migratório, os valores trazidos ou adquiridos, condicionadores da construção de significados para suas vidas nos novos lugares de morada.

Maria Célia Paoli traz em seu estudo intitulado *Desenvolvimento e Marginalidade*, leitura clara sobre como manifestam os movimentos migratórios. Para a autora, um dos motivos norteadores do impulso de migração é a busca por cidades que possuem fonte de ocupação rentável, neste caso a existência de referência em que possa encontrar apoio solidário dá abertura para que trabalhadores pobres decidam porem-se em mobilidade, bem como imprime a direção geográfica da marcha a seguir.²⁵³ O sentido de migração está intimamente relacionado à busca por trabalho assalariado que, por seu turno, caracteriza alternativa para a melhora da condição de vida, considerado “um ajustamento preexistente à migração e inserido nas representações integradoras requeridas para a reprodução do sistema”.²⁵⁴ Portanto, a motivação se expressa na expectativa de concretização de um estilo de vida com padrão maior que o sustentado no lugar de origem.

O início da pesquisa ocorre no momento em que grande parte dos moradores do bairro Jardim Morada do Sol concluíram a quitação de seus imóveis frente às empresas imobiliárias responsáveis pelo loteamento, mais de trinta anos se passaram desde a chegada das primeiras famílias de trabalhadores ao lugar em que viriam edificar morada e construir parte de suas histórias. Para esse público a opção de vir a ser proprietário de casa própria sempre foi limitada, portanto, “embarcar em esquemas de crédito”²⁵⁵ para adquirir moradia particular ocorre em grande medida onde e quando imóveis são disponibilizados perante condições impostas pelo mercado financeiro mobiliário, circunstancia que corresponde a uma das várias tendências que estimulam pessoas à migrarem. Juntamente com a busca pela realização do sonho da casa própria e garantia de fixação em um lugar, em seu estudo sobre migração e metropolização George Martine entende que as pessoas ao migrarem quase sempre vão à busca de melhores oportunidades de emprego e renda e a concentração dessas prerrogativas se apresentam em localidades que tem maior dinamismo de atividades econômicas.

²⁵³ PAOLI, op. cit., p. 105.

²⁵⁴ Ibidem, p. 107.

²⁵⁵ ROLNIK, op. cit., p. 41-42

O tempo e os percursos que compreendem a mobilidade de pessoas pelo espaço não tem uma definição específica, ao colocarem em marcha os sujeitos penetram uma aventura que pode ser breve ou tomar uma vida inteira de deslocamento, ingressando e saindo de correntes migratórias dotadas de impulsos diversos. O contato com as histórias de vida dos moradores do bairro Jardim Morada do Sol, lugar inserido nas transformações demográficas motivadas por desenvolvimento econômico industrial, permite compreender quão longo e duradouro são os caminhos que os agentes enfrentam na busca por melhores condições de vida e trabalho.

Manoel Agostinho dos Santos é pessoa que passou 32 anos de sua vida em movimento até encontrar no Jardim Morada do Sol possibilidade de fincar residência, como está há 35 anos no bairro verifica-se que ele passou aproximadamente metade de sua vida circulando pelo país, impelido por uma diversidade de situações que contribui para explicar o processo de movimentação de pessoas pelo espaço. Enquanto nos bastidores do jogo político indaiatubano o tema central se apresenta cravado em interesses de grupos políticos face às mudanças econômicas ocorridas, o mesmo tema e lugar emergem com outro sentido para aquele que vê na abertura do loteamento no Jardim Morada do Sol possibilidade de assentar em um lugar próprio.

Manoel Agostinho nasceu em 07 de setembro de 1949 na cidade Cacimba de Dentro, região metropolitana de Araruna no estado da Paraíba. Ainda no primeiro ano de sua vida começou a experimentar juntamente com sua família a condição de migrante, situação que somente é encerrada no ano de 1981 com sua chegada em Indaiatuba. Filho de João Agostinho Sobrinho e Isabel Gomes de Melo, juntamente com os sete irmãos empreenderam verdadeira jornada país afora motivados pelos diversos infortúnios que a vida na pobreza inflige cotidianamente às famílias de trabalhadores. A história de vida de Manoel Agostinho segue uma cronologia de eventos marcantes que são relatados por ele em uma sequência de episódios que tem por trama a movimentação de cidade a cidade, compondo uma existência que se abre com a dura infância, quando sua família é obrigada a abandonar o Nordeste em direção ao Sudeste brasileiro, trajetória de vários que como ele encontraram na fuga a única possibilidade de esquivar da miséria causada pela seca que assolava a região.

É o seguinte, meu finado pai estava numa crise muito difícil lá sabe, na verdade passando necessidade até de comida. Falta de água e ... comida né! Que não chovia então deu aquela seca muito brava; foi por intermédio também de um parente dele que morava aqui em Paraguaçu Paulista/SP e estava em uma época de colheita de algodão. Aí o parente em comunicação

por carta [...] ele escreveu para o finado pai que estava... eles tiveram aquela comunicação por carta e o finado pai falou que estava passando uma crise muito brava e aconteceu que ele retornou a carta e falou pro meu pai: 'olha vem pra cá que está iniciando a colheita de algodão. Então tem como ganhar um dinheirinho'. Meu finado pai preparou e veio para Paraguaçu Paulista [...] tiramos a colheita de algodão, naquela época eu era pequenininho tinha um ano.²⁵⁶

Fenômenos naturais e a dissolução das estruturas agrárias estão entre os principais motivos de expulsão de populações de seus lugares de origem. Em um primeiro ato temos o subterfúgio da família Agostinho por aproximadamente três mil quilômetros de território em busca de trabalho em lavouras de algodão, a trajetória foi viabilizada por intermédio de parentes que já encontravam em mobilização, o processo de convencimento para deixar seu lugar de origem segue por meio da troca de correspondência, circunstância que não será efetivada sem resistência e desconfiança face ao desconhecido e a vontade de não ir embora. É notável que ao migrarem, o primeiro movimento nem sempre vai em direção à cidade, entre os elementos que determinam a direção do processo de circulação, a preferência por permanecer em ambiente familiarizado e evitar maior estranhamento se apresenta como favorável entre as parcas alternativas possíveis, a súbita alteração sofrida com intensidade no momento do deslocamento abrange violentamente tanto a subjetividade do sujeito, seus sentimentos e valores contidos no núcleo familiar e sustentados por sua natureza enquanto processo cultural e hábitos adquiridos, quanto toca em cheio a objetividade alicerçada no ofício do migrante, suas habilidades técnicas de trabalho muitas vezes limitadas as atividades camponesa.²⁵⁷

Portanto, a saída do lugar de origem se mostra dissonante imediatamente após os primeiros passos, a apreensão e receio em relação ao abandono de uma vida e o caminhar em direção a algo que se conhece pouco ou de que não tem nenhuma noção ou experiência, nesse primeiro momento impele esquivar-se de informações ou coisas que poder vir a ocasionar constrangimento, violência física ou moral, imposta sobre suas vidas. A impossibilidade de evitar o sofrimento causado pela imposição do abandono do lugar de origem não impede a tentativa de abrandar tal penar, muitas das vezes manifestas na falta de motivação ou recusa a abandonar suas práticas construídas,

²⁵⁶ Manoel Agostinho dos Santos, nascido em 1949. Entrevista Realizada em 21 de julho de 2016.

²⁵⁷ A relação da agressividade e resistência presente no trânsito da vida no campo para a vida na cidade, aqui é observada pelo viés dos valores subjetivos e objetivos adquiridos, para isso procurei construir tal relação amparado na pontuação que Stella Bresciani faz da concepção do homem como parte subjetiva com emoções, sentimentos e parte objetiva como domínio da natureza manifestos na técnica. BRESCIANI, op. cit., set. 1985/fev. 1986, p. 15.

daí, tem-se por solução a tentativa de manutenção da vida na zona rural em objeção à mudança direta para a cidade. A continuidade da família de Manoel Agostinho na condição de agricultores, a saída de seu lugar de origem não significou estritamente a troca de função profissional imediata, a lógica do mercado econômico juntamente com os fenômenos naturais e a modernização no campo, impõem etapas distintas de deslocamento que não são seguidas de modo decorrente e imediato por cada indivíduo, os motivos para deixar um lugar em direção a outro e as articulações de sobrevivência nem sempre correspondem umas às outras.

No quadro dos estímulos que levam a imposição de deslocamentos, a avaliação de Edward Palmer Thompson a propósito da pressão social existente sobre a consciência social traz em tópico a ideia de *mudança involuntária*. Pensar essa mudança não estritamente alicerçada no deslocamento de pessoas, mais que isso, enquanto avanços tecnológicos, alterações demográficas “*cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, alterando, perceptivelmente, o equilíbrio das relações produtivas.*”²⁵⁸ Portanto, são nas variações das relações produtivas que as transformações históricas da vida material acontecem, como aponta o autor, “*Somente em circunstâncias excepcionais as pessoas realmente vão além de sua experiência local, de seus valores vividos e apresentam um desafio mais amplo*”²⁵⁹, antes disso, ressalta Thompson, podem existir centenas de contextos e situações em que homens e mulheres em confronto com as necessidades de sua existência formulam os próprios valores e cultura, relacionados a seu modo de vida.²⁶⁰ Daí pensar tais relações de mobilidade social pelos espaços enquanto transformações complexas e diversificadas que não são engessadas na condição migratória, porém determinadas nela.

Outras famílias assim como a de Manoel Agostinho também foram influenciadas por parentes e amigos quanto ao impulso para mudança em busca de novas possibilidades. Algumas das pessoas que foram entrevistadas revelaram estar inseridas em rede de relações sustentada por intencionalidades semelhante, uma vez que tinham por expectativa recomeçar da vida em território que permitisse abrandar a dura realidade que representava a precarização do trabalho no campo em determinadas regiões do país, naqueles finais de 1970 e início de 1980.

²⁵⁸ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, p. 262.

²⁵⁹ Ibidem, p. 261.

²⁶⁰ Ibidem.

Uma das frentes de expulsão de populações rurais em direção às cidades corresponde à região centro-oeste e norte do Paraná, de lá saíram grande parte das famílias que instalaram em Indaiatuba, segundo senso do IBGE de 1991 esses homens e mulheres correspondiam a 19,55% do saldo da população migrante na cidade.²⁶¹ Já o bairro Jardim Morada do Sol no ano 2000 apresenta quantia equivalente a um terço do total dos moradores da cidade com aproximadamente quarenta e quatro mil habitantes²⁶², demonstrando o forte povoamento da região periférica da cidade. Do quantitativo populacional do bairro 75% são migrantes, distribuídos em 35,40% provenientes de São Paulo, 30,38% do Paraná e 9,22% relativo a pessoas vindas de outros Estados do Brasil.²⁶³

Em meio às relações de ocupação do bairro, a composição do lugar vai se forjando com destacada atuação de famílias camponesas que mesmo provenientes de outros movimentos migratórios anteriores, saíram da microrregião de Campo Mourão²⁶⁴ em direção a Indaiatuba. Parte dos migrantes que foram para o bairro Jardim Morada do Sol dedicavam à agricultura familiar - lavouras manuais de arroz, milho e algodão -, produção pecuária e lavouras de café, bem como procediam do quadro de expulsão campesina ocorrida durante as profundas modificações no modo de produção agrária que sobreveio com a expansão da soja no Paraná.²⁶⁵ Aspecto que dissolveu mecanismos

²⁶¹ Os dados demográficos sobre a cidade de Indaiatuba e o bairro Jardim Morada do Sol foram extraídos de tabelas organizadas por Adriana Corrêa Alves e encontra-se inseridos em sua dissertação de Mestrado em Geografia intitulado *Qualidade de vida e processos socioambientais em Indaiatuba - SP. Estudo de caso do bairro Jardim Morada do Sol*. TABELA 4 - População total e população não-natural do município de Indaiatuba. Período 1970 a 1991. Fonte: Fundação IBGE: Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991. Organizado por: ALVES, A. 2001. In: ALVES, op. cit.

²⁶² TRISTÃO, Gilson. *Morada do Sol faz 20 anos de migração paranaense*. Tribuna de Indaiá, p. 10, 25 mar. 2000, Caderno Cidade.

²⁶³ ALVES, op. cit., p. 74.

²⁶⁴ A microrregião de Campo Mourão está organizada em uma associação de municípios denominada Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - COMCAM, e teve a sua pedra fundamental estabelecida em 30 de julho de 1969 e definitivamente foi institucionalizada em, 26 de fevereiro de 1986. É uma organização não-governamental que tem a atribuição de promover a integração administrativa, econômica e social dos municípios da microrregião de Campo Mourão. Compõem esta entidade os seguintes municípios do Estado do Paraná: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã. COMUNIDADE dos municípios da região de Campo Mourão. *Estatuto Social*. Campo Mourão, 2000. p. 01.

²⁶⁵ Me atendo ao artigo de Elóide Procópio que observa a participação dos migrantes sulistas na produção agrícola da região do município de Campo Mourão ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, levados por notícias de que estava acontecendo no Paraná a expansão da agricultura do trigo, soja e algodão. Juntamente com ação dos migrantes sulistas, que naquele momento foram estimulados a investirem na modernização da produção agrícola, atuando em regiões do Paraná tem-se outro acontecimento histórico, que pode ser responsável por parte do desmembramento das estruturas agrárias tradicionais existentes neste Estado, de modo a evidenciar o processo migratório que vai em direção

tradicionais de ocupação e produção do solo e proporcionou a abertura de novas frentes fundiárias com predominância de investidores do extremo sul do país e, por sua vez, excluiu aqueles que por natureza diversa não tiveram condições de se adaptarem a essa nova dinâmica econômica que aproximou terminantemente a produção rural da região com o mercado do agronegócio internacional. Em um primeiro movimento, a atração: terras férteis fazem convergir para o campo, trabalhadores e investimentos de diversas regiões, atraídos pela possibilidade de realização de seus projetos. Em um segundo movimento, a repulsão: o excedente populacional gerado por essa nova conjuntura socioeconômica se vê obrigado a endereçar para outras localidades, em consequência disto às cidades tornam-se espaços atrativos para esses degredados.

Por ser expressiva a concentração de pessoas provenientes do estado do Paraná no Jardim Morada do Sol, o processo histórico permite colocar em evidência as narrativas sobre os acontecimentos geradores de mudança nas estruturas e práticas sociais dos sujeitos que vieram desta região. A viabilidade de abrir diálogo com o fundamento da aproximação entre as famílias moradoras do bairro, de modo significativo evidencia o movimento que corresponde à saída do campo em direção a cidade bem como serem estes em grande medida provenientes da mesma região, o que faz com que suas histórias de vida se cruzam e toma relevo na pesquisa, como o caso de Rogério Antônio da Rocha,

Nós viemos do Paraná em 1975, quando na verdade minha mãe veio pra fazer um tratamento em São Paulo e aí naquela época nós tivemos que vir embora, nós viemos a princípio para São Paulo, onde nós moramos na região de Santo Amaro, mais precisamente Parelheiros, e de 1975 a 1985 nós moramos em São Paulo. Depois em 1985, em janeiro de 1985 através de informação de conhecidos né nós migramos para Indaiatuba, nós viemos para Indaiatuba é na época meu pai já havia comprado um terreno aqui e construído uma casinha pequena e nós viemos embora pra cá [...] Meu pai, ainda no estado do Paraná era lavrador, nós viemos em função dessa situação Para São Paulo e na época fomos tomar conta de chácaras né, meu pai era caseiro na época e

oposta ao do extremo sul. Neste caso, a partir da fundação da comunidade de municípios da região de Campo Mourão, denominada COMCAM, em 1969; e em seguida da cooperativa de produtores rurais, instituída Coamo, em 1970; forjam-se instrumentos precisos para garantir o domínio e o controle da produção rural na região, absorvendo as instâncias socioeconômicas e políticas que os cercam. Tais ferramentas institucionais e corporativistas emergem com poder de acelerar o fluxo de capitalização das atividades agrícolas, de modo a organizar e atrair investimentos dos novos produtores rurais estabelecidos na região, assim como de parte dos produtores naturais daquele espaço. Por outro lado, expulsam aqueles que não tiveram interesse ou condições de enquadrar-se nos projetos hegemônicos destas instituições, sem possibilidades de garantir sua sobrevivência, seja por perda da posse da propriedade ou do emprego, deste modo, criando na região em debate um processo de atração e repulsão consecutivo, apresentado aqui em dois episódios interligados. PROCÓPIO, Elóide Fiorese. *Campo Mourão: A Participação dos Migrantes Sulistas na Produção da Soja a Partir dos Anos 1960*. p. 3. Disponível em: <<http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/219-4.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

assim com vizinhos que tinham parentes aqui na região de Campinas, ele falava pra gente de Indaiatuba né, de Campinas, da região, de Indaiatuba, e insistiu com meu pai para que meu pai viesse conhecer, daí meu pai veio conhecer a princípio Campinas, meu pai não gostou de lá, aí na verdade esse senhor se chama seu Valter e o sogro dele morava em Indaiatuba, aí trouxe meu pai e veio aí meu pai então, vamos se dizer assim que se sentiu atraído, ele gostou mais de Indaiatuba.²⁶⁶

Os ciclos de mobilização são correlatos mesmo quando o trânsito se dá diretamente do campo para a cidade, eventualmente o que definia as primeiras ocupações correspondia aos conhecimentos acumulados no interior da vida campesina, por exemplo, o trabalho de caseiro em chácaras era uma das ocupações usuais para quem chegava, além disso, como a família de Manoel Agostinho, o impulso tornava-se oportuno por meio de incentivo e orientação de amigos ou parentes de amigos, deste modo ampliando a identificação do ímpeto que direcionava essas pessoas para o mesmo lugar. Sem mensurar os perfis de moradores do bairro, vale ressaltar que as mobilizações não possuem determinação estrutural uniforme em sua totalidade, apesar do relevo que a saída do campo para a cidade tem na dinâmica histórica do bairro esse movimento não representa categoria sistemática, ela compõe um sistema de relações plural e historicamente produzidas.

A diversificação na origem das mobilizações em direção a Indaiatuba pode ser percebida na trajetória de Ana Postigo Volpiano, de Ourinhos no estado de São Paulo mudou-se primeiramente para São Bernardo dos Campos atraída por oportunidades de trabalho nas metalúrgicas da cidade, no contexto da crise que se arrastou em finais de 1970 seu esposo abandonou a condição operária e juntamente com ela passaram a tocar mercearia ainda em São Bernardo. Anos depois foi estimulada a migrar para Indaiatuba, uma vez que seu irmão já morava na cidade em consequência de sua transferência, acompanhando a planta fabril da Mercedes Benz.

Eu vim do bairro São Bernardo do Campo, não é que eu vim, eu tenho meu irmão de criação que ... quando a Mercedes Benz foi transferida para essa região aqui que fica divisa Indaiatuba com Campinas, ele veio para cá junto com a Mercedes, só que o pessoal que veio na época com ele veio para Indaiatuba e aí se formou o bairro Jardim do Sol mas que na verdade eles falam Vila Mercedes [...] Ele veio para cá e acabou conhecendo uma moça aqui e acabou casando e eu não pude vir no casamento dele mas aí depois de uns oito meses eu vim para conhecer a família dele, eles moravam lá no centro, na Sete de Setembro e isso foi em 1980, final de 1970. Aí ele trouxe meu marido aqui para ver o loteamento que tinha comprado dois lotes aqui, e ele [o esposo] se interessou, aí ele veio aqui ... e ele gostou do lugar e é quando a gente comprou o nosso lote em 1980.²⁶⁷

²⁶⁶ Rogério Antônio da Rocha, nascido em 1966. Entrevista realizada em 16 de julho de 2017.

²⁶⁷ Ana Maria Postigo Volpiano, nascida em 1951. Entrevista realizada em 17 de julho de 2016.

Ana Volpiano apresenta em sua narrativa outras experiências de vida que mostra à densa e complexa realidade componente das trajetórias de famílias inseridas em fluxos migratórios, direcionados a lugares possuidores da capacidade de atrair uma infinidade de pessoas com histórias distintas e perspectivas comuns. Ana, de família operária, teve sua ida para Indaiatuba motivada indiretamente pela abertura de frentes de trabalho em fábricas, uma vez que a movimentação de pessoas em direção a cidade permitiu que ela percebesse a formação do bairro enquanto oportunidade para transferir sua mercearia para um lugar onde supostamente haveria além de terreno barato, um fluxo circular de renda que assegurasse a manutenção de seu comércio.

Foram 3.760 lotes abertos no Jardim Morada do Sol, episódio que gerou grande aglomeração de pessoas que vinham em caravanas de diversas regiões em busca da possibilidade de adquirir terreno, evento que é relatado por vários moradores como grandioso e nunca visto, a extensão do território juntamente com o propósito de assentar no lugar grande camada de trabalhadores, contribuiu para delinear arraigada narrativa de caráter simbólico estabelecida nas memórias e costumes do bairro, em que as lembranças sobre os anos iniciais da ocupação fossem vistos enquanto ato promovido por desbravadores obstinados que tiveram por objetivo transformar o rústico cenário dando a ele sua destinada aprimorada função. Rogério é uma das testemunhas que presenciaram esses primeiros anos e traz em sua fala expressões que dão significado e estima a forma como o bairro foi sendo alicerçado.

A Morada do Sol não era nada do que é hoje, era ainda uma fazenda, estava se iniciando o processo. Então meu pai comprou um terreno aqui, isso por volta de 1983 e construiu com sacrifício assim nos finais de semana, vindo de lá pra cá e tal, construiu, e vamos se dizer que assim, que em termos, no palavreado de hoje ele preparou o terreno né.²⁶⁸

A assimilação do bairro com uma fazenda está relacionada à maneira como se deu as etapas de abertura dos lotes, que foram avançando sobre pequenas lavouras existentes em meio ao território cortado para povoamento. A urgência em converter o terreno em moradia superou a capacidade de ordenar o traçado que dividia a gleba, bem como o compromisso com as exigências infraestruturais para torna-la habitável, consequência geradora de grande tumulto na hora de identificar o local comprado, da mesma maneira forçando a construção de casas em meio a picadas e ruas, muros e cercas, lotes e lavouras que compreendiam aspectos múltiplos e inter-relacionados, alimentando a narrativa que define de forma típica o espaço de tempo entre loteamento

²⁶⁸ Rogério Antônio da Rocha, op. cit.

e ocupação, posicionando os mecanismos de utilização do lugar em estágios de mudança e permanência que permitiram a idealização de significados diferentes para o mesmo cenário.

IMAGEM 1. Início do processo de loteamento do Jardim Morada do Sol, anos iniciais de 1980.



Fonte: Arquivo da Paróquia Santo Antônio do Jardim Morada do Sol.

A imagem acima juntamente com as narrativas apresentadas expõe a sutil demarcação existente - tanto no plano estrutural quanto subjetivo - em relação ao que pode ser explicado enquanto vida no campo ou na cidade. Como já mencionado, o sentido de desbravar novas paragens é pensado tal e qual artifício custoso mesmo considerando que o lugar se apresente como abertura de novas oportunidades de vida, no plano real a lentidão com que o cenário foi sendo urbanizado estendeu as dificuldades e obstáculos para obtenção de sistema básico de serviços que assegurasse a manutenção da vida, após ter seu comércio já funcionando no local é que Ana Volpiano empreendeu, segundo ela, a aventura arriscada de se mudar para o bairro:

A gente se aventurou mesmo, se aventurou e tivemos muitos problemas porque depois eu achava que nós não devíamos ter saído de lá. A gente tinha tudo, São Bernardo em plena era da indústria automobilística e tinha condições de estar bem lá e a gente vir pra cá se aventurar em um lugar onde não tinha absolutamente nada, eu perguntava ‘ai meu Deus! Como meus filhos vão estudar aqui’.²⁶⁹

Rememorar aspectos da vida nem sempre é ato instituído entre polos definidos, habitar a cidade é prática que não se engessa no viver urbano em sua singular planificação, os olhares definidores procuram tatear momentos do passado cerzidos em experiências e expectativas das mais diversas, ultrapassando o sentido estrito de urbanidade. No percurso das lembranças os espaços da cidade assumem contornos

²⁶⁹ Ana Postigo Volpiano, op. cit.

diversos e depende do reconhecimento da marcação estabelecida entre a condição de existência e a finalidade orientada na narrativa de quem conta sobre, como pode ser percebido em outro trecho da explanação de Rogério quando faz referência aos atrativos que a cidade de Indaiatuba oferecia para aqueles que buscavam por trabalho:

E enfim, nós viemos em janeiro de 1985 nós viemos para Indaiatuba, mais precisamente para o Jardim Morada do Sol, que era um bairro que estava se iniciando, se abrindo loteamento naquela época e estava vindo muita gente do Paraná, Mato Grosso, de tudo quanto é lugar estava vindo pra cá, porque Indaiatuba tinha um atrativo que era o distrito industrial não tão desenvolvido quanto hoje, mas naquela época oferecia bastante serviço [...] tinha muito campo de trabalho e o pessoal estava vindo para Indaiatuba em função disso, vamos se dizer assim, em termos alguns se aventurando e outros em busca de melhoras né [...] meu pai já veio com serviço arrumado, meu pai se empregou na Filtros Mann [...] tinha muita oportunidade de trabalho e assim, o mercado imobiliário naquela época aqui, vamos se dizer assim que não existia um mercado imobiliário, os terrenos aqui eles eram comercializados por um preço muito barato entendeu, barato em termos, dava-se para conseguir naquela época, a economia daquela época oferecia condições, se você trabalhasse o dinheiro era mais valorizado, se conseguia comprar.²⁷⁰

Ao falar sobre a instalação de sua família no bairro, chama atenção na interlocução de Rogério à expressão utilizada para definir a abundância de trabalho na cidade: “*Os paranaenses costumam dizer que as empresas naquela época pegavam a laço porque vinham muitas pessoas do Paraná e que queriam trabalhar as portas das empresas estavam abertas*”.²⁷¹ A delimitação entre os ambientes da vida urbana e rural não se articula nas formas de entender/explicar as primeiras impressões sobre o lugar em que será edificado o Jardim Morada do Sol, a notícia de emprego juntamente com a oportunidade de adquirir um lote é interpretado via dispositivos de comparação regidos pelas habilidades práticas existentes e conservadas no *modus* campestre: “*pegar a laço*”, por exemplo, é usar de mecanismo ágil e menos custoso para se conseguir tomar posse de algo, expressão que refere a ampliação demográfica da cidade que ofertou representativa quantidade de trabalhadores, dispostos a enfrentar as intensas jornadas de trabalho nos galpões das fábricas “em troca” da possibilidade de assentarem definitivamente em um lugar.

Seria impreciso avaliar as narrativas, e as expressões anunciadas nelas, enquanto olhares ingênuos de trabalhadores com pouca habilidade em retratar suas trajetórias de vida antecedentes agregadas aos novos ambientes experimentados. O modo de vida urbano não é regular e conformado em lógica preestabelecida, bem como incapaz de

²⁷⁰ Rogério Antônio da Rocha, op. cit.

²⁷¹ Ibidem.

impor definições rígidas àqueles que fazem uso de seus espaços, a vivência na cidade se estende para além de seu ordenamento por meio de uma diversidade de fatores ligados, por exemplo, a avanços tecnológicos no transporte e na comunicação,²⁷² o que permite avaliar que o circular do campo à cidade ou de uma cidade a outra, vai além da ordem física representada na territorialidade. O chegar à cidade para fixar morada traz variadas experiências pronunciadas no interior de um quadro de articulações entre esses polos, morar no campo não significa desconhecer a cidade ou vice-versa.

Para o migrante saído do campo a cidade não é somente lugar de estranhamento e sequer corresponde unicamente à condição de receptáculo daquele que foi forçado a abandonar seu modo de vida, há de se considerar que na urdidura das mobilidades humanas muitas pessoas procuram a cidade por sentir-se atraída pela diversidade de condições de vida ofertadas e, mesmo enfrentando dificuldades de adaptação experimentam nesses lugares práticas que lhes proporcionam sentimento de realização, asseguradas na noção de cumprimento de objetivo ou meta de vida em estágios que confrontam a existência passada às realizações presente. A imagem idealizada do camponês ignorante, miserável e passivo que é violentado por uma sociedade capitalista impiedosa, subtrai a concepção de que o processo de adaptação do trabalhador às condições colocadas pela vida nos espaços, seja rural ou urbano, é acima de tudo ato de obstinação face à realidade imposta, esculpir a figura vitimizada é negar a esses homens e mulheres o direito à resistência; entender a cidade a partir das próprias experiências, habituar-se e afrontar sua ordem é cotejar a vida em suas diversas vias e possibilidades.

Ao lidar com relatos de memória sobre fatos em que o narrador se encontrava presente ou ainda participou de sua realização, o foco da observação volta-se a um estrato de tempo em que o observador se faz sujeito da ação e isso condição de sua existência, neste instante devemos entender que nos escapa - interlocutor e receptor - o próprio momento que ocorre a análise, qual seja: o tempo da narrativa, lacuna de tempo entre acontecimentos e o que virá a acontecer, como apontou Hannah Arendt²⁷³ o apelo ao pensamento surge neste período intermediário, em sua acepção usual, o presente. Lidamos com o objeto das experiências vividas e não podemos ignorar que o mesmo espaço: o bairro Jardim Morada do Sol em Indaiatuba, e tempo: os anos de 1980, também compõem parte da trajetória de vida de outras pessoas que tiveram nesse tempo

²⁷² WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 93.

²⁷³ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7. Ed., São Paulo: Perspectiva. 2013, p. 35-38.

e espaço somente fração de suas etapas de mobilização, logo, a interpretação sobre os eventos contados torna-se delicada e de difícil urdidura, uma vez que parte da essência dos fatos narrados é subtraída ao transitar da fala no presente à memória passada, perdendo mobilidade na fala do sujeito que, mesmo sendo protagonista, compõe um quadro de ação complexo e variado que impossibilita colher as sutilezas imperceptíveis existentes entre o que é lembrado, a carga de realidade e os significados manifestos nela.

Assim como São Bernardo dos Campos possui relevância para Ana Volpiano enquanto fração de seu trajeto até o Jardim Morada do Sol, lugar de onde fala; este por sua vez tem relevância circunstancial para outros sujeitos que por essa cidade passaram e transitoriamente colaboraram para a sua estruturação, por conseguinte, na qualidade de espaço de atração o que temos em vista ao reportar o bairro Jardim Morada do Sol é um ambiente composto por contornos diversos, em que os sujeitos que foram abordados compartilharam práticas concretas que são componentes de um quadro multiforme que transcende a própria particularidade do sujeito que fala, de modo a considerar em diálogo com Yara Khoury e Beatriz Sarlo, que as narrativas embora pessoais “*se fazem na experiência social*”²⁷⁴ e são analisáveis nas maneiras como os sujeitos experimentaram a vida em sociedade.²⁷⁵ Isto posto, as experiências trazidas na memória são reconstruída em enredos que carregam em sua essência contornos de outros lugares, visto que são sociais e compartilhadas.

Ao descrever parte de sua existência o relato confere outras vivências que não residem de maneira incisiva na experiência do narrador, por ele é compartilhada em uma superfície de rotas e ritmos diversos que são reelaborados constantemente, o sujeito toma para si a responsabilidade de contar sobre acontecimentos repletos de variações conjunturais inseridas em uma imensidão de comportamentos que se chocam e se complementam, dando significado a existência das pessoas e do bairro, uma vez que, nas palavras de Yara Khoury. “*As pessoas são um amálgama de muitas experiências que se constituem e se transformam na vida diária, vivendo e se comunicando através de fronteiras e transitando entre elas*”.²⁷⁶

A história de vida de Manoel segue por transformações que não foram sequencialmente planejadas, de maneira sutil nem sempre voluntária e por vezes

²⁷⁴ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; [et al.] *Muitas memórias outras histórias*. São Paulo: Olha d'Água, 2004, p. 123.

²⁷⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005, p. 51.

²⁷⁶ Ibidem, p. 127.

inconsciente sua família vai incorporando outras práticas que constituem mudanças em suas formas de vida, forçados a adaptação como meio de diminuir o peso causado pelas andanças quase sempre motivadas por dificuldades e esperanças de dias melhores. Depois do período de safra a família de Agostinho segue no ano de 1952 um percurso menor, serão setenta e quatro quilômetros até Martinópolis ainda no estado de São Paulo, lugar em que seu pai consegue emprego que o liberta do trabalho em colheitas sazonais e possibilita maior estabilidade à família, garantindo tempo suficiente para os filhos crescerem antes de botarem novamente o pé na estrada. Foram dezesseis anos de trabalho em uma mesma fazenda antes de rumarem para o estado do Paraná, dessa vez o deslocamento se dá acompanhando uma corrente migratória, segundo relata Manoel,

Aí de lá começou o povão indo para o Paraná, meu finado pai entrosado com aquelas pessoas conhecidas, amigas, aí aqueles primeiros que foram pra lá convidou para ir lá conhecer. Ele foi e através disso nós mudamos para o Paraná em 1968. Aí ficamos lá até... ele ficou lá até 1975 ou 1976 por aí, então ele mudou para Salto/SP também que lá deu uma crise [...] Meu finado pai veio embora pra cá [referindo-se a Salto] e fazia um ano que eu tinha casado e fiquei por ali tocando uma rocinha [neste caso a cidade é Umuarama/PA], e dali nós mudamos para Altônia/PA, que já fica pertencendo a divisa do Mato Grosso com o Paraguai.²⁷⁷

Motivada por política agrícola, a demanda por mão de obra no estado do Paraná surge em contexto que gira na órbita da concentração fundiária, expansão de lavouras e modernização do campo, momento que atraiu grande número de trabalhadores rurais, bem como transformou pequenos agricultores em trabalhadores sazonais nas lavouras de café, dinâmica econômica que arrastou mais uma vez a família de Manoel para a estrada fechando um ciclo de relações e abrindo outro. No interlúdio do tempo de moradia no Paraná Manoel Agostinho conhece Alzira Delmora com quem constituiu matrimônio, dali em diante seu caminho desata em certa medida da trajetória de seus pais, uma vez que a condição matrimonial detém Manoel Agostinho no estado do Paraná até a próxima crise climática - seus pais mudam para Salto novamente no estado de São Paulo e Agostinho fica em Altônia até a geada de 1970. Após passagem rápida por Salto, convencido pelos parentes de Alzira e movido pela resistência em abandonar a terra de sua esposa Manoel retorna para Altônia no Paraná, mas esse retorno será breve, arrastado mais uma vez para a estrada serão oitocentos quilômetros de trajetória até Salto, momento que selará a etapa de andança pelo país em busca de trabalho.

²⁷⁷ Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

Eu conheci [Salto] e voltei e meu concunhado fez uma proposta melhor também pra mim continuar trabalhando no sítio dele, e quando foi em 1980 é que eu vim pra cá e conheci Indaiatuba/SP e tina surgido o bairro Morada do Sol, e foi onde que nós chegamos aqui e não tinha nada, era limpo, não tinha nada... estava iniciando. Nós pegamos e compramos um terreno, eu comprei um terreno e trabalhava... arrumei um serviço numa empresa e comecei a trabalhar e construindo, mas não tinha água, não tinha luz... não tinha... não tinha nada, sabe! Era tudo ... como se diz 'no sacrifício'. É não tinha nada e nós começamos a se mudar pra cá e acompanhando o desenvolvimento de Indaiatuba.²⁷⁸

Assim como para grande porção de famílias que encontraram nesta cidade possibilidade de trabalho e lugar para constituir morada, a chegada da família de Manoel em Indaiatuba fecha um ciclo estrutural de deslocamento. Enquanto sujeito condicionado à migração, as motivações e experiências de vida de Agostinho correspondem a muitas outras histórias de trabalhadores pobres que tiveram que enfrentar intensas etapas de mobilizações regadas de incertezas, esperanças e sonho de dias melhores. Entretanto, Regina Bega Santos chama a atenção para o aspecto de que os migrantes vão construindo por onde passam, pelos caminhos que percorrem sua própria história, uma vez que as motivações pessoais têm peso relevante na construção desta história²⁷⁹, sejam estas motivações relacionadas a momentos do ciclo vital ou etapas de ascensão social, bem como advertiu os especialistas em estudos populacionais José Marcos Cunha e Neide Patarra.²⁸⁰ Em outro estudo José Marcos Cunha evidencia ser a migração processo possuidor de definições diversificadas implícitas nos deslocamentos, exigindo maior conhecimento dos tipos e etapas desse fenômeno dotado de múltiplas características espaciais e temporais, elucidando a necessidade de conhecer mais detalhadamente a trajetória dos migrantes para uma adequada compreensão das causas de seus deslocamentos.²⁸¹

Por essa via os acontecimentos, as eventualidades vão compondo os comportamentos, as experiências desses sujeitos, experiências estas difíceis de serem engessadas no conceito de migrante. Tal nomenclatura colabora para a análise, porém os deslocamentos ocorrem por motivos complexos e fluentes, improváveis de serem fechados no conceito que quando usado nos termos do senso comum torna mais complexos ainda sua definição, transcendendo a fronteira conceitual o verbo permite expressar teor apelativo, conotação singular e muita das vezes equívoca, a palavra

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ SANTOS, Regina Bega. *Migrações no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 11.

²⁸⁰ CUNHA, José Marcos P; PATARRA, Neide L. Migração: um tema complexo. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol.1, n. 2, p.32-35, jul./set. 1987, p. 32.

²⁸¹ CUNHA, José Marcos P. *Migrações e urbanização no Brasil, alguns desafios metodológicos para análise*. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 3-20, out/dez. 2005, p. 4-6.

migrante neste caso pode ser usada para diferenciar, limitar, reforçar noções de grupo²⁸² e edificar fronteiras sociais projetadas por olhares que certamente são alheios e não vivenciaram semelhante realidade.

Por conseguinte, o conceito de migrante não possui sentido uniforme dotado de significado capacitado a abranger o conjunto das relações sociais e as diferentes maneiras de interpretá-las. Ao percorrer as memórias que compõem a trajetória de Manoel Agostinho - se pensada enquanto condição migrante - percebe-se que tal conceito toma mais que um significado: o daquele que está em deslocamento, no caso em tela, o entendimento de Agostinho que explica seu percurso até a cidade inserida em um contexto coletivo positivo “*nós começamos a se mudar pra cá e acompanhando o desenvolvimento de Indaiatuba*”²⁸³; bem como o sentido dado a figura do migrante por aqueles que se encontram do outro lado da esfera social, e tomam por adverso o aumento da movimentação de pessoas com a chegada de trabalhadores migrantes, tal e qual denuncia a matéria jornalística de 1980, ano da chegada de Manoel à Indaiatuba.

Mas a população já começa a reclamar do número de pessoas que - aumentando a cada dia - procura se radicar no município. Loteamentos populosos, espalhados em diversos pontos estão sendo vendidos a preços bem acessíveis, o que facilita a fixação de muitos migrantes até mesmo de outros estados, principalmente do Paraná.²⁸⁴

O juízo sobre a origem dos novos moradores da cidade explica tal impossibilidade de compreensão das relações que passam a ser estabelecidas na cidade. Manoel Agostinho, para os moradores de Indaiatuba é um migrante paranaense, desse modo ignoram parte significativa de seu percurso de luta até Indaiatuba, forjando sentido interpretativo que facilita a demarcação do outro. Ana Volpiano traça leitura que ajuda a entender quão complexo era, e é, o exercício de identificação daqueles homens e mulheres que em grande número estavam chegando à cidade, desse modo expondo a postura turva, preconceituosa, homogeneizante e, porque não, classista, direcionada a identificar os agentes que chegam à cidade durante os primeiros anos de 1980:

Então era um problema terrível esse negócio do preconceito, eu mesmo... nós mesmo sofremos preconceitos na cidade porque nós morávamos aqui no bairro, e olha que sofriam mais ainda aqueles que estavam chegando por eles serem é ... porque nós somos descendentes de europeus, mas a Morada do Sol ela foi formada de um pessoal que veio tudo de uma mesma cidade [...] são

²⁸² Utilizo a Expressão “noção de grupo” com base na noção de Hoggart, que salienta: “*A noção de grupo é reforçada pelo isolamento em que o grupo se mantém, pela concepção de que o mundo se divide em “Nós” (os membros do grupo) e “Eles”, os que estão de fora*”. HOGGART, op. cit., p. 87.

²⁸³ Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

²⁸⁴ MUITA festa nos 150 anos do município. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 287, ano V, 6 dez. 1980, n.p.

três cidades, Moreira Sales, Goioerê e ali Mariluz [...] eles se diziam paranaenses, mas na verdade eles não eram paranaenses, eles tinham vindo ali do norte de Minas, bem lá do norte já pegando para a Bahia, e esse pessoal migraram lá para Moreira Sales e para Goioerê, só que os filhos deles eram paranaenses, mas os pais eram nordestinos. Então a cultura deles aqui foi um choque, porque a cultura deles era diferente de quem mora em São Paulo mesmo. Acredito que os nordestinos que já tinham morado em São Paulo eles já tinham pegado uma cultura dos paulistas. Então foi muito difícil, existia aquele problema cultural deles. Então o pessoal que era formado ... no centro de Indaiatuba que a maioria são europeus eles são suíços, eram alemães, poucos italianos. Então eles tinham esse preconceito com o pessoal que vinha ... eles chamavam ‘você são forasteiros’. Então foi muito difícil.²⁸⁵

Mesmo Ana Volpiano que também está inserida no contexto migratório que levou a formação do bairro Jardim Morada do Sol, traz certa maleabilidade em seus argumentos ao se apresentar como parte do grupo que chegou por aqueles anos de 1980. Primeiro, procura justificar a composição de seu discurso ao afirmar que também foi vítima de preconceito, ao dizer que ela e o esposo são descendentes de europeus não está pretendendo esquivar dos aspectos desqualificadores e sequer diferenciar dos que estavam chegando; entendo que sua argumentação vem mais para assinalar a ambiguidade da avaliação preconceituosa e vulgar expressa pelos moradores da cidade, no sentido de acentuar que se eles, os moradores ditos tradicionais da cidade são descendentes de europeus, posição que supostamente nomearia a diferença face aos novos moradores da cidade, a família Volpiano também possui descendência europeia, portanto, tal condição esgota o argumento que sustentaria a barreira da distinção erigida em meio à realidade dos fatos. Para Ana, mesmo que a assimilação das práticas do lugar é imprescindível para consolidação do processo de estabelecimento na cidade, evitando assim maiores constrangimentos causados pela diferenciação de comportamentos - como assinala no caso dos moradores do bairro que já tinham passados pelo processo de assimilação de “hábitos de paulistas” -, a condição de “forasteiro” ainda assim se mostrava objeto de tensão em meio aos olhares dos habitantes da cidade.

Os momentos de contato entre os diferentes sujeitos comportam níveis de impressão que também possuem por parâmetro os tipos de enfrentamentos vividos anteriormente, tais concepções manifestam nas relações que são construídas em meio às articulações gestadas entre os personagens inseridos na trama, cada pessoa procura estabelecer seu ponto de vista baseado em passado vivido e níveis de valores definidos com referência na escala das circunstâncias enfrentadas durante o percurso até o momento de instalação no bairro. Se para os antigos residentes da cidade a presença de

²⁸⁵ Ana Maria Postigo Volpiano, op. cit.

novos moradores é tomada como problema, e para Ana Volpiano tal conjuntura é tida como quentão de difícil assimilação movida por diferenças culturais e de preconceito, para Manoel Agostinho, que além da simplicidade trazia em sua história de vida grandes atribulações, a leitura das relações travadas entre os diversos sujeitos inseridos no quadro dos acontecimentos escapa da hipótese interpretativa cerrada na desigualdade social, para ele “*o povo chegava de fora e o pessoal daqui, eles recebiam a gente muito bem, sabe! Recebia bem e fazia também aquela amizade, sabe! Era muito tranquilo*”.²⁸⁶

Os problemas, as dificuldades trazidas na condição de mote que sustentaram aqueles primeiros anos de vivência no bairro Morada do Sol não compõem a apreciação total do processo histórico, assim como a homogeneização da origem dos migrantes enquanto paranaenses torna-se argumento falho, tal teor de interpretação feita por agentes migrantes versus moradores antigos coloca Manoel Agostinho na condição de passivo frente ao jogo político e econômico enfrentado naquele momento pelos diversos sujeitos? Ou demonstra a intensidade e pluralidade de experiências e culturas que se cruzam constantemente nas relações sociais cotidianas, renunciando o organismo interpretativo dicotômico fundamentado em polos específicos que, como possibilidade de análise, somente reduz a identificação da heterogeneidade presente no fazer-se que compreende as experiências dos moradores do Jardim Morada do Sol e da cidade em sua totalidade. Há um sentido dialético existente nas várias interpretações do conceito de migração, mas tais interpretações revelam relações de força e poder que emergem com a incidência entre os grupos que passam a coexistir, diferente do olhar hostil sobre a condição do novo morador da cidade como foi demonstrado na citação acima, buscando primazia o texto abaixo assinala com teor idílico as origens dos antigos moradores da cidade,

O clima ameno e agradável tem atraído a migração de muitas famílias e o município tem fama de ser boa estância [...] a população é formada, na maioria por descendentes de italianos, portugueses, japoneses, alemães e suíços que tem na agricultura o maio setor de absorção de mão-de-obra [...] O parque industrial desenvolveu-se nos últimos anos porque, além da situação geográfica, a cidade passou a oferecer maiores vantagens para as indústrias.²⁸⁷

Por fim expõe-se a cidade na condição de produto rentável ao investidor na tentativa de persuasão para abrandar o peso imaterial das transformações, numa promoção que privilegia o ambiente, a tradição regionalista e os aspectos estruturais

²⁸⁶ Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

²⁸⁷ MUITA festa nos 150 anos do município. *O Democrata*, op. cit.

como vantagens. Em meio à diversidade existente na cidade com a presença marcante de homens e mulheres vindo de lugares distintos ocorre o empenho em sustentar determinado discurso competente²⁸⁸, inclinado a camuflar marcas simbólicas que tem por finalidade expor a diferenciação entre os grupos ocupantes do lugar. A alocação do vereador Valfrido Miguel Canotti na terça feira do dia 09 de dezembro de 1980 pronunciava:

Indaiatuba lança-se em seu presente num ritmo de acelerado progresso. Sim meus amigos. Indaiatuba mudou. [...] Nosso parque industrial bastante significativo acomoda hoje cerca de 30.000 trabalhadores que com seus serviços e produtos levam o nome de Indaiatuba para todos os cantos desse país [...] Sim meus amigos. Indaiatuba mudou [...] Com novas indústrias, novos trabalhadores e com os trabalhadores as famílias. Os problemas comunitários aumentados, a cada dia exigem mais soluções rápidas e conscientes.²⁸⁹

De modo a limitar a pluralidade de manifestações sociais que passam a ocupar espaço na cidade, institui-se uma generalização abstrata assegurada numérica e estruturalmente, procurando ocultar as várias dimensões dos campos sociais e culturais que compõem o lugar, reduzindo a diversidade de experiências presente naquele espaço a fim de nomear a indiferença em oposição às categorias diversas de construção e percepção do mundo social engendrado na/pela cidade. Terreno de produção de ideias, por vezes de baixa consistência e banhada com teor reducionista em que a narrativa diz pouco da real estrutura histórica, arquétipo da hierarquização e verticalidade argumentativa que define a sociedade por aqueles vistos ou postos como superiores ou inferiores, decorrente do modelo de organização e lugar que ocupa os que falam sobreposto aos de que falam. Em consequência disso o discurso desloca das evidências imediatas impossibilitando fechar a análise apenas no espaço estrutural do processo social histórico, como aponta Raymond Williams, impondo uma análise deste deslocamento ou mesmo ausência de expressões e respostas diretas analisáveis enquanto processo social geral.²⁹⁰ Portanto, crava-se por meio de discurso oblíquo a tentativa de imposição de determinado ponto de vista sedimentado em um contexto

²⁸⁸ O discurso competente insere-se na ideologia da competência, conceito utilizado por Marilena Chauí para definir o discurso na esfera do poder e da informação. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Cf. CHAUI, M. *Simulacro e poder, uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p. 76-77.

²⁸⁹ FESTIVIDADES do sesquicentenário. O povo nas ruas. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 288, ano V, 13 dez. 1980, n.p.

²⁹⁰ WILLIAMS, op. cit., 2000, p. 125-126.

histórico plural, prática que ultrapassa o limite do ponto de vista particular escorado no conceito de migrante, quando utilizado de modo pouco preocupado com o sentido que o conceito assume trazer em sua semântica.

Para os moradores da cidade destinatária desse contingente de sujeitos possuidores de comportamentos e formas de viver diversificada a palavra migrante pede pouca ou nenhuma reflexão mais profunda, o momento da chegada em quase nada responde pela intensidade histórica efetivada no caminhar, a vida de homens e mulheres postos em movimento não deve ser explicada estritamente pelo cenário que compõe o contexto de sua chegada sem levar em consideração a trajetória percorrida, tal quadro precisou ser historicamente construído em movimentos pleno de experiências que foram adquiridas e acumuladas em temporalidades que antecedem o momento de exposição aos olhares da impassibilidade, o bairro Morada do Sol é constituído desta maneira, um turbilhão de movimentos que convergiram para um lugar comum, impossível de ser contemplado em sua totalidade, passível de variadas interpretações, nunca somente a oficial, instituída.

É de se considerar que as múltiplas definições conjunturais que levam à mobilização por territórios diversos, apresentam elementos subjacentes aos deslocamentos populacionais e suas variadas motivações que nem sempre são homogêneas. A realidade que impulsiona os agentes sociais em direção as estradas, percorrendo trilhas em busca de novas paragens que revelam ser apropriadas para acolher suas expectativas de vida, em grande medida fluem para as cidades compostas por interações dotadas de uma diversidade profunda, complexa e contraditória, centro de vida social e política, com seu valor de uso representado por elementos da realidade urbana sensível, manifestas segundo Henri Lefebvre²⁹¹ nos espaços das ruas, praças, edifícios e monumentos erguidos por, e concebidos para as pessoas e grupos que em seu transitar dão sentido a existência de afinidades e repulsões produzidas por esse lugar de acumulação de riquezas, conhecimentos, técnicas e obras.

A aspiração de melhora na condição de vida evidencia no ecoar do imaginário das pessoas que se põem a migrar como horizonte de expectativa que mesmo ainda não contemplado pode vir a suceder, percepção que o caminhante procura levar em sua jornada, uma vez que nela encontra esperança, virtude dos despossuídos, cravada na possibilidade de que em algum momento as circunstâncias da vida trarão resultado

²⁹¹ LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 12.

positivo. Esperança requer persistência, lutar pelo possível mesmo quando as longas trajetórias de sofrimento venham macular tal desejo, o sentido que tal crença promove funde-se com vários dos significados que são conferidos à fé, é possível que esta confiança se encerre em realização objetivada na experiência prática cotidiana, e todo esse transitar que vai da busca à realização se apresente como tensor para fazer emergir o impulso histórico real.

A natureza do sujeito que se encontra em movimento é moldada pelo teor do intercâmbio entre práticas originadas no fluxo das correntes migratórias, parcelas de impulsos acontecem em função de informações que recebe e diz sobre aberturas de frentes de trabalho e possibilidade de melhora na condição de vida, apontando as direções a serem tomadas. Para Manoel Agostinho, o ancorar em Indaiatuba não ocorreu de imediato com a saída do estado do Paraná, antes disso foi a cidade de Salto seu destino, lugar em que conseguiu emprego e se desvencilhou definitivamente do trabalho como agricultor, foi entre os colegas de firma em Salto que teve conhecimento do loteamento no bairro Jardim Morada do Sol para onde rumou depois de um ano. Desse feito,

[...] nessa empresa e as pessoas começaram a falar de Indaiatuba e que tinha surgido o Jardim Morada do Sol e estava uma venda grande de terrenos e que muita gente estava vindo de longe e comprando terreno, dos estados de Paraná, Mato Grosso, Minas e toda a região né. E como eu lhe falo, nós chegamos aqui e eu vim olhar, chegamos aqui e vi aquele movimento e ... 'então gente, nós vamos morar aqui num lugar que não tem nada', não tinha nada! E aí a gente veio tentar um crédito com o corretor pra ver os terrenos, e aquele povão chegando e comprando, fazendo aqueles movimentos de imediato e eu começava a olhar, meu Deus do Céu! Como é que nós vamos morar num lugar desse, aí eu perguntei para o corretor: 'tem água? Não tem. E luz? Também não tem.'²⁹²

Já em Indaiatuba, outras formas de enfrentamento se abrem no caminho das famílias de migrantes que chegam, muda o cenário, mas a luta segue seu curso. Agora o sentido da vida recebe variadas pulsações da qual esses homens e mulheres pouco ou nada conheciam, de um lugar a outro dificuldades levantaram diante de seus passos, novas relações são travadas aproximando pessoas, a interpretação dos eventos acontece buscando referência em vivências passadas e a partir delas são experimentadas novas estratégias de sobrevivência sustentadas pela força e resistência adquirida durante os anos de andança em busca de trabalho e melhores condições de vida.

²⁹² Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

Isso levou muitos anos para... muitos anos para começar... nós chegamos aqui em 1980, em 1981 nós mudamos... aí nós começamos... eu não estava trabalhando aqui, estava trabalhando lá em Salto/SP, mas não tinha... não tinha nada, isso foi em 1980, parece que instalou a luz em 1985... 1984 por aí assim. E eu, eu fui pegar e sair da empresa e coloquei um pequeno comérciuzinho aqui né, coisinha bem... coisinha bem fraquinha mesmo com o direito da firma que eu recebi nós construímos um pequeno salãozinho e ponhamos algumas coisinhas. Mas eu daqui trazia energia elétrica de lá, de três, de quatro e cinco quadras. Fizemos aqueles eucaliptos tipo posteinhos e puxamos a energia. Mas não podia nem usar o banheiro, usar o chuveiro a eletricidade pá! Caia. Aí tinha que subir tudinho isso aqui... tinha que desligar o chuveiro e as energias voltava né [o sentido plural é porque caía a energia de todas as casas que usavam a distribuição]. E no modo que isso aí foi indo, foi indo devagarzinho, daí veio a energia pra nós.²⁹³

Manoel tem clara noção das necessidades enfrentadas, a falta de energia elétrica, os artifícios utilizados para suprir tais necessidades, o improviso comunitário para conduzir energia elétrica até as residências, a interação entre as carências e as estratégias para supri-las; todas as manobras coletivas encontram-se entrelaçadas às expectativas e anseios individuais, a necessidade de energia elétrica é pensada e resolvida segundo articulação familiar sustentada mediante o compromisso em manter seu comércio e, por meio deste, a possibilidade de diminuir a cansável circulação cotidiana entre em Salto e Indaiatuba, pois mesmo conseguindo alcançar um ponto definitivo de fixação em um lugar ainda pesa a frequência pendular do traslado diário do trabalho para casa, situação que somente será superada com a abertura de uma via alternativa de trabalho, a montagem de pequenino comércio. Seus primeiros movimentos de realização são sempre trazidos como algo dotado de simplicidade, explicados quase sempre de modo afetivo no diminutivo: *pequeno comérciuzinho, coisinha bem fraquinha, salãozinho, postezinho, devagarzinho*; Manoel toca seu passado ternamente, mesmo diante das lembranças de dias difíceis ele não deixa de revelar suas realizações com simplicidade, procurando saborear os momentos com carinho, sentimento que somente existe nas palavras de quem viveu e soube valorizar cada passo dado em busca de um sonho. De tudo que já havia passado nos seus 32 anos de estrada em busca de um lugar próprio, em momento algum é perceptível em Manoel Agostinho a negação das experiências vividas, o que se tem é uma tentativa aprazível e talvez singela de aproximar suas várias vivências e a partir delas dar sentido a sua vida de trabalho e realizações pessoais.

Os momentos de sofrimento e dificuldade são dirigidos ao período de carência na pouca infância ou o que ele ouvia contar sobre a vida miserável no Nordeste, a

²⁹³ Ibidem.

privação remete a vida levada pela condição nordestina, porém, sobre as relações travadas entre os moradores do bairro Jardim Morada do Sol Manoel é enfático e, mais uma vez, a maneira de interpretar seu passado circula entre lembranças diversas que vão da década de 1980 em direção aos anos de vida no campo durante sua jornada migratória.

Então, isso aí parecia a mesma coisa que nós morar em uma fazenda, porque todas as pessoas que iam chegando eles faziam entrosamento com a gente [...] comunicativo, um adoecia o outro dava aquela força. Aquele que tinha um carrinho, precisava levar no médico a noite, eles davam aquela força e levava. E não cobrava também, e não cobrava também, que nem no caso eu também fiz isso aí, eu tive carro, que antigamente os carrinhos eram Brasília, Fusquinha, Passatinho velho. Então, uma mulher ficava doente pra ganhar neném, eles corriam aqui que eu tinha um comerciozinho pequeno e eles corriam aqui: ‘olha Manoel, minha mulher está passando mal dá para você levar no médico. Dá!’ Estava chovendo, frio, vinha pegava o carrinho velho e levava, e aqui... tinha uma hora que o pessoal chegava: ‘quanto é que é? Não, não é nada não’. E era pela amizade, sabe aquela... ia ter que amparar os menos favorecidos, é isso!²⁹⁴

Os acontecimentos resultantes da realidade vivida em Indaiatuba são definidos no caminhar por entre as ruas e praças da cidade, no transitar em intensos ir e vir, nos espaços de trabalho, de lazer, nas necessidades e crenças que alimentam o cotidiano das comunidades de trabalhadores moradores de bairros pobres, forjando valores que conduzem ao fazer-se dos organismos inscritos numa variação temporal banhada por momentos de distanciamento de alguns costumes, articulados a penetração de outros adquiridos nos interstícios do corpo social elaborado na cidade por meio do contato entre diversidade de sujeitos e experiências, em suas manifestações e representatividades que o espaço citadino abriga.

A partir da pluralidade de recursos que brotam entre os grupos sociais existentes, vão delineando outros intercâmbios inseridos em momentos de reorganização da vida, permitindo certa desenvoltura no trato com as novas necessidades e maior eficácia em atenuar o grau de estranhamento face às mudanças, experiências nem sempre percebidas em sua importância colaborativa como lugares produtores de memórias estreitamente articuladas por pessoas que trazem em suas bagagens vivências que são compartilhadas em meio aos diversos usos da cidade, campo de ação para aqueles que ocupam os espaços e buscam por novas táticas para realização de seus anseios, traduzidas em palavras, símbolos culturais diversos e todas as coisas materiais empregadas como estruturas para manutenção de elementos indispensáveis que a prática comum demanda;

²⁹⁴ Ibidem.

daí o sentido e importância de todo o impulso chamado de “entrosamento” por Manoel Agostinho.

A energia elétrica chegará ao bairro entre os anos de 1983 e 1984, resultado do esforço de moradores, mediado, entre outras, pela Sociedade Amigos de Bairro 12 de Julho.²⁹⁵ A inauguração do primeiro padrão de energia contou com a presença do governo de São Paulo, André Franco Montoro e de políticos da cidade, o momento foi transformado em evento público com forte teor de comício político. Ana Postigo Volpiano que era presidente da associação de bairro na época recorda o evento a partir do olhar de liderança comunitária:

E foi aí que nós conseguimos chegar a algumas melhorias que nós precisávamos na época. Qual foi o nosso primeiro passo quando nós entramos aqui, energia para o lado de lá [referindo a uma das partes do bairro], energia nas casas. Nós conseguimos trazer o Franco Montoro, nós conseguimos esse canal com Franco Montoro na época e ele veio pessoalmente aqui para fazer a inauguração e implantar a energia residencial nas casas [...]

A imagem abaixo é registro do momento em que o governador Franco Montoro oficializa a distribuição de energia elétrica para os moradores do Jardim Morada do Sol, fica evidente o clima festivo que o empreendimento ocasionou, entre bandeirolas coloridas, crianças e adultos com expressão de curiosidade e felicidade, tem-se a presença de personagens em traje formal que certamente diz respeito a políticos que vislumbram ser a ocasião de inauguração do primeiro padrão de energia, momento oportuno para tecer aproximação com os novos eleitores da cidade. Como retratado na imagem, naquele tempo expressão de realização, satisfação e harmonia eram parcos entre a classe dirigente do município e moradores do bairro.

²⁹⁵ A Associação Amigos de Bairro 12 de Julho, criada em 1983, compreende esforços de moradores do bairro para construir uma instituição que intermediasse relações entre o bairro e a prefeitura, assim como compreende espaço que congrega reuniões, momentos de lazer, cursos de formação profissional e práticas de esporte. As reuniões entre moradores, segundo conta Ana Volpiano, começaram nas residências e na antiga cocheira da Fazenda Engenho d’Água que deu origem ao loteamento do bairro, após doação de terreno os residentes empreenderam a construção da sede da Associação, tornando-se ponto de referência para socialização e espaço de luta para os moradores do bairro.

IMAGEM 2. Inauguração do primeiro padrão de energia no Jardim Morada do Sol



Fonte: Acervo da Instituição de Resgate e Preservação da História do Jardim Morada do Sol

Assim como as articulações e improviso para levar energia até as casas passaram pela prática de ação coletiva, como lembrado por Manoel Agostinho, a distribuição de energia via administração pública abriu uma nova fresta de embates na vida dos habitantes do Jardim Morada do Sol. Depois de oficializado a distribuição de energia e discurso de seus supostos promotores veio a conta a ser paga pelo empreendimento, o programa de distribuição de energia é consolidado com a instalação de iluminação nas vias públicas, e o preço a ser pago pelo empreendimento foi firmado e rateado entre moradores antes mesmo de iniciado as obras, comportando valores que eram impraticáveis para a realidade do bairro e da própria obra.

Ana Postigo Volpiano ao tomar conhecimento do preço cobrado pela distribuição de iluminação pública procurou comparar os valores de cobrança distribuídos pela loteadora com as taxas pagas por moradores de bairros adjacentes que já possuíam iluminação, a partir daí ela percebeu tratar de importância que dava aproximadamente $\frac{1}{4}$ do valor a ser pago pelos moradores do Jardim Morada do Sol que, por sua vez, sequer tinham desfrutado ainda do benefício. Diante disso, tomou corpo uma mobilização junto às lideranças da Associação Amigos de Bairro e foram até o prefeito cobrar explicações. A partir do diálogo com o prefeito foi organizada reunião com convocação de toda a população, o encontro transcorreu no terreno onde futuramente seria construído o prédio da Associação Amigos de Bairro, na ocasião

Tinha o Hilder como advogado e um outro rapazinho que tinha se formado na época e se interessou e ajudou. Chamamos o prefeito que falou ‘vamos ver o que nós podemos fazer’, fizemos a reunião e chamamos o dono do... mas ele [diretor comercial da loteadora Só Lotes, senhor Jorge Norder] foi muito difícil pra negociar, porque ele disse na nossa cara no dia da reunião, eu nunca vou esquecer disso, e hoje a gente é amigo sabe, ele falou assim ‘olha é ... se eu quiser plantar uma árvore na frente da sua casa, eu vou plantar e vou mandar a conta, porque eu posso’. Tá bom, Tá! Vamos aí, teve reunião que nós saímos da prefeitura uma hora, duas horas da manhã, tentando entrar num acordo com ele pra ver que aquilo lá não era possível. E daí, até que nós tivemos a última reunião, nós conseguimos fechar com ele acordos pra que a população não fosse tão sacrificada com aquele preço que ele queria cobrar.²⁹⁶

Com o final da discussão, a demanda deveria ser aprovada pela Câmara Municipal, segundo relato, no dia da votação dois ônibus fretados levaram os moradores até a Câmara Municipal, a assembleia resultou na aprovação de projeto que transferiu a responsabilidade com a instalação de iluminação pública para o governo municipal, ficando os ajustes de orçamento e execução da obra a cargo da Companhia Paulista de Força e Luz, CPFL. Salvo a relevância do espírito vigilante da moradora ser estimulado pela desconfiança frente às relações travadas com o poder público, bem como a mobilização popular para denunciar os excessos de exploração e exigir uma reavaliação do preço a ser cobrado pela iluminação pública, impressiona o artifício utilizado pelo poder público para contornar a situação. Sem ferir os arranjos travados entre os interesses políticos e do capital imobiliário, ao isentar a empresa loteadora de sua obrigação para com as melhorias do bairro e trazer para si tal encargo, o governo municipal forjou outra via de distribuição das responsabilidades com infraestrutura, fazendo uso de seu poder instituído obrigou a população a assumir compromisso monetário sobre despesas de parte da obra, como demonstra a Lei n. 2.068 que autoriza a Prefeitura Municipal a “*assumir*” os encargos de execução e melhoramentos públicos no loteamento Jardim Morada do Sol,

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, autorizada a assumir o encargo da execução, por via indireta, da rede de iluminação pública e rede de distribuição domiciliar de energia elétrica no loteamento Jardim Morada do Sol, mediante transferência da obrigação assumida pela empresa loteadora por força do art. 9º, item 2 da Lei n. 965 de 02 de julho de 1967.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a ratear o custo da execução dos serviços de iluminação pública e de colocação de postes para extensão da rede de distribuição domiciliar de energia elétrica no Jardim Morada do Sol, mediante o lançamento da contribuição de melhorias correspondente, que incidirá igualmente sobre todos os lotes do Loteamento jardim Morada do Sol.

Art. 3º - Constitui fato gerador da contribuição de melhoria, cujo lançamento é autorizado pelo art. 2º desta lei, a execução efetiva de sistema de

²⁹⁶ Ana Postigo Volpiano, op. cit.

iluminação pública e domiciliar no Jardim Morada do Sol, e colocação dos postes inexistentes, que beneficiara direta e indiretamente as unidades desse loteamento.

[...]

§ 2º - O pagamento da contribuição de melhoria será feito em 03 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, sem juros e sem correção monetária.

[...]

Art. 9º - São contribuintes da contribuição de melhorias a que se refere esta lei, os proprietários, adquirentes ou possuidores a qualquer título de imóvel no Jardim Morada do Sol.²⁹⁷

Inserido na lógica da política habitacional, o ajuste consiste em dividir as responsabilidades para com as melhorias no bairro de modo proporcional e fazer incidir tais encargos sobre os compradores dos lotes. Relação de espoliação habilmente suavizada por meio da expressão “*contribuição de melhoria*”²⁹⁸ ou “*assumir o encargo da execução, por via indireta*”²⁹⁹ que nada mais é do que impor aos moradores mais um tributo que venha somar à sua intensa luta cotidiana pela manutenção dos meios básicos de sobrevivência, adversidades acentuadas por conta dos ajustes e articulações obscuras que tendem a garantir ao bloco no poder as vantagens brotadas das transformações econômicas promovidas na cidade. Na interpretação dos fatos, toda movimentação ocorrida no bairro para que as necessidades dos moradores fossem extintas é clara demonstração de luta expondo a capacidade de mobilização frente ao poder público municipal. A satisfação de ter no bairro a presença ilustre de um governador transcende em grau e medida a desfeita e maquinação dos agentes estranhos à realidade do lugar, se para o prefeito, vereadores e senhores do capital imobiliário, a instalação de iluminação residencial e pública foi mais uma artimanha rotineira de suas práticas políticas e econômicas, para Manoel Agostinho, Ana Postigo Volpiano e parte significativa dos moradores do Jardim Morada do Sol, tal evento representou grande conquista e ocupa importante significado na composição de suas histórias de vida.

Entre eventos narrados, é permitido sentir a carga de tensão embutida nas questões que envolveram os primeiros anos do Jardim Morada do Sol, as necessidades básicas dos moradores foram um tanto menosprezadas bem como transformadas em moeda de troca eleitoral. Da luta privada para fazer chegar energia às casas ao enfrentamento envolvendo poder público e iniciativa privada, o que se verifica é o despertar de sentimentos que passam a determinar a capacidade de identificar necessidades para além daquelas existentes nos espaços privados da casa, tomando

²⁹⁷ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Lei n. 2.068, 31 ago. 1984.

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ Ibidem.

contornos de problemas coletivos e permitindo maior capacidade de articulação em busca de soluções.

Compreender a diferença entre hábitos trazidos e adquiridos em espaço de atuação dotado de notável complexidade, demanda a compilação de elementos que compõem conjunturas carregadas de particularidades que são entrelaçadas dialeticamente em estágios de ruptura e permanência, compondo as várias formas de experiências que são correspondentes e, por sua vez, originadas de comportamentos diversos tecidos no fazer-se do cotidiano. Portanto, tal prática é fio condutor para interpretação e esclarecimento das trajetórias experimentadas nos espaços da cidade, mesmo que em continuidades (des)ordenadas entre a autonomia das vivências e os ajustes institucionalizados, já que a cidade desdobra em resposta às necessidades dos que a habitam fugindo a tentativa de edificar o espaço com contornos sincrônicos em sua totalidade, como bem exprime Robert Ezra Park, em suas sugestões para a verificação da cidade enquanto fenômeno básico da existência, “*a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados.*”³⁰⁰ Dessa maneira, no espaço da cidade se promove o encontro entre trajetórias capazes de tecerem as condições determinantes da vida social.

Este entrelaçar de trajetórias individuais reúne uma infinidade de práticas que foram vivenciadas em rotas e ritmos temporais diversos que, por sua vez, afluíram para um lugar comum: o Bairro Jardim Morada do Sol, e neste espaço constituíram experiências intercambiáveis repletas de variações conjunturais, forjando novos modos de habitar. Entre divergências e convergências os agentes sociais alimentam desejo semelhante de morar, prática cidadina vigente em uma imensidão de comportamentos que se chocam e se complementam articulando valores, culturas, identidades que dão significado a existência das pessoas e a existência do bairro, numa variabilidade temporal constante, histórico por natureza.

No simbolismo da experimentação coletiva, a vida comunitária promove a constituição de um sistema de significações, como disse Henri Lefebvre³⁰¹ a cidade reencontra-se ou reinventa-se, a realidade sensível tende a restituir sua centralidade - não aquela centralidade proposta nos programas racionalistas -, ela muda quando muda a sociedade em seu conjunto, de modo algum se apresenta passiva em relação a sua

³⁰⁰ PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otavio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 26.

³⁰¹ LEFEBVRE, op. cit., p. 28.

globalidade social, dado que depende das relações imediatas entre pessoas e grupos, sem se reduzir a elas:

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas.³⁰²

A linguagem utilizada por Manoel Agostinho para referir aos primeiros tempos no bairro Jardim Morados do Sol, reflete a sensibilidade em olhar para trás e poder extrair algo a ser anunciado como vigoroso, visto que no presente da narrativa o passado é sentido enquanto lição de vida a ser trazida numa interpretação de complementaridade entre aqueles que possuíam por determinação assegurar a solidez do lugar. Palavras ditas possibilitam delinear os modos de entender e explicar a vida no bairro: “*entrosamento*”, “*dar aquela força*”, ou “*era pela amizade*” demonstram em um pequeno fragmento de memória a intensidade social aplicada na imediatez da desordem de um lugar que precisa se estabelecer. “*E era pela amizade, sabe aquela... ia ter que amparar os menos favorecidos, é isso*”, disse Manoel. Em que escala pode-se avaliar a ideia de menos favorecido apresentada por Manoel? No âmbito da globalidade social e econômica tais expressões correriam o risco de se verem revestidas de vazio conceitual e explicativo, ou seja, na lógica do capital, Manoel não é parte da composição das camadas pobres da sociedade? Volto à Lefebvre quando diz não poder separar a cidade “*nem daquilo que ela contém, nem daquilo que a contém, isolando-a como se fosse um sistema completo.*”³⁰³

3.2 Práticas cotidianas, solidariedade e estranhamento no bairro

As expressões presentes na fala de Manoel dão abertura para outro horizonte analítico sem cair na malha da leitura de uma homogeneidade social. As vivências no bairro permitem a aproximação entre pessoas por meio de suas necessidades e aflições, garantindo certo nível de identificação entre elas, contudo é também nestes espaços que materializam uma diversidade de comportamentos impessoais, superficiais e muitas das vezes transitórios e segmentários, então onde se encontra a sensibilidade que emana da

³⁰² Ibidem, p. 51-52.

³⁰³ Ibidem, p. 53.

narrativa acima apresentada? Louis Wirth colabora com a análise ao dizer que “*Se o indivíduo participar de qualquer forma de vida social, política e econômica da cidade, deverá subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior e nessa medida fazer parte de movimentos coletivos.*”³⁰⁴ Desse modo, as relações existentes entre as pessoas do bairro é que tencionam à construção de níveis de solidariedades, estratégias criadas para mitigar as tensões existentes no interior do processo de concretização da vida em um lugar próprio.

As significações expressas na organização física, nos valores culturais e nas táticas de ocupação do bairro Jardim Moradas do Sol, tem em seu quadro certo volume de comportamentos que são procedentes da convergência de extremidades espaciais e temporais plurais. Em um polo, esses elementos podem ser expressos a partir dos significados históricos de origem, adquiridos e transmitidos em relações de camaradagem travada entre familiares e vizinhos. Na outra margem desse mesmo percurso trilhado ocorre a projeção de olhares que podem vir revestidos de estranhamento daqueles que já se encontram assentados no bairro e por isso se veem possuidores de predomínio sobre o lugar.

Nas raias do processo simbólico de desterritorialização e reterritorialização de trabalhadores e seus familiares existem categorias que são responsáveis pela definição das perspectivas que os identificam e diferenciam. No interior desse processo histórico estão os meandros que ordenam a vida, e em seu conjunto dá-se o encontro entre pessoas com propósitos e personalidades diversas que são responsáveis pela edificação da fisionomia do bairro em suas *dimensões e níveis múltiplos*.³⁰⁵ Neste caso, a movimentação cotidiana observada enquanto realização espacial do lugar e do tempo presente no ato de caminhar concebe indeterminada diversidade de operações enunciadoras que entrelaçadas criam o tecido urbano, na poética de Lefebvre, caminhar é ter falta do lugar, é processo indefinido de estar ausente e a procura de um lugar próprio.³⁰⁶

³⁰⁴ WIRTH, op. cit., p. 106.

³⁰⁵ A análise semiológica proposta por Henri Lefebvre que pode distinguir as dimensões e níveis múltiplos existentes na cidade é assinalada pela existência da fala da cidade: o que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz; a língua da cidade: as particularidades próprias da cidade, que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e no emprego das mesmas pelos habitantes; a linguagem urbana: linguagem de conotações, sistema secundário e derivado do interior do sistema denotativo; a escrita da cidade: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento. Em síntese, todos esses tópicos encerram-se no emprego do tempo na cidade pelos seus habitantes. Ibidem, p. 70.

³⁰⁶ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 183.

Do caminhar errante produtor de comportamentos banhados de significações que possivelmente não podem ser reconhecidos em si, mas por seus efeitos, todavia familiares e dotados de sentido que muda segundo a diversidade de necessidades impostas pela existência cotidiana. A articulação de relações imediatas entre caminhantes é que da vida e sentido a suas racionalidades individuais inseridas em um contexto de experimentação comunitária de tempos em tempos objetivada nas experiências, outras vezes transcendidas no imaginário, forjadas em dimensões múltiplas a partir de percursos e projetos efetivados em sociedades plurais, gerando a partir deste ponto a tessitura das diversas mobilidades praticadas por uma fração considerável de indivíduos.

A leitura que Manoel possui da vida no bairro não compõe conteúdo que corresponda a um modelo de interpretação total da realidade, outros olhares podem ser estabelecidos sobre o cotidiano do lugar. Antes de pontuar outras experiências existentes cabe mais um recorte panorâmico dos costumes dos moradores do Jardim Morada do Sol intermediado por via do olhar de Manoel Agostinho, sua narrativa é sustentada com base na condição de protagonista e predecessor atuante no seio de uma *topologia social*³⁰⁷ forjada no bairro, como dito anteriormente, condição que historicamente pode conferir consideração e prestígio produzidos no bojo das realidades vividas, categoria que Pierre Bourdieu³⁰⁸ avalia como imposta pela posição que determinada pessoa ocupa em diferentes contornos dos espaços coletivos, instrumento de apropriação do produto objetivado do trabalho social acumulado que vem definir a correspondência entre os agentes e a posição de cada um nesta relação.

Manoel Agostinho no percorrer de suas memórias demonstra insistentemente a necessidade de recordar os dias de aflição vividos coletivamente, sente-se tocado pelas lembranças do tempo em que os moradores do bairro estavam desprovidos de recursos que pudessem ser negociados no cenário das transformações econômicas, políticas e sociais da cidade, era gente pobre desenraizada.³⁰⁹ Deste modo suas necessidades

³⁰⁷ Pierre Bourdieu compreende topologia social como sendo o mundo social multidimensional em forma de espaço, formado por várias dimensões “*construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado*”, que pode conferir a pessoa detentora dessas propriedades, força ou poder neste universo. BOURDIEU, op. cit., p. 133-134.

³⁰⁸ Ibidem, p. 134-135.

³⁰⁹ Me ocupo aqui do conceito de desenraizamento de Simone Weil, e procuro pensar esses primeiros anos de vida no bairro Morada do Sol, como depósito de vidas em que a necessidade de trabalho assalariado impôs a homens e mulheres a condição migrante “foram moralmente desenraizados, exilados e readmitidos, como por tolerância, a título de carne de trabalho”. WEIL, Simone. *O Enraizamento*. Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 45.

urbanas elementares são colocadas nos seguintes termos: os moradores podem esperar paciente e passivamente as manifestações de interesse do governo municipal em estruturar o bairro de modo a torná-lo melhor habitável, ou, em segundo plano, os moradores promovam articulações internas que venham suprir suas carências, enfrentando os percalços e criando artifícios possíveis que lhes conceda poder de barganha frente ao jogo instituído pela política habitacional.

Ao mesmo tempo em que surgiam as necessidades, junto a elas eram articuladas formas de coletivização dos sofrimentos e estratégias para aliviá-los. O isolamento do bairro em relação à cidade foi profundamente sentido pelos moradores, o limite territorial do bairro tinha por fronteira o leito do córrego barnabé que corta a cidade, no sentido centro-periferia o Jardim Morada do Sol está situado do outro lado do córrego, segundo Manoel Agostinho durante o período de chuva era mais fácil ir até a cidade de Salto para fazer compras do que alcançar a região central de Indaiatuba:

Então chegou uma época que essa travessia desse riozinho aí não tinha ponte [...] veja só quando a água ela passava e dava isso aqui na gente (mostrando a altura do calcanhar), então a gente passava com o carro de um lado para o outro, normal! Só que quando chovia muito aquilo ali afundava porque a água [...] dava tipo uma enchente e aí nós não tínhamos como sair. E aí como eu fazia, nós tínhamos um carrinho e eu pegava e saía aqui e ia cortando até sair lá perto do campo de provas da General Motors e descia e pegava a rodovia, que naquela época não era duplicada também e tinha pouco movimento e aqui nós saía e ia buscar os alimentos lá em Salto e trazia e chegava aqui distribuía colocava a mercadoria pra vender pro pessoal né [...] não foi uma coisa assim que aconteceu por muito tempo mais nas épocas que dava aquela chuvarada muito forte tinha isso aí.³¹⁰

Para quem possuía condução existia a possibilidade de alterar a rota e buscar na cidade de Salto a solução para os problemas imediatos como o suprimento das carências domésticas, porém para aquelas pessoas que não possuía nenhum meio de locomoção o isolamento se fazia mais angustiante, as exigências cotidianas forçavam os moradores do bairro a enfrentar a travessia para o outro lado do córrego a qualquer custo, uma vez que certamente ficou de fora do projeto de loteamento a providência de qualquer estrutura que permitisse a travessia pelo córrego em direção à cidade, caso houvesse a necessidade contrária de se alcançar o bairro a partir da região central da cidade talvez a construção de uma passarela ocorresse com maior eficiência, porém como o parque industrial estava posicionado do mesmo lado que o bairro, não exista preocupação em resolver essa adversidade, trabalhadores e trabalho se encontravam do mesmo lado do território.

³¹⁰ Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

IMAGEM 3. Margem do córrego Barnabé no Jardim Morada do Sol, julho de 1983.



Fonte: José Mateus. Acervo da Instituição de Resgate e Preservação da História do Jardim Morada do Sol

A imagem acima foi registrada em julho do ano de 1983 e descreve o momento em que moradores do Jardim Morada do Sol atravessam às margens do córrego Barnabé em período de baixa densidade de chuva, em temporada de alta densidade fluvial a aventura do cruzamento pelo leito do córrego tornava inviável e perigosa, arrastando para o dia a dia dos moradores mais uma carga de obstáculos a serem superados. Incitados pela insuficiência de estrutura que possibilitasse o traslado pelos espaços do bairro e da cidade, moradores começaram a articular a ideia de construção de uma passarela que permitisse a circulação até o centro da cidade, sobre esse feito relata Manoel Agostinho:

Aqui tinha muito pessoal que trabalhava em Salto, e aconteceu que devido a essa chuvarada que deu aqui na época o pessoal ficou sem passagem e muita chuva, o que aconteceu? Nós pegamos e reunimos o pessoal é... arrumamos madeira de eucalipto e um monte de coisa aí e improvisou uma passagem, uma passarelazinha pra atravessar pro pessoal pegar o ônibus na beira da pista pra ir pra Salto trabalhar.³¹¹

Essa condição é descrita em sua interioridade expondo o ato que levou os moradores do bairro a buscarem soluções práticas para a abertura de uma via de

³¹¹ Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

circulação sobre o leito do córrego. O voluntarismo e o espírito de solidariedade não ocorreram em meio a um cenário de tranquilidade e satisfação coletiva, o entendimento de que se faz necessário juntar forças para agir em benefício comum somente ocorreu via inquietação face à necessidade de suprir suas privações habituais, bem como a frustração resultante da busca por diálogo com o poder público municipal, ambas as manifestações foram transformadas em combustível para que formas autônomas de organização emergissem colocando os moradores do bairro em ação, como demonstra nosso interlocutor:

Sabe o que acontece! É o seguinte, quando você vai lá na prefeitura pedir uma coisa pra resolver o problema da comunidade é muito demorado. Porque você vai lá pedir a madeira e eles falam assim: ‘é tem que ter ... tem que fazer uma licitação até ser aprovado pelos vereadores para liberar essa madeira’, é desse jeito aí. Então o que acontece! O pessoal foi na prefeitura, uniu, até inclusive nós fizemos aqui uma reunião na minha merceariazinha, que tinha muito mais de cinquenta pessoas e o prefeito veio e aí ele falou: ‘é isso aí não é bem assim do jeito que vocês querem porque tem que fazer esse projeto aí, não pode fazer qualquer coisa tem que ser um negócio melhor’. E o pessoal tá precisando, e o pessoal tá precisando como é que nós vamos fazer? Não dava pra passar lá porque não tinha passarela, aqui dava pra passar, mas ficava muito ruim porque no ponto de ônibus à distância... ficava mais distanciado. Então o pessoal falou: ‘então!’ Aí o prefeito foi embora e o pessoal ficou e falou: ‘então vamos fazer o seguinte, vai demorar, vamos unir, vamos ver quanto que vai ficar a madeira’. Daí nós compramos uma viga, uma coisa de mais resistência. Vamos unir, cada um dá um pouquinho e vamos fazer a ponte. E é o que aconteceu.³¹²

O contato com o prefeito foi divisor entre a passividade e a necessidade de determinação frente aos problemas de infraestrutura enfrentados no bairro, “*o prefeito foi embora e o pessoal ficou*”³¹³, o responsável público por colocar em prática soluções que viabilizasse a qualidade de vida no Jardim Morada do Sol saiu de cena levando com ele a esperança dos moradores verem solucionada a falta da passarela, ficando a população no desalento, sentimento que naquele momento colaborou para eliminar as barreiras do senso de individualidade e promover o entendimento de que os problemas do lugar devem ser pensados e sua solução articulada no seio da comunidade, despertando assim nova postura na população: o exercício da ação direta.

Entre as táticas dos representantes do Estado, protelar demandas públicas ocupa papel representativo, evidencia-se no diálogo com entre poder público e moradores um leque de competências burocráticas destinadas a desmobilizar sob a égide tecnicista institucional as demandas populares. Manoel conta ainda que a ponte prometida pelo

³¹² Ibidem.

³¹³ Ibidem.

prefeito não foi sequer esboçada, o único meio de trafegar sobre o córrego realizava-se por meio de passarela levantada pelos trabalhadores do bairro, tempos depois foi construída uma outra passarela em substituição a erguida pelos moradores e somente em 1997 é que finalmente foi implantada uma ponte entre o bairro e a região central da cidade, somando então, entre a fundação do bairro, a reunião com o prefeito Clain Ferrari e a atuação municipal, dezessete anos de espera.

Em análise comparativa, tem-se episódio semelhante contextualizado em período contemporâneo ao evento assinalado por Manoel Agostinho, porém recebendo tratamento diferenciado por parte do poder público. Fato ocorrido em um dos primeiros bairros que surgiu por força das transformações econômicas da cidade: o Jardim do Sol, pequeno complexo de casas construídas em 1979 para acomodar quinhentos e sessenta famílias de operários que vieram transferidas da cidade de São Paulo para Indaiatuba, acompanhando a planta fabril da indústria automobilística Mercedes Benz, montada em Campinas.³¹⁴

Conforme consta, um lago no entorno dos bairros Vila Furlan e Jardim do Sol localizado em área da Chácara Primavera de propriedade de Odilon Ferreira, era espaço utilizado por jovens e crianças em momentos de lazer, em função disso três crianças morreram afogadas no local. Na ocasião o prefeito foi acionado pelos residentes que exigiam solução a respeito do lago que ameaçava a segurança das famílias do lugar, em resposta foi elaborado e aprovado em março de 1981 em sessão da Câmara Municipal a Indicação de n. 10/81³¹⁵ que requeria o aterramento do lago em atendimento a solicitação popular.

Após aterro, o episódio gera intensa manifestação de contestação e passa a constituir questão favorável para alimentar discurso de oposição política, seguindo para instância judicial junto ao Ministério Público com abertura de inquérito por Odilon Ferreira que processa a administração municipal por abuso de poder e invasão de propriedade. Conduzido a julgamento por mais de sete horas no dia 08 de maio de 1981, o caso é absolvido pelo juiz Roque Antônio Mesquita, da Comarca de Salto.³¹⁶ A polêmica em torno do lago é descrita no jornal O Democrata como manobra política de vereadores e imprensa contrários ao governo municipal, o argumento que sustenta tal

³¹⁴ QUEM Somos: como tudo começou. *Sociedade Amigos do Bairro Jardim do Sol, SOL-SOL*. Disponível em: <<http://solsol.com.br/quemsomos.php>> Acesso em 16 jul. 2014.

³¹⁵ CÂMARA Municipal de Indaiatuba. Ofício n. 36/8. Referente Indicação n. 10/81. Indaiatuba, SP. 05 mar. 1981.

³¹⁶ JUSTIÇA absolveu Clain Ferrari. *O Democrata*. Indaiatuba, n. 306, ano VI, 09 mai. 1981, n.p.

hipótese baseia-se no fato de que vários políticos circularam apreensivos pelos arredores do Fórum Municipal durante o julgamento do caso.³¹⁷

Com o resultado do processo favorável ao prefeito, o vereador Pedro Castilho afirma que algumas pessoas ligadas à política local pretendiam tirar proveito de uma situação que foi solicitada por moradores. Em discurso na plenária da Câmara Municipal Castilho assegura que

Jamais houve abuso de autoridade, muito pelo contrário, o prefeito agiu como uma verdadeira autoridade [...] Esse tal de Odilon Ferreira quer aparecer. Infelizmente, os danos sofridos das famílias que tiveram seus parentes mortos pela lagoa, não há como fazer voltar. Com a atitude que o prefeito tomou, esgotando as águas da lagoa, evitar-se-á que outras vidas sejam tragadas pelas águas.³¹⁸

Até aqui, grosso modo, o drama do lago abrange desfecho que expõe os métodos de atuação do governo municipal frente aos interesses de seus munícipes, não fosse o enfrentamento entre Odilon e o prefeito ter raízes mais profundas, concluir-se-ia o episódio nestes termos. Portanto, tal enredo revela outras vias de interpretação dos contornos discursivos expostos na imprensa indaiatubana, no que refere ao jogo político que passa a ocupar espaços no interior das transformações socioeconômicas da cidade. As práticas de condução dessa nova realidade envolvem intencionalidades que nem sempre podem ser compreendidas ou explicadas pelos sujeitos inseridos na trama, não que tais ações são dissimuladas, desleais, elas representam a leitura que os agentes elaboraram dos acontecimentos por eles vividos, pronunciados por meio de linguagens que permanecem nas maneiras particulares dos grupos articularem suas propostas de vida enquanto procedimento consciente do indivíduo que procura adotar posição que exprime valor, distinção, que não é passiva tampouco totalmente emocional, apresentando grande parcela de participação intelectual ativa, anunciadas no sentido dado as coisas através das experiências políticas. Assim, exigindo certa sensibilidade interpretativa que recuse a avaliação dos fatos com apenas duas vias de interpretação do discurso, a que supostamente considera expressão da verdade e a outra.

É passivo de reconhecimento que se trata de interesses acertados no interior das disputas políticas e imobiliárias, ultrapassando os possíveis diálogos entre moradores e poder público, há de se levar em consideração também que tais assuntos devem ser tratados a partir da potencialidade de articulação existente entre grupos de moradores e

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ CASTILHO havia pedido justiça na Câmara. *O Democrata*, Indaiatuba, n. 306, ano VI, 09 mai. 1981, n.p.

administração municipal. No primeiro caso, o Jardim Morada do Sol compreende bairro formado por grande diversidade de trabalhadores pobres, sem perfil definido e destituído de formas institucionais de organização; por outro lado, há o Jardim do Sol, bairro formado por operários organizados e possuidores de maior poder aquisitivo, de barganha, e que de certa forma foram assentados naquele lugar por meio de acordo travado em outras instâncias que não são aquelas do debate aberto entre morador e poder público, daí a fluidez do trânsito desses moradores aos gabinetes municipais. Também neste caso, outro aspecto vem favorecer a ação efetiva do prefeito, trata-se de disputa que envolve interesses que vão além de questões sociais e de infraestrutura, cravado nas rivalidades políticas enredadas nos espaços da prefeitura e Câmara Municipal.

Primeiro que as terras da chácara Primavera fazem divisa com o bairro Jardim do Sol, ficando entre este e a parte antiga da cidade, chocando assim com os projetos de expansão urbana de Clain Ferrari - a área da chácara somente será loteada em 1984, período posterior ao mandato de Ferrari. Ademais, Odilon pertence ao grupo político tradicional e adversário de Clain Ferrari, dado que foi vice-prefeito e em seguida prefeito entre 1960-1962 e abril de 1962 a dezembro de 1963, respectivamente.³¹⁹ E como parte da tensão entre ambos, ocorre o fato de que foi na gestão de Clain Ferrari que se deu a tramitação para a compra da fazenda Engenho D'água de propriedade de Ario Barnabé³²⁰, genro de Odilon, território posteriormente loteado pelo prefeito.³²¹ As ações presente nesta trama demonstram tratar de medidas que ultrapassam o bom senso e responsabilidade política que venha beneficiar a coletividade, alcançando conteúdo de disputa política e econômica alimentada por divergências de interesses, ambas concebidas tanto no interior das possibilidades de ganho que despontam com a expansão da malha urbana, quanto dos novos incentivos econômicos assentados na cidade.

Em diálogo com moradores do bairro Jardim do Sol que vivenciaram a trama envolvendo o prefeito da cidade e Odilon Ferreira, encontro leituras que permitem maior aproximação dos fatos referentes a represa que foi motivo da contenda. Oscar

³¹⁹ SCACHETTI, Ana Lúcia. *O ofício de compartilhar histórias: história e memória de Indaiatuba sob a perspectiva de uma periodista*. Indaiatuba, SP: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2001, p. 144.

³²⁰ BONACHELA, op. cit.

³²¹ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. Estado de São Paulo. Decreto Municipal n. 2081, 19 mar. 1980.

Luvizzoto³²², a princípio relutante em falar sobre o tema, pontua que a Jardim do Sol era isolada e o lago cortava parte de seu território dificultando o trânsito entre o bairro e a cidade, em outro momento acentua que o lago não fechava a passagem mesmo consistindo uma divisa, por fim pontua que até finais dos anos de 1980 existia apenas uma entrada e saída para a Vila. Por efeito de outra perspectiva, Guilherme Padetti que chegou a cidade em 1979 e participou ativamente do contexto, afirma que uma das questões era a morte das crianças no lago, todavia:

É que a lagoa ela dividia a parte de lá, então não tinha saída para cá, só tinha saída uma só, só tinha uma saída. Então a gente conversando com o prefeito, inclusive nós tivemos na casa dele e conversamos sobre isso, aí um dia ele pegou a máquina e veio aqui e meteu a máquina e abriu a lagoa [...] os argumentos é que a gente só queria uma saída, só tinha uma saída e era barro, quando chovia você não saía. E o pessoal de lá [em referência aos operários que vieram de São Bernardo] praticamente todos eles vinham com carros, quase todas as famílias tinham carro, quando chovia você ia sair, saia patinando, era um barro vermelho, sabe! Saia patinando, ali era pasto, aqui era café, era um pasto, um matagal, aqui foi uma plantação de tomates; então era tudo abandonado.³²³

A descrição de Padetti nos dá maior orientação sobre a interferência da lagoa no trânsito entre o bairro e a cidade, muito próximo do que ocorreu com o Jardim Morada do Sol. Não quero aqui avaliar as duas realidades em escala de inclinação e acesso aos gabinetes municipais, ambos os bairros experimentaram quadros de carência em seu cotidiano, mas não dá para ignorar também que os moradores do Jardim do Sol possuíam maior fluidez no diálogo com o poder municipal, como já apontado, eram operários metalúrgicos sindicalmente organizados e possuidores de nível de renda atraente para o comércio de uma cidadezinha em estágio inicial de expansão econômica.

É Joaquim Tomás da Silva, morador do bairro desde 1979 quem faz uso de uma expressão que acentua bem o acontecimento histórico aqui apresentado, primeiramente pontua que *“a reivindicação era muito forte para abrir aquela rua lá”*³²⁴, em referência a rua construída sobre o aterramento do lago a aproximadamente dez anos.

Na época o prefeito Clain Ferrari, ele que deu um avanço mais forte para Indaiatuba, foi ele! [...] porque **aqui era mais ou menos lugar de coronéis**, então essas coisas né! Então, tinha donos a cidade. Aí ele entrou como prefeito, ele abriu a cidade, ele arrebitou a cidade, ele abriu tudo. Foi onde Indaiatuba começou mesmo a abrir as portas para todos os lados né. Então Clain Ferrari foi uma peça muito importante para Indaiatuba.³²⁵

³²² Foi operário da Mercedes Benz, possui comércio e é morador do Jardim do Sol desde 1981. Oscar Carlos Luvizzoto. Indaiatuba, S.P. Entrevista realizada em 18 de julho de 2017.

³²³ Guilherme Padetti, nascido em 1933. Indaiatuba. Entrevista realizada em 20 de julho de 2017.

³²⁴ Joaquim Tomás da Silva, nascido em 1948. Indaiatuba. Entrevista realizada em 24 de julho de 2017.

³²⁵ Ibidem. (Grifo meu).

São olhares múltiplos, dotados de percepções que destoam da leitura comprometida e atrelada aos interesses políticos em vigor. Tema de difícil abertura, visto que após algumas recusas de diálogo por parte de moradores antigos do bairro, os que resolveram falar se mostraram por vezes esquivos. O ponto alto neste contexto é que se trata de uma cidade em estágio de mudança em suas práticas cotidianas, assim, parte das novas relações que passam a fazer parte da vida de seus habitantes é construída por meio de variadas expressões de comportamentos, cada espaço de relações forja suas várias maneiras de atuação, hora em harmonia e hora em práticas de enfrentamentos que emergem entre as partes que compõem a totalidade do lugar, trazidos por meio de interesses particulares ou de grupo, uma vez que “*A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe.*” Acentua David Harvey.³²⁶

No âmbito político, o governo municipal encontra inserido em ambiente dotado de diversas e diferentes fronteiras, sendo uma delas a relação a ser construída nos ambientes dos poderes constituídos na municipalidade, é ele um poder, porém não podemos deixar de considerar que se trata de poder constituído em um determinado limite de atuação fluente entre poderes, ao desejar ultrapassar tal fronteira confrontos são abertos, como apontou Joaquim Tomás a cidade é um lugar de *coronéis*, Indaiatuba tinha/tem seus donos e o poder municipal enfrenta nesse quadro uma pluralidade de frentes de interesses que despontam juntamente com a expansão da malha urbana.

O caso da passarela sobre o córrego Barnabé e o aterro do lago foram impulsos necessários para sustentar o argumento que já vinha sendo debatido entre moradores e o poder público, cada um deles partindo de lugares definidos política, econômica e socialmente; o Jardim Morada do Sol e a Vila Mercedes, como é conhecido o bairro Jardim do Sol, representam para a história de Indaiatuba os primeiros movimentos de alteração no cotidiano da cidade que se vê levada a “*abrir as portas para todos os lados.*”³²⁷

São atitudes projetadas em um quadro próprio, seus interlocutores trazem em suas memórias elementos que exibem parte dos eventos manifestos na articulação de intenções frente às novas possibilidades de apropriação e manutenção do poder, exploração de novas oportunidades por aqueles que encontram melhor posicionados no

³²⁶ HARVEY, op. cit., p. 133.

³²⁷ Joaquim Tomás da Silva, op. cit.

tabuleiro político indaiatubano. Quais atos podem ser justificados, quem age com base na verdade e bem comum? Razão, verdade e bem comum recebem significados que alimentam o campo de disputa entre razões e verdades - no plural - apresentadas nas falas daqueles que narram ou opinam sobre os eventos a partir de um ponto de observação específico, que nutrem interesses.

No campo de disputa por direito de dizer e ser ouvido, as impressões possuem papel significativo, nutridos em pontos de vista formados na essência da realidade e projetados por meio de mecanismos dotados de habilidades que podem enredar o exercício da consciência individual ou coletiva, desse modo levando a pluralização do evento em focos de interpretações que podem vir a condicionar-se a juízos elaborados por canais de informação oficiais, com poderes nomeados para produzir tipos de apreciações estanques dos sistemas e contextos anunciados por vozes autorizadas, com capacidade de persuasão - no sentido de construção e defesa de opiniões -, transformadas em verdades, visto que, segundo Bakhtin pode-se considerar que “*As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.*”³²⁸

Para ampliar a compreensão sobre a história daqueles que participaram da formação do bairro Jardim Morada do Sol e para lá se deslocaram atraídos pela possibilidade de compra de terreno barato e melhores condições de trabalho, cabe trazer para o debate as memórias sobre a trajetória de vida de Teresa Ehmke que chegou ao bairro Jardim Morada do Sol em 1988. A narrativa transcorre com base em lembranças de sua chegada ao bairro, olhar que é delineado pela ótica de uma menina de treze anos,

O que é que eu vim fazer aqui! O que que estou fazendo aqui! Um monte de gente estranha, que todo mundo encarava sério. Que lá a gente era acostumada [referência ao Paraná], que todo mundo dava bom dia, oi! Bom dia né. Todo mundo conversava e mesmo que não se conhecia, se cumprimentavam. Aí simplesmente chegando lá [referência à Indaiatuba] eu assustei, porque o povo te encarava sério, você falava assim, alguma coisa que a gente era acostumada a falar no Paraná, riam da gente, que a gente era palhaço deles né. Ah! Eu fiquei bem assustada, foi meio difícil acostumar, eu caí num mundo bem diferente do meu [...] No Paraná assim sabe! Eu era acostumada, é, sou até hoje uma pessoa simples que gosta de coisas simples, sou humilde né. Aí eu cheguei em Indaiatuba é as pessoas se achavam assim melhores, se vestem diferente. Então, assim, esnobavam né, e aí sei lá! Eu me sentia muito inferior, muito ... ah! Eu achava que ali, eu não fazia parte daquilo, que meu mundo era aquele lá [referência ao Paraná]. Acostumado na roça. Ah! Não sei ... assim, é que comia muita coisa simples, o que a gente mesmo plantava. E de repente chega, aquele monte de gente estranha, que

³²⁸ BAKHTIN, op. cit., p. 41.

fica esnobando, não está sem aí pra você. Porque lá no Paraná, se alguém visse você talvez precisando, apertado, ninguém perguntava, te ajudava. Ali, a pessoa podia ter, mas não te ajudava, era cada um por si e Deus para todos. Era mais ou menos isso.³²⁹

Em seus desdobramentos, uma narrativa não exclui a outra, articulam-se. A ocupação do bairro Jardim Morada do Sol configura como lugar encontrado onde o estar presente, o compreender-se na cidade constitui a assimilação das manifestações dos estados sociais que podem ser percebidos e explicados por meio do estudo de suas causas, da observação crítica do circular de seus atores, executores e protagonistas que forjando a partir do espaço do bairro, em momentos cronológicos distintos, novas modalidades das práticas de habitar, configuradas em meio às estruturas, relações, forças sociais e instituições que compõem essa sociedade.

IMAGEM 4. Avenida Ario Barnabé, Jardim Morada do Sol, Indaiatuba. Meados dos anos de 1980.³³⁰



Fonte: Acervo da Instituição de Resgate e Preservação da História do Jardim Morada do Sol

O cenário e o tempo em estudo são espaços flexíveis de circulação de práticas diversas, dotadas de modificações constantes que dinamizam as estruturas históricas concretas, em seu interior as pessoas e instituições apresentam formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e estas, por sua vez, encontram inseridas em um ritmo temporal próprio, Manoel já homem feito, mesmo que enfrentando história de vida semelhante à de Teresa Ehmke³³¹ - compartilhando dificuldades e sofrimentos

³²⁹ Teresa Ehmke, nascida em 1974. Entrevista realizada em 28 de julho de 2017.

³³⁰ A imagem abaixo retrata a Av. Ario Barnabé na parte baixa do bairro, mais próxima ao córrego Barnabé. Região que primeiramente foi ocupada, possuindo naquele período maior densidade populacional e lugar que recebeu, mesmo que tardiamente, as primeiras melhorias em infraestrutura efetuadas pela prefeitura.

³³¹ Teresa Ehmke viveu em Salgado Filho até os dois anos de idade, lugar onde a família “tocou roça” em algumas fazendas da região; depois mudaram-se para Céu Azul onde a família inicia a vida na cidade. Posterior a esse movimento, a família passou ainda por Toledo - ambas cidades no estado do Paraná -

cotidianos no bairro - ambos tecem leituras diferentes sobre a mesma realidade sensível. Por conseguinte, é o olhar singular do agente transformador para as suas atividades exercidas no interior da comunidade - e seus efeitos representados socialmente - que permite lançar luz sobre algumas das várias faces da dinâmica cotidiana citadina, movido por descompassos e dotado de uma pluralidade de tempos sedimentados nas lembranças, essas lembranças podem apresentar temporalidades e espaços peculiares possuidores de complexidade que dificilmente podem ser emolduradas numa lógica científica funcionalmente manipulável. Neste sentido, é importante analisar atentamente os diferentes alcances e dimensões temporais, consideradas a partir da relevância que o evento narrado possui para o agente narrador, ou para o grupo do qual ele pertence. Manoel conta sua história avaliando suas dificuldades como vetor para a aproximação coletiva que leva à ação norteadora que pode vir a refrear parte do sofrimento imposto pelo existir em bairro carente de infraestrutura básica, já Teresa fala de frustração em relação a determinações que forçam a família a abandonar um modo de vida campesino e se lançar em outro espaço social, para ela tido por lugar de desconforto e enjeitamento.

“*O que é que eu vim fazer aqui!*”³³² Foi a primeira expressão de estranhamento da menina de treze anos em relação a vida no bairro Jardim Morada do Sol, seu pesar se inscreve na interpretação das formas de tratamento que recebe de pessoas que antes dela fincaram residência no bairro, a “*gente estranha*” de que fala são em grande medida pessoas que vieram da mesma região do Paraná que a família Ehmke, ou no mínimo pessoas que enfrentam percalços cotidianos semelhante aos seus. Considerando o tempo entre a chegada dos primeiros moradores e a chegada de Teresa, o desconforto em relação a alguém com quem não simpatizou brota e se define em uma pequena temporalidade de aproximadamente oito anos. Menos de uma década é tempo suficiente para demarcar fronteiras entre aqueles que chegaram à Indaiatuba? O distanciamento edifica contornos de estranhamento e exterioriza nas atitudes de quem chega, a história de vida construída no percurso até a cidade revela muito sobre os olhares construídos no momento da chegada, Manoel Agostinho diferente de Teresa já havia experimentado a vida na cidade e a vida em outro estado, mesmo assim o estranhamento está presente em

quando o pai arranja trabalho na fábrica da Sadia, a mãe, ela com 12 anos e o irmão pequeno complementam a renda com trabalho em lavouras da região. Foram atraídas para Indaiatuba para onde mudaram em 1988, por meio de relatos de amigos que já estavam na cidade, diziam que ganhava muito dinheiro em vista da vida no Paraná.

³³² Ibidem.

sua fala quando diz: *“Meu Deus do céu! Como é que nós vamos morar num lugar desse.”*³³³

Estas variações temporais trazem em seu bojo, segundo a concepção de Reinhart Koselleck dimensões de passado e futuro que incutidas em um determinado presente entram em relação de reciprocidade, tal reciprocidade pode ocorrer na constituição do tempo histórico como espaços de experiências e horizonte de expectativa.³³⁴ O bairro Jardim Morada do Sol é um espaço de articulação de experiências vivenciadas por sujeitos que saíram de suas cidades de origem e foram em busca de novos rumos para realização de seus anseios, traduzidos em ações, palavras, símbolos culturais diversificados e todas as coisas materiais utilizadas para garantir a manutenção dos elementos necessários para responder as necessidades de sobrevivência individual ou do grupo. Tais eventos, segundo Koselleck, *“podem ser experimentados pelos próprios contemporâneos como um conjunto de fatos, como uma unidade de sentido que pode ser narrada.”*³³⁵ Esse conjunto de elementos, por sua vez é interpretado por Julio Aróstegui a partir da seguinte constatação: *“é evidente que a data de uma situação histórica só a define em conexão com outras muitas determinações, nunca por si só.”*³³⁶ As sucessões temporais são movidas por ações humanas, entendidas por meio de representações que os indivíduos fazem dos acontecimentos que os cercam e que os estimulam a reação transformadora, e estes acontecimentos interpretados enquanto experiências sociais favorecem a narração dos eventos que irrompem no decurso do tempo.

As circunstâncias em que percorrem as realizações dos eventos assinalados pelos autores acima são passivas de entendimento e podem ser evidenciadas tanto nas realizações que antecederam a saída dos sujeitos de seus lugares de origem, quanto no percurso repleto de experiências vividas por eles posteriormente. Por certo, verificam-se manifestações históricas sustentadas por articulações de racionalidade individual assim

³³³ Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

³³⁴ Voltando a ideia de experiência em Koselleck, temos o passado atual dotado de acontecimentos recentes que podem ser lembrados. Neste ponto se funde tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão ou que não precisam permanecer presentes no conhecimento. Por ora, na experiência individual se conserva a experiência alheia, sendo, neste sentido, a história também composta por experiências alheias. Já o horizonte se constitui a linha por traz da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a expectativa ao mesmo tempo pessoal e interpessoal *“se realiza no hoje, é futuro e presente, voltado para o ainda-não, o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.”* KOSSELLECK, op. cit., p. 310.

³³⁵ Ibidem, p. 133.

³³⁶ ARÓSTEGUI, op. cit., p. 342.

como de identificação coletiva, anunciadas na referenciada subordinação da individualidade às exigências da comunidade³³⁷, na interpretação do modo como a racionalidade individual transcende para o espírito comum por meio de práticas surgidas no transcorrer da vida cotidiana do bairro, expressas, por exemplo, em momentos que a insuficiência de infraestrutura ou mesmo em sua completa ausência configura mais que problema individual, uma vez que passa a englobar necessidades grupais.

A importância da distribuição de água é tema sensível à realidade de moradores de bairros pobres, o processo de instalação de infraestrutura segue uma lógica sustentada por etapas por vezes mais lenta do que a ocupação do lugar, colaborando para ampliar o quadro de transtorno diário para seus habitantes. Carência de abastecimento de água é demanda geradora de descontentamento que dispõe pessoas a se unirem com propósitos reivindicatórios, segundo Pedro Jacobi³³⁸, na lógica do presidente da Sabesp Renaldo Bastos, em início da década de 1980 a distribuição de água só poderia acontecer em áreas com densidade populacional que tornasse sua instalação viável, fazendo da reivindicação por água tema recorrente de vários movimentos populares no estado de São Paulo.

No bairro Jardim Morada do Sol havia água encanada, no entanto sua distribuição era deficitária. Para as pessoas que moravam na parte baixa do bairro a água fluía normalmente, porém não existia sistema de fornecimento que atendesse o abastecimento em lugares correspondentes ao ponto alto do bairro o que dificultava o acesso à água por moradores dessa região, quadro que dá alento para a construção da reflexão de Teresa e possibilita lançar luz sobre elementos que fazem emergir teores de distinção entre polos existentes no interior da mesma esfera social.

Quando nós chegamos não tinha asfalto, água tinha, dia sim, dia não. No lugar que eu cheguei e fui morar, era mais próximo da avenida Ario Barnabé, ali a rua que eu morava era uma rua depois da avenida, não tinha asfalto ainda na época, e só que tinha energia que caía muito, qualquer temporal caía a energia e a água lá não faltava muito que era na baixada. Ai depois onde que eu fui morar era mais longe e era na subida lá no topo, então ali não chegava água nem de dia nem de noite. Era assim, a gente enchia baldes, para encher caixa e tambor, passava praticamente a noite assim acordada, vamos supor que eu ficava até meia noite a uma hora, muitas das vezes eu chegava da escola minha mãe já estava lá enchendo, daí eu ficava um pouco, meu irmão ficava pra gente poder encher que tinha uma caixa de quinhentos litros no chão que a caixa de mil litros encima da casa era de decoração da laje, porque não subia agua na caixa de jeito nenhum. Ai tinha o caminhão pipa que entregava água, que dava água pra nós, era acho que... não sei se era duas

³³⁷ WIRTH, Louis, op. cit., p. 106.

³³⁸ JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo, 1974-1984*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 74.

vezes por semana que passava, aí ele enchia todos os tambores, baldes que tinham ali. Era de graça, mas só que não subia mesmo a água. Só que era uma água que a gente chegava a usar até para fazer comida, mas não era tão assim limpa né! Eles falavam que era uma água é... saudável, mas não era tão limpa a gente percebia, só que na época a gente não tinha... não tinha de onde tirar, lavava roupa, fazia comida, fazia tudo por esse ponto [...] Pra quem morava na baixada, lá perto do rio, todo mundo tinha água, lavava calçadas com esguicho e tudo, mas nós que morávamos lá em cima na subida a água não tinha força de chegar nas casas.³³⁹

A indiferença do poder público no trato das questões referentes à instalação de infraestrutura teve por consequência a extensão temporal dos transtornos e foi suficiente para assentar, em um primeiro momento, linhas subjetivas de distinção entre os moradores do bairro, definidos por aqueles que tinham acesso à água, *os lá de baixo*; e os que padeciam com a sua falta, *os lá de cima*.

O mesmo problema da carência de abastecimento de água que tanto aborrecia Teresa, descrito a partir da vivência de Manoel Agostinho apresenta outro sentido interpretativo,

[...] depois aí a água era uma falta de água tremenda e era aquela loucura parecia o Nordeste. A água, o povo que tinha um poço, sabe o poço? E aí tinha aqueles vizinhos que tinham um poço manual e tirava água e também tirava água para os que não tinham né, de graça, não cobrava nada, ‘olha, vim buscar água pra...’ pelo menos para beber né, para um uso assim ... era muito, muito difícil aquela situação, mas, foi passando, até que chegamos.³⁴⁰

A comparação entre interpretações relacionadas ao trato do problema de insuficiência no abastecimento de água, neste caso, traçado por dois períodos diferentes do processo de ocupação do bairro - Manoel chegou no início de 1980, por outro lado, Teresa chegou em 1988 -, a temporalidade que percorre os momentos distintos inseridos no espaço da construção de experiências conservadas na memórias e as transformações no ambiente em que se dá a exposição narrativa dos protagonistas, são por natureza condições que provocam reelaborações de práticas cotidianas dos moradores do lugar, haja vista que o Morada do Sol passou por denso processo de ocupação que gerou maior diversidade de relações e comportamentos no espaço do bairro.

A intensificação demográfica, assim como a diminuição dos problemas estruturais colaboraram para redefinir e gerar distinções no perfil social dos moradores, além de estimular o anonimato na esfera do bairro e tornar menos proeminente aquele aspecto de vida no campo, assinalado por Manoel em que todas as pessoas que iam chegando faziam entrosamento. No território que compõe o bairro passam a coexistir

³³⁹ Teresa Ehmke, op. cit.

³⁴⁰ Manoel Agostinho dos Santos, op. cit.

espaços sociais bem mais complexos, contrário à leitura idílica de Manoel, uma vez que a intensificação no fluxo de migrantes, por exemplo, dificulta a imediata relação de identificação e gera acentuada diferenciação entre os que já moravam no bairro e os que chegaram alguns anos depois. Como conta Teresa, se vestiam de modo diferente, esnobavam, provocando sentimento de inferioridade e estranhamento: “*Eu achava que ali, eu não fazia parte daquilo, que meu mundo era aquele lá. Acostumado na roça.*” E o mais instigante nos apontamentos de Teresa: “*a pessoa podia ter, mas não te ajudava, era cada um por si e Deus para todos.*”³⁴¹

Isto posto, o que leva a impressão de que em pouco tempo foi esvaecendo o espírito campesino e o sentimento comum que sustentava e definia as relações sociais nos primeiros anos do bairro? Maria Auxiliadora de Decca³⁴², em seu estudo sobre o cotidiano operário em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, demonstra a possibilidade dos operários estabelecidos em certos setores da cidade adquirir interesses mais ou menos comuns e específicos em relação a outros grupos. Paralelamente ao desenvolvimento externo do bairro ocorre também um processo interno de diferenciação social, o bairro reproduz em seu interior mesmo que em escala reduzida, a segregação urbana entre os bairros tidos como bons e os bairros vistos como ruins, no mais a relação entre a simbologia da riqueza/pobreza amplia a diferença de interesses, reduzindo as bases da ação comunitária, segundo Tilman Evers em razão de:

As condições ambientais do bairro, a princípio iguais para todos, mudam conforme a situação econômica das famílias [...] os interesses divergem demais, para que possam expressar-se ainda de igual modo, nas decisões de conselhos de bairro. Alguns interesses de grupo se impõe, e outros passam a segundo plano – sendo estes em geral os dos mais pobres.³⁴³

Neste aspecto, não dá para prezar a interpretação que Teresa faz de suas experiências somente como potencial revelação da existência de alienação, passividade ou individualismo exacerbado da população face à realidade do bairro, mesmo ao relatar as dificuldades de acesso à água como *nós lá de cima* frente às melhores condições de abastecimento dos *outros lá de baixo*, a desigualdade e distinção de *status* no bairro pode tomar outras projeções além da apresentada na fala da moradora, é um bairro grande e com o passar dos anos tornará populoso.

³⁴¹ Ibidem.

³⁴² DE DECCA, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo: 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 46-47.

³⁴³ EVERS, Tilman, [et al.] *Movimentos de bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina*. In: MOISES, Jose Álvaro. [et al.] *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 155. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

Teresa chega em 1988, como já disse sua visão do processo é elaborada na vivência de uma garotinha de treze anos, do mesmo modo tal sentimento expresso em sua fala percorreu os anos e se apresenta no relato de uma mulher adulta - tempo. Tal interpretação dos fatos é construída e denuncia um ambiente urbano estruturado de modo desordenado, em que o poder público se ocupa demasiadamente com questões referentes ao jogo da política habitacional que os planos de zoneamento trazem e distancia de programas de planejamento urbano estruturado no âmbito da realidade dos bairros - espaço. Essa indiferença pode ser percebida também no trato dado pela imprensa local aos assuntos referente aos bairros recentemente loteados, chama atenção a construção da expressão “*moradores do loteamento*”³⁴⁴, posto que certamente vem somar a construção simbólica depreciativa do lugar e das pessoas que as ocupam, recusando talvez a identificação desses novos moradores e seus territórios como inseridos na lógica urbana da cidade.

A diversidade de interpretações que as mudanças trazem em seu interior não é delimitada aos campos de observação do narrador ou de quem ouve contar sobre, ou seja, as mudanças vão sendo praticadas e lidas em níveis diferenciados e constantes, o que torna quase impossível a tentativa de engessar e sistematizar modelos interpretativos, o que nos obriga a construção de análises históricas fundamentadas nos contextos, nas linguagens, argumentos e equilíbrio de forças modificadas³⁴⁵, como sugere E.P. Thompson ao avaliar a tradição dissidente jacobina inglesa e apontar ser impossível estabelecer um resumo simplificado de um grupo social, visto que sua diversidade é que desafia qualquer tentativa de generalização, sendo essa diversidade sua mais importante característica.³⁴⁶ Ignorar tal conjuntura é caminhar sobre trilhos tortuosos na tentativa de simplificação do que é complexo em seu tronco analítico/explicativo.

As melhorias em infraestrutura apresentada pelo governo municipal, em tese deveriam ser conduzidas no transcorrer de seis anos após o loteamento. Se o bairro tem como lançamento de sua pedra fundamental o ano de 1980 e o período estipulado por lei antes da transferência das obrigações da loteadora para a administração municipal ser de seis anos, conseqüentemente, o prazo para conclusão das benfeitorias no bairro já havia

³⁴⁴ Cf. ASSOCIAÇÃO de amigos no loteamento “Joia”. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, n. 1156, ano XXIV, 16 nov. 1980, n.p.; MORADA do Sol, que tristeza. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, n. 1230, ano XXVII, 08 mai. 1982, n.p.

³⁴⁵ THOMPSON, op. cit., 1987, p. 23.

³⁴⁶ THOMPSON, 1987, op. cit., p. 52.

prescrito no ano da chegada da família Ehmke. Todavia, o que nos conta o relato de Teresa faz emergir outra realidade que não aparenta corresponder aos planos e articulações institucionalizadas.

As práticas existentes no Morada do Sol como ação de sujeitos em busca por melhorias em suas condições de vida foram gestadas em meio à insuficiência do poder público no trato das questões de aplicação da política habitacional. A inércia e desprezo acerca das necessidades habitacionais e de infraestrutura que o bairro carecia aos poucos convergiram os moradores do bairro para propósitos semelhantes, mesmo que tal sentimento arrefeça e sua abrangência não alcance a comunidade em sua totalidade, creio ser este o ponto nodal da exposição dos relatos apresentado até aqui, ou seja, tirar de pauta a leitura tangencial e estereotipada de uma população de bairro pobre que espontaneamente se organiza e luta em defesa de seus interesses. No interior das diferenças o que pode vir a ocorrer é a possibilidade de emergirem moradores que consigam articular práticas coletivas de solidariedade capazes de envolver determinado número de indivíduos, que até aquele momento somente se moviam mediante necessidades calcadas no plano individual, essa aproximação nasce na forma de coletivização de carências, politização do cotidiano e intenção de procurar soluções grupais para promoção do bem comum.

3.3 Sensibilidades e experiências de articulações coletivas em diálogo com o poder público

Como já apresentado no capítulo anterior, por meio do Artigo 03 do Decreto n. 2.081³⁴⁷ e da Lei n. 2.071³⁴⁸, de 1980 e 1984 respectivamente, a responsabilidade para com a produção de melhorias no bairro foi alvo de negociatas entre governo municipal e a empresa Só Lotes, responsável pelas obras de melhoramentos em infraestrutura no bairro Jardim Morada do Sol. Por meio de jogo político a loteadora absteve de responsabilidades como colocação de guias e sarjetas, extensão de redes de água, de redes de esgoto sanitário e da instalação de braços de luz com conjunto de luminárias, o que deveria transcorrer no prazo de seis anos; tais responsabilidades ao serem transferidas para o governo municipal, somente estendeu o prazo para que os moradores do bairro fossem atendidos em suas demandas básicas.

³⁴⁷ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. *Decreto n. 2.081*, 19 mar. 1980, op. cit.

³⁴⁸ PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. *Lei n. 2.071*, 17 set. 1984, op. cit.

O caso da falta de água - sentida e aliviada por meio da prática de coletivização dos poços artesianos, expresso por Manoel, ou negligenciada pelo poder público que disponibiliza a estrutura de distribuição, mas não a liberação completa do fornecimento de água, condição que tanto dificultou a vida de Teresa Ehmke e foi relevante para revelar a existência de sentimento de estranhamento entre vizinhos - recebe diferente viés interpretativo por meio das lembranças de Rogério Antônio, alargando a perspectiva de interpretação conjuntural do processo quando adiciona ao cenário cotidiano do bairro, perspectiva que apresenta outras maneiras dos moradores lidarem com o problema da água afora o juízo de passividade popular frente ao livre curso das ações municipais, evidenciando articulações que tencionaram parte dos moradores a novamente buscarem aproximação entre seus interesses e atitudes. Rogério chegou ao bairro aproximadamente três anos antes de Teresa, deste modo possui informações que complementam o entendimento do caso da falta de água no bairro, visto que, como já demonstrado, essa situação foi um dos primeiros elementos movedores da dinâmica de socialização dos problemas que afligiram os habitantes do lugar, segue a recordação de Rogério:

Nós tivemos uma falta d'água aqui em Indaiatuba, na Morada do Sol, precisamente. O bairro muito grande e eles não investiram na infraestrutura, nós tínhamos uma caixa d'água na rua cinco, mas não era suficiente o bombeamento de água para distribuir para o bairro, então faltava água, não tinha água. O pessoal chegava do serviço à tarde e queria tomar um banho e queria ... não tinha água, a água ia chegar dez horas, dez e meia, onze horas, isso foi saturando o pessoal né! Aí nós fizemos uma passeata é ... a pé, eu me lembro disso, nós fomos daqui na Morada do Sol, até a prefeitura que era ainda lá na Praça Prudente de Moraes, em função dessa reivindicação, eu lembro que foi na maioria mulheres né, homens foram a minoria porque o pessoal trabalhava, mas nós fomos, fizemos aí um panelaço na época e reivindicando um direito do povo que era a água né. Então nós participamos nisso daí [...] Então, na época assim, não sei se eles tinham dificuldades assim, mas tentaram aí resolver a situação, mas não foi assim cem por cento né [...] a gente participou ativamente fomos lá, na época assim, não fomos recebidos pelo prefeito, mas acho que algum auxiliar lá e tal, não me lembro assim preciso, mas ouve essa movimentação.³⁴⁹

Para Rogério a dificuldade em falar com o governo municipal sobrevinha pela postura do mesmo em recusar atender os moradores do bairro, segundo ele “*o prefeito na época era ditador*”³⁵⁰, imagem construída dentre várias por razão do prefeito abrir

³⁴⁹ Rogério Antônio da Rocha, op. cit.

³⁵⁰ Essa afirmação de Rogério é senso comum referente a imagem do prefeito da cidade, haja vista que, a postura impositiva de Clain Ferrari. Em entrevista concedida ao jornal Tribuna de Indaiá, questionado sobre sua relação com a Câmara Municipal, Clain adverte: “*Enquanto eu for prefeito aqui, quem manda sou eu [...]*” Cf. CLAIN afirma “quem manda sou eu”. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, n. 1147, ano XXIV, 14 set. 1980, n.p.

pouco diálogo com a população do bairro, inicialmente tiveram a promessa e posterior recusa à construção de uma ponte sobre o córrego Barnabé, em seguida ocorreram outras atitudes causadoras de descontentamento estimuladas pelo antagonismo de interesses assinalados entre as esferas política/financeira e população, nestas circunstâncias torna-se relevante para moradores de bairros pobres procurarem resolver seus problemas partindo da produção de recursos alternativos construídos no espaço da comunidade, e a partir desse ponto ir aos poucos articulando diálogo com o poder público, todavia, sem atribuir a este mecanismo *status* de única ferramentas de ação, visto que tal diálogo é conduzido por certo teor de desconfiança diante da possibilidade de se verem expostos ao descaso de agentes políticos, tidos como responsáveis por intermediarem as soluções de problemas imediatos da comunidade.

É neste quadro que ocorre impulso capaz de mobilizar número considerável de moradores do bairro, uma vez que a indignação causada pela impossibilidade de contato com os gestores municipais alimenta sentimento inverso a acomodação e reclusão à vida privada, reabrindo assim frentes de compreensão da necessidade de agir segundo interesses comuns. O interlocutor nos relata que a aproximação entre os moradores para lutarem por melhorias no bairro foi em sua centralidade impulsionada pela carestia.

Em função do pessoal estar sofrendo com a situação, o pessoal chegou assim, a um ponto que 'viu não dá mais', é então ... você sabe, hoje quando falam em reunir o pessoal é muito difícil né, o pessoal só sabe reclamar mas para lutar por seus direitos é complicado, mas o pessoal foi se saturando com aquela situação e na época assim eu não me lembro direito dos organizadores, entendeu! Mas, o pessoal tomou uma linha de frente aí, não tenho preciso ... mas eu acho que na época nós tínhamos lideranças da Igreja que era a única que tinha por aqui que era a Igreja Santo Antônio e estava se iniciando também e tinha um pessoal de movimento lá que era um pessoal mais ligado ao PT, e aí esse pessoal são assim os ... as lideranças na época como ... se não me falha a memória, Pedro Ferrari, João Dante, eles eram do movimento [...] são simpatizantes do PT mas eles eram membros da Igreja na época, participavam e tal, enfim, eles que orientavam.³⁵¹

Este fragmento do relato de Rogério evidência um leque representativo de informações sobre as raízes das manifestações de contestação no Morada do Sol. Em um primeiro momento, dá-se a impressão que a observação do problema de água ratificado pela fala de Teresa Ehmke aponta a inexistência de reação comum face ao problema, isso porque a mobilização popular aconteceu, segundo Rogério, em 1988, justamente o ano em que nossa interlocutora chegou ao bairro, e mais, se a reclamação de falta de solidariedade é manifesta na fala de Teresa, sendo assim, confere abertura

³⁵¹ Rogério Antônio da Rocha, op. cit.

para avaliar que a abrangência da mobilização popular foi restrita, sem grande repercussão, prontamente, as reivindicações tiveram maior relevância no sentido de despertar a sensibilidade coletiva frente a seus problemas que propriamente surtir efeito estrutural positivo no que refere à definitiva solução do problema por meio de ações governamentais, que na opinião de Rogério, era regido por mãos ditatoriais.

As circunstâncias que insurgem no ano seguinte a manifestação certifica a perspectiva de que os ganhos foram mais relevantes nas dimensões correspondentes ao estímulo a uma possível conscientização das necessidades comuns, em detrimento dos resultados práticos extraídos da negociação com o poder público. Em abril de 1989, o prefeito Clain Ferrari havia prometido a ampliação dos mecanismos de distribuição de água para o bairro Jardim Morada do Sol e adjacentes, a proposta foi orientada por meio de projeto de construção de um ramal de distribuição sustentado pela captura de água na Fazenda Pimenta, segundo a matéria do jornal *Tribuna de Indaiá*, seria construída uma estação de tratamento de água elevada na zona sul com capacidade para reserva de quinhentos mil litros de água e distribuição de imediato, por meio de poços artesianos, de oito mil litros por hora; deste modo o investimento iria “*resolver grande parte do angustiante problema de falta de água no Morada do Sol e bairros adjacentes*”³⁵², juntamente com o reservatório enterrado a ser construído no loteamento Recreio Campestre Joia com capacidade para distribuição de mais dois mil litros de água na região.

Entretanto, outra matéria do mesmo jornal, publicada em julho de 1990 traz a notícia de uma passeata com mais de 300 pessoas - com o apoio da Igreja Santo Antônio representada na figura do padre Piazza - saindo do bairro em direção à casa do prefeito. A proposta da manifestação era apresentar as reivindicações diretamente ao prefeito, a conturbação popular percorreu ruas do centro da cidade e foi engrossando suas fileiras com o apoio de simpatizantes, lia-se nos cartazes empunhado pelos manifestantes mensagens de protesto contra a falta de água, asfalto, saúde e segurança no bairro, segundo a matéria do jornal, “*O objetivo principal da passeata, porém era chamar a atenção das autoridades sobre a falta de água existente no bairro.*”³⁵³ Situação que, de acordo com o padre Piazza, estava prejudicando mais de setecentas crianças que perdiam aulas constantemente por causa da carência de abastecimento.

³⁵² ÁGUA da fazenda Pimenta irá para a Morada do Sol. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, ano XXIV, 29 abr. 1989, n.p.

³⁵³ PASSEATA de moradores foi até a casa do prefeito. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, ano XXXV, 04 de jul. 1990, n.p.

Tem-se no plano dos acontecimentos históricos em Indaiatuba o claro surto de disputas por interesses existentes no espaço do bairro e da cidade. As carências são sentidas e interpretadas pelos moradores do lugar de forma diversa, a partir de leituras dos problemas e identificação de suas causas tem início à busca por recursos que venham resolver ou amenizar tais carestias. Por outro lado, mesmo o governo municipal percebendo a intensificação das cobranças por solução ele vai manter a postura de acatar as demandas dos bairros conforme vai ampliando o número de arrecadação tributária no local, desse modo os embates intensificam e ganham contornos cada vez mais complexos; em análise, são notórias as transformações ocorridas no trato das questões relacionadas às reivindicações por infraestrutura; anteriormente as solicitações por melhorias ficavam restritas ao espaço de debates políticos nas plenárias na Câmara Municipal, com políticos se projetando como representantes dos interesses populares. O jornal *O Democrata* é elucidativo a esse respeito quando publica a matéria “*Prefeito atende Morada do Sol*”, o saliente na matéria jornalística, para além de seu título tão positivo, é seu conteúdo:

O prefeito Clain Ferrari, atendendo solicitações do vereador Pedro Castilho, está atendendo **todas as reivindicações formuladas pelo vereador**, visando melhorar as condições no Jardim Morada do Sol. E nesse sentido o prefeito Clain Ferrari está atendendo os seguintes pedidos: Escola - a prefeitura está reformando a escola da Fazenda Engenho D'água, bem como está construindo uma escola que atenderá o Jardim Morada do Sol e Parque das Nações. Água e Luz - O Prefeito Clain Ferrari assegurou aos moradores que a partir de janeiro **será iniciada a segunda fase de instalação** de água e luz no bairro.³⁵⁴

Em promessas feitas por intermédio do vereador Pedro de Castilho insinua-se: o prefeito atende solicitação do vereador para solucionar os problemas do povo, a voz popular sufocada pela *impoluta* palavra do político. Quanto tempo tal postura pode ser sustentada? Como apresentado até aqui, os resultados das manifestações populares elucidam que o exercício de deliberação sobre os problemas do bairro por meio do trânsito entre gabinetes não renderam resultados satisfatórios, a primeira mobilização revela que a postura da esfera política relativa à possibilidade de diálogo e atendimento as reclamações da periferia é hermética, impressão relativa à negação do atendimento aos populares quando do envio de representante para intermediá-los nos assuntos do bairro. Assim, num segundo ato faz-se móvel o desejo comum, e o povo toma como destino a casa do gestor municipal, estratégia de ação que procura diminuir a

³⁵⁴ PREFEITO atende Jardim Morada do Sol. *O Democrata*, Indaiatuba, n. 334, ano VI, 21 nov. 1981, n.p.

possibilidade de não serem novamente atendidos diretamente pelo prefeito, e mais, trazendo para o debate uma diversidade de reclamações compiladas juntamente com a questão da carência de água. Reitero, aparecem na pauta a questão do asfalto, problemas de saúde e segurança, e o mais expressivo: a carência educacional do bairro surge interligada a ineficiência de abastecimento de água, daí a premissa de que os moradores aos poucos vão aprimorando a direção de suas práticas reivindicatórias no interior dos variados meios de exigirem solução. A distância entre governo e povo a partir da primeira manifestação vai sendo reduzida, prontamente os moradores aos poucos passam a entender que é por meio da ação direta imposta pelo coletivo popular que se pode chegar a um desfecho favorável à supressão das necessidades do bairro.

A procura por melhores condições de vida estimula a interação com as práticas políticas existentes e favorece o desenvolvimento de vias e mecanismos para explorar tais artifícios políticos em benefício da comunidade, articulando no interior das disputas, trocas de influências que possam suscitar melhorias diversas para o bairro, possivelmente tecendo novas práticas culturais capazes de formatar lideranças que passam a operar no organismo social com base em necessidades coletivas, utilizando os mesmos espaços e teor discursivo existentes no ambiente político institucionalizado. Essas pessoas, ou grupo de pessoas reelaboram tais espaços e linguagens em função das suas necessidades, visto que, se as posições definidas pelos diferentes sujeitos ocupantes da cidade apresentam desiguais e hierarquizáveis, ressalta Eder Sader, não é essa ordenação anterior aos acontecimentos, mas resultados deles, também *“a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro de várias estratégias.”*³⁵⁵

A urbanização acelerada observada em Indaiatuba é contexto estimulante para a abertura de intensos debates sobre política de habitação, conjuntura que pode alimentar oportunismos que emergem nas relações instituídas entre moradores de bairros pobres, proprietários de imobiliárias e políticos locais. Tais práticas de moradia e urbanização envolvem em sua trama, antigos moradores da cidade assim como novos personagens que chegaram à busca de oportunidades de trabalho, assim, para Raquel Rolnik esta situação é vetor de demandas por provisões de serviços e equipamentos que por essa via são transformados em potente moeda político-eleitoral, prática basilar para manutenção da desigualdade social e controle da administração pública pelas elites, garantindo a

³⁵⁵ SADER, op. cit., p. 55.

hegemonia do poder em mãos de grupos políticos que montam bases eleitorais para seus partidos em regiões pobres. Mais que isso, a combinação entre processo de urbanização e a inserção precária de moradores na cidade faz com que os bens e serviços públicos que podem vir a aliviar a penúria cotidiano desses trabalhadores e suas famílias tornam-se uma das mais importantes demandas, levando assim a intensificar as práticas de mobilizações populares pelas exigências de moradia, transporte, saúde, saneamento e outras questões que tocam as necessidades daqueles que moram em bairros populares. A autora chama atenção para a complexidade existente no seio destas tensas relações ao afirmar que:

De um lado, emergem partidos cujas lideranças identificam-se com esses movimentos e trazem parte das agendas desses atores para dentro das instituições da democracia formal e do aparato estatal. Por outro lado, a lógica da competição político partidária também penetra no universo dos movimentos, transformando sua cultura [...] os partidos e políticos precisam competir pelo voto popular e, assim de alguma maneira, relacionar-se com a demanda por inserção na cidade reivindicada tanto pela população organizada em movimentos como aquela mais ampla e desorganizada.³⁵⁶

No cotidiano das cidades a interpretação da existência de fronteiras rígidas entre os estratos institucionais e informais no interior do jogo político se mostra pouco significativa, improvável governar uma cidade de pequeno ou médio porte com as portas dos gabinetes fechadas, tampouco as populações dos bairros periféricos revelam-se passivas e desconhecem suas próprias necessidades. Desta forma os possíveis mecanismos existentes para suprir tais carências são constituídos em meio às relações estabelecidas entre poder público e seus municípios, momento em que o conjunto dos habitantes do lugar se define, elaboram suas identidades, organizam práticas de defesa de interesses e configuram “*novos padrões de ação coletiva*”³⁵⁷ no interior dessas articulações, como assinala Eder Sader “*os ‘manipulados’ também manipulam. Através da absorção de padrões dominantes eles expressam algo de suas vontades e seus sonhos.*”³⁵⁸ Ao contrário da ideia de formatação de um clientelismo tradicional com figuras preestabelecidas em um cenário amorfo, esses sujeitos se constituem politicamente por meio de novas experiências instituídas

Nas Idas à prefeitura e nas discussões com os responsáveis sobre os serviços públicos que elas [as camadas subalternas] reivindicavam, elas vão dessacralizando a razão estatal, vão percebendo os jogos de interesse

³⁵⁶ ROLNIK, op. cit., p. 181.

³⁵⁷ SADER, op. cit., p. 19.

³⁵⁸ Ibidem. p. 110.

privados por trás das pretensões públicas, vão aprendendo as relações da força de pressão que podem ter.³⁵⁹

O debate que exibem as novas formas de morar e viver emerge em meio ao viés institucional, projetos e discursos políticos, enfrentamentos pululam no interior dos bastidores do poder municipal, jornais são criados como mecanismo de suporte para debates político e divulgam toda a trama municipal, instâncias que tradicionalmente encontram-se pulsantes no seio das instituições públicas. Entretanto, ao deixar falar e saber ouvir as outras histórias que compõem o tecido social da cidade podemos contrapor informações e ações e daí entender a lógica urbana em um contexto amplo e carregado de complexidade que não são ditas sequer escritas somente por mãos autorizadas.

A acelerada dilatação demográfica da cidade, em boa medida composta por pessoas que em sua diversidade passaram a compartilhar certas aspirações e necessidades, provavelmente tende a fazer oscilar as bases que sustentam as intenções e práticas políticas estabelecidas, assim sendo, chamando atenção da classe dirigente local, intimidada pelo possível desequilíbrio que o aumento da população eleitoral pode vir a imprimir nas estruturas que supostamente estão consolidadas no interior do jogo político, tal temor pode ser percebido na intensificação dos confrontos nos espaços em que ocorrem os debates políticos. Deste ponto de tensão amplia-se a possibilidade do contato direto e diálogo entre poder público e grupos de populares moradores das regiões periféricas da cidade, momento que pode representar para os dirigentes municipais a abertura para maior equilíbrio no trato da coisa pública, e para os populares é tempo de aprender a agir em benefício da coletividade, uma vez que o direito a cidade não é individual, exclusivo, “*mas um direito coletivo concentrado*”³⁶⁰, como pontualmente disse David Harvey.

³⁵⁹ Ibidem, p. 223.

CAPÍTULO IV

O *OUTRO LADO* DA ESFERA SOCIAL: GRUPOS DE VIVÊNCIA, PERTENCIMENTO E PROTAGONISMO NO JARDIM MORADA DO SOL

*O sorriso de Deus está no brilho de quem ri e chora junto do irmão.*³⁶¹

4.1 O bairro do *Outro Lado*: interpretações e reelaborações cotidianas

As agitações de organismos populacionais em torno de questões sensíveis com a falta de passarela sobre o córrego Barnabé, ausência de iluminação pública e carência de abastecimento de água no bairro Jardim Morada do Sol, são alavancas para a gestação e emergência de determinada consciência social que em função de inquietações provocadas por essas necessidades básicas surgidas no ambiente de moradia, interpretam e incorporam novos comportamentos cotidianos dotados de características próprias e, em partes, afastam-se de possíveis vínculos aos interesses e arranjos de categorias tidas por institucionais nos ambientes de relações cultivadas na cidade. Por conseguinte, abrem nestes espaços novas frentes de relações capazes de promoverem práticas diversas que conduzam as pessoas que passam a habitar o bairro à condição de sujeitos políticos ativos.³⁶²

É importante considerar que a abordagem da pesquisa procurou até aqui discorrer sobre ações de moradores do bairro Morada do Sol, evidenciados como protagonistas diretos e interlocutores das transformações sofridas pela cidade de Indaiatuba, em período correspondente a metade da década de 1970 e fins da década seguinte. Nesse intervalo de tempo foi possível traçar uma análise das relações cotidianas que passaram a desenrolar no bairro e perceber níveis de afinidades entre moradores, circunstância verificada em meio à ocupação inicial do território, outra manifestação histórica ocorre já em momento de intensa expansão demográfica do bairro, no qual seus desdobramentos têm estimulado comportamentos que foram

³⁶¹ Mensagem exposta no quadro lousa da Igreja Santo Antônio, no dia 9 de julho de 1991 e reproduzida no Livro de Ata da reunião do conselho de pastoral que ocorreu no mesmo dia. CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio* n. 42, 09 de jul. 1991, p. 19.

³⁶² Essa perspectiva analítica se sustenta com base nos estudos de Maria Cecilia Paoli [et al.] Tal estudo procurou romper com a interpretação estanque existente até finais da década de 1970, que trazia abordagens sobre as atuações de trabalhadores como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulso próprio e abriu nova referência interpretativa que colocava em evidência a noção de sujeito que, por sua vez, conferiu estatuto “às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade.” Cf. PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983, p. 129-149.

geradores de assentado sentimento de estranhamento entre habitantes para, em seguida, novamente professar em seu interstício um impulso representativo que conformou sentimento de solidariedade e assimilação de interesses grupal, qual seja, nesse processo dialético sobrevieram três breves movimentos que foram necessários para fazer nascer e amadurecer a noção de coletividade em determinados moradores do bairro.

Trato de grande importância que fundamenta o trânsito entre o sentimento e comportamento de *solidariedade afetiva*, trazido do ambiente campesino vivido por grande parte dos moradores do bairro, e o emergir de práticas de *solidariedade grupal*³⁶³, formas autônomas de organização capazes de gerar determinadas afeições comunitárias, assim como ampliar as diferenças entre interesses de moradores de bairro e poder público. Neste quadro manifestam os primeiros acordes dissonantes da nova realidade produzida nos espaços da cidade, impulso que colabora para o reelaborar de práticas impostas a essas pessoas em seu cotidiano. Este capítulo tem por proposta a leitura das manifestações travadas entre personagens que viveram a conjuntura histórica apresentada acima, em uma lógica sustentada por circunstância de enfrentamento e diálogo, de resistência e interação³⁶⁴, em via de mão dupla, numa articulação viva de valores e condutas que recusam a leitura das relações como instituídas por total submissão dos *de cima* sobre os *de baixo*. Cabe a esse texto trazer para o debate algumas formas de articulações coletivas que se fundaram no bairro Morada do Sol na condição de ferramenta de manutenção dos interesses de seus moradores, entrelaçadas às relações políticas e sociais advindas dos lugares instituídos da cidade; são os homens e mulheres expostos as dificuldades diárias buscando construir seus padrões de expressão e iniciativa coletiva com base em suas experiências de moradores do bairro.

³⁶³ O conceito de *prática de solidariedade grupal* como transformação existente na mentalidade de trabalhadores aparece no texto *Pensando a classe operária*, de Maria Cecília Paoli [et al.], como movimento de ampliação na interpretação das relações enraizadas na cidade; frente a percepção dos *padrões de afetividade* vividos na mentalidade campesina. Tal leitura ajuda a identificar e diferenciar os dois comportamentos que não devem ser interpretados como uma só forma de expressão coletiva. Não cabe avaliar tal teoria como método analítico classificatório, sua importância é auxiliar na leitura do movimento de complexificação das relações advindas com a mobilidade de homens e mulheres saídos do campo e inseridos nos espaços de relações travados na cidade. PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva, 1983, op. cit., 136.

³⁶⁴ J. M. Barbero, em seu artigo intitulado *Redescobrimdo o povo*, ao pensar as relações culturais no campo da cultura política e das políticas culturais apresenta a possibilidade interpretação dos processos históricos em dois movimentos o de enfrentamento e o de intercambio, sendo o conflito mais notável e passível de análise, pois ao se enfrentarem as culturas se expõem. Para o autor “*Com o tempo a oposição vai dando lugar ao diálogo*” [BARBERO, J. M. Redescobrimdo o povo: a cultura como espaço de hegemonia. In: Dos meios as mediações, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p.101]. É nesta trajetória para o diálogo que penso ter derivado as comunidades e associações de bairro, capazes de identificar lideranças e as dotarem de poderes de representatividade frente aos interesses coletivos, portavoices dos populares no diálogo a política institucionalizada

Pensar o processo de gestação das práticas coletivas nas camadas pobres da sociedade implica determinada curvatura no sentido genérico do conceito de classe trabalhadora, esboçado na luta pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de produção³⁶⁵, terreno movediço para a produção historiográfica, considerando que no cerne desse quadro analítico reside certa diversidade de perspectivas atrativas para o pesquisador que, se descuidado, é induzido a distanciar da proposta de entender os significados críticos, reais, que orientem as ações dos sujeitos históricos para além da sua condição conceitual sintomática de classe trabalhadora. Raymond Williams realça essa questão e explica:

O sentido de classe é uma espécie de modo de ser e não algo uniforme que possuam todos os indivíduos que, objetivamente, poderiam ser incluídos numa dada classe. Quando se fala, por exemplo, de uma ideia de classe trabalhadora, não se pretende afirmar que todos os trabalhadores a tenham ou mesmo a aprovem. Pretende-se, ao contrário, asseverar que essa ideia está essencialmente corporificada nas organizações e instituições que a classe gera: o movimento de classe trabalhadora é considerado em termos de tendência e não em termos de indivíduos. Seria fútil entender os indivíduos em termos rígidos de classe, já que esta é uma expressão coletiva, não uma pessoa.³⁶⁶

Do mesmo modo, o perigo de cruzar a fronteira da abstração teórica se faz presente. O desatar das amarras conceituais traz o risco de tencionar a análise para chafurdar em realismo nebuloso, desprovido de amparo teórico crítico que conforme o estatuto de análise dos eventos como processo histórico dotado de representações enquanto problema, e não apenas um imenso oceano narrativo de fatos, bem como advertiu Paul Veyne ao assegurar que “*o conhecimento histórico é conhecimento do concreto, que é o vir a ser e a interação, mas ele tem necessidade de conceitos; ora, o ser e a identidade só existem por abstração.*”³⁶⁷ Atento a isso, a análise segue trajetória que empenhe em obter resultados dialogando com os modos como os indivíduos experimentam a vida em sociedade, articuladas a conceitos e hipóteses que comportam a diluição de tais fronteiras metodológicas e promova adequada conformidade das dimensões históricas que percorrem o caminho de gestação das formas de organização coletiva, sem buscar totalmente na noção fechada de luta de classes, porém, não renunciando o diálogo com o conceito, visto que, segundo Tilman Evers, certamente

³⁶⁵ SADER, op. cit., 43.

³⁶⁶ WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. 1780-1950. São Paulo: Ed. Nacional, 1969, p. 335.

³⁶⁷ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília, DF: EdUnB, 1998, p. 113.

[...] os integrantes dos movimentos de bairro não pertencem a uma classe homogênea, porém isso não significa que tais movimentos carecem de conteúdos de classe. Os seus integrantes provem de diferentes classes sociais: operários assalariados do setor de serviços, trabalhadores autônomos, etc., assim, os conflitos com o sistema dominante são comuns em alguns aspectos, diferenciando-se os interesses respectivos no transcorrer da ação. Por isso, a orientação política e os significados das organizações de bairro dependem dos conteúdos e das formas organizacionais que nelas se impunham como politicamente dominantes, conseguindo determinar o caráter de classe que adquire o conjunto do movimento.³⁶⁸

Nesse aspecto, retomo um dos momentos fundamentais da pesquisa antes de seguir o curso analítico no interior do processo de emergência das formas autônomas de organização coletiva no Morada do Sol. Quando as primeiras manifestações de descontentamento com a carência de abastecimento de água no bairro foram expressas, a marcha que contou com mais de trezentas pessoas levou à superfície um elemento emblemático que oferece subsídios para determinar os próximos passos da pesquisa; na passeata de julho de 1990 foi destaque em matéria jornalística como pessoa autorizada a falar pelos manifestantes o padre João Augusto Piazza, pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária.³⁶⁹

A presença de elementos religiosos no Morada do Sol, para além das celebrações do sacramento, estão intimamente ligadas às práticas sociais de seus moradores, a integração entre famílias tem por referência a religiosidade que se manifesta enquanto matriz cultural que aproxima pessoas e colabora para a reelaboração do sentido de comunidade sedimentado em ambiente provido de diversidade de comportamentos e valores trazidos. Por essa via o pároco Piazza sustenta que “*A área do Jardim Morada do Sol tem características próprias. A maioria de sua população é constituída de imigrantes de outras cidades do país, e já tem certa fisionomia.*”³⁷⁰ Contudo, essa fisionomia não pode ficar restrita ao fato de serem migrantes de várias regiões do país, para que a análise sobre o perfil dos moradores possa receber contornos que perfure o tecido interpretativo definido estritamente na condição migrante e amplie o foco analítico referente as relações construídas no espaço do bairro, é importante retomar os aspectos históricos inseridos nas manifestações estabelecidas no lugar, enquanto morada de pessoas que possuem suas relações fincadas em ambiente complexo dotado de tempo e espacialidades distintas.

Compreender o potencial social emergente no bairro, sua variedade de práticas e representações intermediadas em espaços institucionalizados e públicos, é tarefa que

³⁶⁸ EVERS, op. cit., p. 120.

³⁶⁹ PASSEATA de moradores foi até a casa do prefeito. op. cit.

³⁷⁰ NOVA Paróquia será inaugurada amanhã. *Jornal Votura*, Indaiatuba, 12 jul. 1992, n.p.

necessita de elementos metodológicos adequados. É Raymond Williams quem oferece o delineamento teórico essencial para entender o princípio de interação entre as práticas e os sentidos extraídos dos desdobramentos cotidianos como substanciais, dotados de formas próprias e ativas, em que o aspecto dessas formas é construído em estágios de mediação que tanto pode alterar as coisas mediadas, quanto indicar a natureza delas por sua própria natureza,³⁷¹ eliminando a possibilidade de neutralidade dessas formas com polos distintos, interagindo separadamente. Por este ângulo, extrai-se do conceito de mediação sua proposta medular que explica as diferentes atividades e consciências como inevitavelmente reconciliadas e mediatizadas de modo próprio - isso não desqualifica a possibilidade de existência de um sentido sensível de áreas ou ordens da realidade preexistentes -, entre os quais tem lugar o processo mediador, tanto independente, como determinado por suas distintas naturezas precedentes, uma vez que: *“A mediação se encontra no próprio objeto, não é algo que se acha entre o objeto e o que ele outorga.”*³⁷²

A mediação é processo positivo da realidade social, antes que um procedimento agregado a ela por meio de projeção, ocultação ou interpretação.³⁷³ Por essa via, assume relevo o recurso que vai determinar a efetivação da vontade coletiva no quadro de constituição dos grupos³⁷⁴ de bairro, o núcleo no qual germina e desenvolve essa vontade, manifestação de todo ato histórico transformador, constituído nos espaços cotidianos do lugar, significados em suas articulações enquanto mediações sociais e políticas inseridas na esfera da comunidade, advindo daí a possibilidade de entender as ações das camadas populares como constituídas nos campos do debate público, proporcionando o exercício de reconhecimento e leitura dos eventos, respeitando tanto seus ordenamentos, quanto sua totalidade expressa na realidade sensível.

As manifestações religiosas católicas têm expressividade no bairro com atividades em diversas modalidades do cotidiano, tais modos de ação partem do interesse e desígnio providencial sagrado e se movem em meio a valores de natureza secular, desta

³⁷¹ WILLIAMS, Raymond. Mediação. In: *Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 274.

³⁷² WILLIAMS, op. cit., 2000, p. 119.

³⁷³ Ibidem.

³⁷⁴ A noção de grupo favorece e orienta o entendimento dos processos de transformações inseridas na realidade em estudo. Para tanto, procuro me orientar pelo viés interpretativo do conceito desenvolvido por Richard Hoggart, para ele *“Quando se analisa as atitudes das classes proletárias, é costume falar do sentido de grupo, que consiste na convicção partilhada pelos membros dessas classes, de que cada um deles não é um indivíduo isolado, mas sim um membro de um grupo constituído por indivíduos bastantes semelhantes e pouco sujeitos a diferenciações futuras”*. HOGGART, op. cit., p. 97.

conjugação de valores são as festas que a princípio chamam atenção para captar a urdidura assentada em ambiente social, alicerce para construção de referenciais cotidianos. Desse modo, se faz necessário ressaltar as manifestações históricas determinadas no contexto em que ocorreu a construção da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol e que foram essenciais para a constituição de parâmetros de comunidade no bairro.

A comunidade Santo Antônio foi fundada pelo padre Luiz Antônio Guedes no ano de 1981, na ocasião o espaço apropriado para as celebrações religiosas era uma capelinha erguida em louvor a Santo Antônio, sua construção foi subsidiada por Dona Gioconda, mãe de Ário Barnabé antes proprietário da fazenda Engenho d'Água, território em que se formou o loteamento que deu origem ao Jardim Morada do Sol. A capelinha servia como ponto de referência às práticas religiosas, o mesmo local foi escolhido para a construção de um novo templo religioso e centro de encontro para as comunidades eclesiais que estavam nascendo no bairro.

IMAGEM 5. Cerimônia de lançamento da pedra fundamental da construção da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol em Indaiatuba, SP. 1983.



Fonte: Arquivo da Paróquia Santo Antônio do Jardim Morada do Sol. Indaiatuba, SP.

A construção do templo teve sua fundação assentada no dia 27 de agosto de 1983, em cerimônia que contou com a presença de autoridades religiosas e políticas que seguem citadas nas páginas da Ata de cerimônia do lançamento da pedra fundamental, sendo estes o arcebispo metropolitano de Campinas Dom Gilberto Pereira Lopes, o pároco Pe. Luiz Antônio Guedes, o prefeito José Carlos Tonin, o presidente da Câmara Municipal Olímpio Pires da Cunha, assim como “*representantes das comunidades e grupos*

*pastorais, colaboradores, convidados e do povo em geral*³⁷⁵ evidenciado na imagem acima. Como parte das comemorações do estabelecimento da Igreja ocorreu naquele momento uma celebração litúrgica frente à imagem de Santo Antônio, padroeiro do bairro.

Em seguida, um representante da comunidade do Jardim Morada do Sol fez uso da palavra relatando a caminhada da mesma, desde seu início. O padre Guedes referiu-se então ao projeto de autoria do arquiteto José de Arimatéia Virginelli Prado sob a responsabilidade do engenheiro Salvador Canton Garcia Junior, como também aos esforços do pessoal da Comunidade, que em menos de um ano de atividades, através do Livro de Ouro, festas, feira de artesanato e sessão de cinema, arrecadou fundos para o início da edificação do prédio da Igreja, onde antes foi lançada a semente da Comunidade fé, amor e serviço ao próximo.³⁷⁶

Não posso deixar de mencionar aqui, entre parênteses, que das personalidades do município listados na Ata - prefeito e presidente da Câmara Municipal, bispo e padre – o vulto da presença de componentes da comunidade na cerimônia revela-se anonimamente na expressão: “*um representante da comunidade*”. Em seus desdobramentos chama atenção nos escritos assinado por Annunziatta Virginelli Prado, o episódio das articulações coletiva em apoio a construção do prédio da Igreja no Morada do Sol, uma vez que ocorreram alguns eventos destinados a arrecadações de verba para manutenção do projeto.

Entre eventos, um deles torna-se notável e é mote para arquitetar a análise subsequente, uma vez que sua organização foi sustentada por meio de agentes externos ao bairro que sob gestão de membros do Centro Comunitário da Matriz Nossa Senhora da Candelária, promoveram entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro de 1982 a I Feira de Arte e Artesanato de Indaiatuba juntamente com um Festival do Sorvete.³⁷⁷ Num esforço conjunto de auxiliar na obra da Igreja a proposta foi entremeada com a promoção e união de artesãos, músicos e escritores locais, convidados notórios da cidade como José Paulo Ifanger, Claudia dal Canton Martignago e Wilson Baddin, expuseram trabalhos na feira.³⁷⁸ O evento alcançou ampla projeção e recebeu colaborações diversas, contando com seresteiros, duplas sertanejas e cantores populares; a quermesse não impôs limites

³⁷⁵ PRADO, Annunziatta Virginelli. *Livro de Ata da cerimônia do lançamento da pedra fundamental do edifício da Igreja de Santo Antônio e do Centro de Encontros do Jardim Morada do Sol, Paróquia Nossa Senhora da Candelária em Indaiatuba, Arquidiocese de Campinas, Estado de São Paulo*. 27 ago. 1983, Indaiatuba, SP.

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ FESTIVAL de Sorvetes. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, 02 out. 1982, n.p.

³⁷⁸ INDAIATUBA Luta pelas artes. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, 1982. n.p.

aos interessados em participar, ecoando como articulação coletiva pela ótica da imprensa local, uma vez que o jornal *Tribuna de Indaiá* irá divulgar o evento convocando

[...] o povo de Indaiatuba para numa união de esforços promover os valores de nossa terra, uni-los e ao mesmo tempo motivá-los para uma causa comum e nobre ‘obra na Morada do Sol’. Todas as pessoas podem participar. É só fazer um trabalho, ou coordenar um grupo de trabalho. Além de obras de arte serão valorizados os trabalhos mais simples desde panos de copo, bordados, crochê, tricô, trabalhos em madeira, corda e outros fios, couro, plástico, tecido, enfim, tudo o que o indaiatubano sabe fazer será útil para revertê-lo em fundos para o objetivo acima. As pessoas que acham que não tem habilidades manuais ou artísticas, poderão cooperar de outra forma, doando materiais, camisetas, tinta, corda, tecidos, lã, linho ou mesmo doativo para a compra de material àquelas pessoas que querem executar trabalhos e não tem fundos.³⁷⁹

Apresentado como obra social e desejo de manifestar o dom dado por Deus em favor dos mais carentes da cidade³⁸⁰, senhoras católicas componentes da Comunidade Religiosa da Candelária e pertencente às famílias tradicionais da cidade, como: Annunziata Prado, Sylvia Sannazaro, Maria Maschietto, Leila Narezi e Fátima Pereira, saíram em campanha para mobilizar a sociedade com o intuito de agregar pessoas que pudessem colaborar na arrecadação de fundos destinados a construção do templo religioso no Jardim Morada do Sol. A campanha tendeu a ser divulgada na imprensa por meio das expressões: “*obra social de grande importância*”³⁸¹ ou convidando “*peçoas de boa vontade que receberam algum Dom de Deus*” motivadas a uma causa nobre, doarem com amor sem pena ou constrangimento no coração³⁸², afirmações que evocam o sentido simbólico do ato de caridade religiosa.

Se fecharmos a leitura do ato de boa vontade enquanto abordagem tutelada pela religiosidade, segundo Claudia Neves da Silva tem-se a caridade como virtude maior a ser alcançada, “*determinando que o encontro com Deus se desse de forma mais completa quanto mais o fiel praticasse e vivesse a caridade, a fé e a esperança.*”³⁸³ Por esse viés, a orientação que acompanha o teor discursivo alimentado pelo jornal *Tribuna de Indaiá*, apoiado em referenciais simbólicos do catolicismo e trazidos como proposta de sensibilizar e mobilizar moradores da cidade frente ao propósito dos populares do Morada do Sol. Todavia, ao redimensionar o prisma analítico e buscar em suas contradições outra proposta dedutiva ergue-se a compreensão da definição de caridade para além da

³⁷⁹ I FEIRA de arte e artesanato de Indaiatuba. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, 18 set. 1982, n.p.

³⁸⁰ *Ibidem*.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² AGRADECIMENTO. *Tribuna de Indaiá*, Indaiatuba, 06 nov. 2018, n.p.

³⁸³ SILVA, Claudia Neves. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 15, p. 326-351, jan./jun. 2006, p. 328.

perspectiva religiosa cristã, por vezes oculta no próprio ato de bondade que o conceito exprime.

O escritor naturalista³⁸⁴ francês Émile Zola em seu romance *Germinal* tece significativa análise sobre a prática de piedade, buscando o outro lado do vértice que configura essa atividade. O autor delineia sua percepção do ato de caridade por meio do comportamento filantrópico de Léon Grégoire que por sua vez toma sua filha Cécile por comissária dos pobres, os Grégoire esforçavam para demonstrar quão “*era preciso ser caridoso; diziam mesmo que sua casa era a casa de Nosso Senhor. Deleitavam-se em dizer que praticavam a caridade com inteligência; na verdade, viviam possuídos do pavor de serem enganados e de encorajarem os vícios.*”³⁸⁵

A caridade e a pobreza em Zola recebem aspecto dual, para o Senhor Gregóire essa gente era boa, visto que a leitura que possuíam da vida e do mundo era sustentada por secular resignação de sua condição de trabalho e pobreza³⁸⁶, no entanto, por trás dessa arguição forçada “*havia um medo surdo, traído apenas por olhares involuntários à estrada, como se um bando de famintos estivesse espiando para a mesa, através das janelas.*”³⁸⁷ Nesse aspecto, o discurso filantrópico procura manter o sentido de piedade para com os menos favorecidos: “*Não especulamos, contentamo-nos numa vida austera com o que temos, repartindo sempre com os pobres.*”³⁸⁸ Legítimo burguês, a ação caritativa externava nos argumentos desse homem como o perdão e conciliação dada aos pobres expressa pela grandeza de sua beneficência³⁸⁹, porém, o que estava além de suas palavras e generosidade era a desconfiança e medo constante da gente que se amontoava no conjunto habitacional *Deux-Cent-Quarante* irromper contra a placidez burguesa dos residentes de *Pioline*, propriedade que acolhia a família Gregóire.

A precisão e sensibilidade de Émile Zola em perfurar o tecido explicativo calcado no viés religioso católico ajusta-se a importância de entender a prática de beneficência no interior da Igreja como assistencialismo, inserido em determinada dimensão histórica que

³⁸⁴ O naturalismo surge em momento de transformações na Europa em meados do século VIII. A concepção naturalista buscava mostrar a realidade e aprofundá-la, expor as mazelas sociais, vícios, paixões, sentimentos humanos mais torpes e animalescos em uma conjuntura experimentada pela burguesia e classe proletária nascente. A descrição minuciosa, a busca da veracidade, a influência da genética e do meio social eram fatores fundamentais na estruturação de uma obra naturalista. GOMES, Mônica dos Santos. *Germinal e o naturalismo no Brasil. Relações entre tradução e formação do sistema literário em país periférico. In-Traduções*. v. 2, n. 2, ISSN 2176-7904, p. 154-176, Florianópolis, 2010, p. 155.

³⁸⁵ ZOLA, Émile. *Germinal*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2006. p. 72.

³⁸⁶ Ibidem, p. 160.

³⁸⁷ Ibidem, p. 162.

³⁸⁸ Ibidem, p. 166.

³⁸⁹ Ibidem, p. 380.

se processa no interior dos campos político e econômico. Claudia Neves Silva colabora para ampliar a essência apreciativa da prática de caridade, ela pontua que o ato de ajudar por meio de doações é histórico e corresponde a pretérita interpretação da pobreza e dos pobres “*como inimigos da ordem pública e precisarem ser combatidos e controlados, ora pela coerção, ora pela coação.*”³⁹⁰

Por essa via, situando a assistência material, acrescida do papel representativo da Igreja de tal modo a converter em poderoso instrumento de fiscalização e controle social de amplas populações preteridas em suas necessidades e assentadas em plano secundário no conjunto das políticas públicas, contribuindo assim para formatar comportamentos que figuram com teores afetivos e espirituais, reproduzidos em ações que empenham em dissimular certa realidade marcada por conflitos e limitações ao acesso a garantias e benefícios sociais básicos. Abrindo a partir daí, a impressão de se tratar de relações de conjugação de interesses entre grupos pertencentes a classes sociais distintas, por consequência, dando margem para inibir as intimidações que grupos de populações periféricas arrastam como estigma por estarem próximos às rudezas da vida, impostas pelos ambientes em que encontram assentados, originando daí, segundo a lógica conservadora, maior probabilidade da emergência de conflito e discórdia entre os que têm mais, e os que têm menos.³⁹¹

A súbita preocupação de certos moradores de Indaiatuba em prestarem apoio à causa religiosa do Morada do Sol, recorrendo a mobilização de forças sociais para ajudar a edificar uma igreja no bairro, porventura corresponde a perspectiva de aproximar esses novos moradores de um ordenamento moral conferido pela vontade espiritual divina, entrelaçada ao cuidado em sanear os espaços urbanos da possível proliferação de pessoas sujeitas a impulsos divergentes, comprometendo o remanso isonômico que acoberta a realidade cotidiana das regiões economicamente privilegiadas da cidade. Questão que pode ser percebida como inquietação previamente manifesta em grupos de moradores que veem o território da cidade definido em categorias sociais que condicionam os espaços por meio de normatizações e controles.

Os acontecimentos gerados na cidade em 1982 para colocar em andamento a obra religiosa e social no Morada do Sol, mesmo sem negar todo o valor cristão de caridade e a potencialidade coletiva que ele produz, também dá abertura para pensar a

³⁹⁰ SILVA, Cláudia Neves. Caridade e ação social das igrejas: a quem se destinam? *Serviço Social em Revista* (online), v. 11, p. 1-12, 2008.

³⁹¹ *Ibidem*.

atribuição das senhoras católicas equivalente àquela deliberada à Cécile Grégoire - que na condição de comissária dos pobres praticava caridade com entusiasmo e amor à causa dos menos favorecidos, sem sorver o sentimento de temor frente às consequências produzidas por uma estrutura social ancorada na desigualdade - e o que é mais relevante, permite não ignorar a existência das atitudes de caridade atreladas a questões de espiritualidade como expressiva ferramenta de controle social em regiões de aglomeração de populações pobres com alto índice demográfico. A aliança em apoio à construção da igreja no Morada do Sol traz outros significados que podem entrelaçar o papel da caridade à causa da beneficência religiosa, bem como a conservação da ordem social, a história mostra em seus interstícios, campos de disputas revelados quando o cotidiano da cidade sofre algum tipo de alternância em suas permanências, o sentido de estabilidade e resistência ao novo vem acompanhado da necessidade de se impor por meio de poderes que reafirmem a superioridade de certos blocos históricos.

Conduta que demonstra ter raízes assentadas no passado da cidade, perspectiva sustentada por meio de relato do cronista Antônio Zoppi presente em artigo publicado em 1955 no jornal Tribuna de Indaiá. Por essa via, exibindo extratos de memória tal como noções de estoque simbólico, acentuados no modo como segmentos da sociedade indaiatubana reagem à presença de pessoas da camada pobre da cidade circulando em meio a ambientes socialmente assenhoreados. No artigo intitulado “*O bairro Santa Cruz ou ‘do Outro Lado’*” Antônio Zoppi enfatiza:

Há muito tempo, já, destacava-se o bairro da pobreza, com sua biquinha típica de água potável, e para onde afluíam as lavadeiras, para lavar as suas roupas. A biquinha a que nos referimos ficava precisamente na divisa a que denominamos Berchior. Nesse bairro, a muitos anos o Coronel Teófilo Oliveira Camargo construiu uma capelinha, que deu o nome ao bairro de Santa Cruz. Todavia, o nome de ‘Outro Lado’, que lhe davam então, ainda persiste até hoje. Em geral, os moradores ‘do Outro Lado’ são constituídos por caboclos nascidos e criados ali, em casas de barrotes que ainda hoje assinalam certas residências do referido bairro. É comum, ainda hoje, como era comum há muitos anos aparecer pela cidade de Indaiatuba, vagando sem destino, alguma menina faminta e esfarrapada, tanto basta e tanto bastava para identificar criatura tão estranha como alguém proveniente ‘do Outro lado’. Hoje como naquele tempo, é por lá -pelo ‘Outro lado’ - que vemos encontrar ainda os nossos típicos sambas, que relembram os velhos idos dos ricos costumes da gente brasileira do interior. Era o tempo em que se colhiam com facilidades os saborosos ‘ariticuns’, pela beira da estrada [...] Hoje, esses mesmos campos servem (até quando, ainda?) Para o pobre recolher algum feixe de lenha. Ademais, tudo vai se diluindo sob as rodas poderosas do progresso crescente a que assistimos nesta geração febril.³⁹²

³⁹² O cronista Antônio Zoppi, escrevia para os jornais Tribuna de Indaiá e A Gazeta de Indaiatuba, com o título “*Reminiscências de Indaiatuba*” seus textos publicados entre 1955 e 1968 foram compilados por Nilson Cardoso de Carvalho e publicados em formato de livro. ZOPPI, op. cit., 1998, p.33. (Crônicas Indaiatubanas, vol. 1). Grifo do autor.

O delineamento dos lugares no conjunto da cidade revela contornos de relações de forças travadas por direito à circulação e ocupação dos espaços, discursos e práticas corporificam-se na divisão da cidade em zonas habitacionais. Antônio Zoppi fala assentado em uma temporalidade histórica e busca em seu passado, referências para construção de ponto de vista sobre o que chama de *bairro da pobreza*, visto pelos moradores privilegiados da cidade como os do *Outro Lado*, figura de linguagem que procura destacar esteticamente a segmentação entre condições sociais com uso textual iniciada em letras maiúsculas, metamorfoseando tanto seu sentido de demarcação geográfica, quanto sua definição gramatical substantiva e, deste modo, incorporando o *status* de designação.

No relato, a capelinha do bairro Santa Cruz também é referida como projeto de filantropia dos privilegiados aos despossuídos, dotados de hábitos profanos de *gente* brasileira do interior. O uso da expressão *gente do interior* vem acompanhado da ideia de coisa remanescente de passado primitivo do lugar que se dilui, não na realidade, mas em uma mentalidade embebecida sob a ânsia de assinalar a diferença entre esses indaiatubanos pobres daqueles bem nascidos que possuem seus olhares voltados para um futuro progressista e, do mesmo modo, dissimulando a realidade de que mesmo representando um grupo de possuidores de poder econômico, são também gente do interior, tendo em conta que, em 1955 a cidade não possui clube social, o que para a população da época era demarcação de retardo social, e tinha pouco mais que quinze mil habitantes, segundo estimativa.³⁹³

Ao tentar impor sua existência e condição social como parâmetro de análise das distinções existentes em momento de reordenamento dos territórios da cidade, a identificação dos grupos e suas diferenças se manifestam, segundo Norbert Elias e John Scotson³⁹⁴, no conjunto de interesses socioeconômico, político e cultural, dividindo os grupos sociais entre estabelecidos, que são representados por famílias instaladas a várias gerações no lugar, alimentados pelo sentimento de pessoas melhores, dotadas de um carisma grupal e virtude específica, em contraponto aos anseios dos recém-chegados, tidos por *outsiders*, inferiores, pessoas de menor virtude e respeitabilidade. A

³⁹² O aumento populacional relaciona-se ao contingente de migrantes que vieram de várias regiões do país. Segundo o estudo demográfico de Adriana Alves, Indaiatuba atinge um saldo migratório entre os anos de 1970 a 2000 de 62.369 pessoas. ALVES, op. cit., p. 39.

³⁹³ CARVALHO, Nilson Cardoso. *Cronologia Indaiatubana*, Indaiatuba, SP: Fund. Pró-memória de Indaiatuba, 2009, p. 160.

³⁹⁴ ELIAS, Norbert; SCOTSON, J.L. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 19-50.

leitura pautada entre esferas de estabelecidos e *outsiders* demonstra que a dinâmica social é sustentada por deliberações hostis compreendidas por meio de expressões do tipo *nós* e os *outros*, pressupostos em que Richard Hoggart³⁹⁵ salienta dar alento para a noção de grupo que tende a ser reforçada pelo isolamento em que é delineado o lugar de onde se concebe a visão de mundo, dividida em “*Nós*” os membros do grupo e “*Eles*” os que estão de fora.

Em questão, a necessidade de demarcar território visa ser estruturada como sentimento de ameaça a valores hegemônicos, circunscritos a grupos que temem interferências que podem vir a colocar em risco sua manutenção. A sensação de pertencimento gera certo grau de satisfação e equilíbrio no grupo e tende a ocultar características de conservadorismo exacerbado, generalizações e hostilidades que imobiliza o ser e se manifesta através de aversão ao outro, expressões que propendem a serem divulgadas através de instituições e agentes que a partir de sua ótica e posição particular produzem capital simbólico e nomeações deles mesmos e de outros, por meio de sobrenomes, alcunhas, insultos, ou de modo mais extremo, acusações, calúnias ou outras estratégias destinadas a legitimar e impor pontos de vista. Para Pierre Bourdieu tal prática corresponde ao ato de ordenamento simbólico que tem a seu favor toda força da coletividade, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por mandatários que por sua vez atuam por meio do trabalho de representação, realizados para imporem a sua visão do mundo ou a visão de sua própria posição nesse mundo.³⁹⁶

O percurso histórico que incorpora a objetivação do argumento de Antônio Zoppi oferece subsídios para formatar perspectiva cravada por ele como verdade absoluta, em momento algum seu discurso apresenta hesitação; nutrido por sentimento de estranhamento o cronista denuncia a presença da pobreza em seus espaços socialmente demarcados, erigindo barreira por via cultural intimidante.³⁹⁷ O fato de que seu texto foi publicado em 1955 na imprensa local e no ano de 1998 republicado via Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, instituição administrada pelo poder público municipal, ratifica o substancial diagnóstico que nos concede Yara Khoury em virtude de que as significações criadas sobre os processos sociais, certamente interferem na própria história, dado que o uso da memória se estabelece em um campo de disputa constituído no interior de forças sociais que envolvem valores e sentimentos, interesses

³⁹⁵ HOGGART, op. cit., p. 87.

³⁹⁶ BOURDIEU, op. cit., p.146-151.

³⁹⁷ SARLO, op. cit., p. 57.

que estão “*dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais*”, atentando para “*os modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história.*”³⁹⁸ No caso em tela, permitindo que a ideia de pobreza enquanto patologia deliberada circulasse pelos meandros do tempo, no seio do tabuleiro social das elites indaiatubana.

Enunciados atípicos que empenham a fundar definições subjetivas nebulosas sobre contextos reais e definidos. O cronista Antônio Zoppi vai à suas memórias para explicar eventos que chegam até o tempo de onde fala na ordem de fatos que podem ser narrados, do mesmo modo, sem perder as dimensões entre os significados em disputa, mesmo que avançando um pouco em sua temporalidade, sem desatar do referencial correspondente a unidade de sentido trazidos do passado em estado de mudança³⁹⁹, me pauto em relato que, assim como Antônio Zoppi, ordena sua narrativa assentada no presente e se volta ao passado por meio de suas lembranças. Por esta via, entre falas atinentes aos que antes era elemento pitoresco de difícil assimilação, dada tamanha fronteira que o desprezo erguia, me estabeleço no relato de Hermínia Raquel da Silva para demonstrar que passam os anos, mudam os personagens, mas certas significações são preservadas como valor para determinar poderes e definir papéis sociais.

O pessoal mesmo que vinha visitar a gente de lá do centro, vinha visitar e uma vez eu fiquei até magoada, a gente já tava... não tinha força (energia elétrica), não tinha uma televisão, não tinha nada aqui, desanimada aqui. Chegou pra visitar à gente e falou ‘eu não moro nesse lugar nem de graça, nem que me dê um terreno’. Mas até na parte religiosa também eu achava que tinha um preconceito, ia casal daqui (Morada do Sol) participar com os casais lá do centro (Matriz Nossa Senhora da Candelária), tinha preconceito também com a gente por ser daqui. Eles achavam a gente muito pobrezinho. Uma vez nos fomos fazer um trabalho, a gente foi fazer um trabalho no Jardim Marina, nós fomos fazer um trabalho ainda do ECC (Encontro de Casais com Cristo) no Jardim Marina, e depois quando termina o trabalho, então um pergunta para o outro, quem tem carro pra dar carona pro outro. Nós dois viemos a pé mais de onze horas da noite, ninguém ofereceu uma carona pra gente, ninguém! Nós viemos a pé, nós dois e mesmo assim não desistimos. Nós viemos a pé, porque o que estava coordenando a palestra falava ‘gente, quem tem carro dá carona pra quem não tem’. Nós viemos a pé, meia noite nós dois caminhando.⁴⁰⁰

³⁹⁸ KHOURY, op. cit., p. 117

³⁹⁹ Por conseguinte, Jacques Le Goff, em seu estudo sobre a distinção passado/presente como algo existente na consciência coletiva, social e histórica; aponta ser a cronologia essencial para o sentido moderno e histórico do passado, pois a história é mudança orientada e nela existem formas diferentes de sentido de passado. LE GOFF, Jacques. Passado/presente. In: _____. *Sobre História*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994, p.218.

⁴⁰⁰ Hermínia Raquel da Silva (Hermínia é conhecida na comunidade pela alcunha de Cristina), nascida em 1951. Entrevista realizada em 21 de julho de 2016.

Antônio Zoppi apresenta argumento que tende a parcialidade e preconceito com certo atributo de interesse público, expresso a partir de lugar socialmente privilegiado e por meio de veículo de comunicação institucionalizado; Hermínia Raquel compõe sua narrativa posicionada em espaço social ocupado por aqueles menos privilegiados e voltada à ótica que o ambiente de pobreza provoca nos componentes da elite local. Despontando a partir daí a viabilidade de articulação entre concepções que sustentam os olhares dos observadores no interior das esferas sociais reveladas, abolindo a via única de entendimento e ampliando o campo de debate em temporalidades múltiplas, com sujeitos assentados em condições e espaços distintos. A fala de Hermínia mais que simples narrativa, termina por exercer papel histórico de manifesto acerca das hostilidades prolixas arremessadas contra aquelas pessoas recém-chegadas à cidade.

É a partir da disposição em interpretar as articulações sociais em que configura o pronunciamento de Hermínia que o artigo de Zoppi é resgatado, trazendo em seu âmago princípio de inteligibilidade mais complexo do que aquele projetado na conjuntura de sua publicação em 1955. Torna relevante o sentido global do texto, não mais sectário, agora disposto por meio de diálogo entre entendimentos, do contrário, seria esse artigo documento estático e de pouca relevância histórica, visto que seu papel representativo resumiria em atestar uma postura já ratificada entre pares, ocultando a apreciação de provável contrassenso em seu teor. Hermínia, assim como o contexto histórico em que assenta sua narrativa, arranca tal declaração de seu cômodo lugar gregário e afirmativo e joga sobre ele acepções de hostilidade, jocosidade e indiferença, uma vez que, em conformidade com a afirmação de Beatriz Sarlo, as palavras são testemunhas informantes, sua circulação pode ser interrompida, e digo! Demarcada, mas tenazes elas voltam a se fazer ouvir, persistentes contra o tempo, posicionadas contra as crenças do senso comum; elas podem desaparecer, mas se agitam e voltam para dizer o que sempre disseram.⁴⁰¹ Cabendo ao interlocutor reposicioná-la segundo o ambiente em que se restitui e se funda.

Desse feito, tomar frente na organização de ações beneficentes vai além dos significados trazidos no ato de caridade em si, podendo representar prática revestida da necessidade de condicionamento e controle sobre o outro, fator que faz emergir com mais vigor a clivagem entre necessidade e vontade de amparar, admitir ou recusar, procedimentos que encerram em desconfiança e como disse Hermínia, mágoa. No

⁴⁰¹ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meio de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 33. (Ensaio Latino-americanos, 2).

interior desse quadro é determinada a reelaboração dos sentidos de cotidiano, objetivado por um complexo fio discursivo presente nos dizeres sobre a cidade, interligados por relações dinâmicas, múltiplas e tensas, bem como salienta Mikhail Bakhtin⁴⁰², importa compreender o fim que o contexto narrativo procura alcançar, a demarcação de fronteiras e a posição tomada pelo discurso na hierarquia social de valores, o que compete desvendar é a proposta em que as palavras são construídas, sua apreensão e significado social.

Demolindo o território discursivo enraizado e amparado por fluxos de significações que seguem trajetória de mão única - com enunciado e intercâmbio comunicativo que ele produz se movimentando em campo demarcado pelo lugar que ocupa aqueles que operam e dão sustentabilidade a seu sentido -, permitindo levantar como palavras ditas outros significados, outras vias argumentativas antes ocultas e silenciada, capazes de, a contrapelo, problematizar e replicar tal expectativa gestada, hospedada e manifesta de modo habitual nas esferas sociais elitistas da cidade, trazendo mais que exposição de ideias sobre, evidenciando o apelo à vivência cotidiana de uma população negligenciada em suas necessidades, suas vontades, em seu existir.

As proporções do teor de desprezo ultrapassam termos definidos por territorialidade socioeconômica e cultural, impetrando o senso comum e chegando ao chão da fábrica, como conta Antônio Monteiro⁴⁰³ morador do bairro desde 1981, certa vez ao sugerir a um colega de trabalho que comprasse terreno no Morada do Sol, recebeu por resposta deste, que não moraria num lugar onde só tinha bandidos. Ademais, para os jovens além das dificuldades impostas pela falta de infraestrutura no bairro, o limite simbólico relativo entre ser morador de bairro pobre ou “da cidade” aparecia como mais um obstáculo a ser enfrentado na tentativa de buscar melhores condições de vida, visto que a possibilidade de dar continuidade aos estudos exigia a saída dos espaços do bairro e da cidade, conferindo àqueles que almejassem tal expectativa, movimentos de interação com jovens provenientes de outras localidades.

Ana Volpiano relembra o sofrimento da filha que, mesmo com a prefeitura disponibilizando transporte aos jovens que precisassem se deslocar em busca de curso superior, se viu obrigada a mudar de cidade para concluir os estudos, segundo relata:

Minha filha não aguentou o preconceito no ônibus, quando chegava lá em cima eles [os estudantes] começavam a imitar sapo, você tá entendendo! O

⁴⁰² BAKHTIN, op. cit., p. 148-153

⁴⁰³ Antônio Monteiro. Resgate e Preservação da História do Jardim Morada do Sol.

preconceito dela morar aqui. Por que na verdade quem ia na UNIMEP eram todos os tradicionais da cidade, você tá entendendo como que é! Então começava, ela vinha, ela falava ‘mamãe a senhora sabe de uma coisa, que eu venho na minha poltrona sozinha ninguém senta comigo, ninguém senta comigo mãe!’ E quando chegam lá eles já começam, porque na época tinha muito sapo e eles já começavam. A pressão foi tão grande dentro do ônibus, o que aconteceu? A minha filha acabou indo ficar em Santa Bárbara na casa da minha sogra para ir para a faculdade.⁴⁰⁴

Estas práticas alcançam níveis elevados de violência moral com pronunciamentos que anunciam ofensas, por vezes, no esforço em legitimar certa ideia de hierarquia social entre sujeitos. É notável a imposição de certo isolamento social no interior do ônibus escolar, que é espaço público ocupado por grupos territorialmente definidos e que se identificam via poder aquisitivo, visto que exprimem relações a serem instituídas entre lugares, modalidades de uso e o perfil dos ocupantes, mapeamento tendencioso que demonstra o contorno social e cultural da população de Indaiatuba, e colabora para que possa ser esclarecido como as subjetividades evidenciadas nos discursos arquitetam sistemas de valores e representações preconceituosas, que terminam por negar elementos da realidade social estabelecida no lugar. Tais situações ocupam pauta nas reuniões das pastorais da comunidade, tomando, por exemplo, parte nos sermões do Pe. João Augusto Piazza que, depois de questionado por Mario Hipólito - um de seus paroquianos - sobre como lidar com as discriminações sofridas pelos habitantes do Morada do Sol, orienta religiosamente ser neste momento “*que deve entrar a atitude do Cristão, de mostrar que somos iguais e ninguém é melhor que ninguém por morar aqui ou acolá.*”⁴⁰⁵

Toda tensão gerada no campo das relações que passaram a ocupar espaço na cidade, aos pouco são sentidas e explicitadas por intermédio de atitudes produzidas em ambos os lados dessa esfera, cada grupo a sua maneira procura desenvolver interpretações e práticas que possibilitem o convívio no seio das estruturas sociais fincadas como produção ou imposição de sentido, visto que, segundo Bourdieu, os conhecimentos ou as categorias que tornam possíveis o conhecimento desse mundo social são o que estão em jogo na luta política - sem necessário constituírem grupos antagônicos -, luta ao mesmo tempo ideológica e prática pelo “*poder de conservar ou de*

⁴⁰⁴ Ana Postigo Volpiano, op. cit.

⁴⁰⁵ CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio* n. 36, 10 de fev. 1991, p. 8.

*transformar o mundo social conservando ou transformado as categorias de percepção desse mundo.*⁴⁰⁶

Assim como o estranhamento e a dificuldade em lidar com as transformações advindas da expansão demográfica gerou determinado posicionamento apelativo à indiferença, neste quadro também se fez necessário criar subsídios que supostamente promovesse a definição de princípios e comportamentos a serem praticados como convenientes aos padrões sociais estabelecidos na cidade, função atribuída a Igreja, por exemplo. E mesmo que a mobilização na cidade tenha propósitos cujos limites foram bem demarcados, não podemos aferir que as práticas foram demarcadas por fronteiras rígidas e intransponíveis entre os polos sociais da cidade. É legítimo ponderar que no interior das relações socioeconômica e culturalmente expressas despontaram figuras engajadas, tanto na incumbência de dar continuidade aos trabalhos de apoio à formação de comunidades católicas no bairro, bem como tentar contornar tensões geradas buscando aproximar moradores antigos de novos sujeitos. Para estender a articulação de sociabilidades entre esses novos moradores com antigos habitantes da cidade que comungassem os mesmos referenciais e condições de vida, foi promovido intercâmbio entre os bairros pobres com apoio religioso por meio das comunidades eclesiais, tendo por figura central o pároco Antônio Guedes, responsável por mediar o diálogo entre populações de regiões periféricas com base em ponto comum já definido, qual seja, sua condição de vida e trabalho. Relembra o padre:

No geral, na minha presença aqui, a minha grande preocupação, no bom sentido, não como angústia, mas como empenho, foi incentivar o surgimento das comunidades, onde cada bairro tenha uma comunidade e depois ajudar para que elas se formassem e organizassem a formação de agentes, neste período [início dos anos de 1980] houve também uma intensificação na pastoral operária, não sei se ela ainda continua viva, mas naquele tempo houve uma intensificação, nós fizemos alguns acontecimentos dessa pastoral como uma caminhada que começou aqui e foi terminar na Santa Maria Goretti, onde Dom Gilberto veio presidir a missa no dia 1º de maio.⁴⁰⁷

No cerne da trama é que a sensibilidade e os conhecimentos do padre vêm ocupar espaço representativo, sua iniciativa teve como proposta abrandar o sentimento de desprezo e aproximar pessoas que encontravam “do outro lado” da esfera social indaiatubana, para que estes, por meio de contato pudessem conjugar valores próprios que viessem a promover seus organismos de representatividade. Entre uma infinidade de memórias a serem recobradas, Antônio Guedes lembra que foi por meio de ação

⁴⁰⁶ BOURDIEU, op. cit., p. 142.

⁴⁰⁷ BATE PAPO. *Jornal das Paróquias*, Indaiatuba, jul. 1988, p. 8.

junto a pastoral operária que buscou o incentivo à formação de comunidades nos bairros, com finalidade de integrar populações trabalhadoras que comungassem realidade comum. A caminhada do Morada do Sol até o Jardim Santa Cruz - local onde está estabelecida a comunidade Santa Maria Goretti - exprime a preocupação do padre em praticar junto aos moradores dos dois bairros noções de cooptação entre grupos, evento que permite certa identificação e reelaboração de sentidos, pois trata-se de uma caminhada que encerra em missa do dia 1º de Maio, atividade cultivada na condição de convenção de propósitos, uma vez que o movimento da massa trabalhadora teve destino estabelecido e foi motivada pela importância simbólica da data, o Dia do Trabalho.

Dessa forma, por meio de práticas religiosas e dos valores simbólicos do trabalho é promovida a familiaridade entre grupos de pessoas que se valem de realidade semelhante, adverso à ótica e atitude de manifestações de desprezo e hostilidade de pessoas que por idealizarem na qualidade de possuidoras de valores calcados em tradição⁴⁰⁸ seletiva buscam suas convicções em passado intencionalmente organizado para firmar determinada coesão interna de grupo e, por sua vez, diferenciá-los de outros grupos que orbitam em seu entorno. Aos novos sujeitos da cidade coube a introdução de estruturas que contribuíssem para a emergência de seus próprios referenciais, desviando, mesmo que sutilmente, daquele processo tenso de tentativa de imposição de normas que toda cidade promove a seus habitantes com base em projetos e articulações políticas, deduzindo serem tais incursões formuladas por etapas bem acentuadas e viabilizadas adequadamente; por vezes, retardando a produção orgânica de sentidos que são elaborados no interior da vida cotidiana e configuram-se na sutileza das práticas geradoras de aproximação entre moradores, definindo outros valores que possam ser percebidos enquanto sinônimo de identificação entre sujeitos.

⁴⁰⁸ Na introdução da obra "*A invenção das tradições*" Eric Hobsbawm fornece elemento teórico para a análise desse contexto. Para o autor, seja de natureza ritual ou simbólica, ao reorganizar seus valores e normas por meio de uma "*tradição inventada*", um certo grupo busca no passado elementos que possam legitimar e unir seus interesses. [HOBBSBAWM, Eric. Introdução. *A invenção das tradições*. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23]. Em contraponto a mobilização de forças para elevar um passado à condição de tradição induzida, Antônio Gramsci adverte para a questão de a tradição poder também significar resíduos de passividade e resistência ao novo. [GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 400.]; nesta vertente teórica a tradição pode ser percebida como sobrevivência do passado, que para Raymond Williams muitas vezes não passa de pretexto dos grupos sociais que perderam espaços e encontram-se sem recursos, em parte, condicionados por algum desenvolvimento hegemônico particular, restando para eles à luta pela manutenção retrospectiva dos valores tradicionais. WILLIAM, op. cit., 2000, p. 137-138.

4.2 Grupos de vivência, a casa: espaço privado feito coletivo

As manifestações que emergiram no seio da Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária colaboraram com arrecadações para a construção da capela e nomeou pessoas para acompanhar os trabalhos de fé no bairro, dentre aqueles que passaram a atuar nos espaços do bairro destaca-se o protagonismo do padre Luiz Antônio Guedes, disposição cimentada com o designio de formar a primeira comunidade pastoral no local, como descreve o pároco:

Eu cheguei aqui na Paróquia Nossa Senhora da Candelária no dia 15 de fevereiro de 1981 e este bairro [...] estava começando a ser loteado com mais de oito mil lotes além de outros loteamentos que haviam aqui ao redor. A minha primeira preocupação quando cheguei foi visitá-los e em cada bairro descobrir pessoas que já tinham uma ligação com a Igreja para através dessas pessoas, convidar outras para se dar incentivo nas comunidades [...] Numa quinta-feira foi feito a proposta, o pessoal topou e foi dado início a mais uma comunidade.⁴⁰⁹

A instauração de uma comunidade eclesial com orientação do padre Luiz Antônio Guedes, teve por iniciativa agrupar pessoas praticantes do catolicismo que se encontravam dispersas pelo bairro e formar a partir desse ponto os grupos de vivência, pequenas agremiações de vizinhança que reuniam as terças-feiras em casas de fiéis para rezarem e partilharem a palavra de Deus⁴¹⁰, organizações consideradas alicerce das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.⁴¹¹ Os grupos de vivência no bairro foram formados ao abrigo e orientação do pároco que por sua vez é agente externo a comunidade e tem sua participação social no bairro objetivada na instituição da Igreja Católica, colaborando assim para esmaecer a hipótese que fecha a análise da reelaboração de sentido e interpretações das potencialidades coletivas como

⁴⁰⁹ BATE PAPO. *Jornal das paróquias*, op. cit.

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. São grupos locais cujo alcance confunde-se normalmente com a vizinhança ampliada (bairro, vila ou morro nas periferias urbanas; vilarejo, patrimônio ou colônia na zona rural), as CEBs não seguem um modelo fixo, amoldando-se a diferentes contextos socioculturais. [OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 13 de jan. 2018.] Edson Nunes e Pedro Jacobi tem um estudo de vanguarda sobre o tema dos movimentos populares urbanos, e são eles que tecem a seguinte conclusão sobre a importância das comunidades eclesiais de base nos bairros pobres. As CEBs representam então uma das poucas, senão a única, alternativa para as classes populares, a partir da discussão sobre as condições de vida dos moradores, propiciando assim o desenvolvimento de formas democráticas de participação de base e a formação de lideranças locais. NUNES, Edson; JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista de democracia. In: MOISES, Jose Álvaro. [et al.] *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 178. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

circunscritas no caráter espontâneo ou individual, havendo neste contato o desdobrar de articulação de interesses, impulso que Beatriz Sarlo define por “*interseção de instituições e experiências*”⁴¹², uma vez que “*não há experiências que não tenham, de alguma maneira, as instituições como referência presente ou ausente, ativa, dominante ou frágil.*”⁴¹³ Revelando assim diferentes níveis de poder segundo determinações de campos de possibilidades em que experiências são realizadas, atuando nos espaços sociais seja para a manutenção de normas ou à sua inovação⁴¹⁴, por isto a relevância em demarcar as atribuições da Igreja no âmbito da estruturação histórica do Jardim Morada do Sol.

No caso característico do Jardim Morada do Sol, os grupos de vivência destacam-se por estarem corporificados em iniciativa geradora de socialização, no entanto, de modo algum essa manifestação pode ser decifrada como paradigma explicativo exclusivo para se entender as articulações entre sujeitos, condição que levaria a simplificar a realidade essencial que ocupa lugar no Morada do Sol. O ordenamento explicativo aqui apresentado tem por finalidade retratar a representatividade dos grupos de vivência no interior das manifestações coletivas emergentes, assinalando o engajamento da Igreja ainda em princípio de ocupação do território e, nesta conjuntura, ressaltar o protagonismo de moradores na elaboração cultural de suas necessidades. Relações que vão se compondo sensivelmente no percurso de suas vidas, forçando a articulação de práticas diversas capazes de aliviar as adversidades e abrir caminhos que facilitem o convívio diário naquele espaço.

O relato seguinte de Hermínia Raquel explicita a aproximação entre símbolos e práticas que permitiram a conjugação entre religiosidade e a ação de forças face às privações, combinação de elementos que forneceram subsídios para ampliar o sentido de pertencimento enquanto *lócus* de grupo, solidários em seu termo.

Meu filho estava com quatro anos e a preparação de batismo dele nós fizemos na cocheira, foi feito na cocheira. A preparação de batismo dele foi feita na cocheira porque era uma capelinha só que não tinha espaço, então reunia aquelas pessoas assim, e não tinha nem pessoas assim já ... não tinha uma pessoa pra fazer a preparação de batismo [...] você tinha que fazer um movimento.⁴¹⁵

⁴¹² SARLO, op. cit., p. 223.

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ Ibidem.

⁴¹⁵ Hermínia Raquel da Silva, op. cit.

Impressiona a habilidade em granjear recursos que possam suprir carências, rituais católicos são resinificados conforme as disponibilidades materiais existentes, a ênfase de Hermínia na ideia de que seu filho foi preparado para o batismo em uma cocheira expressa um teor de lamento e ao mesmo tempo contentamento, por reconhecer-se enquanto vanguarda de um movimento ainda em sua singela configuração. A cocheira, antes lugar destinado a abrigar animais e guardar materiais de trabalho utilizado no campo, passa a ter outra funcionalidade, quando das transformações sofridas pelo lugar, passando suas instalações a serem aproveitadas para a prática de rituais religiosos. O sentido interpretativo do uso do lugar é sustentado por um vínculo que envolve estágios de rearranjo, cravado nas transformações experimentadas no âmbito das representações.

A cocheira se projeta em dimensões históricas do bairro na condição de marco que compõe a gênese da ocupação do espaço, é na cocheira que ocorre as primeiras manifestações de cunho religioso, enunciado composto por representação simbólica sacra, visto que, sem me ater ao rigor comparativo, a manjedoura onde nasceu o Menino Jesus é lugar destinado a acomodar animais. Logo, ter neste espaço uma idealização sacra retrata a necessidade que os sujeitos apresentam de assimilarem valores católicos articulados a suas próprias práticas e condições de vida, reelaborando símbolos segundo sua realidade cotidiana, interpretações que tornam mais dinâmicas conforme se movem entre jogos de linguagem e representações construídas nos diferentes espaços do bairro. Ana Volpiano insere a história da cocheira em suas narrativas com base em outra prática de socialização, as festas.

A primeira quermesse, a primeira festa que teve aqui foi na cocheira e foi uma festa tão grande que veio gente da cidade, família tradicional. Quem fez essa festa foi o José Carlos Tonin; a gente organizou, a gente falou vamos fazer essa festa [...] Essa festa aí, foi uma festa não foi uma quermesse. Aí a primeira quermesse do Morada do Sol, a primeira! Foi da Associação Amigos de Bairro, que foi uma quermesse que aquilo teve tanta gente, teve tanta gente! Nós não tínhamos nada construído, nós começamos, eu me lembro do José Carlos, estava o Zé, o João do Campo, eu tenho as fotos, e nós cavando e era um velho que não tinha o nariz e foi lá ajudar a cavar e fomos buscar eucalipto com o caminhão do Cido, cortar eucalipto pra armar as barracas, bambu pra enfeitar. E nós fizemos essa quermesse e ... gente será que vai vir ... rapaz do céu! Mas aquilo foi tanta gente que era três horas da manhã e nós vendemos tudo que nós tínhamos, o Gianini foi a padaria que assou os frangos pra nós, nós vendemos tudo, foi uma quermesse linda foi nossa primeira quermesse. Aí depois veio a segunda, aí a Santo Antônio fez e foi um sucesso, não tinha a igreja ainda, era a capela. Tinha um gramadão aqui que era na beira do rio, até um certo porto assim perto da cocheira, e a

festa foi ali perto da cocheira, acho que até usaram a cocheira até na época, e foi um sucesso!⁴¹⁶

O impulso à transformação material da cocheira da antiga fazenda Engenho d'Água em marco das manifestações coletiva associa-se ao fato desta, em última instância, ser uma das poucas edificações existentes no bairro com capacidade para agrupar número representativo de pessoas. A imagem apresentada logo abaixo, demonstra a cerimônia litúrgica de lançamento da pedra fundamental da construção da Igreja Santo Antônio, é uma das poucas imagens que retrata o panorama de parte do bairro ainda em estágio de ocupação, permitindo tecer certa ideia acerca da disponibilidade de lugares destinados a celebrações ou reuniões populares diversas.

IMAGEM 6. Cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol em Indaiatuba. Agosto de 1983.



Fonte: Arquivo da Paróquia Santo Antônio do Jardim Morada do Sol. Indaiatuba, SP.

A construção da igreja vem suprir a carência de um ponto de referência para o bairro, sua existência atribuída nas falas dos moradores contribui como parâmetro para definir as propriedades relacionadas em esfera de ação no interior das dimensões históricas do lugar. É em seu passado, no prelúdio da edificação da Igreja Santo Antônio que se elevam pilares carregados de referenciais que sustentam tanto sua existência material, como seus valores simbólicos. A primeira quermesse, não foi estritamente uma festa paroquial, imprime-se nela sentido proporcional ao ato de apoio à construção da fé, quermesses são festas paroquiais em sua natureza, e esta foi em realidade uma festividade organizada pela Associação Amigos de Bairro, neste ponto o

⁴¹⁶ Ana Maria Postigo Volpiano, op. cit.

elemento dualista sagrado e profano é dissolvido na realidade prática representada em sistema de dois polos “*no qual um significante flutuante transita de um âmbito para outro sem deixar de se referir ao mesmo objeto.*”⁴¹⁷

De tal modo, o sentido primordial das expressões culturais está fortemente vinculado à realização das celebrações que em si trazem a articulação de dois campos de representação, o confessional, agregado às instâncias laicas vivenciadas no bairro, e o religioso, que se estabelece na atividade paroquial incorporada como quermesse, percorrendo estágios que se complementam e sustentam a fluidez da demarcação entre eventos, interesses e sujeitos transformadores; percorrendo estágios de participação histórica definida nos resultados de suas vontades. O primeiro evento traz em sua organização a figura de José Carlos Tonin, político da cidade eleito prefeito em 1983, o que demonstra a mediação externa envolvendo figuras públicas já dentro do bairro - antes disso havia ocorrido a mobilização coordenada pelas senhoras católicas da região central da cidade com a I Feira de Arte e Artesanato acima mencionado. Doravante, mesmo com intermédio externo os eventos ocorreram no bairro e aos poucos sujeitos do lugar são incorporados no contexto e acentuados como promotores imediatos de suas obras: José Carlos, o Zé, o João do Campo que era o velho que não tinha nariz, o Cído do Caminhão, o Gianini da Padaria que assou os frangos; são pessoas que passam a ocupar efetivamente protagonismo no interior da construção de seus referenciais de moradores, não mais postos em plano secundário ou induzidos por ordenamentos exteriores.

O que se verifica na essência desse processo são articulações entre os campos de ação externo/interno, posicionados enquanto suporte para elevar potencialidades coletivas orgânicas, definindo sujeitos capazes de produzir e manter interações constantes com sua realidade, bem como interpretá-las por mediações positivas para o alargamento do princípio de coletividade. Era preciso assumir as rédeas, dar sustentabilidade aos projetos de agrupamento de pessoas em torno de propostas comuns, em vista disso, de onde tirar recursos para tanto? Da demanda daqueles que residiam e faziam uso do lugar, é neste quadro que as quermesses ganharam contornos de espaço de comutação de interesses, de modo que pode ser elucidado na fala de Antônio Carlos:

O momento da festa como se diz, a maioria das coisas era doada e depois você mesmo ia consumir pra poder ganhar, era leilão. Tipo assim, olha vai ter frango assado que era uma das coisas mais fácil e ainda era feito num forno grandão assim, ainda nem era essa assadeira, depois que a Candelária

⁴¹⁷ AGAMBEM, Giorgio. Elogio da profanação. In: _____. *Profanações*. São Paulo: Boi Tempo, 2007, p. 68-69.

comprou uma dessas que ficam virando assim, coxinha, quentão vinho quente [...] A maioria como veio do Paraná, eles mantinham a tradição por ser na época que como era Santo Antônio o padroeiro né, como era não, como é. Então o pessoal vinha da roça, do jeito que era lá eles vinham e faziam aqui.⁴¹⁸

A maneira encontrada para se mover de acordo com propósito comum demandava a disposição de recursos que os moradores pouco tinham naqueles anos, condição que determinava incentivo para além do espírito filantrópico, invertendo o sentido conceitual enquanto atividade comum entre grupos de pessoas privilegiadas economicamente. Para garantir arrecadações entre os moradores do bairro a prática constituiu em ofertar e depois comprar os donativos, dando outro significado ao ato de doar, agora a mão que recebe é a mesma que oferta, mantendo curso circular e assentando o sentido do ato acima da própria prática; situação que produz um efeito amplo e dinâmico, impulso necessário para minimizar as diferenças existentes naquele chão e dar abertura para evidenciar valores que já existiam em grande parte nas pessoas, apreendidos enquanto tradição religiosa que posto em prática conjuga interesses, eram homens e mulheres vindos da roça, devotos, pessoas de hábitos simples que em meio a carestia colocavam em evidência suas habilidades culinárias e festivas que em si também definia posições no interior das relações em processo de efetivação. Hermínia Raquel pontua a figura do migrante paranaense e suas características como preceito fundamental para garantir a simetria entre moradores:

No começo da quermesse né, o povo que veio do paraná era um povo muito acolhedor, olha era um povo acolhedor, olha um trazia cuscuz, um bolo, um trazia um pudim, então era tudo doação, era muito gostoso [...] No início das quermesses era doação e aquela época como o povo estava vindo de lá, eles nossa! Eles participavam e muito, que a maioria era do Paraná.⁴¹⁹

Aquele que chega é o mesmo que acolhe, demonstração significativa para articular a aproximação entre moradores em favor de um bem comum. Por representarem uma maioria no bairro, as pessoas que vieram do estado do Paraná⁴²⁰ terminam por ocupar posição de relevo no formatar das novas práticas cotidianas, sua hospitalidade produz compasso necessário para inibir a expectativa de fragmentação

⁴¹⁸ Antônio Carlos Gomes da Silva, op. cit.

⁴¹⁹ Hermínia Raquel da Silva, op. cit.

⁴²⁰ Em levantamento demográfico feito no ano 2000, a ocupação do bairro Jardim Morada do Sol era de aproximadamente quarenta e quatro mil habitantes, equivalente a um terço da população total da cidade, demonstrando o forte povoamento da região periférica da cidade. Deste quantitativo do bairro 75% são migrantes, por sua vez, distribuídos em 35,40% provenientes de São Paulo e, 30,38 do Paraná e 9,22% representado por moradores vindos de outros Estados do Brasil. ALVES, op. cit., p. 74.

social demarcadas por valores culturais trazidos, o que certamente dificultaria a condução de projetos comuns.

As narrativas colocam em prisma analítico definições de complexo trato, a disposição à doação no bairro tem por base a mesma prática dos moradores da região central da cidade, só que não absorve significado semelhante, de fato refere-se ao reelaborar de experiências, uma vez que reside a atitude de ofertar, mas não é uma oferta mantida pela acepção transcendental amparada na ideia de “*Amarás o teu próximo como a ti mesmo*”, no sentido de dar ao pobre e ao estrangeiro a sobra de seu trabalho.⁴²¹ O caráter da doação de pobres em benefício de sua coletividade tem procedência e destino mais curto, fazendo uma espiral que absorve o aspecto religioso e divino em sua origem, contudo, desaguando na supressão de necessidades reais, manifestações que não encontram em polos distintos, complementam e se confundem no mesmo corpo social. Para melhor definir a realidade posta, cabe aqui o ditado popular expresso por Antônio Carlos:

O que pesava não era o valor, era a **atitude de contribuir**, depois ia fazendo. Ai vai se fazendo, ai depois vai melhorando como foi melhorando com as quermesses, vai se juntando, ‘olha vamos juntar um pouco’ como diz por ai, vamos juntar... **vamos engordar um pouco o porco pra depois ter bastante gordura pra queimar** senão não adianta.⁴²²

A proposta é contribuir, no sentido de colaborar para a realização de algo significativo para a comunidade em si, diferente do ato de contribuir com definição de doar, prestar ajuda material ou financeira a outrem; está na fala do sujeito, é seu modo de interpretar as manifestações em que participa intimamente, o que torna significativo avaliar o espaço social em que o conceito é aplicado, a forma que é produzido e o sentido transformador que toma em sua receptibilidade, desse modo eliminando a possibilidade de exame estereotipado e vazio, o que anularia por completo a externalidade interpretativa. Para as pessoas implicadas no contexto em questão o que tem relevância é “*engordar o porco pra depois ter bastante gordura pra queimar*”⁴²³, ou seja, é preciso poupar para depois aplicar em benefício comum; diferente da prática religiosa de doação expressa na parábola bíblica do Livro de Lucas⁴²⁴, em que a ideia de

⁴²¹ BÍBLIA, V.T. Levítico. 19: 9-18. BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento*, São Paulo: Ed. Ave-Maria, 2014, p. 163.

⁴²² Antônio Carlos Gomes da Silva, op. cit. (Grifo meu).

⁴²³ Ibidem.

⁴²⁴ BÍBLIA, N.T. Lucas. 10: 25-37. BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento*, São Paulo: Ed. Ave-Maria, 2014, p. 1362.

ajudar ao próximo é revelada na figura do bom samaritano, em que samaritano é o outro, abastado, caridoso, que de boa vontade ajuda ao judeu caído.

Em tese, as práticas existentes no espaço do bairro estão inseridas em um quadro religioso, conduzido por mãos da Igreja Católica, certamente! Porém, da essência presente no ato a religiosidade cede espaço involuntariamente para a formulação de outros significados também impressos na mesma prática, não existe modelo para extrair e dividir tais significados, eles encontram imbricados no mesmo acontecimento, no transcorrer da narrativa de Antônio Carlos há essa ansiedade em entremear amplo contingente de sujeitos no quadro das relações, e definir as função e intencionalidades de cada grupo em uma perspectiva correspondente:

Você tinha que dar sustentação de vida pra ela, entendeu! Porque na época não tinha um padre fixo e depois veio um padre fixo que hoje é bispo em São Paulo [se refere a figura de Luiz Antônio Guedes], mas ele tinha que ter um grupo. Então veio o Guedes como padre, e daí começou a celebrar com nós aqui no dia das missas aqui da quarta feira [...] então tinha que ter um grupo de pessoas, o pessoal fala ‘quem que vai assumir essas coisas?’ Tinha que ter ... vamos supor, se vier em casa eu estou aqui, você entendeu! Oh! Carlão tem um ... como as vezes muitos políticos fazem mesmo aí, ‘oh! Faz uma reunião lá eu compro umas bolachas’, aquelas coisas, quer dizer não era bem assim, entendeu! Então, tinha a capelinha e daí já não era mais rural (pastoral rural) como virou urbana por causa do andamento (crescimento da população do bairro) então ficou comunidade Santo Antônio que já era por conta da dona da fazenda, do dono da fazenda do Barnabé velho, ele até deixou a imagem pra nós aí. E aí você vai ... você ajuda aqui, outro ajuda ali [...] fazia quermesse, fazia aquelas barracas de bambu, dividia uma coisa daqui uma coisa dali, não era assim que nós fazíamos? Guardava as coisas na casa deles lá (referindo-se ao pessoal da Associação Amigos de Bairro) as coisas principais, fogão, as coisas porque ... porque não tinha onde guardar também. Pra fazer quermesse na Santo Antônio era assim.⁴²⁵

Ana Volpiano, ao referir aos eventos que marcaram o processo histórico de aproximação entre moradores do bairro, nomeia pessoas comuns praticantes da vida comunitária de modo a posicionar os sujeitos em condição de referência para o bairro, assumindo representações que dão sustentabilidade a ideia de autonomia e experiência própria elaborada no lugar; por sua vez, Antônio Carlos chama de “*sustentação de vida*”⁴²⁶ as condutas que poderiam enrijecer a proposta de comunidade, ele desloca cada agente para o campo de ação, atribui-lhes papéis e depois suprime as categorias externas para então sublinhar as noções de grupo como algo efetivo, inscritos nas disposições da casa enquanto espaço de socialização que possui natureza própria, e mesmo carecentes de ambiente adequado para sua efetivação este é inventado, polido de possíveis

⁴²⁵ Antônio Carlos Gomes da Silva, Ibidem.

⁴²⁶ Ibidem.

excessos e contradições, pacto fundamental para que possa receber um outro sentido em sua modalidade: de espaço familiar, privado, passando à lugar de congregação de pessoas que, mesmo não constituindo parentesco, compartilham determinado propósito e atividades comuns.

No instante em que a casa toma lugar enquanto ponto de referência para a reunião do pessoal da Igreja Católica, nos *grupos de vivência* é que as diversidades se revelam, é esta primeira manifestação de agrupamento de pessoas na esfera da casa para partilhar valores cristãos que pode vir a motivar a assimilação de outras práticas comuns adequadas à construção de reciprocidades, uma vez que, é no espaço doméstico que previamente as dificuldades diárias são percebidas, também é nele que são preservadas memórias e experiências coletivas. Independentemente de sua comodidade, tempo de existência no lugar ou localização, a casa acolhe a família, as relações de aproximação entre vizinhos se fazem mais íntimas a partir do momento em que se convida a entrar e, como disse Gaston Bachelard: “*A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso.*”⁴²⁷ No Morada do Sol, o propósito em aproximar indivíduos em torno de propostas comuns tem na casa espaço privado feito coletivo, simbolicamente arquitetada como templo, em estágio de convivialidade eletiva, sua sede é lugar próprio, teatro de operações reservado que também pode, e deve, se estender ao fluxo, “*ser o lugar de passagem de uma circulação contínua, onde se cruzam objetos, pessoas, palavras e ideias. Pois a vida é também mobilidade, impaciência por mudança, relação com um plural do outro.*”⁴²⁸

Com base no parecer de Michel de Certeu e Luce Giard, o espaço privado não é uma “*cidade proibida*”, uma vez que apenas a ausência de residente poderia respeitar “*a ordem imóvel das coisas*”⁴²⁹, a cidade é movimento e é em seu conjunto pulsão, os espaços do Morada do Sol em Indaiatuba inscrevem-se neste quadro e toma corpo apreciativo ao passo que a igreja e a casa fundem-se em uma personificação comum, abrangência singela correspondente a natureza própria que o ambiente em análise é capaz de promover. O argumento aqui reside no trato de questões expostas em ações que correspondem às necessidades de pessoas apropriarem dos espaços de modo articulado, a casa em certos momentos incorpora *status* que transcende sua objetivação enquanto espaço privado dotado de relações estritamente íntima e familiar, movendo o

⁴²⁷ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1976, p. 23.

⁴²⁸ CERTEAU, Michel; GIARD, Luce. Entremeio. In: _____. *A Invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 207.

⁴²⁹ Ibidem.

tecido conceitual de privado para uma dimensão mais ampla que incorpora a ideia de lugar ideal, retomando Certeau e Giard “*onde todos os passantes teriam rostos de amados, onde as ruas são familiares e seguras, onde a arquitetura interna pode ser modificada quase à vontade.*”⁴³⁰

Mesmo que esse lugar ideal não exista em sua totalidade histórica, pode ser criando enquanto campo específico, instigado por determinadas dimensões conjunturais, daí a importância em captar o estreitamento entre barreiras que limitam a interpretação dos sentidos existentes nas articulações das necessidades de ocupação dos espaços com propósitos acima de seus padrões instrumentalizados, é nesse espaço que emerge de modo significativo à percepção das diferenças presentes nos modos de falar, nos comportamentos, nos hábitos e costumes que somente são percebidos nos ambientes públicos de modo bastante discreto, visto que é no refúgio da casa que as pessoas sentem-se menos inibidas e mais à vontade para expressar sentimentos e valores uns aos outros.

Os primeiros contatos foram formulados em estágio de peregrinação pelo bairro, como aponta Hermínia, há todo um percurso para se chegar ao espaço privado da casa:

Era grupo de reflexão, era grupo de rua, então você tinha como referência a comunidade em si aqui [...] tinham os sermões nas casas, mas o foco era aqui (na casa). Tipo assim: o padre vinha uma vez por mês ou duas naquela época que era comunidade, então reunia pelo menos quando o padre vinha.⁴³¹

Ocorre o fluxo de pessoas pelo bairro motivadas pela prática religiosa, os grupos de reflexão, como define Hermínia, vão constituindo células no interior do corpo social, sua referência era a capelinha, no entanto a carência de um pároco que atendesse o local incentivava a ampliação do convívio religioso nos espaços privados. Sem a presença de uma liderança efetiva, os lugares de reunião da comunidade tornam-se mais fluentes e menos regulados, além da religiosidade, entre rezas de terços, sermões e adoração - o que certamente já proporcionava um redimensionamento da vida à palavra de Deus -, são nestes ambientes que as afinidades articulam-se em compadreados cultivados por relações afetivas, de amizade, afinidades geradoras de um mercado de trocas de experiências que combinadas assentam estruturas e práticas capazes de abrandar as dificuldades cotidianas e moldar novos elementos de socialização.

A casa em que ocorreria a reuniões tinha um período de tempo para se preparar para receber as visitas, ao ser avisado o anfitrião se dispunha a um ajustamento em seus comportamentos de modo à demonstrar cordialidade; em outros termos, o que aquela

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ Hermínia Raquel Silva, op. cit.

família tinha de melhor a revelar para suas visitas. Ana Volpiano, apesar de não fazer parte de nenhuma pastoral, participou de muitas dessas reuniões e conta que “*quando você marcava numa casa, todo mundo já estava sabendo que naquele dia ia ser naquela casa, então aquela casa já se preparava.*”⁴³² O zelo com o trato da aparência a ser transmitida aos vizinhos e companheiros de reza estimulava a construção de um padrão de socialização que obrigava as famílias a sustentarem determinado apuro, a mobilidade gerada em torno dos momentos de partilha dos espaços privados se convertiam em rituais que geravam pulsões de dentro para fora, a concentração de pessoas com propósitos doutrinários não se limitava aos ensinamentos bíblicos.

Nestas ocasiões, ao dirigirem às casas, conhecimentos vagos e incertos sobre os diversos sujeitos que circulavam pelo bairro começam a extenuar. Há grande preocupação em classificar o que se desconhece, de modo a facilitar sua identificação por meio de mapeamento tendencioso dos contornos sociais e culturais de populações, o que colabora para que possam ser arquitetados sistemas de valores e representações preconceituosas que terminam por negar elementos da realidade social estabelecida, desse modo deixando de perceber e sentir a pluralidade de relações que as práticas de uso do lugar possam vir a promover, considerando que os campos sociais são dinâmicos e não limitam a um determinado traçado topográfico. A forma plausível para romper o tecido do prejulgamento, pressupõe partir da realidade instituída para a construção de interpretações sobre os lugares e seus habitantes, tipo de articulação que será promovida nas conexões advindas dos grupos de reflexão e dará suporte para os habitantes do Morada do Sol perceberem-se em seus contatos efetivos:

E a convivência porque no caso, esse meu compadre [...] a maioria dos mais velhos não eram praticamente paranaenses eles eram tudo imigrante do Norte, Alagoas, Bahia, Ceará. Aqui se você sair e encontrar os velhos que estão vivos ainda, tanto que o Sr. Albino, ele era baiano, ele foi pra Bahia e deu um infarto nele lá, só que veio ser enterrado aqui, colocarão num Escort lá, o cachão atravessado num escortinho e trouxeram ele, não sei como poder atravessar da Bahia até aqui. Você via a diversidade de... culinária.⁴³³

Como pronunciou Michel de Certeau, “*Onde o mapa demarca, o relato faz a travessia.*”⁴³⁴ Ana faz uso de episódio trágico e inusitado para construir sua afirmação. Se absorvermos a narrativa sobre a morte do Sr. Albino como simples eventualidade que beira o pitoresco, perde-se o fio que liga e dá suporte para a ideia que a narradora procura

⁴³² Ana Postigo Volpiano, op. cit.

⁴³³ Ibidem.

⁴³⁴ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 215.

sustentar, primeiro que a fala recusa a ideia de homogeneidade social entre as pessoas que vieram para o bairro, para que essa interpretação fosse refutada foi preciso maior aproximação entre as pessoas, a convivência, o compadreado, como aponta Ana, depois, a noção de pertencimento não se fixa definitivamente: “*eram praticamente paranaenses*”⁴³⁵; ou seja, o espaço de operação é feito de movimentos, é topológico, relativo a deformações de figuras e não tópico, como definidor de lugares, afirma Certeau.⁴³⁶

Mesmo nascido na Bahia, Ceará ou Alagoas, são esses lugares de origem que ajudam a pensar o propósito da narrativa em questão, porém não as determinam, visto que em certo momento do percurso de suas vidas essas pessoas moraram no estado do Paraná, assim como, por fim, se juntaram no Jardim Morada do Sol, lugar conjugado por movimentos assimétricos que só chegam ao equilíbrio, alcançam estado de imobilidade, no caso do Sr. Albino, com a morte. Igualmente, dentre distintas práticas, a convivência adequada para ampliar a dimensão do contato entre pessoas alcança efetivamente o seio daquela sociedade por meio da culinária, possibilitando identificá-las em seu tronco e tolerando clara exposição das diferenças enquanto espaço de diversidade.

Quando pessoas passam a compartilhar dos mesmos espaços de experiências, um dos pontos mais sensível para identificação da diversidade de comportamento está relacionado às particularidades alimentares, prática elementar em parte elaborada no ambiente originário e preservada nos hábitos cotidiano, bem como incorporada no deslocar-se pelos lugares, tendo por acondicionamento estágios de seleção baseado em preferências, condições climáticas ou financeiras⁴³⁷; repertório substancial dotado de intensa subjetividade, presente nos aspectos alimentares e no diálogo que ele pode promover entre seus praticantes. O relato de Antônio Carlos demonstra como a aproximação entre diferenças tomou corpo no cerne das relações construídas no Morada do Sol por meio da dieta alimentar:

Ela é paulista né [referência à sua esposa Hermínia], então ela comia farinha de milho, aí começou a conviver com esse povo de Deus aí, chegou lá teve que comer farinha de mandioca, vixe! Não é não gostar, não tinha o costume de comer. Eu até achava bonito, porque fazia a comida assim mais cheia de

⁴³⁵ Ana Postigo Volpiano, op. cit.

⁴³⁶ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 215.

⁴³⁷ Luce Giard colabora com a avaliação em pauta ao afirmar que “*De um grupo a outro, não se consomem os mesmos produtos, não se acomodam da mesma forma, nem são absorvidos respeitando o mesmo código de boas maneiras à mesa. As diferenças muitas vezes ficam por conta de uma **história cultural** dos particularismos obscuros, quando se trata de necessidades materiais configuradas pela tradição e de maneira de adaptar-se à produção agrícola do lugar*”. GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano: 2, Morar, cozinhar*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 241. (Grifo do autor).

molho, a parte mais dura da carne do boi, da vaca, essas coisas, que era a costela, ponta de peito e depois fazia aquele molhão assim [...] depois fazia aquele prato assim cara! E colocava mais um punhado de farinha naquele molho assim, aquele pedaço de carne cozido no molho; era mais cozido que eles comiam. Eu conhecia carne de boi dura porquê da situação da época e do meu pai, mas feito em molho assim, fazendo pirão não! Minha mãe por ser paulista ela tinha outro método de ... era farinha de milho que a gente usava, fazia o cuscuz com farinha de milho. Cuscuz com farinha de milho, virado com farinha de milho. Hoje você faz tapioca na festa da Igreja, apareceu, não sei se é alagoano naquela época, e aí faz tapioca de vários sabores e doce. Entendeu, então a gente no fim foi aderindo o costume deles.⁴³⁸

A primeira demarcação é determinada por origem, percepção da realidade imediata que não exige grande inspiração ou intimidade para ser empregada, advindo do contato constante entre pessoas diversas nos espaços do bairro, convivência que não gera ampla alteração nos modos de viver de cada um. No entanto, como já mencionado, e aparece aqui através da narrativa de Antônio Carlos, no Morada do Sol surge a necessidade de se estabelecer convivialidade, por essa via, a religião constituiu uma das ferramentas importante para aproximar pessoas, relacionamento que a princípio teve a casa por cenário, ao abrirem as portas para receber o outro é revelada parte das intimidades que permeiam o ambiente, expondo costumes praticados por aquelas famílias, seus hábitos alimentares, por exemplo.

IMAGEM 7. Momento de refeição entre famílias no Jardim Morada do Sol. Meados dos anos de 1980



Fonte: Arquivo Pessoal M. Helena. Clube de Mães Solidárias do Jardim Morada do Sol, Indaiatuba, SP.

⁴³⁸ Antônio Carlos Gomes da Silva, op. cit.

A imagem apresentada captura o instante em que a mesa de refeição é convertida em item complementar dos momentos de socialização entre famílias, a intimidade pulsa na precisa ocasião em que se entra em contato com as particularidades do outro. Nesta circunstância, os sentidos de coletividade que explicam as relações no bairro enquanto lugar social abastecido por trajetórias das mais diversas alcança acentuada dimensão, compreendendo sutil microcosmo que incorpora centelhas de tudo aquilo que está relacionado às trajetórias e vivências estabelecidas no lugar.

A farinha de mandioca juntamente com a carne dura do boi, apresentados na narrativa de Antônio Carlos como componentes do sustento local, são espécies vegetais e animais que correspondem ao clima e vegetação de um território geográfico, a seleção de determinado item para compor o regime alimentar, seu modo de preparo e consumo são em essência representações da condição de vida das pessoas do lugar, moldadas por mãos habilidosas e conhecimentos trazidos, capazes de transformar a face da pobreza em seus cheiros e sabores, concedendo a subprodutos alimentares feição de beleza, pela definição de Antônio Carlos, “*Não é não gostar, não tinha o costume de comer. Eu até achava bonito, porque fazia a comida assim mais cheia de molho*”⁴³⁹, pequeno lapso de estranhamento que expõe o movimento das práticas estabelecidas e justificadas na diferença, o não gostar não anula a possibilidade de vir a apreciar, abertura necessária para formatar novos costumes em intenso intercâmbio de valores.

A variação nos hábitos alimentares entre os moradores do bairro possui extensão bem menor que a geográfica, a farinha de mandioca trazida como substancial nos pratos das famílias que chegam ao bairro é percebida com certa semelhança à farinha de milho, componente da dieta alimentar dos que já coabitavam no lugar, alento para que possa construir uma ideia de correspondência entre sistemas de valores, causando nos sujeitos inclinação a se perceberem enquanto iguais. Ambos os itens culinários caracterizam por ser parte indispensável da dieta de famílias menos favorecidas economicamente, desse modo, os significados trazidos na narrativa de Antônio Carlos busca elaborar sentidos de reconhecimento entre usuários dos espaços do bairro, mecanismo de interação que pode ser definido por conveniência⁴⁴⁰, em que cada sujeito procura conceder uma parte de si à jurisdição do outro.

⁴³⁹ Ibidem.

⁴⁴⁰ A ideia de conveniência conceitualmente é aplicada por Pierre Mayol para explicar o ritmo de intercâmbio no qual cada usuário submete a vida coletiva por assimilação de um conjunto de práticas a fim de dispor a uma estrutura de trocas que pode admitir sugestões, articulações de sinais do seu próprio

Tais variações alimentares tencionam a reestruturação do abastecimento de mantimentos das vendas e mercadinhos do bairro, as distinções das iguarias alteram a economia local e leva à substituição de produtos nas prateleiras, Ana Volpiano abriu uma das primeiras vendas do bairro e lembra:

Quando nós chegamos aqui, nós também tivemos que adaptar a nossa mercearia a vender coisas que eram deles, por exemplo, se a gente quisesse colocar lá uma mozzarella ou um presunto já não vendia. E frango, não se vendia frango, era a carcaça de frango, se eu comprasse frango pra vender eu ia perder tudo [...] era um freezer enorme eu tinha que encher e não dava pra semana. A carcaça de frango eles tiram a cocha e sobre cocha, o peito a asa tudo, era só a carcaça de frango, eles levavam duas, três carcaças de frango. Eles comiam muito caldo né, pra você ver então o frango não adiantava era a carcaça de frango e isso era o pessoal que colonizou aqui que veio que comia isso daí.⁴⁴¹

Da carência financeira brotam hábitos capazes de moldar estruturas diversas que envolvem varejistas e donas de casa, ocupando traçados que convergem para o mesmo lugar, o prato do trabalhador. A procura por carcaça de frango de modo algum representa costume estruturado na satisfação por algo, nas reuniões dos grupos de reflexão é posto a mesas carne bem cozida em molho acompanhado com farinha de mandioca, a busca por sobras de frango transcreve o percurso tomado pelo acesso a gêneros básicos da dieta dos menos favorecidos, sem requinte atrativo ou particularidade, a inflexão no acesso a produtos de melhor qualidade nutritiva coloca sobras como produto de alto grau de demanda, fazendo da carcaça de frango um atrativo peculiar na mesa dos moradores do Jardim Morada do Sol.

Se por um lado havia restrições ao acesso a alimentos de melhor procedência e qualidade nutritiva, situação que era sentido pela estimativa referente aos produtos de maior circulação no mercado local, por conseguinte, tais circunstâncias eram geradoras de práticas que, se não eliminavam, ao menos supriam certas carências. A produção de subsistência é componente das práticas trazidas da vida no campo, é comum em bairro de cidades do interior ou da periferia de cidades médias ou até grandes, o cultivo de pequenas hortas ou lavouras e, o fruto dessa prática, por vezes, escoava para a confecção de aproximação entre moradores, uma vez que a colheita vem acompanhada de festejos envolvendo relações de vizinhança.

Assim como a produção de pamonhas feitas com milho colhido em fundo de quintais termina por envolver relações de proximidade entre residentes da mesma

reconhecimento. MAYOL, Pierre. *Morar*. In: In: CERTEAU, Michel; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 51.

⁴⁴¹ Ana Postigo Volpiano, op. cit.

localidade, prática comum em diversas regiões do país, outro gênero que chama a atenção e também se inscreve como atividade alternativa de interação social entre moradores é o feijão andu, produto que orbita entre os hábitos alimentares das camadas pobres da sociedade e em momentos de coleta possui capacidade para congrega diferentes pessoas em júbilo, quem recorda momentos sustentados por essa conjuntura festiva é Ana Volpiano.

Uma coisa também que eles plantavam muito era o feijão andu, tinha uma plantação aqui de feijão andu. Eles faziam uma comida com a farinha e o feijão andu na farinha, a primeira vez que eu comi foi no Sr. Manoel da Olivia, a enfermeira [...] Eu fui comer numa festa na casa deles, porque eles me chamaram pra comer na casa deles, eu cheguei lá e olhei assim, caramba o que é isso ai hein? ‘Ah! É um feijão que dá aqui no quintal’ aí que eu fiquei conhecendo o feijão andu e é gostoso, eles faziam com farinha de mandioca, parece uma ervilha e é gostoso. E eles também são nordestinos, e como ele (o esposo) gostava muito de sanfoneiro, eu falei caramba! Eu vou ou não vou, Puta! Uma baita de uma festa eu gostei, aquilo lá amanhecia, o poeirão levantando e no tacho o pessoal pegava um prato e comia.⁴⁴²

Curioso como são arquitetados elementos para suprir diversas necessidades regulares que atravessam a vida dos moradores do bairro, as atividades motivadas pela instabilidade de acesso a bens de primeira necessidade instiga as diversas potencialidades grupais, a carência não conduz a vergonha e ao recolhimento à privacidade como forma de ocultar os meandros da pobreza, pelo contrário, ela exterioriza, estimula a aproximação entre pessoas que encontram em circunstância semelhante, molda comportamentos e toma lugar em ação pública numa espécie de dialética das necessidades. Pequenos motivos eram transformados em grandes eventos, a vontade de cativar o outro decompunha a imagem de gente simples que pouco ou nada tem e projeta no seio daquela realidade organismos e impressões construídas com base em seus próprios referenciais, a colheita do feijão andu e o papel deste no paladar festivo, a música do sanfoneiro nordestino, todo o clima de celebração era composto em torno do tacho onde o alimento recebia o seu preparo, e todos sem distinção tinha acesso livre para se fartar; ritual orgânico visto por Elias Canetti como dotado de certo respeito mútuo, independentemente da posição hierárquica dos praticantes no interior do grupo:

Ele se expressa já no fato de estarem partilhando sua refeição. A comida que tem diante de si em tigelas comuns pertence ao conjunto de todos. Dela, todos comem um tanto, e veem que os demais se serviram também. As pessoas dão-se ao trabalho de serem justas e não favorecerem quem quer que seja. O vínculo existente entre os comensais reveste-se do máximo vigor

⁴⁴² Ibidem.

quando desfrutaram todos de um único animal, de um corpo que conheceram ainda vivo e uno, ou de um único pedaço de pão.⁴⁴³

O princípio da partilha reafirma uma postura de companheirismo que assegura e permite o alargamento das relações a ponto de despir o cenário de suas frações isonômicas basilares e, a partir daí, dar liberdade à manifestação das diferenças, que por derradeiro serão reconfiguradas como legítimas, ou seja, o que para mim é estranho, em partes passa a ser incorporado ao meu modo de vida enquanto ato de solidariedade e correspondência entre sujeitos. O chá ou o café que representam circunstâncias dispostas como rito de receptividade afetiva em ocasiões entre vizinhos ou parentes, tem sua variação aplicada no ambiente do Jardim Morada do Sol em momento de encontro dos grupos de vivência. Hermínia tem sua trajetória alicerçada em meio a relações estabelecidas nesses grupos religiosos e lembra como eram tecidos os momentos de visitas nas casas “*Quando a gente começou no início aqui e ia nas casas rezar. E eu não conhecia esse tipo de chá, era Nescau assim com água, serviam assim esse chá, eu vim conhecer aqui com eles.*”⁴⁴⁴ Ocorre toda uma ressignificação do rito de receptividade, a prática de servir o chá misturava com a prática de tomar chocolate quente, ambas compunham e se sustentavam nos limites do poder aquisitivo daquelas pessoas.

Eram migrantes vindos em grande parcela de regiões do Paraná, a estrutura climática do lugar de origem influencia e conduz a alteração nos componentes que dão sustentação ao simbolismo do ato, hábitos são entremeados e definidos em práticas comuns, e nesta justaposição compõem um simples ritual de congregação ao passo que produz resultado em seus praticantes. Antônio Carlos complementa a fala de Hermínia com a seguinte constatação “*Então, a gente ... eu como paulista e ela como paulista, a gente se integrou no sistema deles, nós tomávamos sim, sabe! Chocolate com leite, mas não era sempre. Mas pra eles tinham esses encontros e na maioria era assim, servindo ... falava chá de chocolate*”.⁴⁴⁵

Em meio à diversidade de experiências sobrepostas naqueles espaços de vivência, em estágios de estranhamentos e afinidades, as especulações e sensações se articulam forjando novos estatutos de compreensão dos significados de ocupação do lugar. As origens dos praticantes, os repertórios culturais produzidos no percurso de suas vivências, trazem em essência, combinações incipientes transmutadas de modo constante por meio de linguagens e condutas que foram selecionadas e incorporadas de

⁴⁴³ CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 219

⁴⁴⁴ Hermínia Raquel Silva, op. cit.

⁴⁴⁵ Antônio Carlos Gomes da Silva, op. cit.

diferentes dimensões históricas, utilizadas de modo a ultrapassar fronteiras delimitadas por meio de relações de classe ou grupos, assumindo forma típica capaz de imprimir sentido no instante de seu uso.

O campo de ação que corresponde ao bairro e a cidade é processo social acumulado cotidianamente, reestrutura-se, produz rendimento e é apropriado de modo distinto por diversos setores dessa sociedade, Néstor Canclini⁴⁴⁶ aponta ser possível pensar que as práticas populares são constituídas de processos híbridos e complexos que tem por significado de identificação elementos de diversas classes, dentre estas, as classes populares dotadas de capacidade de adaptar a um sistema que as inclui. Por sua vez, Start Hall⁴⁴⁷ ao avaliar as comunidades de imigrantes nos bairros britânicos entende essas comunidades como portadoras de complexos contornos de vivência em que as formas de vida trazidas de suas culturas de origem continuam influenciando as auto definições comunitárias, operando em todos os níveis no interior dos diversos modos de interação cotidiana juntamente com as atividades da vida social, daí a importância de pensar os processos de inter-relações no bairro por meio da ideia de conveniência, perspectiva tratada por Pierre Mayol⁴⁴⁸, visto que as assimilações da vida coletiva são fatores que promovem trocas e concedem sinais de reconhecimento no interior do grupo.

É notável que formas de interação sejam gestadas agregando carências particulares àquelas determinadas dos espaços coletivos, atraídas por vezes pela possibilidade de socializar os problemas gerados na intimidade do lar, ter outros iguais com quem lamentar angústias. Em vista disso, a formação do Clube de Mães Solidárias compõe parte do movimento de articulação de experiências diversas, capazes de dar sentido e definir padrões de comportamento no interior do bairro. O Clube de Mães teve à sua frente Maria Helena Palazzin, migrante de Moreira Sales no estado do Paraná, sua história de vida é entrelaçada a de outras tantas mulheres, muitas das vezes movidas por necessidades distintas. Maria Helena mudou para Indaiatuba por necessidade de seguir a direção tomada por trabalhadores daquela cidade, forçada pela conjuntura da perda de clientela no comércio da família, foi levada a seguir com seu estabelecimento o fluxo migratório; nos primeiros anos, com o bairro ainda em formação, se viu obrigada a buscar meios para ampliar a renda familiar, visto que sua filha ficou estudando em uma

⁴⁴⁶ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2013, p. 195-274.

⁴⁴⁷ HALL, Stuart. A questão multicultural. In: _____. *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2003, p.63.

⁴⁴⁸ MAYOL, op. cit.

universidade na cidade de Maringá, no Paraná, neste momento o bordado e crochê passaram a representar ocupação alternativa.

Com uma história de vida que vai das lembranças de infância, em que, entre novenas, participava das feirinhas da igreja vendendo sucos. Conheceu ainda cedo o sentido do trabalho voluntário com sua mãe, percepção que é encontrada em outros espaços uma vez que suas primeiras professoras trabalhavam na escolinha da cidade como voluntárias.⁴⁴⁹ Ao iniciar o trabalho de complementação de renda, se viu atraída pela possibilidade de aproximar outras mulheres do bairro da prática do crochê e bordado, sob finalidade da prática do trabalho artesanal outras atribuições foram incorporadas sutilmente ao cotidiano dessas mulheres, lembra Maria Helena:

Eu via a necessidade do povo, as mães que não sabiam fazer nada, mal pregava um botão [...] Todas pobres, mães de família, marido operário [...] Elas vinham, tomavam o lanche da tarde, era um lanchão pra todo mundo, bordavam, costuravam, faziam... tudo que eu pude ensinar pra elas eu ensinei [...] Não sabiam bordar, não sabiam fazer crochê, não sabiam ... eram simplesmente uma dona de casa, entendeu! Então eu queria que elas tivessem uma renda futuramente ‘aprendam porque isso aqui futuramente é útil’. Até se chegar a ficar viúva, chegar a ficar depressiva, porque eu recebia muita gente depressiva, os médicos mandavam, ‘vai no Clube de Mães, vai aprender alguma coisa pra encher a cabeça’. Eu achava que era um remédio pra elas, porque cabeça desocupada é um problema né. Ai elas vinham, a maioria elas vinham até pra comer, porque com certeza em casa não estava legal. Vinha, tomava um lanche, tomava ... no inverno a gente fazia sopa, fazia um panelão de sopa, tomava sopa, eu deixava elas a vontade, ah! Não quer bordar agora não borda; ai virava em papo, conversar, porque tinha que levar assim né. Pra incentivar, pra ver se voltava, porque quando tá depressiva nem volta. Eu deixava meio a vontade, não quer fazer isso agora não faça, mas volta amanhã viu, ai no outro dia já estava melhorzinha, voltava, comia melhor né.⁴⁵⁰

Da prática do trabalho artesanal, eram acrescentadas outras atribuições que tinham por propósito a melhora de vida daquelas mães. Ao acolher essas mulheres, alimentá-las toma um sentido mais vigoroso que o nutrir de seus corpos, Maria Helena entremeia e transfere parte de suas habilidades e asseios para mulheres que, por ventura, encontravam fragilizadas, desprotegidas e inscientes para com o trato da própria condição feminina, indo da higiene pessoal ao melhor aproveitamento de momentos de desocupação para ampliar a renda família. A sutileza e o empenho em trazer essas pessoas para um convívio coletivo mais saudável era tido por artifício determinado a auxiliar na busca e melhora da autoestima e convivialidade, o que certamente refletia na condução do relacionamento no seio da família, bem como do sentimento de

⁴⁴⁹ ALUNOS do 4 ano B. Escola Municipal de Educação Básica Leonel José Vitorino Ribeiro. BIOGRAFIA de Maria Helena Palazzin. Indaiatuba, SP.

⁴⁵⁰ Maria Helena Palazzin, nascida em 1942. Entrevista realizada em 21 de julho de 2017

voluntarismo no espaço coletivo, uma vez que o Clube de Mães assim como a Igreja possuem atribuições expressivas na catalisação das práticas e sua significação coletiva entre os diversos sujeitos habitantes do lugar. Mais que isso, o aprendizado da produção artesanal termina por colocar essas mulheres em contato com o empreendedorismo familiar, entre a produção e a venda dos artesanatos articula-se conhecimento de como ampliar e manter a atividade produtiva de modo lucrativo, Maria Helena recorda:

Eu ensinava para elas que não podia ... ‘você vende esse paninho de prato e compra dois’, não é isso! Ai o que sobrava dos dois eu sabia que ia pôr em casa, ‘mas o dinheirinho do pano de prato você sempre multiplique, é pra não faltar o trabalhinho pra vocês’. Até hoje eu tenho muitas, mas muitas alunas que sobrevivem disso.

A leitura do conteúdo de interação entre sujeitos equipados com experiências de vida distintas exige sensível aproximação para com suas práticas simbólicas, desse modo é importante captar as potencialidades que prenunciam suas ações, os fatos e as causas que lhes dão significado e as justificam enquanto práticas de grupo. Partir da ideia de grupo como um fim em si certamente ocultaria parte importante do suporte de sustentação da realidade vivida pelos moradores do Morada do Sol. Para que a noção de rotinização das práticas cotidianas possa ser aplicada no sentido explicativo das maneiras de viver de determinados grupos, há de se buscar a natureza íntima das relações e seguir seu compasso a partir dos contatos elementares entre as pessoas que compõem o campo social em gestação e tentar interpretar os mecanismos de assimilação e identificação elaborados pelos sujeitos praticantes daquela realidade, todas as frações de comportamentos por eles registradas e expostas devem ser definidas através da intensidade que o ambiente conforma em sua totalidade.

Das lembranças trazidas nas falas desses moradores do Jardim Morada do Sol, da atividade de dispor suas memórias e expô-las enquanto juízo das funções exercidas no espaço do bairro, foi Antônio Carlos quem forneceu subsídio demonstrativo sobre como a percepção e reelaboração da noção de comunidade foi articulada nas maneiras de pensar dos moradores do bairro, em uma narrativa conclusiva ele fala “*Então, a turma até estranha, eles acham que eu sou alagoano, não sei se eu tenho feição de alagoano. E eu pra variar nem conheço [...] eles acham que eu tenho cara de alagoano.*”⁴⁵¹

Antônio Carlos, conhecido pelos amigos por Carlão, nascido no bairro Santa Cruz em Indaiatuba foi um daqueles que já pertencente ao contexto histórico, observou e do

⁴⁵¹ Antônio Carlos Gomes da Silva, op. cit.

mesmo modo integrou o momento da ocupação do bairro, bem como as transformações econômicas, políticas e sociais causadas na cidade em meio a essa intensificação populacional. De um lugar privilegiado, participante do início de formação do bairro e, por sua vez, da formação dos grupos de vivência da Igreja Católica. A identificação de Carlão na condição de alagoano traz em sua outra margem o estranhamento, aqui sugerido como negação ao fato de ser Antônio Carlos um natural de Indaiatuba, o que faz dele pessoa que mesmo inserido em contexto dotado de representativa diversidade não possui por referência vivência semelhante: ser imigrante; condição que é simbolicamente ajustada no momento em que é nomeado alagoano. Desse modo, em ato de ressignificação da personalidade de Antônio Carlos, tenta-se eliminar as diferenças possíveis e transportá-lo à condição de semelhante, ato de reconciliação entre estranhos, desdobrando a partir desse ponto uma reestruturação de seus próprios referenciais, de modo a sustentar a ideia de integração social em que as diferenças são reinterpretadas perdendo sua potencialidade segregacionista e intimidante.

O estranhamento vem acompanhado da ressignificação da figura de Antônio Carlos num gesto de pertencimento, circunstância que procura promover e legitimar sua marca e característica no interior do grupo, ao ser conduzido a condição simbólica de alagoano por membros da comunidade pertencentes tanto ao estado de Alagoas, assim como de outras regiões do país, procura-se promover certa reconciliação das diferenças e eliminar sutis resíduos de caráter antagônico, do mesmo modo que permitir a reformatação de padrões de representação próprios, revestindo e subordinando o sujeito a significações que permitem sustentar os interesses coletivos por meio da imagem de harmonia e uniformidade de grupo. Mais que uma nomenclatura, o ser alagoano assume uma função de sujeito social que não é *Ele*, e sim *Outro*; porém trazido e incorporado a *Ele* por conveniência, circunstância que elucida ponto representativo da etapa transitória que sai da condição de estranhamento - dificuldade de compreender a dinâmica que toma corpo no lugar - e irá refletir na ideia de semelhança.

Esta fase de interação verbal, a nomeação de Antônio Carlos por alagoano, está estritamente ligada às condições de uma determinada situação social dada e, segundo Bakhtin “*reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social*”⁴⁵², acumulando mudanças e deslocamentos quase imperceptíveis que, posteriormente, encontrará sua expressão em produções ideológicas acabadas, estando a

⁴⁵² BAKHTIN, op. cit., p. 42-43.

comunicação verbal inteiramente determinada pelas relações de produção assim como pelas estruturas sócio-políticas⁴⁵³; deste modo a categoria de alagoano tende a apresentar, pela lógica da leitura das formas do signo bakhtiniano⁴⁵⁴, como significado condicionado pela estruturação social que emerge e, em seu interior, pelas condições em que a interação acontece.

Portanto, ao ser elaborado um sentido de identificação pautado na ideia de origem, se fez necessário urdir pontos de referência entre as diversidades presentes no lugar, suas práticas constantemente recriadas em função do ambiente, da variedade de práticas a interação das representações que circulam pelos espaços do bairro e da cidade. Antônio Carlos traz em sua narrativa a ideia de que entre os vários companheiros, vizinhos, irmãos em Cristo, existia a natureza comum que consistia em serem novos moradores da cidade e - em grande medida de origem camponesa - se reconheciam por meio de determinados hábitos capazes de fornecer as bases para uma convivência harmoniosa, sustentada pela socialização de certos rituais cotidiano. Um momento que retrata de modo extraordinário essa concentração de diversidade de expressões é o próprio ato da missa, a imagem abaixo apanha em essência esse estado de congregação de pessoas e expõe, além da característica matizada do lugar, também a forma em que são ressignificadas suas vivências.

IMAGEM 8. Missa no prédio em construção da Igreja Santo Antônio, em princípio dos anos 1980.



Fonte: Arquivo particular da Paróquia Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, Indaiatuba, SP.

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ Para Mikhail Bakhtin, o estudo da evolução social dos signos linguísticos requer a não separação entre ideologia e realidade material do signo, não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social, assim como não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material. Ibidem, p. 44.

A composição da imagem exhibe a tênue realidade em que se atribui novos sentidos às diversas práticas sucedidas no bairro, assim como importa renomear Antônio Carlos desconstruindo sua naturalidade indaiatubana para dar significado a suas atitudes de companheirismo e solidariedade, a missa também desata de parte das normas protocolares de seus rituais, para recompor-se em proporções que represente melhor a realidade e atenda a urgência do bairro por produzir suas próprias referências, em dimensões que são sensivelmente torneadas nas relações sociais impostas e, do mesmo modo, reconhecidas em sua genealogia enquanto socialização de necessidades que ulteriormente serão reformuladas na qualidade de reivindicações por direitos, práticas orgânicas que são gestadas na essência das relações.

Sua natureza não corresponde à construção de uma ordem ideológica desvinculada das vivências, o que se pretende afirmar é que não existem etapas distintas expressas em assimilação de necessidades, formatação de reivindicações e posteriormente ação coletiva, nada disso, como veremos, se a estrutura de aproximação entre moradores orbita na esfera da Igreja, também é em seu interior que potencialmente ocorrem os primeiros movimentos articulados de identificação, reelaboração e reivindicação por direitos. Dois episódios são significativos para perceber o momento em que manifestam as relações constituídas no corpo da aproximação entre moradores do bairro e Igreja e, a partir daí, externaliza em forma de demanda social.

No dia dois de dezembro de 1988, a Câmara Municipal se reuniu e, entre as pautas em debate nesse órgão legislativo estava a proposta do Projeto de Lei n. 107/88 que destinava concessão de área para a construção de um monumento em louvor a Nossa Senhora Aparecida, nomeada Gruta de Nossa Senhora no Morada do Sol, no entanto, como relata o Livro de Ata da Igreja Santo Antônio, assinada pelo vigário paroquial Pe. Geraldo Jacobucci:

Acontece que infelizmente, por falta de esclarecimento por parte de alguns vereadores não foram favoráveis à aprovação, não conseguimos 2/3 para a devida aprovação. Apesar de nosso esforço e apelo mesmo antes do projeto entrar em votação. Isso deu prova de que a Igreja continua a sua missão para o Bem comum, e nossos políticos embora sendo cristãos, ou podemos dizer católicos de nome, perseguem a iniciativa da Igreja que é representada por um povo, que um dia depositaram seus votos em pessoas que não foram dignas, mas a missão continua, apesar de tudo. Esperamos, aguardamos que o bom senso de nova administração que ainda concedesse essa obra que por certo trará muitos benefícios ao povo do Jardim Morada do Sol.⁴⁵⁵

⁴⁵⁵ JACOBUCI, Geraldo. *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio*. 03 dez. 1988, Indaiatuba, SP. p. 4.

Nos desdobramentos conjecturais de aprovação ou reprovação do projeto, é evidenciado à guisa das relações travadas entre as necessidades e intenções da Igreja e a postura e intento dos membros da Câmara, os representantes religiosos mediante orientação do Pe. João Augusto Piazza, pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária, reuniram novamente em 19 de dezembro de 1988 e por sugestão desse líder, compreenderam por certo transferir o local da construção da Gruta de Nossa Senhora para o bairro Jardim Tancredo Neves. Em momentos como esse fica evidente o potencial organizacional e sinais de articulações envolvendo a comunidade e o poder público, a prerrogativa de ter na Igreja espaço privilegiado que envolve o agrupamento de pessoas que compartilham práticas pautadas em valores e rituais religiosos, a fina linha que separa o fazer-se da fé e o saber-fazer da existência real cotidiana se dissolve abrindo espaço para o protagonismo que impele à busca de soluções coletivas para problemas que são gestados nos ambientes da Igreja, do bairro, da cidade em estágios de interlocução e socialização em dimensões da vida comunitária.

Os percursos que vão dando forma à existência da fé enquanto mecanismo de aproximação de pessoas e de identificação de suas privações sociais entremeiam as carências da própria Igreja, os batismos na cocheira, as missas na capelinha ou mesmo no templo religioso ainda em construção, assim como, as festas e quermesses são marcos de referência responsável por nomear os espaços do bairro que caracterize e defina a ocupação efetiva do território, as visitas de políticos, bispos e representantes de outras comunidades religiosas ao bairro compõem os traços de presença externa que apreende outras práticas que são lidas e interpretadas a partir de valores da própria comunidade, todas essas movimentações terminam por reforçar as trajetórias de solidificação, reconhecimento e composição da existência dos moradores do bairro enquanto unidade orgânica.

A noção dos potenciais de incorporação, reconhecimento e elaboração de padrões de comportamento que emergem no bairro Morada do Sol vão ampliando a expectativa de uso dos espaços públicos e comunitários. A capacidade de articulação coletiva por demandas para os problemas vividos - mesmo que tantas vezes frustrado em seu desfecho aparente - cumpre determinação de combustível para a percepção e atribuição de sentido de pertencimento, esta seiva subjetivamente manifesta nos membros da comunidade religiosa toma corpo a ponto de transpor os espaços demarcados pela particularidade, e ganha contornos de incentivo à organização de grupos de moradores para alocarem recursos para ajudar vizinhos que compartilha das

mesmas adversidades. Nas reuniões pastorais, por meio dos escritos de suas Atas, notam-se pontuações diversas como a feita pela paroquiana Glória, que pede aos membros do grupo que se manifestem para a coleta de materiais para auxiliar uma família na construção de sua casa, ideia compartilhada por Zilda na condição de atitude cristã; Pedro, por sua vez, ponderar ser pertinente dividir o material de construção que for arrecadado com outra moradora adjacente ao prédio da igreja e que já havia ganhado um terreno, outro participante da reunião pontua sobre a importância de amparar um casal de idosos que está para ser despejado da casa do filho.⁴⁵⁶ Evidenciações que são trazidas para o ambiente das reuniões pastorais por serem interpretadas enquanto *lôcus* de prática cotidiana, situações adversas não mais admitidas por alheias aos olhares daquelas pessoas comuns participantes das comunidades pastorais.

Estes aspectos, primeiramente, ganham formas de interação e socialização das dificuldades no espaço do bairro e, posteriormente, estende-se à sua volta, transpondo as fronteiras de dimensões territoriais e objetivas que cingem o bairro, incorporando princípios sociais, políticos e religiosos; tal como demonstra o debate transcorrido na reunião do Conselho da Pastoral do dia 19 de janeiro de 1992, em que o conteúdo de abertura da Ata de reunião assinalava a importância de “*refletir sobre a vida de nossos irmãos sem teto.*”⁴⁵⁷ O evento, de cunho extraordinário, contou com a participação de membros da comunidade eclesial juntamente com componentes da Associação Amigos de Bairro e agentes da comunidade, totalizando um grupo de trinta e oito pessoas que ao abrigo da orientação do Pe. Joaquim Aparecido Rocha, deliberaram em benefício de quatorze famílias que ocuparam “ilegalmente” uma área pertencente à prefeitura municipal, nos arredores do Jardim São Conrado, adjacente ao Morada do Sol, região periférica da cidade. Os assuntos tratados na reunião foram registrados por João Paulo, secretário do Conselho da Pastoral, segundo os apontamentos referentes às famílias dos sem-teto, os padres Joaquim Aparecido Rocha e João Augusto Piazza sugeriram “*de se tirar uma comissão para defendê-los, no caso de um ataque da Prefeitura. O padre disse que enquanto Igreja temos que ajudá-los também com outras entidades.*”⁴⁵⁸

⁴⁵⁶ CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio*, n. 35, 13 jan. 1991, p. 5.

⁴⁵⁷ CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio*, n. 49, 19 jan. 1992, p. 36.

⁴⁵⁸ Ibidem.

Após pontuar sobre a situação das pessoas que ocuparam áreas nos arredores do Jardim São Conrado e expor seu ponto de vista e intenção de interceder a favor das famílias, foi dada a palavra aos presentes na reunião; o primeiro a falar foi Luiz, representante da Sociedade Amigos de Bairro, com ponderação incoerente com a proposta trazida pelo Pe. Joaquim, ao afirmar que *“a posição da entidade é que deve sanar o problema, mas não podemos ter barracos desvalorizar os terrenos vizinhos.”*⁴⁵⁹ Mesmo com ajuizamento que desvia da proposta trazida à reunião, cabe considerar a importância do diálogo travado entre entidades representantes dos interesses do bairro, por essa via, evidenciando a não uniformidade de olhares para o mesmo problema, demonstrando que os eventos podem ser constituídos por perspectivas múltiplas, mesmo que partindo do mesmo lugar de vivência e compartilhando de determinadas condições de vida. A apreciação infausta de Luiz, considerando as circunstâncias trazidas para o debate, é sequencialmente refutada por membros da comunidade,

O Davi foi contra a posição do Luiz, disse que se trata de valores sociais e humanos e não materiais. O padre disse que a assistente social é como lobo na pele de cordeiro e colheu dados das famílias e levou para o prefeito. A dona Carmen disse que quando elas [membros da assistência social] foram lá, queriam que as famílias saíssem de qualquer maneira.⁴⁶⁰

A pontuação do membro da Associação Amigos de Bairro viabilizou o instigar do debate, levando ao questionamento do poder de mediação ocupado pelos representantes das instituições assistenciais, uma vez que, em relação a atuação de órgãos municipais, a desconfiança está na debilidade de ação presente entre a oferta de assistencialismo e a demanda por benefícios à vida do bairro. Considerado a extensão das carências existentes nos espaços dos bairros periféricos da cidade, instituições assistencialistas podem até abrir diálogo com as necessidades populares, contudo sem atuação efetiva, terminam por estimular ações autônomas de solidariedade e conciliação, concebidas no interlúdio que compreende a natureza particular das comunidades de bairro e as pautas de prioridades dos poderes institucionais.

O ajuntamento de barracos é avaliado pelos componentes da reunião do Conselho da Pastoral como resultado de aluguéis caros e do desemprego, sua presença é tida por ameaçadora à ordem municipal, desse modo colocando o poder público em alerta com policiais vigiando dia e noite o local, uma vez que, seguindo a pontuação dos conselheiros paroquiais, *“numa reunião, o prefeito disse que não admite favelas na*

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ Ibidem.

cidade [...] A Cida disse que temos que ajudar, pois o prefeito só se preocupa com obras faraônicas e não com os mais necessitados.”⁴⁶¹ Ao trazer para o grupo a responsabilidade de auxiliar na luta pelo direito à cidade, afrontando a forma institucional de lidar com o problema, os membros do grupo assumem condição de sujeitos ativos pontuando críticas à imobilidade governamental e chamando para si a responsabilidade e decisões a serem tomadas, para através de iniciativa coletiva forçar a conscientização das necessidades e importância de diálogo fecundo entre poder público e organismos populares, ampliando consideravelmente a noção de pertencimento, sua dimensão comunitária, bem como seus referenciais sociais e políticos, movendo-se de modo coordenado e estratégico a favor das famílias que correm o risco de acharem-se desabrigadas.

O procedimento para defender os sem-teto consistiu em chamar a atenção de maior número possível de pessoas e sensibilizá-las para engrossar as camadas do movimento reivindicativo, partindo do Pe. Joaquim que

[...] numa missa na Comunidade do Amparo, dizia sobre o problema das famílias, mesmo antes de terminar as pessoas colocaram de ajudar. Disse que o vereador José Aristéia conversou com ele hoje, e chamou a TV para estar no local segundo as 18 horas. Disse que algumas autoridades também estão conversando. O vereador se colocou de entrar todos no gabinete do prefeito, ou ficar esperando pra ver [...] O Pe. Colocou dos desempregados e que se dispuser estar no local na segunda para apoiar os sem-teto. O Davi perguntou o que os coordenadores achavam. A Odete disse que temos que agir, e que está ao lado do povo, disse que estão a favor sem que seja de trampolim para alguns.⁴⁶²

Aqui a presença de um representante político municipal é percebida com reservas, demonstrando que os sujeitos participantes da vida da comunidade possuem relativa noção do comportamento de figuras públicas frente as movimentações reivindicatórias populares. Neste aspecto, com habilidade de líder, o Pe. Joaquim reitera a função primordial e legítima da mobilização coletiva, articulando os preceitos da fé às obrigações paroquiais, condições e direitos dos homens, visto que entre as práticas religiosas encontram-se os compromissos de rezar, dar catequese, e também acolher as causas dos trabalhadores que vem a Igreja.⁴⁶³ Pontuações que entusiasmam as pessoas presentes na reunião e faz levantar outras vozes de incentivo a união e iniciativa coletiva “O Davi disse que em uma palestra de batismo foi dito que o homem deve ser salvo enquanto vive. O senhor José Coordenador do Grupo São João Batista disse que temos

⁴⁶¹ Ibidem.

⁴⁶² Ibidem.

⁴⁶³ Ibidem.

que ser unidos, pois no seu grupo com união muitos problemas foram resolvidos.”⁴⁶⁴

Por fim, são selecionados os membros que fariam corpo à comissão em defesa dos sem-teto, também foi reforçada a necessidade de promover grande divulgação nas comunidades componentes das regiões populares da cidade, assim como a procura de orientação legal para suas ações e tentativa de informar ao prefeito o parecer levantado pelos moradores do Jardim Morada do Sol, determinados a agir em defesa das famílias vítimas da ordem de despejo acionada pelo poder público municipal:

A Cida reafirmou de ser divulgado nas comunidades, e de se assinar o abaixo assinado. A Gloria colocou de se falar na Festa da Padroeira. O Davi disse que deve colocar um caminhão de som para avisar no bairro. A Odete e o Davi ficaram de falar com advogados sobre o caso. A Comissão ficou de ir as 9 horas na prefeitura conversar com o prefeito. E amanhã as 16 horas para tomar mais alguns encaminhamentos. Algumas pessoas ficaram de irem nas Comunidades, e na Igreja Santa Rita para avisar e para assinarem o abaixo assinado.⁴⁶⁵

Esta sequência de argumentações dos membros do Conselho da Pastoral da Comunidade Santo Antônio do Jardim Morada do Sol transitam entre várias esferas componentes dos marcos referenciais assentados no percurso de suas vidas, atribuindo valores manifestos na sensibilização frente à demanda social de famílias em estado de carestia tão acentuada quanto aquelas enfrentadas por famílias da comunidade. Nesse aspecto, é exposta a capacidade de assimilação das necessidades para além dos diálogos travados em espaços de vizinhança e do próprio bairro, passando pelo impulsionar das potencialidades coletivas estruturadas em ambiente próprio e desaguando no delineamento de modos de pensar e agir, de relacionar com outros sujeitos fora da dimensão da vida comunitária, fomentando noções de autoafirmação e exercício de cidadania, condutores das mobilizações e articulações de orientação política, uma vez que, conforme a retórica de Pedro Jacobi, os movimentos reivindicatórios refletem a multiplicação dos espaços diversificados de ação e *“representando a possibilidade de constituição de uma identidade social ou política e a explicitação de demandas relativas à reprodução social dos setores mais excluídos das cidades.*”⁴⁶⁶

Por esse viés, o caminho percorrido pelos residentes do Jardim Morada do Sol, a partir da articulação de suas necessidades e interesses com as propostas de catequização e formação de comunidades eclesiais intermediadas pelo pároco Luiz Antônio Guedes, foi primordial para agenciar a apropriação, assimilação e reelaboração de práticas

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ JACOBI, op. cit., p. 10.

cotidianas nos espaços do bairro, fatores que determinaram as condições históricas e socioculturais - movidas por conexão entre sujeitos diversos - capazes de estabelecer propostas e definir o sentido de pertencimento e protagonismo na cidade. O desabrochar de formas autônomas de organização percorreram as dimensões objetivas apresentadas nas linhas acima, a diversidade de experiências trazidas ou vividas nos espaços e relações de vizinhança tenderam a se condensar em seu estágio embrionário para ulteriormente dilatar em mecanismos de mobilização, se subdividindo em frentes distintas de atuação coletiva, em princípio, mediadas pelas mesmas pessoas, como diz Antônio Carlos,

Porque a maioria as vezes eram as mesmas pessoas, a mesma mão de obra que fazia daqui, também fazia de lá [referência as atuações tanto na associação de amigos de bairro como nas pastorais]. Quem era mais religioso começou a se envolver mais com religião, e eu ainda fui ficando lá [seu ponto de referência nas atuações parte da Igreja à Associação Amigos de Bairro]. Aí como começou a crescer lá teve que optar né, porque não dava pra você atender a duas necessidades. A partir do momento que chegou mais gente, aí foi crescendo.⁴⁶⁷

O Jardim Morada do Sol foi ampliando seu território e demografia, uma variedade de pessoas foram incorporadas à população do lugar, neste quadro abriram-se diferentes demandas sociais que resultaram das transformações do bairro, conjugado a essas demandas foram intercambiadas unidades de ação orientadas por aqueles sujeitos que já vinham tecendo determinadas experiências de integração e organização coletiva, processo que abre diálogo com a ideia de construção de certos estoques simbólicos apropriados para motivar - entre demanda social e políticas públicas - adequado conteúdo de politização do cotidiano no bairro, delineados no viés de práticas orgânicas comprometidas com o ambiente e a manutenção das condições reprodutivas tecidas em seu núcleo.

⁴⁶⁷ Antônio Carlos Gomes da Silva, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução da tese, já havia mencionado o artifício de apropriação e manipulação do passado pelo viés da produção literária de memorialistas e cronistas da cidade, fundamentado em treze títulos que foram publicados com incentivo da *Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*. A proposta de produzir o acervo bibliográfico assume postura intencional de grupo remanescente desse mesmo passado a ser preservado. Juntamente com o levantamento das obras literárias, duas imagens reiteram a maneira como são estabelecidas e sustentadas tais demarcações acerca da composição social da cidade, por isso são apresentadas enquanto elementos instigadores para delinear as conclusões sobre o tema pesquisado. A primeira imagem, instalada na área de recepção do Arquivo Público Municipal da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba é o painel apresentando abaixo.

IMAGEM 9. Painel com imagens históricas de Indaiatuba instalado no Arquivo Público Municipal "Nilson Cardoso de Carvalho" - Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2017.



Fonte: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2017.

Este painel, posicionado na entrada do recinto, recepciona os visitantes ao Arquivo Público, nele destacam imagens separadas ordenadamente com menção sobre várias épocas, episódios e cenários da cidade de Indaiatuba, exibindo temas como: migração, povoamento, rotas, encontros, paisagens rurais, festividades, paisagens históricas; todos estes tópicos cerzem parte da história da cidade, indo da estação de trem aos casarões das fazendas, dos primeiros transportes urbanos, das fábricas antigas ao sofisticado Campo de Provas da montadora de veículos General Motors, das festividades e encontros populares as áreas de lazer em tempos recentes, das casas de suíços a momentos de recreação entre famílias Amstaden, Abiel e Barnabé. É evidente a atribuição dada a celebração de parte do patrimônio histórico tradicional da cidade, colocar em relevo o movimento de evolução histórico da cidade, e em seu interior estruturar um repertório selecionado de eventos e personagens que possam passar ao visitante a imagem de uma cidade interiorana em franco desenvolvimento e fortemente conectada com suas memórias: das revelações bucólicas do boiadeiro e reunião de familiares no campo a tomar refrigerantes para a demonstração da laboração operária em atividade na construção civil, todas essas representações cimentam contornos de pertença histórica à cidade.

Porém, ao eleger certos panoramas do passado, o painel permite avaliar a forma como a história da cidade vem sendo convencionalmente contada, os temas selecionados inclinam a uma amarração teatral dos fatos e impõe certo hiato acerca da história da cidade, exibindo debilitada capacidade em urdir os processos históricos que definem o perfil de cidade notadamente levantada por imigrantes, por exemplo. Na apuração do que merece o *status* histórico é suprimida parte considerável do passado local sob o fino tecido da demarcação entre o que é admitido e o que não possui representatividade histórica, desta forma é acobertado parte riquíssima dos detalhes que dão substância para o significado próprio da cidade.

O papel histórico dos primeiros imigrantes, tidos por pioneiros, não deve eclipsar parte representativa do movimento de ocupação da cidade, em momento posterior outros chegaram, estabelecendo as devidas distinções, ambos devem ser caracteristicamente determinantes em suas realizações componentes da história da cidade, nunca silenciados. O fator migrante não existe por si só e se estabelece fora de qualquer convenção, não delimita sequer define o organismo de um território, bem como não sustenta posicionamento sistematicamente acomodado. A própria história da cidade perde expressividade ao propor contornar parte do processo histórico que expõe

marcada pluralidade de formas de uso do lugar; cada evento, grupo ou sujeito tem importância relativa no interior de seus espaços sociais e temporais, insistir em trazer a figura migrante estrangeira em um pacto de legitimação de uma tradição em detrimento das figuras do paranaense, do nordestino, ou de sujeitos vindos de outros lugares, é sorver em grande medida o sentido de ocupação da cidade. Conduzir um diálogo profícuo entre as partes elementares do tecido social é colocar em evidência as dimensões e potencialidades do lugar em atrair e entrecruzar pessoas, na mesma medida em que os espaços se transformam; dar autonomia a multiplicidade de movimentos e significados históricos não diminui a expressividade de um por efeito do outro, conectados, ambos cenários estimulam e fortalecem o sentido de pertencimento, seja ao bairro, ou a cidade.

O painel na entrada do Arquivo Público Municipal conta sobre a história da cidade, todavia, sintomaticamente, o faz reticente, deste modo, sua particularidade seletiva empenha em ocultar um estado amalgamado e contraditório de representações que tem poder explicativo e são mais penetrantes e vivazes que a vontade ou propósito particular de um grupo. São as estruturas e práticas heterogêneas que fecundam os diversos espaços da cidade, motivando processos multiculturais compostos por traços capazes de dar sentido real a ocupação e existência dos espaços, tornando possível saber do que são compostas as vivências na cidade, seus limites e condições de interação orgânica, afora as celebrações que insistem em sustentar uma tipificação que em volume de representatividade é parte, e não a totalidade do processo de construção da personalidade do lugar, uma vez que a produção do painel juntamente com a bibliografia dos memorialistas e cronistas indaiatubanos afluem para o quadro de intensões comum de grupo que lança mão da prática de teatralizar o passado com intenção de legitimar valores hegemônicos e reafirmar tradicional e culturalmente no presente.

Assim como a produção dos cronistas e memorialistas e o painel exposto no Arquivo Público dá abertura a questionamentos a respeito de como são tecidos os olhares sobre a Indaiatuba, a charge de Alexandre Britto publicada no jornal Tribuna de Indaiá em março de 2010, em menção a comemoração dos trinta anos do Jardim Morada do Sol, permite ampliar o foco analítico sobre o tema.

IMAGEM 10. Charge ilustrativa da comemoração de trinta anos do Jardim Morada do Sol.



Fonte: Eliana Belo. Arquivo Virtual de História, Memória e Patrimônio de Indaiatuba.

Alexandre Britto, ao retratar o panorama em que o bairro se instaura, enfatiza a maneira na qual as divisões dos espaços foram compondo a mentalidade local. Como apresentado no estudo, os embates entre esferas da sociedade expressam clara demarcação de seus polos, a charge ao expor dois lados separados por um fosso, em certa medida ilustra e sustenta a perspectiva já assinalada por Antônio Zoppi quando afirmou: “o nome de ‘Outro Lado’, que lhe davam então, ainda persiste até hoje.”⁴⁶⁸ A imagem faz menção a geografia da cidade, caricaturando, o artista dá relevo a argumentos que se alimentam do aspecto territorial que relativamente é cortado em sua extensão pela marginal Fabio Roberto Barnabé, adjacente ao Córrego do Barnabé - seu alcance correspondente a dez quilômetros de perímetro composto de delimitadas vias de acesso entre as duas regiões da cidade -, mesmo que parte do bairro Morada do Sol ocupe as duas margens do córrego, tais limites podem vir a ser explicados enquanto fronteira figurativa, uma vez que já teve e de certo modo ainda tem função de cercear o fluxo entre os espaços, inibindo o contato entre sujeitos que habitam o lado norte e os moradores dos bairros operários circundantes.

O contexto em que a imagem foi produzida expressa os meios e resultados das disputas por firmar determinados capitais simbólicos na cidade, para entender esse

⁴⁶⁸ ZOPPI, Antônio. op. cit., 1998, p.33.

processo como conclusão da escrita da tese, cabe retomar um texto de Jânio Ribeiro - que é apresentado na condição de estudante e escritor do bairro Jardim Morada do Sol -, publicado na ocasião do vigésimo aniversário do Bairro Jardim Morada do Sol.

Na década de 1980 com 55.454 habitantes, de acordo com o IBGE, era Indaiatuba somente mais uma pacata cidade do interior de São Paulo, que como as demais cidades do estado, já apontava um crescimento urbano considerado, tendo em vista as correntes migratórias de outros estados, que se deslocavam para São Paulo e região de Campinas atraídas pela instalação de grandes indústrias metalúrgicas [...] Morada do Sol é hoje um bairro com cerca de 40 mil habitantes, portanto em vinte anos esse bairro cresceu ‘monstruosamente’ e foi um fator decisivo para o crescimento de Indaiatuba. E não cresceu somente em número de habitantes, mas adquiriu uma estrutura, que com certeza é de fazer inveja para centenas de cidades brasileiras [...] Para muitos indaiatubanos, nós (moradores deste bairro) não passamos de forasteiros, sem nomes tradicionais, discriminação a parte, somos todos brasileiros com direitos iguais. E as pessoas que por terem nomes tradicionais e serem donos da cidade, aí vai um recado: Indaiatuba já não é aquela cidade de meia dúzia de famílias, embora a política ainda seja dominada pelos antigos aristocratas. Portanto, em homenagem aos paranaenses, baianos, mineiros, nordestinos, paulistas, enfim, trabalhadores que tiveram ousadia e coragem de construir com grandeza este bairro. Gostaria de pedir a toda sociedade que o dia 19 de março de 2000 fosse lembrado, pois a Morada do Sol completará duas décadas de história, vinte anos de trabalho deste povo, que embora não tenha nascido nesta terra venturosa, a ama de coração.⁴⁶⁹

Jânio, pleiteia maior representatividade para o bairro, demonstra o crescimento da cidade a partir de valores insígnies para o lugar de onde fala. Em vista disso, traz a origem dos moradores do bairro e vai na contramão da celebração de um pioneirismo simulado, confrontando a ideia de um indaiatubano originário; denuncia o menosprezo aristocrático com que são tratados esses novos habitantes da cidade em conformidade com outras tantas falas do bairro, identifica e nomeia valores compartilhados de trabalho, ousadia e coragem e, por fim, conclama a memória do bairro, institui por referência a data de formalização do loteamento do Jardim Morada do Sol. São palavras proferidas por um morador do bairro que se valendo da cerimônia comemorativa, logra colocar suas palavras em um veículo de informação que costumeiramente faz pronunciamentos sobre o bairro a partir de outros olhares e temáticas, que não contemple pontos de vista de seus moradores.

É exibido neste episódio, definido campo de luta material e simbólica entre esferas de ocupação dos espaços da cidade, como acentua Néstor Canclini, “*Todo grupo que quer diferenciar-se e afirmar sua identidade faz uso tácito ou hermético de códigos*

⁴⁶⁹ RIBEIRO, Jânio. *Morada do Sol, duas décadas de história*. In: Blog de Eliana Belo. Arquivo virtual de História, Memória e Patrimônio de Indaiatuba (SP) e região. Disponível em: <<http://historiadeindaiatuba.blogspot.com/2010/03/30-anos-do-jardim-morada-do-sol-1.html>> Acesso em 02 de nov. 2018.

de identificação fundamentais para a coesão interna e para proteger-se frente a estranhos."⁴⁷⁰ Revela-se que os embates são conduzidos por operações nutridas por antagonismos, os padrões de articulação de interesses são projetados em ambas direções, mesmo que na maioria das vezes disposta em condições subalternas, a construção dos argumentos é manipulada conforme conveniência e posição dos grupos no interior do tabuleiro das contradições produzidas na cidade.

Jânio reivindica a memória do bairro marcadamente contra o tradicionalismo por ele identificado por oligárquico, dez anos à frente o vereador Hélio Alves Ribeiro, perante a Lei no. 5.644 instituirá no calendário cívico do município o dia 19 de março como data comemorativa do aniversário do bairro, é neste contexto que o jornal Tribuna de Indaiá estampou a charge em referência aos trinta anos do bairro. Se a formação do bairro compreende um movimento histórico que alcança o ano 2010 impetrando determinada referência solene definida na data simbólica que demarca e celebra a ocupação do bairro, o evento passa a compatibilizar outras datas oficiais da cidade.

A expansão econômica e demográfica de Indaiatuba promoveu intensa diversificação social que foi interpretada de diferentes maneiras, para o político, o empresário ou o cidadão comum, foram tempos de adaptação e reformulação de novas práticas em um cotidiano que sofria acelerada transformação. Neste movimento o bairro recebeu um fluxo de pessoas das mais diversas origens que interpenetraram tendo por análogo seus percursos de mobilização por várias regiões do país, bem como suas condições de vida e trabalho. Bens culturais foram entrelaçados dando margem à compreensão de Jânio Ribeiro que vê nos moradores do bairro trabalhadores ousados e corajosos que ergueram um bairro tão majestoso quanto à cidade, não de menor vigor que ela, a complexidade histórica que ocupou as páginas dessa tese traz um pouco da seiva que alimentou as palavras de Jânio, assim como de todos aqueles que circularam/circulam e registraram parte de suas lembranças sobre o bairro.

Da abertura e incentivos governamentais passando pelos tramites que envolveram políticos e empreendedores imobiliários, chegando ao chão do bairro e suas conflituosas e contraditórias relações cingidas pela vontade e necessidade de sobrevivência, na cidade, variados agentes dirigiram ao bairro com finalidade de extrair benefícios, indo da exploração de mão de obra de seus moradores ao capital eleitoral

⁴⁷⁰ CANCLINI, op. cit., p. 164. (Ensaio Latino-americano, 1).

que avolumava continuamente, igualmente na tentativa de ordenamento e catequização religiosa de seus moradores.

Em meio a esse movimento, do bairro à cidade/da cidade ao bairro, manifestaram-se variadas modalidades de enfrentamentos, do início nas negociações para conseguir um terreno ao árduo trabalho de se levantar a casa para abrigar a família, das mobilizações coletivas por infraestruturas: energia elétrica, água encanada, a ponte sobre o Córrego Barnabé que viria a permitir o acesso ao outro lado da cidade, em suma, foram tempos de luta por direitos que lhes proporcionassem melhores condições de vida. Impulsionados pela carência, formaram-se grupos entrelaçados em apoio mútuo, gestando nos espaços do bairro, nas reuniões dos grupos de vivência, novas práticas que levaram a formação da Associação Amigos de Bairro, Clube de Mães e mesmo a edificação da Igreja Santo Antônio e sua posterior elevação à condição de Paróquia, todos esses patrimônios tiveram seu processo de estruturação em meio a intenso intercâmbio de informações e experiências. O Jardim Morada do Sol, no percurso da expansão de sua demografia e estrutura, em equivalente compasso foi se estabelecendo na cidade, lugar de pessoas comuns, mas por seus olhos trabalhadores ousados e corajosos.

A charge de Alexandre Britto, bem mais que a reprodução de um olhar repelente dos tradicionais da cidade acerca dos “forasteiros”, encerra em seus contornos o irromper da autonomia local, compondo matéria jornalística de comemoração dos trinta anos do bairro, o texto de Rodrigo Gatti percorre as conquistas locais construídas com grandeza, como escreveu Jânio Ribeiro dez anos antes.

Hoje, o bairro abriga mais de 15 mil residências. O local possui toda uma estrutura própria, na área comercial, de Educação e Saúde. Segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), estima-se que na região residam atualmente cerca de 100 mil pessoas, ou seja, praticamente 50% dos moradores de Indaiatuba. Para atender tamanha população, há no local um total de 27 escolas, entre municipais, estaduais e particulares de educação infantil, ensino fundamental e médio. Do total, quatro fazem parte da rede estadual, na área de médio e fundamental; e 17 são da Prefeitura, entre creches e Escolas Municipais de Ensino Básico (Emebs). O bairro conta ainda com uma faculdade, a unidade 3 da Max Planck, onde já funcionou a antiga Unopac. O prédio utilizado para fins universitários atualmente era a antiga sede da Fazenda Engenho D'Água. Na área de Saúde, a referência é a Unidade de Pronto Atendimento Dr. Mário Paulo, mais conhecida como Mini-Hospital, e que recebe também moradores de outras regiões para atendimentos de urgência. Há ainda os ambulatorios da Mulher e de Pediatria. Além disso, há a Unidade Básica de Saúde (UBS 4) e dois postos do Programa de Saúde da Família (PSF), sendo que um fica na Rua Massaharu Tanigushi (antiga 59) e outra na Rua André Marrachini (antiga 92). Outra unidade importante é o Departamento de Reabilitação Física e Mental (Derefim), na marginal do Parque Ecológico. Futuramente, o bairro

ainda receberá uma nova Unidade Básica de Saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Na área social de auxílio às famílias, há duas unidades do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), uma no Parque Corolla e outra ao lado do Derefim. O prédio da antiga administração regional do Jardim Morada do Sol é utilizado atualmente pelas Secretarias da Família e do Bem-Estar Social, Cultura e pelo Fundo Social de Solidariedade (Funssol). O local abriga diversos cursos e é um dos polos de distribuição de cestas básicas para famílias cadastradas. Na área de esporte e lazer, a região abriga o campo de futebol do São Conrado e toda a estrutura do Parque Corolla, além da Praça do Lago, que recebe eventos constantemente. No quesito segurança, entre a marginal do Parque e a Avenida Ário Barnabé, há a sede da Guarda Municipal e o 1º Distrito da Polícia Civil. A população conta ainda com um terminal de ônibus próximo à estátua do Cristo. O comércio do Jardim Morada do Sol também merece destaque. Com uma estrutura comercial própria, o bairro é autônomo neste quesito, possuindo todo tipo de estabelecimento comercial em sua região, principalmente na Avenida Ário Barnabé, principal via do bairro. Outro local importante para o comércio da região é a Rua Antônio Angelino Rossi, mais conhecida como Rua 80, referência para o bairro.

Citação exaustiva que tem papel relevante nestas últimas linhas da tese, ao lê-la, veio à memória a história do senhor Manoel Agostinho e a luta para levantar os “postezinhos” para levar energia até seu “comerciozinho”, lembro-me das palavras tristes e embargada de Ana Postigo Volpiano retratando a luta da filha frente ao descaso dos jovens locais: *“mamãe a senhora sabe de uma coisa, que eu venho na minha poltrona sozinha ninguém senta comigo, ninguém senta comigo mãe!”* Forçando Ana a levar a filha para morar em outra cidade e assim conseguir se esquivar das provocações e concluir seus estudos longe das hostilidades dos filhos da cidade, entre outras tantas palavras que me foram ditas em tom de desafio, denúncia ou nostalgia, durante o desenrolar da pesquisa. Os trinta anos do bairro é um marco em forma de triunfo mediante os anos de penúria que em grande medida ficaram somente na lembrança daqueles moradores mais velhos do Jardim Morada do Sol, e que por ventura são memórias que vão perdendo expressão conforme deslocam para os pontos entre fronteiras material e simbólica do bairro.

O projeto do vereador Hélio Alves Ribeiro de solenizar o dia 19 de março como aniversário do bairro, vem confrontar o esquecimento e alimentar o sentimento de pertencimento, delimitando o hiato edificado entre o bairro e a cidade, permitindo aos moradores novos e antigos celebrar o passado como aparato que possa reafirmar os símbolos de luta e conquista de seus habitantes. O próprio protagonismo do vereador Hélio Ribeiro é parte fundamental desses enfrentamentos, visto que, de Olímpia no estado do Paraná chegou à cidade aos quinze anos, filho de uma senhora dona de pequeno comércio teve todo o seu percurso histórico assentado no interior do bairro, depois de abandonar a escola por nove anos e trabalhar juntamente com a mãe e avô na condição de

“boia fria” em lavouras de café na região de Indaiatuba ou como servente de pedreiro no bairro, teve primeiro emprego formal na fábrica Singer do Brasil aos dezenove anos. Hélio considera seu percurso político gestado a partir do momento em que passa a manter contato com pessoas em ambientes de trabalho, desde a roça em que atuou como bombeiro - que circula levando água para os trabalhadores - até a retomada dos estudos, momento que passa a fazer frente em movimentos estudantis e vai efetivamente se aproximando dos debates políticos e sociais travados no interior da luta por representatividade no Morada do Sol, atuações e experiências que o levou a condição de vereador em 2008 e reeleito em 2012⁴⁷¹, já em 2016 toma posse como vereador mais votado, assumindo a partir daí a presidência da Câmara Municipal de Indaiatuba.

A história de vida de Hélio, seu papel político atual pactua com as articulações promovidas no interior do bairro, o contato efetivo com o jogo político da cidade permitiu despontar figuras com capacidade de assumir parte das reservas de votos existentes no bairro, não somente Hélio Ribeiro também outros moradores foram aos poucos avançando e ganhando espaço de representatividade política, herdeiro do protagonismo de agentes como Manuel Agostinho, Ana Postigo Volpiano e Maria Helena Palazzin, Hélio ampliou os espaços de manobra dos moradores do bairro no interior do jogo político municipal, se antes o contato com a administração municipal acontecia à duras penas, independente do posicionamento partidário do vereador o que se tem é a participação direta de um representante orgânico dos interesses do Jardim Morada do Sol na Câmara, posição que nos leva as palavras aqui já citadas de Eder Sader, quando diz *“os ‘manipulados’ também manipulam. Através da absorção de padrões dominantes eles expressam algo de suas vontades e seus sonhos.”*⁴⁷²

Logo, a condição de vereador e depois presidente da Câmara, pode ser entendida enquanto avanço, no sentido de assimilação das relações políticas e sociais tramitadas em dimensões incapazes de serem constrangidas pelo discurso sacramental, oligárquico - como disse Jânio Ribeiro -, e toma contornos de resposta a esse discurso, uma vez que engloba as necessidades locais articuladas a compreensão da nova realidade que se levanta “monstruosamente” - novamente citando/parafraseando Jânio - acima do próprio ato de intolerância, visto que é realidade não teatralidade. É a partir da disposição em compreender os valores contidos na ação cotidiana e usá-los em favor da comunidade, que tais recursos convertem-se em resposta àquelas indagações místicas que

⁴⁷¹ Hélio Alves Ribeiro, nascido em 1970. Entrevista realizada em 19 de julho de 2016.

⁴⁷² SADER, Eder. op. cit., p. 110.

impossibilitam velhos olhares da tradição vigilante de enxergar a potencialidade da nova realidade, são as evidências fundidas em estruturas e realizadas na totalidade do social que toma forma para entre contradições e antagonismos, se impor historicamente.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

Ana Maria P. Volpiano, nascida em 1951. Entrevista realizada em 17 de julho de 2016.
 Antônio Carlos G. Silva, nascido em 1955. Entrevista realizada em 21 de julho de 2016.
 Guilherme Padetti, nascido em 1933. Entrevista realizada em 20 de julho de 2017.
 Hélio Alves Ribeiro, nascido em 1970. Entrevista realizada em 19 de julho de 2016.
 Hermínia Raquel Silva, nascida em 1951. Entrevista realizada em 21 de julho de 2016.
 Joaquim Tomás Silva, nascido em 1948. Entrevista realizada em 24 de julho de 2017.
 Manoel Agostinho Santos, nascido em 1949. Entrevista realizada em 21 de julho de 2016.
 Maria Helena Palazzin, nascida em 1942. Entrevista realizada em 21 de julho de 2017.
 Oscar Carlos Luvizzoto. Entrevista realizada em 18 de julho de 2017.
 Rogério Antônio Rocha, nascido em 1966. Entrevista realizada em 16 de julho de 2017.
 Teresa Ehmke, nascida em 1974. Entrevista realizada em 28 de julho de 2017.

Jornais e revistas

Jornal Morada do Sol, Indaiatuba, 01 mai. 2004.
 Jornal das Paróquias, Indaiatuba, jul. 1988.
 Jornal Votura, Indaiatuba, 12 jul. 1992.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 194, ano IV, 24 fev. 1979.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 250, ano IV, 22 mar. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 254, ano IV, 19 abr. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 257, ano IV, 10 mai. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 274, ano IV, 06 set. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 275, ano IV, 13 set. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 281, ano V, 25 out. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 283, ano V, 08 nov. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 286, ano V, 29 nov. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 287, ano V, 06 dez. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 288, ano V, 13 dez. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 289, ano V, 20 dez. 1980.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 301, ano VI, 04 abr. 1981.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 302, ano VI, 11 abr. 1981.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 306, ano VI, 09 mai. 1981.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 307, ano VI, 16 mai. 1981.

O Democrata, Indaiatuba, n. 317, ano VI, 25 jul. 1981.
 O Democrata, Indaiatuba, n. 334, ano VI, 21 nov. 1981.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 19 mar. 1978.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 18 mai. 1980.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 08 jun. 1980.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 14 set. 1980.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 16 nov. 1980.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 08 mai. 1982.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 03 jul. 1982.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 18 set. 1982.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 02 out. 1982.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 29 abr. 1989.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 04 jul. 1990.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 25 mar. 2000.
 Tribuna de Indaiá, Indaiatuba, 06 nov. 2018.

Leis e Decretos

CÂMARA Municipal de Indaiatuba. Ofício n. 36/8. Referente Indicação n. 10/81. Indaiatuba, SP. 05 mar. 1981.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 1900, 14 fev. 1979.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 2076, 05 mar. 1980.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 2081, 19 mar. 1980.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 2144, 25 set. 1980.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 2632, 28 mar. 1983.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 1980, 24 ago. 1979.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 1924, 23 abr. 1979.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Decreto Municipal n. 2081, 19 mar. 1980.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Lei Municipal n. 2068, 31 ago. 1984.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Lei Municipal n. 2071, 17 set. 1984.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. Lei Municipal n. 1659, 18 dez. 1978.
 PREFEITURA Municipal de Indaiatuba, SP. *Plano de Desenvolvimento Integrado. Estudo Preliminar*. SD Consultoria de Planejamento Ltda., São Paulo, 1968.
 SÃO PAULO. Decreto n. 11.022, 28 dez. 1977. Regulamenta as disposições da Lei nº 1.457, de 11 de novembro de 1977, estabelecendo requisitos para a criação de estâncias turísticas. *Secretaria do Governo*, 28 dez. 1977.

Documentos digitais

CLIMATOLOGIA. São Paulo, SP. *Climatempo*. Disponível em: <<https://www.climatempo.com.br/climatologia/558/saopaulo-sp>>. Acesso em 02 nov. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Indicadores Região Metropolitana de Campinas, SP*. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>>. Acesso em 15 de ago. 2017.

HUMANIDADES em Diálogo. Entrevista Vera Telles - *Revista Humanidades em Diálogo* - Parte I. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M4-EQ-jCokY>>. Acesso em: 28 de julho de 2018.

IBGE. *População Residente e domicílio. CENSO DEMOGRÁFICO 1970/2010. População residente e domicílios 1980 – 2010*. IBGE. São Paulo. Indaiatuba. Infográficos: evolução populacional e pirâmide etária. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352050&search=sao-paulo|indaiatuba>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Indaiatuba. In: INDAIATUBA (SP). Prefeitura Municipal. Fundação Pró-Memória. *Um Olhar Sobre Indaiatuba*. Itu, SP: Ottoni Editora, 2006. p. 23.

KOYAMA, Adriana C.; CERDAN, Marcelo A. *História: Indaiatuba. Um esboço de sua história*. Arquivo Público Municipal. Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Disponível em: <<http://www.indaiatuba.sp.gov.br/historia/>>. Acesso em 05 ago. 2017.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

PREFEITURA Municipal de Indaiatuba. *Números da Cidade*. Disponível em: <<http://www.indaiatuba.sp.gov.br/desenvolvimento/numeros-da-cidade/>>. Acesso em 25 de ago, 2013.

PREFEITURA Municipal de Indaiatuba - Secretaria Municipal de Administração. *A Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*. Disponível em: <<http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/>>. Acesso em 16/04/2012.

QUEM Somos: como tudo começou. *Sociedade Amigos do Bairro Jardim do Sol, SOL-SOL*. Disponível em: <<http://solsol.com.br/quemsomos.php>> Acesso em 16 jul. 2014.

RIBEIRO, Jânio. *Morada do Sol, duas décadas de história*. In: Blog de Eliana Belo. Arquivo virtual de História, Memória e Patrimônio de Indaiatuba (SP) e região. Disponível em: <<http://historiadeindaiatuba.blogspot.com/2010/03/30-anos-do-jardim-morada-do-sol-1.html>> Acesso em 02 de nov. 2018.

Atas de reuniões

COMUNIDADE dos municípios da região de Campo Mourão. *Estatuto Social*. Campo Mourão, 2000.

CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio*, n. 49, 19 jan. 1992, p. 36.

CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio*, n. 35, 13 jan. 1991, p. 5.

CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio* n. 36, 10 fev. 1991, p. 8.

CONSELHO de Pastoral da Comunidade da Igreja Santo Antônio do Jardim Morada do Sol, *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio* n. 42, 09 jul. 1991, p. 19.

JACOBUCCI, Geraldo. *Livro de Ata da Paróquia Santo Antônio*. 03 dez. 1988, Indaiatuba, p. 4.

PRADO, Annunziatta Virginelli. *Livro de Ata da cerimônia do lançamento da pedra fundamental do edifício da Igreja de Santo Antônio e do Centro de Encontros do Jardim Morada do Sol, Paróquia Nossa Senhora da Candelária em Indaiatuba, Arquidiocese de Campinas, Estado de São Paulo*. 27 ago. 1983, Indaiatuba, SP.

Documentos bibliográficos

ALUNOS do 4º ano B. Escola Municipal de Educação Básica Leonel José Vitorino Ribeiro. *BIOGRAFIA de Maria Helena Palazzin*. Indaiatuba, SP.

BONACHELA, Aydil Pinesi. A fazenda que virou cidade. In: PREFEITURA Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória. *Um olhar sobre Indaiatuba*. Itu, SP: Ottoni Editora, 2006.

CARVALHO, Nilson C. *Cronologia Indaiatubana*. Indaiatuba, SP: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2009.

IFANGER, H. *Fragmentos de memória*. Indaiatuba, SP: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2004.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Indaiatuba. In: INDAIATUBA (SP). Prefeitura Municipal. Fundação Pró-Memória. *Um Olhar Sobre Indaiatuba*. Itu, SP: Ottoni Editora, 2006. p. 23.

NETO, Jorge Ribeiro da Silva. Saudades de Indaiatuba. In: INDAIATUBA (SP). Prefeitura Municipal. Fundação Pró-Memória. *Um Olhar Sobre Indaiatuba*. Itu, SP: Ottoni Editora, 2006, p. 165.

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: SEP/IPEA/CNPU, 1976.

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento. *Política Habitacional do Estado de São Paulo*. Elaborado em conjunto com a Secretaria de Negócios Metropolitanos, Secretaria dos Negócios do Interior e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, 1975.

SCACHETTI, Ana Lúcia. *O ofício de compartilhar histórias: história e memória de Indaiatuba sob a perspectiva de uma periodista*. Indaiatuba, SP: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2001.

SILVA, Eliana Belo. *O crime do poço: a história do centenário do assassinato do imigrante italiano Domenico de Luca em Indaiatuba*. Indaiatuba, SP: Fundação Pró-Memória, 2007.

ZOPPI, Antônio. *Reminiscências de Indaiatuba*. Indaiatuba SP: Fundação pró-Memória de Indaiatuba, 1998, p.33. (Crônicas Indaiatubanas, 1).

Referencias Bibliográficas

AGAMBEM, Giorgio. Elogio da profanação. In: _____. *Profanações*. São Paulo: Boi Tempo, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “O historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006.

ALVES, Adriana Corrêa. *Qualidade de vida e processos sócios socioambientais em Indaiatuba-SP. Estudo de caso do bairro Jardim morada do sol*. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas – Transformações nos espaços públicos*, Campinas, SP: EdUnicamp/São Paulo: Imesp, 2000.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7. Ed., São Paulo: Perspectiva. 2013.

_____. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Sérgio. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas, p. 67-114. In: DINIS, Eli (org.). *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1976.

BAENINGER, Rosana. *São Paulo e suas migrações no final do século 20*. São Paulo *Perspectiva*. [online]. 2005, vol.19, n.3, pp. 84-96. ISSN 0102-8839. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000300008>

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

BARBERO, J. M. Redescobrimdo o povo: a cultura como espaço de hegemonia: In: _____. *Dos meios as mediações*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BERLINK, Manoel T. Marginalidade social e relações de classe em São Paulo. São Paulo: Vozes, 1975. (Coleção sociologia brasileira, v.1).

BÍBLIA, N.T. Lucas. 10: 25-37. BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento*, São Paulo: Ed. Ave-Maria, 2014.

_____. Levítico. 19: 9-18. BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento*, São Paulo: Ed. Ave-Maria, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância, sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Revista Brasileira de História. Sociedade e trabalho na história*. v. 6, n. 11, p. 7-44, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, set. 1985/fev. 1986.

_____. Metrôpoles: as faces do mostro urbano (as cidades no século XIX). In: *Revista Brasileira de História. Cultura & Cidades*. v. nº 8/9, p. 35-68, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, set. 1984/abr. 1985, p. 39

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. 4ª ed., São Paulo: Difel, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. O Mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHE, Paulo J. *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984, p. 11-30.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed., São Paulo: Edusp, 2013.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____; GIARD, Luce. Entremeio. In: CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAUI, M. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria S. C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1978b. (Série Cedec/Paz e Terra; v. 3).

_____. *Simulacro e poder, uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

_____. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: DEPARTAMENTO de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, *Prefeitura Municipal de São Paulo: O direito a memória, patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

_____. Apresentação. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria S. C. (Orgs.) *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978a, p. 16, (Série CEDEC/Paz e Terra, v.3).

CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara A. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A. & MACIEL, Laura A. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006, p. 09-21.

CUNHA, J. M. *Migrações e urbanização no Brasil, alguns desafios metodológicos para análise*. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 3-20, out/dez. 2005, p. 4-6. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000400001>

_____; PATARRA, Neide L. Migração: um tema complexo. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol. 1, n. 2, p.32-35, jul./set. 1987, p. 32.

DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE DECCA, Edgard Salvatore. *O silêncio dos vencidos*, 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. A ciência da produção: fábrica e despolitização. In: *Revista Brasileira de História*. v. 3, n. 6, p. 7-46, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1983.

DE DECCA, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo: 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Apontamentos sobre uma experiência de luta operária na Zona da Mata de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História, Produção & Transgressões*. v. 5, n. 10, p. 54-98. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, mar./ago. 1985, p. 54.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J.L. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: _____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVANS, Richard J. Prólogo: Que é a História? – Hoje. p 17-37. In: CANNADINE, David – Que é a História Hoje? Lisboa: Gradiva, 2006.

EVERS, Tilman, [et al.] Movimentos de bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISES, Jose Álvaro. [et al.] *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 110-164. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 2, p. 7-19, 1982.

_____. Cultura e história social: perspectivas de investigação. *Projeto História 4, História e Historiografia, contribuições ao debate. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História*, PUC/SP/EDUC, p. 21-41, jun. 1985.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan/jun. 2009.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinha*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 2009-332.

GOMES, Mônica dos Santos. Germinal e o naturalismo no Brasil. Relações entre tradução e formação do sistema literário em país periférico. In: *Traduções*. v. 2, n. 2, ISSN 2176-7904, p. 154-176, Florianópolis, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Concepção Dialética da História*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HALL, Stuart. *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2003.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. A invenção das tradições. In: _____. RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

_____. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Presença, 1973.

IGLÉSIAS, Francisco. A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, vol. 3, n. 5, p. 129-141, 1983.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo, 1974-1984. São Paulo: Cortez, 1989, p. 74.

- KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; [et al.] *Muitas memórias outras histórias*. São Paulo: Olha d'Água, 2004, p. 116-138.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortes, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- _____. A lógica da Desordem. In: CAMARGO, Cândido Procópio F. [et al.] *São Paulo 1975 - crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola. 1981, p. 21-62.
- LE GOFF, Jacques. Passado/presente. In: _____. *Sobre História*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LIMONAD, E; RANDOLPH, R. Cidade e lugar, sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, [online]. n. 5, p. 9-22, maio 2002.
<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p9>
- LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremecem. In: *Revista Brasileira de História*. v. 3, n. 6, p. 7-46, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1983.
- MALERBA, Jurandir. Notas à Margem: A crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. In: _____. *Textos de História. Memória, Identidade e Historiografia*, vol. 10, n. 1/2, p. 181-213, 2002.
- MARX, Karl. Introdução à contribuição da economia política. In: _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-274.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Scritta, 1995.
- MATIAS, Lilian de Souza Lima. Reflexões sobre os caminhos da história social do trabalho e o conceito de classe trabalhadora. In: *Espaço Plural*, nº 34, p. 37-55, 2016.
- MATOS, Maria Izilda S. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- MAYOL, Pierre. *Morar*. In: In: CERTEAU, Michel; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 35-185.
- MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.], *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977.
- _____. Protesto Urbano e política: o quebra-quebra de 1947. p. 50-64. In: JACOBI, Pedro. [et al.], *Cidade, povo e poder*. Rio de janeiro: Paz e Terra/ CEDEC, 1982. (Coleção Paz e Terra/CEDEC, v. 5).
- _____. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. p. 14-29. In: JACOBI, Pedro. [et al.], *Cidade, povo e poder*. Rio de janeiro: Paz e Terra/ CEDEC, 1982. (Coleção Paz e Terra/CEDEC, v. 5).
- NICALAZZI, F. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.101-138, jan./dez. 2004.

NUNES, Edson; JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista de democracia. In: MOISES, Jose Álvaro. [et al.], *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5).

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. 4 ed. Petrópolis, SP: Vozes/CEBRAP, 1981.

_____. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classe. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.], *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977.

PAOLI, Maria Célia. *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo: Pioneira, 1974.

_____; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, n. 6, 1983, p. 129-149.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otavio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 26-67.

PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Transgressão tem cara de criança: o espaço social da infância em Ana Maria Machado. *Projeto História 14*, São Paulo, EDUC, p. 145-160, 1997.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narrações, interpretações e significados nas memórias e nas fontes orais. In: *TEMPO*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 1996, p. 59-72.

PROCÓPIO, Elóide Fiorese. *Campo Mourão: A Participação dos Migrantes Sulistas na Produção da Soja a Partir dos Anos 1960*. p. 3. Disponível em: <<http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/219-4.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

RAIMUNDO, S.; ALMEIDA, M. V.; SOLHA, K. T. Análise da Cronologia de Criação das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo. In: VII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 20 e 21 de setembro de 2010. Universidade Anhembi Morumbi – UAM – São Paulo – S.P, 2010.

RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. Tese de Doutorado (Orientador: Hélio Rebello Cardoso Junior), UNESP/Assis. 2014.

<https://doi.org/10.7476/9788579837067>

RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: _____. *Tempo e Narrativa*. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1997, vol. 3, p. 179-216.

ROCHA, Frances. Algumas notas sobre a polêmica entre novos e velhos temas da história. In: Projeto História 4, História e Historiografia, contribuições ao debate. *Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História, PUC/SP/EDUC*, p. 15-19, jun. 1985.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Destino do sindicalismo. São Paulo, Edusp, 1999.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2015.

_____. A cidade e a lei: legislação urbana e territórios na cidade de São Paulo, São Paulo: Studio Nobel, 1997.

- RONCAYOLO, Marcel. "Cidade". In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8. Região. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 396-48
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____.; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera. (1983), "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". In: *Revista Brasileira de História. A'lucta trabalhadores!* São Paulo, vol. 3, nº6. p. 129 - 149, 1983
- SALGADO, Silvia R. C. Experiências municipais e desenvolvimento local. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, v. 10, n. 3, p. 48-52, jul./set. 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Uma reorganização produtiva do Território. p. 105-141. In: _____. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 105-141.
- SANTOS, Regina Bega. *Migrações no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997.
- SANTOS, Wagner Geminiano. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. In: *Revista de Teoria da História*. UFG, Ano 3, Número 7, p. 128-155, 2012.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005.
- _____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meio de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, (Ensaio Latino-americanos, 2).
- SILVA, Cláudia Neves. Caridade e ação social das igrejas: a quem se destinam? *Serviço Social em Revista* (Online), vol. 11, p. 1-12, 2008.
- _____. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 15, p. 326-351, jan./jun. 2006, p. 328.
<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000100012>
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- STORCH Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In: *Revista Brasileira de História. Cultura & Cidades*. v. nº 8/9, p. 7-33, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, set. 1984/abr. 1985.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, vol. I. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- _____. Folclore, Antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-267.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de adão*, vol. II. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- TIEBITSCH, Michel. A fundação epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: MORAES, Marieta. (Org.) *História Oral*. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 19-43.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília, DF: EdUnB, 1998.

NOVA, Mercedes. *Pensar a subjetividade – Estatística e fontes orais*. In: MORAES, Marieta (Org.), CPDOC/FGV, Rio de Janeiro: Diadorin, 1994, p. 45-73.

SANTOS, Wagner G. A Revista Brasileira de História - RBH e a (re)definição dos lugares de produção da historiográfica nacional na década de 1980. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015. v. Único. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421778_ARQUIVO_TEXTOP_ARAOXXVIIIIMPOSICIONACIONALDEHISTORIA.pdf> Acesso em: 06 de julho 2018.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. In: *Cadernos CEBRAP*, n. 5, 1972, p. 89.

_____. Apresentação. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.], *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977.

WEIL, Simone. *O Enraizamento*. Bauru, SP: Edusc. 2001.

WILLIAMS, Raymond. Mediação. In: _____. Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

_____. *Cultura e sociedade*. 1780-1950. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

_____. *Marxismo y literatura*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 2000.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 90-113.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2006.